

Estudo sobre o Abandono em Portugal Continental

**Análise das dinâmicas
da Ocupação do Solo, do Sector Agrícola e
da Comunidade Rural**

Tipologia de Áreas Rurais



Universidade de Évora

Janeiro 2006

**Estudo realizado ao abrigo do Protocolo de Colaboração
assinado em Novembro de 2004 entre o Ministério da
Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e a
Universidade de Évora**

**Universidade de Évora
Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico**

Coordenação: Teresa Pinto Correia

**Equipa: Bas Breman
Victor Jorge
Milena Dneboská**

Índice

Lista das Figuras	I
Lista das Tabelas.....	VII
1. Introdução.....	1
2. Objectivos	4
3. Metodologia	11
3.1. Sub-fases do Estudo	12
3.1.1. Primeira sub-ase – alterações na ocupação do solo.....	12
3.1.2. Segunda sub-fase.....	13
3.1.3. Terceira sub-fase	14
3.2. Análise da ocupação do solo.....	14
3.2.1. Fonte de informação: CORINE Land Cover	14
3.2.2. Indicadores.....	15
3.2.3. A fiabilidade dos dados do CLC.....	16
3.2.4. Transformação da informação do CLC em informação por concelho	17
3.2.5.1 Análise das alterações da ocupação do solo.....	17
3.2.5.2 Os principais índices calculados - apresentação dos conceitos.....	18
3.2.5.3 Análise.....	21
3.2.6. Alguns exemplos de aplicação	21
3.3. Dinâmica do sector agrícola	24
3.3.1. Fonte de informação: Recenseamentos Gerais da Agricultura. Dados comparativos 1989-1999. Instituto Nacional de Estatística, 2000.....	24
3.3.2. Âmbito geográfico, período de recolha e unidade estatística.....	25
3.3.3. Análise	26
3.3.3.1. Os principais índices calculados	26
3.3.3.2. Alguns exemplos de aplicação.....	27
3.4. Dinâmica socio-económica das áreas rurais.....	29
3.4.1. Fonte de informação: Recenseamentos Populacionais. Instituto Nacional de Estatística, 2001	29
3.4.2. Âmbito geográfico, período de recolha e unidade estatística.....	30
3.4.3. Análise	31
3.4.3.1. Os principais índices calculados	31
3.5. Cruzamento das três dimensões.....	32
4. Alterações na ocupação do solo entre 1990 e 2000.....	33
4.1. Portugal Continental – Tendências Gerais.....	33
4.2. Persistência e dinâmica da ocupação do solo a nível do concelho	37
4.3. Dinâmica da superfície agrícola a nível do Concelho	38
4.4. Dinâmica da superfície de floresta	44
4.5. Dinâmica da superfície de “florestas degradadas, cortes e novas plantações”.....	46
4.6. Dinâmica de áreas ardidas e incêndios.....	50
4.7. Dinâmica da superfície de matos e vegetação esclerofítica	53
4.8. Dinâmica da superfície urbana.....	57
4.9. Tipologia de áreas segundo a dinâmica de ocupação do solo 1990-2000	58
4.10. Algumas conclusões prévias e novas questões.....	65

5. Dinâmicas do sector Agrícola entre 1989 e 1999	67
5.1. Portugal Continental – Tendências Gerais.....	67
5.2. Análise a nível do Concelho	70
5.2.1 Dinâmica das Explorações Agrícolas	70
5.2.2 Dinâmica da população agrícola.....	73
5.2.3 Rendimento do exterior.....	79
5.2.4 A Superfície Agrícola	82
5.2.5 A Produtividade da Agricultura	90
5.2.6 Orientação Técnico-económico	94
5.2.7 Carga animal.....	95
5.3. Tipologia de áreas segundo a dinâmica do sector agrícola.....	96
5.4. Conclusão e Discussão	102
6. Dinâmica sócio-económica no mundo rural entre 1991 e 2001	104
6.1. Portugal Continental - Tendências Gerais.....	104
6.1.1. Dinâmicas Populacionais dos anos noventa	104
6.1.2. Estrutura etária.....	104
6.1.3. Actividades, sectores e (des)emprego.....	105
6.1.4. Poder de compra.....	106
6.2. Análise ao nível do concelho	107
6.2.1. Densidade Populacional	107
6.2.2. Repulsão e Atracção dos Concelhos.....	108
6.2.3. Estrutura etária:.....	109
6.2.4. Actividade da População.....	115
6.2.5 Poder de compra	125
6.2.6. Analfabetismo	127
6.3. Tipologia de áreas segundo a dinâmica sócio-económico	128
6.4 Contribuições de outros estudos	134
6.4.1. “Dinâmicas territoriais e trajetórias de desenvolvimento: Portugal 1991 – 2001”, por João Ferrão, 2004	134
6.4.2. Tipificação das situações de exclusão em Portugal Continental, Instituto da Segurança Social, 2005.....	139
6.5. Conclusão e Discussão	151
7. Discussão: que agrupamentos de concelhos em Portugal continental?	153
.....	
7.1. Agrupamento de concelhos segundo o conjunto de indicadores das três dimensões	153
7.2. Discussão	161
8. Tipologias	165
8.1. Fundamentação.....	165
8.2. Abordagem Metodológica.....	171
8.3. Tipologia proposta	175
8.3.1. Tipos definidos	175
8.3.2. Caracterização dos tipos.....	175
8.3.3. Distribuição de cada tipo.....	181
8.3.4. Excepções: concelhos que não se incluem directamente num tipo	189
8.3.5. Distribuição do conjunto de tipos em Portugal Continental	192
8.4. Conclusão	195

Lista das referências	198
Anexo 1	202
Anexo 2.....	203
Anexo 3.....	207
Anexo 4.....	211

Lista das Figuras

Metodologia

Figura 1: Exemplo da Persistência da ocupação do solo..... 18

Figura 2: Exemplo do Net change da ocupação do solo..... 19

Figura 3: Exemplo do Swap da ocupação do solo.....21

CORINE

Figura 4: Ganhos, percas e persistências nas principais classes de ocupação do solo, Portugal Continental, 1990-2000.....33

Figura 5: Persistência da ocupação do solo entre 1990 e 2000, em relação à superfície total do concelho - baseado no CLC.....37

Figura 6: Peso e net change das classes agregadas agrícolas, em relação à superfície total do concelho - baseado no CLC.....39

Figura 7: Net change culturas de regadio e vinha, em relação à superfície total do concelho - baseado no CLC.....40

Figura 8: Peso e Net change das pastagens naturais, em relação à superfície total do concelho - baseado no CLC.....42

Figura 9 - Peso e net change das classes agregadas florestais, em relação à superfície total do concelho - baseado no CLC.....44

Figura 10 - Peso e net change da classe “floresta degradada, cortes e novas plantações (324), em relação à superfície total do concelho - baseado no CLC46

Figura 11 – Swap e Persistência da classe “florestas degradadas, cortes e novas plantações”, em relação à superfície total do concelho - baseado no CLC.48

Figura 12 – Arborização, em relação à superfície total do concelho – baseado no CLC.....49

<i>Figura 13 – Net change das áreas ardidas, em relação à superfície total do concelho - baseado no CLC.....</i>	<i>50</i>
<i>Figura 14 – Peso das áreas ardidas em 1990 e 2000, em relação à superfície total do concelho - baseado no CLC.....</i>	<i>51</i>
<i>Figura 15 – Ocorrência de incêndios e total da área ardida entre 1990 e 2000, em relação à superfície total do concelho - Fonte: Direcção Geral dos Recursos Florestais.....</i>	<i>52</i>
<i>Figura 16 - Peso e net change da classe de matos e vegetação esclerofítica (324/ 323)), em relação à superfície total do concelho - baseado no CLC</i>	<i>53</i>
<i>Figura 17 – Swap e persistência da classe de matos e vegetação esclerofítica (324/ 323)), em relação à superfície total do concelho - baseado no CLC</i>	<i>55</i>
<i>Fig. 18- Peso e Net change das áreas urbanas em relação à superfície total do concelho - baseado no CLC.....</i>	<i>57</i>
<i>Fig.19 – Fase 1 – Distribuição dos concelhos por seis clusters, segundo as dinâmicas de ocupação do solo.....</i>	<i>59</i>
<i>Fig.20 – Fase 2 – Distribuição dos concelhos por seis clusters, segundo as dinâmicas de ocupação do solo.....</i>	<i>61</i>

RGA

<i>Figura 21: Variação do número de explorações – baseado nos RGA 89 – 99.....</i>	<i>70</i>
<i>Figura 22: Peso, Variação e Net change da superfície total – baseado nos RGA 89 – 99.....</i>	<i>71</i>
<i>Figura 23: Variação da dimensão média das explorações – baseado nos RGA 89 – 99.....</i>	<i>72</i>
<i>Figura 24: Peso, Variação e Net change da população agrícola – baseado nos RGA 89 – 99.....</i>	<i>73</i>
<i>Figura 25: Peso, Variação e Net change do número dos produtores – baseado nos RGA 89 – 99.....</i>	<i>75</i>
<i>Figura 26: Peso, Variação e Net change do número dos produtores com mais de 55 anos – baseado nos RGA 89 – 99.....</i>	<i>77</i>

<i>Figura 27: Peso, Variação e Net change dos produtores a tempo completo – baseado nos RGA 89 – 99.....</i>	<i>78</i>
<i>Figura 28: Peso, Variação e Net change das explorações com rendimento principalmente do exterior – baseado nos RGA 89 – 99.....</i>	<i>80</i>
<i>Figura 29: Peso, Variação e Net change da SAU – baseado nos RGA 89 – 99.....</i>	<i>83</i>
<i>Figura 30: Peso, Variação e Net change da superfície com matas e florestas sem culturas sob coberto – em relação à superfície total da exploração, baseado nos RGA 89 – 99.....</i>	<i>84</i>
<i>Figura 31: Peso, Variação e Net change da superfície com matas e florestas sem culturas sob coberto – em relação à superfície total do concelho, baseado nos RGA 89 – 99.....</i>	<i>85</i>
<i>Figura 32: Peso, Variação e Net change das pastagens pobres – baseado nos RGA 89 – 99.....</i>	<i>86</i>
<i>Figura 33: Peso, Variação e Net change da SAU irrigável – baseado nos RGA 89 – 99.....</i>	<i>87</i>
<i>Figura 34: Peso, Variação e Net change da Superfície Agrícola não Utilizada – baseado nos RGA 89 – 99.....</i>	<i>88</i>
<i>Figura 35: Peso, Variação e Net change da produtividade (MB / UTA) – baseado nos RGA 89 – 99.....</i>	<i>91</i>
<i>Figura 36: Peso, Variação e Net change da produtividade (MB / SAU) – baseado nos RGA 89 – 99.....</i>	<i>92</i>
<i>Figura 37: Peso do total das ajudas (ligadas e desligadas) no total da MBT.....</i>	<i>93</i>
<i>Figura 38: Orientação Técnico-Económica dominante e peso na SAU – GPPAA.....</i>	<i>94</i>
<i>Figura 39: Peso e variação (do peso) da Carga animal (bovinos, ovinos, caprinos) - GPPAA / RGA 89 – 99.....</i>	<i>95</i>
<i>Figura 40 - Distribuição dos concelhos por seis clusters, segundo as dinâmicas do sector agrícola.....</i>	<i>98</i>

INE

<i>Figura 41: Densidade e Variação da População – baseado nos Censos Populacionais 1991 – 2001.....</i>	<i>107</i>
<i>Figura 42: Peso, Variação e Net change dos novos residentes, em relação à população total – baseado nos Censos Populacionais 1991 – 2001.....</i>	<i>109</i>
<i>Figura 43: Peso, Variação e Net change da população com menos de 14 anos, em relação à população total – baseado nos Censos Populacionais 1991 – 2001.....</i>	<i>110</i>
<i>Figura 44: Peso, Variação e Net change da população entre 15 e 24 anos, em relação à população total – baseado nos Censos Populacionais 1991 – 2001.....</i>	<i>111</i>
<i>Figura 45: Peso, Variação e Net change da população entre 25 e 64 anos, em relação à população total – baseado nos Censos Populacionais 1991 – 2001.....</i>	<i>112</i>
<i>Figura 46: Peso, Variação e Net change da população com mais de 65 anos, em relação à população total – baseado nos Censos Populacionais 1991 – 2001.....</i>	<i>113</i>
<i>Figura 47: Índice de envelhecimento em 2001, e a Variação 1991- 2001 – baseado nos Censos Populacionais 1991 – 2001.....</i>	<i>114</i>
<i>Figura 48: Peso, Variação e Net change da população economicamente activa, em relação à população total – baseado nos Censos Populacionais 1991 – 2001.....</i>	<i>115</i>
<i>Figura 49: Peso, Variação e Net change da população desempregada, em relação à população activa – baseado nos Censos Populacionais 1991 – 2001.....</i>	<i>117</i>
<i>Figura 50: Peso, Variação e Net change da população empregada no sector primário, em relação à população total – baseado nos Censos Populacionais 1991 – 2001.....</i>	<i>119</i>
<i>Figura 51: Peso, Variação e Net change da população empregada no sector secundário, em relação à população total – baseado nos Censos Populacionais 1991 – 2001.....</i>	<i>120</i>
<i>Figura 52: Peso, Variação e Net change da população empregada no sector terciário, em relação à população total – baseado nos Censos Populacionais 1991 – 200.....</i>	<i>121</i>
<i>Figura 53: Mosaico territorial – Actividades e Emprego – copiado de “Portugal na transição do século – Retratos e Dinâmicas territoriais” (Marques 2004).....</i>	<i>124</i>

Figura 54: Peso, Variação e Net change do Índice de Poder de Compra, em relação à média – baseado no “Estudo sobre o poder de compra concelhio, 1991 – 2001 (INE)..... 126

Figura 55: Peso, Variação e Net change da população analfabeta, em relação à população total – baseado nos Censos Populacionais 1991 – 2001..... 127

Figura 56: Distribuição dos concelhos por sete clusters segundo as dinâmicas sócio-económicas..... 131

Figura 57: Tipologia de freguesias com 6 classes - copiado de “Dinâmicas territoriais e trajectórias de desenvolvimento: Portugal 1991 - 2001” (Ferrão, 2004)..... 137

Figura 58: “Tipificação das situações de exclusão em Portugal continental” - (Instituto de Segurança Social, 2005)..... 140

Caracterização dos concelhos

Figura 59: Distribuição dos concelhos por dez clusters, resultado clustering total..... 157

Tipologia

Figura 60: Tipo 1: Agricultura de produção especializada e elevado rendimento, independência de subsídios..... 181

Figura 61: Tipo 2a: Agricultura extensiva com vantagens ambientais – em território homogéneo..... 182

Figura 62: Tipo 2b: Agricultura extensiva com vantagens ambientais – em território diversificado..... 183

Figura 63: Tipo 3a: Agricultura de ordenamento e qualidade ambiental - em meio florestal..... 184

Figura 64: Tipo 3b: Agricultura de ordenamento e qualidade ambiental - em meio de montanha..... 185

Figura 65: Tipo 3c: Agricultura de ordenamento e qualidade ambiental - em meio urbano..... 186

Figura 66: Tipo 4a: Agricultura de serviços rurais – em áreas periféricas..... 187

Figura 67: Tipo 4b: Agricultura de serviços rurais – em dinâmicas e confusas.....188

Figura 68: Tipologias em conjunto – 1ª e 2ª vocação.....194

Lista das Tabelas

Metodologia

Tabela 1: Diferença entre variação e net change, exemplos de Oeiras e Vila Viçosa.....27

Tabela 2: Diferença entre variação e net change, exemplos de Oeiras e Mértola.....28

CORINE

Tabela 3: Alterações na ocupação do solo entre 1990 e 2000 a nível do continente.....35

Tabela 4: Fase 1: valores médios dos indicadores relativos a cada cluster.....58

Tabela 5: Fase 2: valores médios dos indicadores relativos a cada cluster.....60

RGA

Tabela 6: Dinâmica do sector agrícola – Tendências gerais.....69

Tabela 7: Valores médios dos indicadores relativos a cada cluster.....97

INE

Tabela 8: Valores médios dos indicadores relativos a cada cluster – análise socio-económica.....130

Caracterização dos concelhos

Tabela 9: Valores médios dos indicadores relativos a cada cluster – clustering total.....156

Tipologia

Tabela 10: Tabela dos limiares dos tipos.....180

Tabela 11: Lista de concelhos que não entram em nenhum dos tipos, com as excepções.....191

1. Introdução

A realização do presente estudo baseia-se num protocolo celebrado em Novembro de 2004 entre a Universidade de Évora e o Ministério da Agricultura, relativo à “elaboração de um estudo preparatório com vista ao desenvolvimento de acções de combate ao abandono do espaço rural e de terras agrícolas”.

Este protocolo derivou de um outro projecto, mais ambicioso, que o anterior Ministro da Agricultura tinha lançado em Setembro de 2004, com várias frentes de intervenção, com o objectivo de lançar acções que contrariassem os processos de abandono da terra em curso em Portugal. Tendo em conta que não houve possibilidades de desenvolver esse trabalho, uma vez que o Governo foi entretanto dissolvido, foi proposto à Universidade de Évora que realizasse a componente de estudo de caracterização dos processos de abandono rural e agrícola em curso no país, estudo este que deveria ter sido a base para as acções que no âmbito do projecto inicial era previsto implementar. Foi pensado que este estudo poderia eventualmente mais tarde ser utilizado para desenvolver o tipo de intervenção previsto. Foi na altura definido que o estudo deveria identificar e avaliar o processo ou os processos em curso, para além de identificar a sua distribuição.

Assim, foi assinado um protocolo em Novembro de 2004, prevendo a realização de um Estudo Prévio e de um Estudo de Caracterização. Em Janeiro de 2005 foi entregue o Estudo Prévio, constituído por um resumo do trabalho e reflexão desenvolvidos com vista à preparação do projecto de intervenção que deveria inicialmente ter sido iniciado.

O trabalho com vista ao Estudo de Caracterização foi iniciado em Fevereiro de 2005, e a equipa responsável iniciou o processo de recolha de informação, com o fim inicialmente de identificar e caracterizar os vários processos de abandono que poderiam ser considerados, e de seleccionar os indicadores que poderiam ser utilizados para avaliar cada um destes processos.

Tinha ficado no entanto previsto que os objectivos e estrutura do estudo, embora estivessem delineados, fossem discutidos e ajustados de acordo com os novos responsáveis pelo Ministério, uma vez que poderia haver novas orientações e prioridades. Em Maio de 2005 teve lugar uma reunião, presidida pelo Chefe de Gabinete do Ministro, na qual foi apresentado pela equipa o trabalho realizado até ao

momento e a estrutura e objectivos que se propunha prosseguir, assim como as necessidades de informação, uma vez que havia dados relevantes que não tinha ainda conseguido adquirir. Dessa reunião resultaram, tanto a definição dos vários tipos de apoio que poderiam ser fornecidos à equipa, sobretudo no domínio da informação, como as orientações e prioridades a prosseguir.

Mais tarde, em Junho de 2005, teve lugar também uma reunião com o Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e Florestas, que manifestou interesse pelo estudo em curso e pelos resultados previstos. Assim, a partir de Junho de 2005, os contactos com o Ministério foram prioritariamente com o Gabinete do Secretário de Estado, com o qual foram discutidas e acertadas as orientações para o estudo e os resultados pretendidos.

No âmbito da solicitação, por parte da equipa, de poder discutir a abordagem e metodologia seguidas com um grupo mais alargado de especialistas, a 3 de Novembro de 2005 teve lugar uma reunião alargada no Ministério da Agricultura, com a presença de vários técnicos do próprio Ministério e especialistas de outras instituições e de várias universidades. O objectivo desta reunião era o de discutir os conceitos e a metodologia seguidas, além dos resultados já obtidos e possíveis interpretações dos mesmos. Nesta reunião foram apresentados os conceitos, abordagem e resultados preliminares do estudo, e foram discutidas algumas orientações e sugestões para aperfeiçoamento. A equipa apresentou também a ideia da possível identificação de tipos de áreas no país, com base na informação já obtida e trabalhada em três dimensões (ocupação do solo, sector agrícola e comunidade), e no seu cruzamento.

Foi então solicitado à equipa que prolongasse o estudo por um período de dois meses, de forma a desenvolver a ideia da tipologia de áreas, identificando os tipos e a distribuição dos concelhos pelos mesmos.

A 17 de Janeiro de 2006 teve lugar uma reunião do mesmo tipo de que a de Novembro, com o objectivo de discutir sobretudo esta tipologia: os fundamentos, abordagem metodológica e resultados. Desta reunião resultaram algumas sugestões de ajustamentos e inclusão de mais informação, a ser incluídos até ao fim de Janeiro de 2006, data em que o relatório final é entregue.

O Estudo agora apresentado resulta assim de todo este processo, reflectido nos seus vários capítulos, na sua orientação geral e também nos resultados obtidos. A

equipa espera que possa corresponder às expectativas nele depositadas e que possa de alguma forma contribuir para uma melhor compreensão dos processos em curso no espaço rural português e para uma criteriosa gestão do mesmo no futuro.

A equipa da Universidade de Évora, do Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico, é composta por: Teresa Pinto Correia, coordenadora, geógrafa, que tem orientado desde há 15 anos o seu trabalho de investigação para a dinâmica e gestão da paisagem rural e os desafios de multifuncionalidade que se colocam à mesma; Bas Breman, sociólogo, especializado em questões do mundo rural; Víctor Jorge, geógrafo, especialista em Sistemas de Informação Geográfica; Milena Dneboská, Arquitecta Paisagista, assistente de investigação. Esta equipa foi apoiada para a reflexão conceptual por discussões conjuntas dentro do grupo de investigação onde se insere, DYNAMO (Dynamics and Management of Rural Landscapes). Para além da equipa na Universidade de Évora, as orientações do trabalho resultaram também de reuniões e contactos com vários especialistas que, de formas diversas e para além das duas reuniões no Ministério, contribuíram para delinear e completar o trabalho realizado.

2. Objectivos

Este estudo teve origem numa encomenda que pretendia que fossem identificados e avaliados os vários processos de abandono agrícola e rural em curso em Portugal Continental.

Nas últimas décadas, tem-se frequentemente referido o abandono e as suas consequências como problemáticos, sem que exista informação concreta sobre o que se passa de facto, quais são os processos em curso, em que extensão e que localização. Tem também sido dominante alguma falta de clareza, uma vez que abandono tem sido utilizado como referindo-se a abandono da terra, ou a abandono da actividade agrícola, ou ainda abandono de comunidades e aldeias, sem que se esclareça qual ou quais das dimensões se considera em cada caso.

Pode introduzir-se mais clareza nesta questão ao definir-se o conceito de abandono como um estado e não com um processo. Um espaço, um objecto, uma actividade, está abandonado ou não está. Assim, a própria designação de abandono levanta algumas questões. Isto porque, em geral, abandono da terra tem sido definido operacionalmente como o processo através do qual a gestão da terra com um objectivo específico de produção deixa de ser feita. Sem que se avalie exactamente o que se passa com a terra na nova situação, se ela de facto está num estado de abandono ou não. E no entanto, a gestão pode deixar de ser activa mas passar a ser passiva – há uma atenção em relação ao que se passa, e eventualmente usos extensivos (pastagem, apicultura, caça, etc.), mas não práticas regulares de transformação do coberto vegetal. E análises recentes em estudos de caso mostram que os proprietários podem não considerar como abandonadas áreas que estejam cobertas de mato, mesmo mato denso, desde que tenham algum dos usos extensivos, e não directamente produtivos, mencionados atrás.

Assim, um dos indicadores que mais frequentemente se utiliza para identificar o abandono, a presença e densidade de matos, levanta questões quanto à sua validade absoluta. É problemático numa análise territorial a nível nacional, associar-se as áreas de mato/áreas degradadas, a abandono, uma vez que não se pode saber de facto qual é o seu grau de abandono, apesar de serem áreas sem uma produção agrícola. A procura de multifuncionalidade da paisagem rural, aliás, vem revalorizar outras funções que não a produtiva, e que essas mesmas manchas de ocupação de solo podem ter, ou contribuir para.

No que respeita à agricultura, à própria actividade, registam-se muitas vezes processos de extensificação, em que os sistemas de produção se tornam progressivamente mais extensivos, com consequências a nível do uso do espaço e interacções com a dinâmica da comunidade à qual estes sistemas estão ligados – mas só num determinado momento, e nem sempre, a actividade é de facto abandonada. Numa unidade territorial, a actividade agrícola pode ser abandonada por alguns proprietários mas raramente há um abandono geral e simultâneo, o que se regista é mais um processo progressivo num sentido ou noutro. E por outro lado é importante ter presente que a actividade agrícola pode ser totalmente abandonada mas a terra não o ser, por ser ocupada por floresta, ou usos urbanos, por exemplo.

No caso do conjunto do mundo rural e da dinâmica em termos socio-económicos, falar de abandono corre o risco de ser uma expressão demasiado radical, uma vez que se podem registar tendências de declínio e de despovoamento, mas não de abandono absoluto de uma área – ou raramente isso acontece. Pode ter lugar o abandono, como fase final de um progressivo despovoamento; já se chegou a essa fase em algumas aldeias ou comunidades nas regiões montanhosas do Norte de Portugal, mas ainda não é a dominante.

Assim, e tendo em conta as questões levantadas acima, propõem-se neste Estudo a não utilização do termo abandono, à qual, para além de alguma dificuldade de definição, tem estado também frequentemente associada uma conotação negativa e de fatalismo.

É proposto em substituição falar-se da dinâmica a três níveis diferentes: dinâmica de ocupação do espaço, dinâmica do sector agrícola, e dinâmica socio-económica da comunidade. Em alguns casos esta dinâmica pode tendencialmente levar ao abandono da actividade agrícola ou mesmo da terra, mas nem sempre, sendo que outras actividades ou usos podem substituir a primeira, ou esta manter-se por via de outras funções que não a produção.

Contribuindo para a compreensão dos processos em curso, vários estudos recentes mostram uma crescente diferenciação na dinâmica das áreas rurais, a várias escalas, noutras regiões da Europa, e em particular também em Portugal Continental. Algumas regiões registam desenvolvimento, mas que nem sempre passa por intensificação ou especialização da agricultura: pode estar relacionado com a

crescente procura destes espaços como espaço residencial de qualidade, associado a uma agricultura de tempos livres, sem verdadeiras preocupações de rentabilidade económica. Outras são afectadas por diversos processos de marginalização, relacionados com estagnação socio-económica. A estes processos podem estar ligados a homogeneização do uso do solo e eventualmente abandono de terras, perda ou alteração de paisagens culturais e redução da sua multifuncionalidade, diminuição de biodiversidade, desertificação física, despovoamento ou envelhecimento da população, etc. Mas nem sempre os vários processos são coincidentes, e os últimos podem ocorrer sem os primeiros, ou vice-versa.

A dinâmica do sector agrícola continua ligada ao rural no seu conjunto. No entanto, hoje em dia e face aos processos de globalização e de perda de importância económica e social da agricultura, tal como definido por Oliveira Baptista, “a agricultura já não unifica a sociedade rural com a totalidade do espaço não-urbano - surge uma questão de espaço, que já não pertence à agricultura e que já não garante a vitalidade da sociedade rural”.

A manutenção da actividade agrícola não garante a vitalidade da comunidade rural, uma vez que a agricultura pode realizar-se desligada da comunidade local. Da mesma forma, o abandono da agricultura não implica necessariamente o abandono da terra ou das áreas rurais. Da terra, porque outros usos não agrícolas podem ocupá-la. Das áreas rurais, porque a sua dinâmica pode basear-se noutras actividades que não a agricultura. A forma como a agricultura interage, ou poderá interagir, no conjunto do rural, prende-se assim com uma dimensão de uso do solo e construção da paisagem, mas também com uma dimensão económica e uma dimensão social, que podem não ser convergentes. Por outro lado, o papel da agricultura no espaço rural, e nalguns casos a sua justificação, prendem-se com a sua contribuição para as várias dimensões, económica, social e ecológica, mas também com a capacidade de os vários factores suportarem a agricultura, e de que tipo.

Assim, para de facto compreender e avaliar os processos que afectam as áreas rurais e que papel a agricultura pode ter no futuro das mesmas, os mesmos processos devem ser dissociados. Em consequência, com a avaliação das três diferentes dinâmicas, pretende-se, por um lado, separar claramente os três tipos de processos em curso nos territórios rurais, e por outro, avaliar em cada uma das dimensões quais são as tendências que podem levar ao abandono, mas também a outros processos relevantes para a gestão desses territórios.

Esta separação contempla a conjunto do espaço rural nas suas várias componentes, e deve assim ser desenvolvida com base numa abordagem territorial e não sectorial. É também esta abordagem territorial a que tem sido defendida nas mais recentes estratégias e documentos para a agricultura no âmbito da União Europeia, e que resultou na identificação do Novo Modelo de Agricultura Europeia e que condiciona as políticas actuais para as áreas rurais (Commission of the European Communities, 2004, 2005). Os desafios da multifuncionalidade do território rural que assim se colocam, levantam também novas exigências, assim como novas oportunidades ao sector agrícola – que podem significar a sua sobrevivência, em algumas áreas, embora com outras funções que não a produtiva.

Por funções entendem-se a utilização e capacidade de resposta de um território, ou paisagem, face às necessidades, procuras e objectivos da comunidade humana num sentido lato. Estas funções podem corresponder a bens, que podem ser retirados, ou ser considerados removíveis, ou serviços, que não o são, e portanto cuja utilização tem que ser no local. Por multifuncionalidade entende-se a integração de várias funções no mesmo espaço e no mesmo tempo, a uma escala determinada. Este é conceito analítico, que se baseia na avaliação das funções que são asseguradas na unidade espacial em análise. Todas as paisagens ou unidades espaciais são multifuncionais, mas o grau de multifuncionalidade pode ser muito variável, uma vez que a vocação para uma ou várias funções é altamente contextualizada – nem todas as unidades espaciais têm capacidade ou vocação para assegurar todas as funções.

A emergência do conceito de multifuncionalidade do território, ou do espaço, prende-se também com as transformações a que tem estado sujeito o espaço rural em particular na Europa, tanto na sua estrutura como nas suas utilizações (Ilbery, 1998).

Tal como dito no capítulo sobre a definição de objectivos do Estudo, o conceito de multifuncionalidade do espaço rural é um conceito analítico que oferece uma nova forma de considerar a agricultura e o espaço rural, através das inter-relações entre múltiplas dimensões, sectores e partes interessadas (Cairol, 2005). Fala-se aqui de espaço rural e dever-se-ia de facto falar de paisagem rural, porque a paisagem acresce a dimensão afectiva e sensorial, que condiciona preferências e atitudes dos vários utilizadores e portanto é fundamental à compreensão integrada das funções e da sua interacção. Neste Estudo esta dimensão não foi no entanto directamente considerada, por falta de informação que pudesse ser utilizada neste âmbito. Mas é fundamental tê-la presente em termos conceptuais.

Considerar a multifuncionalidade como atributo do espaço ou território rural, para além da agricultura, mas incluindo-a, pode trazer várias vantagens, a diferentes níveis:

- a) Permite ultrapassar o impasse conceptual e estratégico a que facilmente se chega nesta mudança de paradigma quanto às questões em foco: que papel tem a agricultura no conjunto do território rural, quer em termos físicos, quer sociais, quer económicos? Que externalidades garante, ou pode garantir? De que bases depende, ou que limiares devem ser assegurados, para que a agricultura possa manter-se, ou desenvolver-se?
- b) Pode ser explorada por outros actores que não os produtores agrícolas, novos agentes de diversificação, inovação, e de novas formas de desenvolvimento.
- c) Permite justificar a agricultura para além da sua capacidade e função económica, ou pelo menos para além da sua função de produção.
- d) Pode ser garante da flexibilização das expectativas e da definição de prioridades: nem todo o território rural tem que assegurar todas as funções, e várias combinações de funções são possíveis, com várias intensidades. Por outro lado, em alguns espaços pode haver integração de funções mas noutros também pode haver segregação, ou seja, uma especialização num ou num conjunto de funções, conforme as características locais/regionais.

Por outro lado, segundo o Novo Modelo de Agricultura Europeia, cujas raízes datam já de 1988 e do documento sobre “O Futuro do Mundo Rural”, da agricultura europeia espera-se que assegure outras funções que não a função de produção. Essas outras funções têm sido vistas como externalidades da função de produção, mas podem nalgumas regiões tornar-se mais importantes que a própria função de produção, que pode ter tendência a desaparecer (Brouwer, 2004). Esta mudança tem vindo a ocorrer à medida que certas regiões e explorações deixam de ter capacidade para competir em termos de produção e portanto reduzem a produção, enquanto as outras funções que são oferecidas pelo espaço rural, como suporte de recreio, conservação da natureza, qualidade ambiental e preservação do património, etc., são progressivamente mais valorizadas. Outros modelos de exploração agrícola podem assim emergir, que combinam produção com as outras funções, ou mesmo cujo principal objectivo não é a produção mas sim contribuir para uma ou várias das outras

funções do espaço. Esta visão pós-productivista prende-se com a questão da multifuncionalidade do espaço, discutida acima. Nem todos os espaços rurais serão de futuro espaços produtivos, mas outras funções que não a produção podem justificar a manutenção da agricultura. Tal não significa que a agricultura deixe de ser uma actividade económica, mas que o rendimento é gerado de outras formas, ligadas à procura pós-productivista do espaço rural.

Para que se possa avaliar não só quais as funções asseguradas pela agricultura como as que poderão vir a sê-lo no futuro, a avaliação dos processos em curso a uma escala de pormenor, deverá ser cruzada com a avaliação das potencialidades para diversos tipos de funções, à mesma escala. Este cruzamento permitirá definir que funções devem ser privilegiadas e combinadas nos vários tipos de áreas do território nacional e que papel deverá ter a agricultura ou outras actividades em cada uma dessas áreas.

Do cruzamento das três dimensões em análise – ocupação do solo, sector agrícola e comunidade – pretende-se que resulte uma análise de conjunto das condicionantes e potencialidades de cada território.

Assim, e tomando em consideração o exposto acima, este estudo pretende tomar em atenção as orientações a que a Política Agrícola Comum foi respondendo nos últimos anos e as expectativas criadas quanto à dimensão territorial da agricultura europeia, e assume explicitamente uma perspectiva territorial. Ou seja, pretende-se compreender não o sector agrícola por si, mas o sector agrícola na sua interligação com a paisagem e a sociedade no espaço rural.

Esta abordagem, onde o território é uma categoria central, considera na realidade o espaço como o ponto de encontro entre a agricultura e a sociedade em geral. Assumindo que as áreas rurais deixaram de estar automaticamente ancoradas ao sector agrícola, mas cada vez mais representam realidades múltiplas, nas quais a agricultura tem que co-existir com outros usos do solo e outros interesses, torna-se necessário desenvolver novas abordagens. Estas devem ser integradoras, permitindo analisar a agricultura e as actividades de uso do solo em relação com outras actividades do território; devem também possibilitar a análise da contribuição da agricultura na construção de novos territórios, que por sua vez se podem tornar recursos.

Para além dos objectivos gerais já apresentados, e na sequência de tudo o exposto acima, assim como do interesse expresso pelo MADRP ao longo do desenvolvimento do Estudo, os objectivos específicos a que o Estudo pretende responder devem ser agrupados em dois grupos distintos, correspondentes às duas fases do trabalho.

Na primeira fase:

- Identificação e caracterização dos vários processos de transformação em espaço rural, que podem estar relacionados com processos de abandono: ocupação do solo, sector agrícola, comunidade.
- Identificação e selecção de indicadores.
- Identificação de uma tipologia de áreas afectadas por cada um dos processos, e respectiva distribuição.
- Cruzamento das três dimensões, e análise exploratória de causas e consequências dos processos em causa, assim como das potencialidades e constrangimentos nas diferentes áreas.

A estes objectivos pretende-se responder nos Capítulos 3, 4, 5, 6 e 7.

Na segunda fase:

- Identificação e definição de uma tipologia de territórios segundo o papel que a agricultura pode ter para a sua multifuncionalidade, numa análise de base territorial.
- Classificação de cada concelho de Portugal Continental, em um ou dois dos tipos definidos.

A este objectivo pretende-se responder no Capítulo 8.

3. Metodologia

A metodologia que se apresenta neste Capítulo corresponde à 1ª Fase do Estudo, contemplando a análise das dinâmicas que se verificam no território de Portugal Continental em relação à Ocupação do Solo, o Sector Agrícola e a Comunidade – e o cruzamento das três. A metodologia referente à 2ª Fase, que contempla a Tipologia de Áreas, é apresentada à parte no Capítulo 8.

A metodologia seguida, desenvolvida especificamente para este estudo, foi construída segundo:

- solicitações do MADRP e reunião de apresentação e discussão da proposta de trabalho e seu prosseguimento, no início de Maio de 2005;
- reunião com o GPPAA;
- reuniões com vários especialistas ligados à análise das mudanças no sector agrícola e no espaço rural em Portugal;
- consulta de estudos já publicados sobre processos de mudança social e económica no território português;
- consulta de bibliografia nacional e internacional
- reflexões da equipa
- discussões nas reuniões com o Ministério da Agricultura

Foi assim decidido que a análise das transformações no espaço rural em Portugal Continental deveria contemplar três dimensões separadas: ocupação do solo, sector agrícola e dinâmicas socio-económicas das áreas rurais. A análise foi realizada a nível do concelho. Para que fosse considerada uma perspectiva de dinâmica, foram comparados os dados de 1989 ou 1990 com dados de 1999 ou 2000.

3.1. Sub-Fases do Estudo

O estudo está assim organizado em três sub-fases, cada uma sobre uma das dimensões dos processos de mudança considerados – ocupação do solo, dinâmica do sector agrícola, dinâmica socio-económica do mundo rural - e incluindo um conjunto específico e limitado de indicadores.

3.1.1. Primeira sub-fase – alterações na ocupação do solo

A. O primeiro objectivo é verificar se existe realmente, ou não, uma alteração na ocupação do solo no que respeita às áreas agrícolas dentro de cada concelho no continente. Esta observação pode ser feita com base num só indicador, retirado da análise do CORINE Land Cover (CLC). A legenda do CLC está dividida em 3 níveis de análise. Na parte A desta fase, agregam-se todas as classes de modo a tratar o nível 1 em conjunto, correspondente a todas as áreas agrícolas. Este processo é efectuado para os dois períodos em estudo. À posteriori calcula-se a variação do total da área agrícola (classe 2) em relação a superfície total do concelho (corrigido pelo peso da área agrícola no total).

Com base neste primeiro indicador pode fazer-se uma primeira leitura das alterações na área agrícola total, mas ainda não se podem avaliar as verdadeiras transformações dentro de cada concelho. Uma diminuição da área agrícola pode ter contribuído tanto para um aumento da área de matos como para um aumento da área urbana ou florestada.

Para melhor compreender as verdadeiras transformações da ocupação do solo consideram-se mais alguns indicadores do CLC.

B. Nesta segunda parte da análise espacial pretende-se compreender as variações na ocupação do solo dentro de cada concelho, nomeadamente avaliar a importância das alterações e o peso de algumas classes como também as trocas mais interessantes entre as diferentes classes. Para tal foram seleccionados os seguintes indicadores:

1. A dinâmica (ou persistência) das classes agregadas
2. A distribuição dos usos (grandes classes):
 - O peso das áreas agrícolas
 - Alterações na área florestada (classes 3 em CLC)
 - Alterações na área urbana (classes 1 em CLC)
 - Alterações nas áreas com matos e vegetação esclerofítica (classes 322 e 323)
 - Alterações na classe das pastagens naturais (321)
 - Alterações na classe 324 (floresta degradada, cortes, novas plantações)
 - Arborização / concelho - no período 92 - 98

- Alterações dentro da classe da agricultura (2) em termos de fragmentação e intensificação

3.1.2. Segunda sub-fase

Esta sub-fase pretende compreender e avaliar as transformações na própria actividade agrícola, ou seja, dentro do sector agrícola.

Neste sentido são considerados os seguintes indicadores, cujos dados são provenientes do Recenseamento Geral Agrícola de 1989 e de 1999, assim como outros dados directamente cedidos pelo GPPAA:

- População agrícola (peso, variação e net change);
- Produtores (peso, variação e net change);
- (*Explorações agrícolas* (peso, variação e net change);
- Produtores com idade superior a 55 anos (peso, variação e net change);
- Explorações com rendimento principalmente do exterior (peso, variação e net change);
- Explorações com rendimento exclusivamente da exploração (peso, variação e net change);
- Produtores a tempo completo (peso, variação e net change);
- Superfície total das explorações agrícolas (peso, variação e net change);
- Superfície media das explorações (peso, variação e net change);
- SAU (peso, variação e net change);
- SAU mais produtiva (peso, variação e net change);
- Matas e florestas (peso, variação e net change);
- Pastagens pobres (peso, variação e net change);
- SAU irrigável (peso, variação e net change);
- *MBT/ Unidade de trabalho agrícola (UTA)* (peso, variação e net change);
- *MBT/ SAU* (peso, variação e net change);

3.1.3. Terceira sub-fase

Nesta fase pretende-se avaliar as transformações das características socio-económicas do conjunto das áreas rurais. São utilizados alguns indicadores sócio-económicos, retirados dos Censos do INE, 1990 e 2000.

- População total (Densidade, Variação e Net change da densidade);
- População nova (Peso, Variação e Net change);
- População < 14 anos (Peso, Variação e Net change);
- População 15 – 24 anos (Peso, Variação e Net change);
- População 25 – 64 anos (Peso, Variação e Net change);
- População > 65 anos (Peso, Variação e Net change);
- Índice de envelhecimento;
- População economicamente Activa (Peso, Variação e Net change);
- População empregada no sector primário (Peso, Variação e Net change);
- População empregada no sector secundário (Peso, Variação e Net change);
- População empregada no sector terciário (Peso, Variação e Net change);
- População desempregada (Peso, Variação e Net change);
- Índice de Poder de Compra per Capita (Peso, Variação e Net change);
- População analfabeta (Peso, Variação e Net change).

Tendo num primeiro ponto sido apresentadas as três sub-fases do estudo e os indicadores nos quais estas fases se baseiam, de forma a possibilitar uma visão de conjunto das diferentes abordagens e objectivos das três, passa-se a descrever cada uma das análises em maior pormenor.

3.2. Análise da ocupação do solo

3.2.1. Fonte de informação: CORINE Land Cover

“O Programa CORINE (*Co-ordination of Information on the Environment*) foi criado em 1985 pela CE com o objectivo de desenvolver um sistema de informação (*i.e.*, o sistema CORINE) sobre o estado do ambiente a nível europeu. Uma das principais componentes deste programa foi o projecto CORINE Land Cover (CLC), que teve como objectivo primeiro a produção de uma cartografia de ocupação e uso de

solo para os países da União Europeia relativa a um ano próximo de 1990 (entre 1985 e 1995, dependendo do país). Esta base de dados ficou conhecida como CORINE Land Cover 1990 (CLC90) e no caso português foi produzida com base em imagens de satélite de 1985, 1986 e 1987, dependendo da região. A Agência Europeia do Ambiente (AEA) e o Centro Comum de Investigação (JRC) da CE lançaram em 1999 o Projecto I&CLC2000 com o objectivo principal de actualizar, para 2000, a cartografia CORINE Land Cover (CLC90) existente. Actualmente, o I&CLC2000 envolve 29 países.

No âmbito do Projecto CLC2000 Portugal, produziram-se três produtos cartográficos em formato digital para Portugal Continental: (1) cartografia CLC90-R, que é um melhoramento (a nível geométrico e temático) do primeiro produto CORINE Land Cover (CLC) de 1985/86/87; (2) cartografia CLC2000, que tem como referência o ano 2000; e (3) cartografia de alterações de ocupação/uso do solo entre as datas dos dois produtos CLC (CLC90-R e CLC2000), aqui designada por CLC-alterações.

Os produtos cartográficos CORINE Land Cover constituem a informação mais recente e comparável sobre ocupação e uso do solo no território de Portugal Continental, fornecendo um retrato da paisagem para os anos 1985/86/87 e 2000, e caracterizando o tipo de alterações decorridas entre essas datas. Todos os produtos cartográficos CLC têm características técnicas idênticas: escala 1:100 000; nomenclatura standard (*i.e.*, nomenclatura CLC), com três níveis hierárquicos, que inclui 44 classes no nível mais desagregado e uma distância mínima entre linhas de 100 m. Nos produtos CLC90-R e CLC2000 a Área Mínima Cartográfica (AMC) é 25 hectares. No CLC-alterações, a AMC é 5 ha no caso de expansão ou retracção de áreas já existentes no CLC90 e 25 ha no caso de áreas novas não contíguas a outras da mesma classe existentes no CLC90. Na caracterização da ocupação e uso do solo em Portugal através dos produtos CORINE Land Cover são utilizadas 42 das 44 classes da nomenclatura CLC, o que traduz a diversidade da paisagem nacional”.

(Instituto do Ambiente, 2005. Corine Land Cover 2000 em Portugal – CLC 2000 Portugal, Relatório Técnico)

3.2.2. Indicadores

O CLC – Portugal compreende 42 classes no nível 3 que é a desagregação máxima, o nível de maior pormenor. No nível 2 essas 42 classes são reunidas em 15, e no nível 1 são consideradas 5 classes, que agrupam todas as outras (Anexo 1). No decorrer da análise dos dados Corine para este estudo, são percorridos todos os

níveis de análise. Os indicadores, dependendo do tipo de análise, são construídos com base nas classes, principalmente a classe 2 do nível 1 – áreas agrícolas e classe 3 também do nível 1 – florestas e meios semi-naturais, e também nas alterações dentro e entre classes.

3.2.3. A fiabilidade dos dados do CLC

No início do estudo para o MADRP, foi constatado que não existiam no país dados específicos sobre as alterações de ocupação do solo a nível do Concelho, com o nível de pormenor desejado, que permitisse avaliar quais as dinâmicas dentro do território de cada concelho. Tendo em conta a perspectiva territorial que se pretendia para este estudo, o CLC foi utilizado por ser a única fonte com dados espaciais e que permite compreender com pormenor a evolução da ocupação do solo entre dois períodos distintos, 1990 e 2000.

Ainda assim, e mesmo trabalhando no nível de desagregação máxima, portanto com o maior nível de pormenor permitido, surgem algumas dúvidas sobre a exactidão e fiabilidade da carta, em casos particulares. Nalguns casos estas dúvidas surgem na comparação dos dois momentos de análise, quando há mudanças que são consideradas inesperadas, noutros na comparação com informação de estudos de caso realizados pela equipa no âmbito de outros projectos, onde se adquiriu um conhecimento muito preciso da realidade. A equipa está assim consciente dos erros que pode ter a carta Corine, mas considera que, para uma análise das principais tendências a nível do concelho, a qualidade da carta era suficiente.

A informação da carta Corine 90 poderia ser testada através de uma outra fonte de informação mais detalhada, a Carta de Ocupação do Solo, de 1990, elaborada pelo então designado CNIG e que cobre grande parte do país, embora não a totalidade. Enquanto que a escala de análise do CLC é de 100 000 e a unidade mínima cartográfica é de 25 ha, no COS a escala é de 25 000 e a unidade mínima é de 1ha. Esta última é portanto de muito maior pormenor. O exercício de comparação ou eventualmente de verificação/correção dos dados poderia ser feito para grande parte do país. No entanto, tal tarefa seria incomportável no âmbito deste estudo e não foi portanto realizada.

3.2.4. Transformação da informação do CLC em informação por concelho

A metodologia utilizada tem por base ferramentas de Sistemas de Informação Geográfica, nomeadamente o programa *ArcView 3.2 da ESRI*.

Como base cartográfica para a divisão administrativa em concelhos, utiliza-se um ficheiro em formato vectorial (shapefile) dos concelhos, proveniente do Atlas do Ambiente.

Foi realizada uma operação de junção (merge) dos dois tipos de informação, por um lado a base cartográfica e por outro o CLC, de forma a obter um mapa de uso do solo com as divisões administrativas sobrepostas. Através de operações de corte (clip) isolaram-se os concelhos 1 por 1 para proceder a uma análise em separado. Obtiveram-se assim os dados por concelho, mantendo a distribuição espacial das manchas de cada classe dentro dos limites de cada concelho.

3.2.5.1 Análise das alterações da ocupação do solo

Para a análise das alterações de uso do solo é aplicado um método de cruzamento de matrizes de R.G. Pontius Jr., 2004. Segundo o autor, o cruzamento de tabelas é um ponto de partida fundamental na análise de alterações de uso do solo. O método é um cruzamento das matrizes das duas datas, no qual se chega ao total de mudanças ocorridas nas várias classes de acordo com dois pares de componentes: net change and swap por um lado e ganhos e perdas de cada classe, por outro.

O resultado é uma tabela em hectares onde são registadas as alterações observadas e a persistência de cada classe. Em seguida são elaboradas uma série de tabelas em *Excel* ligadas entre si por fórmulas de modo a obter os índices já designados, bem como para cálculo de outras medidas simples. Obtêm-se então uma primeira tabela standard onde são introduzidos os valores correspondes a cada classe, em hectares. Por sua vez os valores são calculados automaticamente na tabela seguinte em percentagem do total do concelho. Estes por sua vez são traduzidos numa outra tabela onde são registados os ganhos, perdas, mudanças totais, swap e net change. São ainda desenhados alguns gráficos com base nos ganhos, perdas e persistência das classes tendo como referencia tanto o total da classe como do concelho. Alguns exemplos destas tabelas e gráficos serão dados na discussão dos exemplos de Mértola, Felgueiras e Alfândega da Fé (parágrafo 3.2.6).

3.2.5.2 Os principais índices calculados - apresentação dos conceitos

Persistência

A persistência representa a porção de área da classe onde a ocupação do solo se manteve, geograficamente/espacialmente na mesma situação entre os dois momentos.

Na Fig.1 a persistência é de 90ha: da mancha inicial de 100ha, foram perdidos 10ha, mas a grande maioria, os 90 ha, manteve-se no mesmo local.

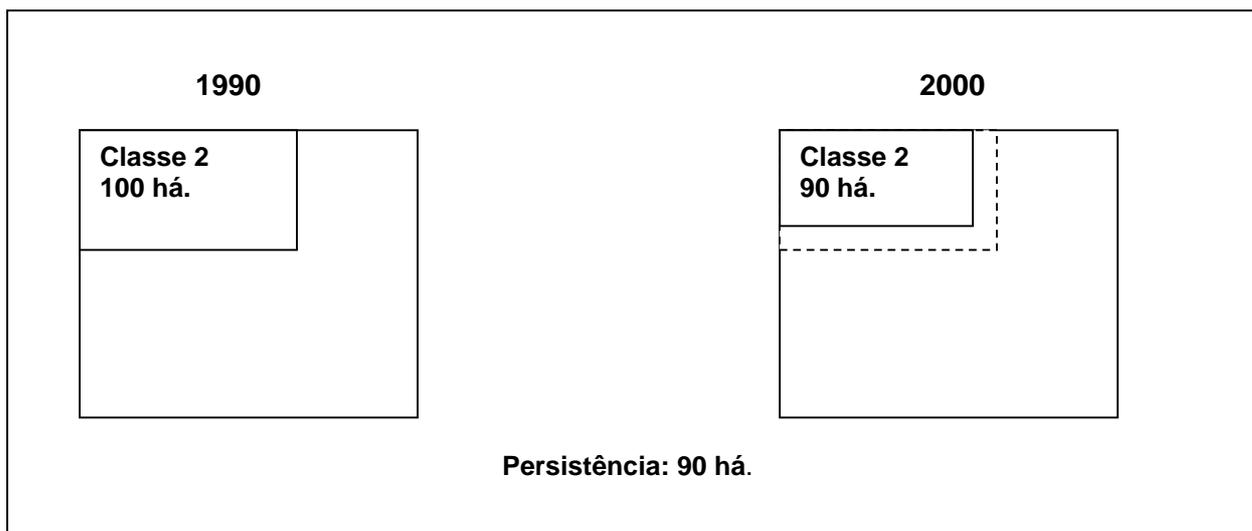


Figura 1: Exemplo da Persistência da ocupação do solo

Percentagem da classe

A percentagem de cada classe reflecte a importância do conjunto de manchas de cada classe de ocupação do solo em relação a superfície total do Concelho.

Por exemplo, uma área de 25009,0 ha. de matos no Concelho de Mértola em 2000 corresponde a uma percentagem de 19,5% na superfície total do Concelho (1280km²)
(250,1 km². / 1280km²) *100 = 19,5 %

Ganhos

Representa toda a área que entrou numa classe de ocupação do solo, oriunda de outra. Em 1990 pertencia a outra classe, entretanto deu-se uma alteração de ocupação entre os dois períodos e os ganhos correspondem à área que se vem acrescentar à classe em questão.

Por exemplo, no Concelho de Mértola, em 2000 foram entraram 1742,7ha na classe de vegetação esclerofítica, que não tinham esta mesma ocupação em 1990. São os ganhos desta classe, aparecendo em localizações onde antes a ocupação era outra.

Perdas

É a área que sai de uma determinada classe de ocupação para dar lugar a outra em 2000.

Por exemplo, no Concelho de Mértola, 5657,380ha saíram da classe de vegetação esclerofítica à qual pertencia em 1990 para darem lugar a outro uso em 2000.

Net Change

Este indicador é usado para medir o nível de alteração da classe no seu total, é calculado com base no total da classe, na sua percentagem em relação á área total do concelho. O *Net Change* indica a diferença neste valor de percentagem, existente entre os dois momentos. Este indicador surge em percentagem de área do concelho. Uma ausência de net change não indica necessariamente uma ausência de mudança do uso do solo. Pode acontecer que a diferença seja nula pelo facto de os ganhos e perdas serem iguais.

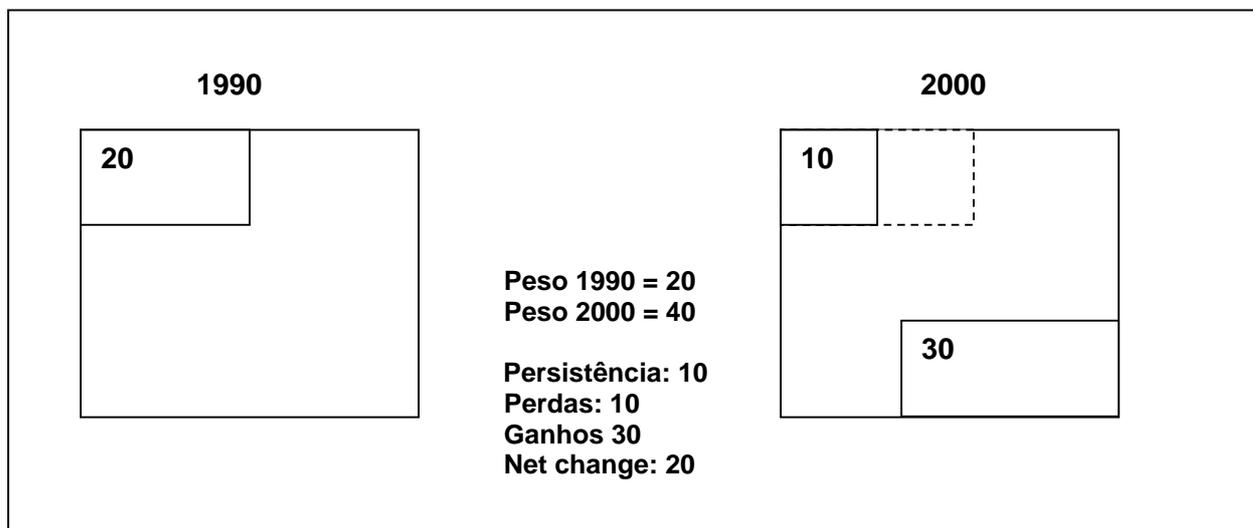


Figura 2: Exemplo do Net change da ocupação do solo

Este cálculo em relação à superfície total do concelho é importante porque, ao contrário dos valores em hectares ou das variações, permite-nos a comparação entre os concelhos.

Total Change da área

As mudanças totais considerando tanto as perdas como os ganhos, em conjunto. Em termos práticos é o somatório destes dois.

'SWAP'

O *Swap* é o conceito mais complexo, mas ao mesmo tempo é muito útil para compreender o que de facto se passa nas alterações na ocupação do solo.

Este índice é muito importante uma vez que unicamente o *net change* não reflecte toda a dinâmica da classe, visto que só avalia o que se ganhou e o que se perdeu numa classe, mas no total da área. Imaginando uma situação onde os ganhos e as perdas são iguais: o *net change* seria de zero mas não significa que não existiram alterações.

O que o *Swap* mostra, é o total de uma determinada classe de ocupação do solo que se perdeu num local mas que foi compensado por um ganho desta mesma classe noutra local. O cálculo do *Swap* considera o dobro do valor mínimo entre ganhos e perdas. No exemplo dado abaixo isto corresponde com $2 \times 20 = 40$.

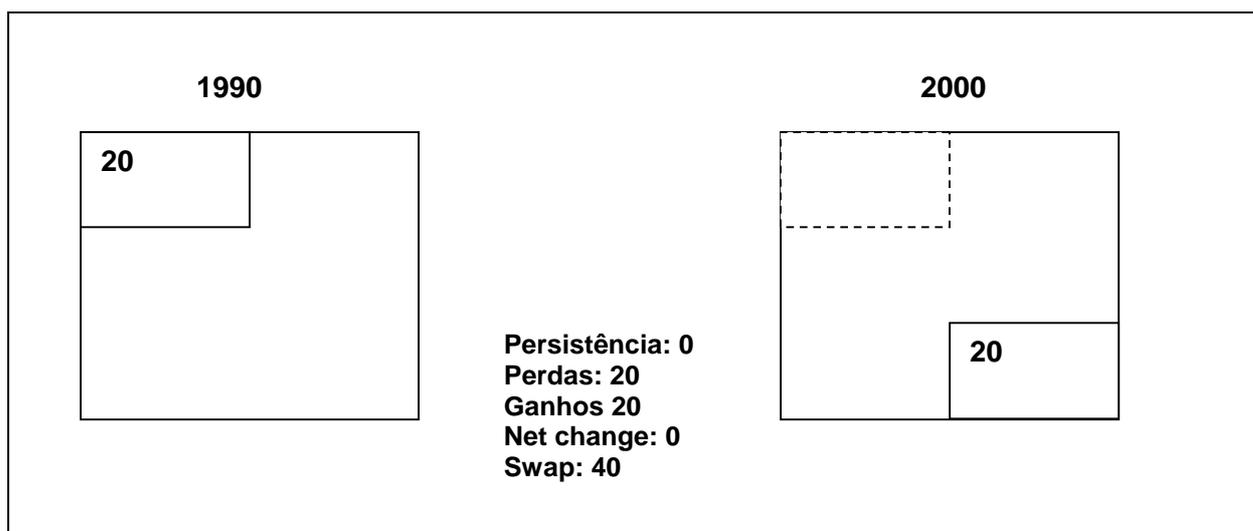


Figura 3: Exemplo do Swap da ocupação do solo

3.2.5.3 *Análise*

Estes índices são calculados automaticamente a partir dos mapas e das tabelas relativas à ocupação do solo para cada concelho, para as várias classes de ocupação do solo consideradas mais relevantes e indicativas de determinados processos de mudança. A partir de toda a informação gerada são elaborados diversos mapas temáticos simples. Em muitos casos a informação é ainda manipulada através de operações de reclassificação de modo a proceder a alguns cruzamentos entre indicadores.

Finalmente, uma análise de *clusters* é feita, combinando todos os indicadores e resultando em agrupamentos de concelhos com comportamentos semelhantes, no que respeita ao conjunto dos indicadores considerados.

3.2.6. *Alguns exemplos de aplicação*

Para ilustrar a interpretação dos dados do CORINE incluem-se alguns exemplos da análise ao nível do Concelho. Foram seleccionados três Concelhos de três regiões diferentes do país, os quais representam transformações e realidades diferentes: Mértola, Felgueiras e Alfândega da Fé. A análise aqui ilustrada é equivalente à feita para todos os Concelhos. Os resultados desta análise são acompanhados por vários mapas e gráficos nos anexos 2, 3 e 4.

Mértola

Baseado no método de Pontius et al. (2004), a primeira tabela (A) no anexo 2 mostra as alterações em hectares que houve entre as diferentes classes de ocupação de solo registadas no CLC 90 e o CLC 2000. As linhas nesta tabela mostram a superfície que cada classe perdeu entre 1990 e 2000, as células em amarelo representam a área persistente. Por exemplo, para a classe 211 (culturas anuais de sequeiro), 3782,7ha não registaram alterações, 498,8ha perderam-se para a classe de pomares (222), 120,7ha para a classe de 243 (agricultura com espaços naturais).

A alteração mais significativa dentro desta classe foi a alteração de 1963,3ha para a classe de 324 (Espaços florestais degradados, cortes e novas plantações).

Baseado em informação proveniente de projectos de investigação da equipa deste estudo, e que consideram casos de estudo neste Concelho, sabemos que o aumento da classe 324 em Mértola se deve sobretudo às novas plantações de floresta.

As últimas duas colunas nesta tabela mostram o total de hectares de cada classe em 1990 e o total da área que cada classe perdeu entre 1990 e 2000.

Em comparação, as colunas mostram a quantidade de hectares que cada classe ganhou entre 1990 e 2000 e quais as classes que contribuíram para estes aumentos.

Por exemplo, a mesma classe de 211 (culturas anuais de sequeiro) não só perdeu área para outras classes mas também ganhou de outras, como por exemplo da classe 243 (agricultura com espaços naturais) que contribuiu com 1980,8ha para o aumento da classe 211.

As últimas duas linhas nesta tabela mostram o total de hectares para cada classe em 2000 e o total de hectares ganho.

Visto a grande diferença entre a superfície dos concelhos no país, os números em hectares não nos dizem tudo. Calcularam-se as percentagens de cada classe em relação ao total da superfície do concelho. A tabela B (Anexo 2) mostra que a classe 211 é a classe mais importante em termos de ocupação do solo dentro do concelho de Mértola, ocupando 31,8 % da superfície total em 1990 e 31,5 em 2000. Esta diferença mostra uma pequena diminuição deste tipo de ocupação do solo.

As células amarelas na tabela representam a área persistente. Na última célula da diagonal da tabela pode ver-se que 86,6% do território do concelho não registou alterações de ocupação de solo entre 1990 e 2000. Embora possa parecer uma percentagem alta, na realidade reflecte uma paisagem e ocupação do solo bastante dinâmica (Pontius, 2004).

As tabelas são traduzidas numa terceira tabela, de interpretação mais fácil. A tabela C (Anexo 2) mostra a soma das alterações para cada classe em Mértola. Nem todas as classes da nomenclatura do Corine podem ser encontradas nesta tabela porque nem todos os tipos de ocupação do solo são encontrados em Mértola.

As perdas mais significativas encontram-se nas classes 243 e 323. O ganho mais importante reside na classe 324. Como se pode confirmar nas tabelas anteriores, as classes da agricultura com espaços naturais e com vegetação esclerófica passam

em 2000 a pertencer na sua grande maioria à classe 324 - florestas degradadas, cortes e novas plantações. No caso de Mértola são sobretudo novas plantações.

O *net change* pode ser algo enganador porque as perdas duma classe num local podem ser compensadas pelos ganhos noutra local. Isto é ilustrado pelo valor do *Swap*.

A coluna à direita desta tabela mostra as alterações ao primeiro nível da nomenclatura CLC. O total da área dos territórios artificializados aumentou 0,02% do total da superfície do Concelho. O total das áreas agrícolas diminuiu 4,11%, as alterações importantes ocorreram dentro desta classe agregada.

O total da floresta aumentou um pouco mas o maior aumento teve lugar na classe das novas plantações. Uma grande parte destas plantações foi feita em áreas previamente agrícolas e também em áreas com vegetação esclerofítica. Assim, apesar de uma diminuição no total de área agrícola, a área sob uma gestão mais “activa” aumentou.

Felgueiras

De maneira resumida, o mesmo exercício pode ser feito para os outros dois Concelhos, representados também nos Anexo 3 e 4.

Em Felgueiras, por exemplo, a baixa percentagem de persistência indica uma ocupação do solo muito dinâmica durante os anos noventa. Estas dinâmicas são representadas na tabela. As áreas urbanas cresceram muito, 4,1% do total da superfície do Concelho e as áreas agrícolas diminuíram 2,7% do total. É interessante ver as mudanças dentro da classe agrícola, especialmente o aumento da classe 221 (vinhas) e a conversão de 241 (culturas anuais associadas a culturas permanentes) para 242 sistemas culturais e parcelares complexos). Por um lado, o aumento das vinhas pode indicar alguma intensificação da produção agrícola, mas por outro lado, a mudança para uma classe mais complexa em termos de sistema agrícola pode também representar uma fragmentação do sistema produtivo.

O total da área florestada diminuiu 4,03%. Esta diminuição deve-se provavelmente aos cortes ou incêndios, visto o aumento da classe 324 (espaços florestais degradadas, cortes e novas plantações).

Alfândega da Fé

A ocupação do solo neste Concelho tem sido relativamente persistente. Ao contrário do que se registou nos outros dois concelhos, a análise do Concelho de Alfândega da Fé em Trás-os-Montes mostra um aumento da área agrícola. Este aumento é distribuído sobre várias classes mas pode ser registado sobretudo na classe 222 que são pomares e na classe 243 (agricultura com espaços naturais). A área coberta com floresta aumentou também, sobretudo devido a um aumento da classe 311 (florestas de folhosas).

Na tabela B (anexo 4 pode ver-se que o aumento da área agrícola vem sobretudo da classe 321 (pastagens naturais) e da classe 322 (matos). Embora isto possa mostrar uma certa intensificação da produção nalgumas áreas, onde antigas pastagens foram convertidas para pomares, esta tendência parece ser contrariada por um aumento da classe 243 (agricultura com espaços naturais) noutras áreas.

Resumindo, pode dizer-se que os resultados da análise espacial fornecem informação muito interessante e que não poderia ser obtida com análises de dados estatísticos. Embora também resulte em novas dúvidas e questões, que nem sempre são fáceis de responder. Traduz uma imagem relativamente clara dos processos que estão a decorrer a nível da ocupação do solo.

3.3. Dinâmica do sector agrícola

3.3.1. Fonte de informação: Recenseamentos Gerais da Agricultura. Dados Comparativos 1989 – 1999. Instituto Nacional de Estatística, 2000.

“Os recenseamentos agrícolas inscrevem-se no quadro dos programas de recenseamentos mundiais da agricultura desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) que recomenda a sua realização de 10 em 10 anos. Também ao nível da União Europeia a realização decenal de recenseamentos agrícolas se encontra devidamente enquadrada por legislação comunitária, a qual visa harmonizar as condições de execução em cada um dos Estados membros. O princípio da harmonização ao nível metodológico, dos conceitos e das variáveis a recolher é indispensável para uma correcta avaliação da situação agrícola na União Europeia e em cada Estado membro e permite efectuar estudos comparativos entre os diferentes países da União. O Regulamento (CE) nº 2467/96

que alterou o regulamento (CEE) nº 571/88, definiu, de acordo com as recomendações da FAO, a execução do recenseamento agrícola de 1999. O primeiro recenseamento agrícola realizado no nosso país, data de 1952/54, uma vez que foi efectuado ao longo de três anos, seguindo-se-lhe o de 1968.

Contudo, só em 1979 com o Recenseamento Agrícola do Continente (RAC) se concretizou pela primeira vez uma operação estatística censitária de contornos semelhantes à de 1999. Com o Recenseamento Geral da Agricultura de 1989, realizado simultaneamente em todo o território nacional, Portugal executou pela primeira vez uma operação censitária no âmbito da agricultura harmonizada com os países que integravam a então CEE. Esta harmonização implicou a alteração da definição de exploração agrícola, passando o nosso país a adoptar a definição comunitária.

Os recenseamentos da agricultura permitem responder às obrigações internacionais e constituem uma ferramenta de gestão indispensável para a tomada de decisões, nomeadamente no âmbito das políticas agrícolas, regionais e territoriais. Contudo, o interesse do recenseamento não se esgota aqui, já que devido ao seu carácter exaustivo é a única operação estatística que permite a obtenção de informação completa para os diferentes níveis geográficos, até freguesia, além de que a base de dados desta operação constitui o universo de referência e o alicerce de todo o programa estatístico que se irá desenrolar durante o período inter censitário”.

(INE, Notas Metodológicas do Recenseamento Geral Agrícola 1989 e 1999)

Para além dos dados do Recenseamento Geral Agrícola de 1989 e de 1999, foram também utilizados os resultados de algumas análises já realizadas anteriormente com base nos mesmos dados, como o “Panorama Agricultura 2000”, pelo Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar (2001), e o estudo sobre “O Abandono da Actividade Agrícola” realizado por Alves et al. (2003).

3.3.2. Âmbito geográfico, período de recolha e unidade estatística

A recolha da informação no âmbito do RGA de 1999, foi efectuada em todo o país por entrevista directa junto dos agricultores. O período de recolha teve início em Outubro de 1999 e terminou em Março de 2000. O período de referência do inquérito foi o ano agrícola de 1998/99, com início em 1 de Novembro de 1998 e termo em 31 de Outubro de 1999. Para 1989 os dados correspondem a períodos semelhantes, dez anos antes.

A unidade estatística foi a exploração agrícola, considerada como sendo uma unidade técnico-económica que utiliza mão-de-obra e factores de produção próprios, satisfazendo obrigatoriamente determinadas condições.

3.3.3. Análise

A metodologia empregue foi desenvolvida de acordo com a metodologia de análise do Corine Land Cover, tentando criar o mesmo tipo de índices, embora desta vez com dados estatísticos, já classificados por concelho, e com indicadores respeitantes à actividade agrícola.

3.3.3.1. Os principais índices calculados

Para cada um dos indicadores seleccionados é estudada a variação entre os dois anos, assim como o peso do indicador em 1999 e o *net change* entre 1989 e 1999. Numa segunda fase, os indicadores são cruzados através de uma análise de clusters, resultando num agrupamento de concelhos com características semelhantes entre eles.

A variação mostra a alteração relativa do indicador. A fórmula utilizada é: $((1999-1989)/1989)*100$. Este indicador é útil para compreender algumas tendências, tendo no entanto a desvantagem de não ser ponderado, sendo assim difícil comparar as tendências entre concelhos com características muito diferentes.

O peso do indicador reflecte a percentagem do indicador em relação a uma classe de referência. Os níveis de referência foram construídos tanto a nível da exploração como ao nível do concelho (por exemplo: população agrícola dentro do concelho em relação a população total do concelho; ou: SAU em relação à superfície total da exploração; SAU em relação à superfície total do Concelho). Este indicador é ponderado e permite assim comparações entre concelhos diferentes.

O net change mostra a diferença entre a importância de um indicador em dois anos diferentes. O *net change* é baseado no peso do indicador em relação a uma classe de referência e assim também representa um valor ponderado, o que permite a comparação entre concelhos diferentes.

3.3.3.2. Alguns exemplos de aplicação

Dois exemplos ajudam a esclarecer a diferença entre estes indicadores:

Oeiras	1989	1999	Variação	Net Change
Superfície total das Explorações	1417,7	1261,6	-11%	
Peso da superfície total das explorações na superfície total do Concelho	31%	27,5%		-2,5%

Vila Viçosa	1989	1999	Variação	Net Change
Superfície total das Explorações	16790,9	14779,64	-12%	
Peso da superfície total das explorações na superfície total do Concelho	86,3%	75,9%		-10,3%

Tabela 1: Diferença entre variação e net change, exemplos de Oeiras e Vila Viçosa

No primeiro exemplo são comparados os concelhos de Oeiras e Vila Viçosa, que têm características muito diferentes. Considerando a variação da superfície total das explorações, os dois concelhos apresentam valores muito parecidos. Em Oeiras houve uma diminuição da superfície total das explorações de 11%, enquanto em Vila Viçosa a diminuição foi de 12%. Porém, a importância que a agricultura tem em cada um destes concelhos é muito diferente. Em Oeiras, a superfície total das explorações agrícolas ocupa cerca de 31% da superfície do concelho, sendo que em Vila Viçosa este peso é de 86,3%. Tomando em conta este peso mais elevado em Vila Viçosa, é lógico que a variação neste concelho resulte num *net change* mais elevado, de – 10,3%, enquanto o *net change* em Oeiras é só de –2,5%. Assim o *net change* é um indicador interessante, uma vez que incorpora já a importância da classe no concelho.

Oeiras	1989	1999	Variação	Net Change
População Total	162.128	151.342	-6,6%	
No. Produtores	74	30	-59,5%	
População Agrícola	219	50	-77,1%	
No. Produtores / População total	0,05%	0,02%		-0,03%
População Agrícola / População total	0,14%	0,03%		-0,11%

Mértola	1989	1999	Variação	Net Change
População Total	9805	8712	-11,1%	
No. Produtores	1184	684	-42,2%	
População Agrícola	3011	1950	-35,2%	
No. Produtores / População total	12,1%	7,9%		-4,2%
População Agrícola / População total	30,1%	22,4%		-7%

Tabela 2: Diferença entre variação e net change, exemplos de Oeiras e Mértola

A comparação entre as tendências a nível do número de produtores e da população em Mértola e Oeiras ou seja, das alterações no número de produtores ponderadas pelo total da população, ilustra também a mais valia dos índices como o *net change* e o peso.

3.4. Dinâmica socio-económica das áreas rurais

3.4.1. Fonte de informação: Recenseamentos Populacionais. Instituto Nacional de Estatística, 2001.

“Os Censos são tradicionalmente a contagem da população dum país a que, em época mais recente, se acrescentou a sua melhor caracterização e um levantamento do parque habitacional.

Em Portugal, data de 1864 a realização do primeiro recenseamento normalizado segundo as recomendações internacionais. Antes dele realizaram-se “numeramentos”, “contagens” e até mesmo “recenseamentos” que, por não serem exaustivos e não terem sido utilizados os princípios estatísticos que hoje são exigíveis, não podem ser considerados equivalentes à série de recenseamentos iniciada em 1864.

Nos nossos dias, e segundo os Princípios e Recomendações para os Censos da População e da Habitação, editados pelas Nações Unidas, os Censos são entendidos como processos normalizados de recolha, tratamento, avaliação, análise e difusão de dados referenciados a um momento temporal específico e respeitantes a todas as unidades estatísticas (indivíduos, famílias, alojamentos edifícios) de uma zona geográfica bem delimitada, normalmente o país.

Até hoje em Portugal realizaram-se treze recenseamentos da população e três recenseamentos da habitação, remontando a 1970 a realização simultânea dos dois tipos de recenseamentos.”

(INE, Notas Metodológicas, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001)

3.4.2. Âmbito geográfico, período de recolha e unidade estatística

“Desde o Recenseamento Geral da População e da Habitação de 1981 inclusive, passou-se a utilizar, para além dos questionários de *Edifício e Alojamento*, dois tipos de questionários para análise da população: os questionários de *Família e Individual*, procedimento corrente nos países da Europa ocidental. Anteriormente as questões referentes à família e aos indivíduos que a constituíam estavam contidas num mesmo questionário, com algumas vantagens mas com os grandes inconvenientes da complexidade do formulário e dificuldade em analisar convenientemente as características da família.

O INE é a entidade responsável pela realização dos Censos 2001. As Direcções Regionais do INE, no Continente, e os Serviços Regionais de Estatística, nas Regiões Autónomas, têm a missão de coordenar e promover regionalmente a realização dos Censos, dinamizar, supervisionar e dar apoio técnico aos municípios. Aos Municípios incumbe a organização, coordenação e validação dos trabalhos dos recenseamentos na respectiva área. Às Freguesias é atribuída a tarefa de organizar e controlar os trabalhos no terreno, em íntima ligação com a respectiva autoridade municipal.

Os trabalhos de recolha de dados são executados pelos chamados *recenseadores*, indivíduos especialmente recrutados e formados para o efeito. A cada um deles é atribuída uma área bem definida e delimitada cartograficamente, designada por secção estatística, contendo em média cerca de 300 alojamentos. Cada unidade estatística é contada no local onde se encontra no momento censitário, e os dados recolhidos em relação a cada característica referem-se ao mesmo momento (data censitária ou semana precedente para as características económicas).

A metodologia de recolha consiste na distribuição dos questionários individuais na semana que precede a data censitária e na sua recolha, após preenchimento pelos indivíduos, nas quatro semanas seguintes. Portanto, e como filosofia processual, o método adoptado é o da entrega/recolha de questionário. Trata-se duma metodologia que não se aplica de forma pura mas geralmente mista. Isto quer dizer que em muitas situações, designadamente em zonas mais rurais ou isoladas ou sempre que o nível cultural da família não seja suficiente, o recenseador terá de preencher os questionários inquirindo, para o efeito, directamente os indivíduos.

Noutras situações, normalmente nas zonas urbanas e após várias insistências, utiliza-se a via postal para a devolução dos questionários dos alojamentos e respectivas famílias que não foi possível contactar durante o processo de recolha directa. Aos recenseadores compete o preenchimento dos questionários de Edifício,

Alojamento (1ª parte) e Família e verificar a qualidade do preenchimento dos questionários Individuais procedendo, se necessário, à sua correcção.

O trabalho dos recenseadores é revisto pelos seus chefes de equipa, antes de se proceder ao pagamento do trabalho realizado, pelo que pode implicar a devolução do mesmo para correcção. Um segundo nível de verificação do trabalho é da responsabilidade dos coordenadores de Freguesia e existe ainda um terceiro nível de controlo pelos coordenadores de concelho. Aos presidentes das Câmaras Municipais, para além da coordenação local, é atribuída a responsabilidade de certificar os resultados globais do trabalho”

3.4.3. Análise

A metodologia empregue procura ser equivalente, tanto quanto possível, à metodologia de análise do Corine Land Cover e RGA. Os indicadores respeitantes a esta análise estão relacionados sobretudo com a dinâmica socio-económica e a capacidade dos concelhos para fixar a população. Foi dada particular incidência à população, emprego, educação e economia. A partir dos dados estatísticos são calculados os parâmetros *net change* e percentagem do indicador no concelho. No final cruzam-se todos os indicadores e realiza-se uma análise de clusters. O resultado final é um agrupamento de concelhos com características semelhantes entre eles.

3.4.3.1. Os principais índices calculados

Para poder avaliar as tendências e as transformações sócio-económicas nas áreas rurais utilizamos os Censos Populacionais 1991 e 2001 bem como os resultados de alguns outros estudos sobre dados relacionados como os ‘Estudos sobre o poder de compra Concelhio’ de 1992 e 2002, alguma informação das Situações de Exclusão em Portugal Continental do Instituto da Segurança Social, e o estudo ‘Portugal na Transição do século – Retratos e Dinâmicas Territoriais’ de Teresa Sá Marques. Para cada um dos indicadores seleccionados é estudado a variação entre os dois anos tanto como o peso do indicador em 1999 e o *net change* entre 1989 e 1999.

A variação mostra a alteração relativa do indicador. A formula que se utilizou é: $((1999-1989)/1989)*100$. Este indicador é útil para perceber as algumas tendências mas a tem a desvantagem de não ser ponderado, tornando assim difícil comparar as tendências entre concelhos com características muito diferentes.

O peso do indicador reflecte a percentagem do indicador em relação a uma classe de referência. Os níveis de referência são construídos tanto a nível da exploração como ao nível do concelho (por exemplo: população agrícola dentro do concelho em relação à população total do concelho; ou SAU em relação à superfície total da exploração; SAU em relação à superfície total do concelho). Este indicador é ponderado e torna mais fácil comparar os indicadores entre concelhos diferentes.

O net change mostra a diferença entre a importância de um indicador em dois anos diferentes. O *net change* é baseado no peso do indicador em relação a um classe de referência e assim também representa um valor ponderado o que torna mais fácil a comparação entre concelhos diferentes.

3.5. Cruzamento das três dimensões

Depois de terem sido finalizadas as três dimensões da análise, julgou-se conveniente ainda realizar uma análise de conjunto, juntando os três tipos de informação num tratamento conjunto. A possibilidade de desenvolver ainda esta análise levantou de início algumas dúvidas, tendo em conta a diversidade e complexidade da informação que se devia cruzar. Foi no entanto julgado interessante realizá-lo, uma vez que a informação por cada dimensão já estava tratada, e esta seria uma visão complementar.

Assim, foi seleccionado um conjunto de indicadores relativos à Ocupação do Solo, ao Sector Agrícola e à Comunidade, considerados os mais relevantes de entre aqueles que tinham sido trabalhados para cada uma das dimensões isoladamente, e realizou-se mais uma análise de *clusters*. Os resultados da mesma são apresentados no Capítulo 7.

4. Alterações na ocupação do solo entre 1990 e 2000

4.1. Portugal Continental – Tendências Gerais

A análise do CORINE Land Cover permite compreender a distribuição espacial das alterações na ocupação do solo em Portugal entre os anos 1990 e 2000. Esta análise foi feita a nível dos concelhos (NUTS IV), mas em primeiro lugar foi feita uma análise geral considerando o conjunto do país.

Em geral, a análise a nível do país mostra que entre 1990 e 2000, a ocupação de 86,7% da superfície total do território continental se manteve como persistente enquanto 11,3% da superfície total registou alterações.

A literatura sobre dinâmicas de uso solo mostra que os valores de persistência dominam na maioria de paisagens, mesmo nas que são consideradas muito dinâmicas. “Mesmo na área Metropolitana de Atlanta, que é conhecido como um dos metrópoles nos Estados Unidos que mais rápido cresce, a persistência durante as últimas três décadas foi cerca de 75%” (Yang in Pontius, 2004). Assim, as alterações que ocorreram em Portugal, neste curto período de análise de uma década, resultam numa persistência de 87,5%, o que mostra uma dinâmica relativamente forte.

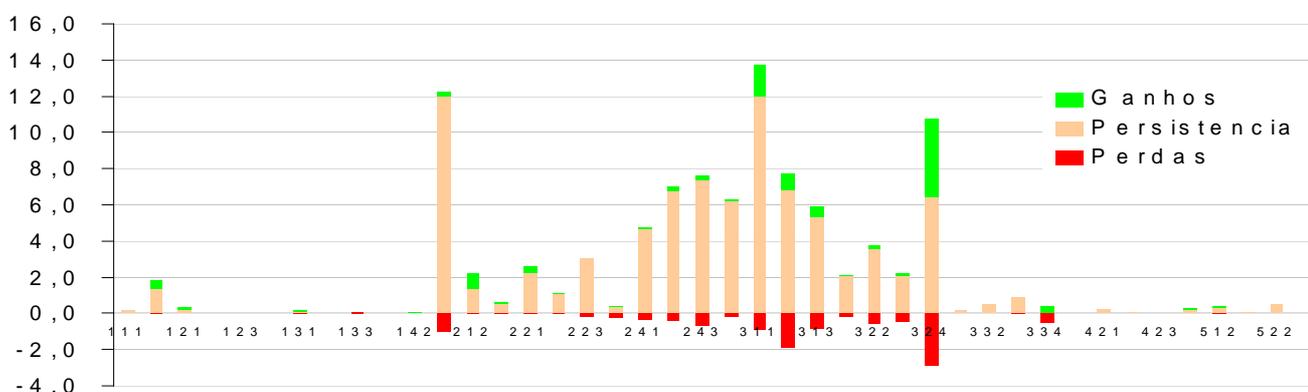


Figura 4: Ganhos, percas e persistências nas principais classes de ocupação do solo, Portugal Continental, 1990-2000

A análise considera sobretudo as classes dois e três do CLC, que representam respectivamente os vários tipos de ocupação do solo agrícola e florestal, e que em conjunto, ocupam à volta de 95% do território do continente (Figura 4 e Tabela 3).

A classe da ocupação do solo mais dinâmica é aquela classe que inclui a floresta degradada, cortes e novas plantações (324). Durante os anos noventa, o total desta classe aumentou quase 1,5% da superfície total do continente, mas é importante sublinhar que não houve só aumento como mostra o gráfico das alterações. Na realidade, uma área bastante significativa de 2,9% da superfície total saiu desta classe entre 1990 e 2000. Esta perda em alguns locais foi compensada por um aumento da área noutros sítios, em mais do que 4,32% da superfície total (Swap). A dinâmica desta classe pode ser explicada, pelo menos em parte, pela ocorrência de incêndios, pela regeneração da floresta bem como pelas novas plantações dos anos 90.

O conjunto das classes agrícolas diminuiu -0,9% do total da superfície do continente, mas houve dinâmicas muito diferentes dentro da classe. As classes que mais diminuíram foram as culturas anuais de sequeiro (211) e a agricultura com espaços naturais (243). No entanto as diminuições de algumas classes foram, pelo menos até certo nível, compensadas por um aumento de outras classes. Registou-se um aumento da área de culturas anuais de regadio a custo das culturas anuais de sequeiro, e houve também um aumento significativo da área de vinha.

A área total ocupada com floresta mostrou uma ligeira diminuição de -0,4% a nível nacional entre 1990 e 2000. No entanto, os dados do CORINE mostram mais do que só esta ligeira diminuição. Por um lado existe um contraste entre as florestas de folhosas que aumentaram a nível nacional, e as florestas de resinosas e mistas que diminuíram ambas. Por outro lado também existe um alto valor de SWAP para cada uma das classes de floresta. Este valor de SWAP mostra que dentro de cada classe houve uma grande parte a entrar e sair. Para a classe da floresta resinosa, houve por exemplo, um net change à volta de 1% da superfície total do continente mas na realidade perdeu-se quase 2%. Algumas destas perdas foram compensadas por um ganho desta classe noutras áreas. O total da área perdida que foi compensada por área ganha noutra sítio resulta no SWAP de quase 2%.

	Perdas	Ganhos	Swap	Net change 1	Net change classe
111	0,00	0,02	0,00	0,02	0,00
112	0,02	0,46	0,04	0,44	0,00
121	0,00	0,15	0,00	0,15	0,00
122	0,00	0,02	0,00	0,02	0,00
123	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	0,01	0,08	0,01	0,07	0,00
132	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
133	0,02	0,05	0,04	0,03	0,00
141	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
142	0,00	0,04	0,00	0,04	0,78
211	1,03	0,23	0,45	0,80	0,00
212	0,03	0,83	0,06	0,80	0,00
213	0,06	0,03	0,07	0,03	0,00
221	0,05	0,35	0,10	0,30	0,00
222	0,02	0,07	0,03	0,05	0,00
223	0,13	0,04	0,08	0,09	0,00
231	0,21	0,04	0,08	0,17	0,00
241	0,35	0,04	0,09	0,31	0,00
242	0,39	0,24	0,48	0,15	0,00
243	0,69	0,27	0,54	0,42	0,00
244	0,14	0,04	0,08	0,09	-0,90
311	0,92	1,71	1,84	0,79	0,00
312	1,90	0,94	1,89	0,95	0,00
313	0,85	0,60	1,20	0,25	-0,41
321	0,16	0,06	0,11	0,11	0,00
322	0,55	0,17	0,35	0,38	0,00
323	0,42	0,07	0,14	0,35	-0,73
324	2,86	4,32	5,73	1,46	0,00
331	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00
332	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
333	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00
334	0,50	0,34	0,69	0,15	0,00
411	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
421	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
422	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
423	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
511	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
512	0,01	0,07	0,02	0,06	0,00
521	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
522	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
523	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	11,34	11,34	22,68	0,00	0,00

Tabela 3: Alterações na ocupação do solo entre 1990 e 2000 a nível do continente

Outras classes que merecem alguma atenção são as classes de matos e vegetação esclerofítica. Na literatura científica, um aumento da área de matos é associado frequentemente a um abandono de terra, ou pelo menos uma tendência para o mesmo. Deste ponto de vista é notável haver uma diminuição de -0,73% da

superfície total desta classe entre 1990 e 2000 em Portugal. No entanto, a análise a nível dos concelhos mostra que esta classe de matos e vegetação esclerofítica é uma classe bastante dinâmica e que apesar das tendências de diminuição da superfície total há muitas áreas que entram e saem desta classe (SWAP alto) dentro de cada concelho.

A análise a nível do país revela que a classe de matos perde peso sobretudo a favor da classe 324, e em menor proporção também para a classe da floresta ou ainda para a classe da área ardida. O que isto pode reflectir é que uma grande parte da área que foi classificada como matos em 1990 não foi (re) cultivada nem utilizada intensamente, por exemplo para pastagens, e gradualmente evoluiu para outro tipo de vegetação mais densa. Ao mesmo tempo, a área nova que entrou na classe de matos em 2000 veio sobretudo das áreas que foram classificadas como áreas ardidadas em 1990. Isto indica a tendência para a regeneração natural das áreas ardidadas (que provavelmente já tinham matos antes de arder) mas também mostra que há pouca área nova que vem doutras classes e que entra na classe dos matos.

Por ultimo foi analisada a classe das áreas ardidadas. Naturalmente há muita pouca área que se mantêm persistente dentro desta classe, devido aos processos de regeneração natural, ou à reutilização dos terrenos ardidados. Aquelas áreas que são classificadas como persistentes provavelmente arderam antes da análise em 1990 mas também mais tarde outra vez, no fim dos anos 90.

No total existe uma ligeira diminuição das áreas ardidadas de 1990 para 2000, mas isto não pode ser lido como indicador das áreas que de facto arderam nesse período. Provavelmente muitas das áreas que arderam entraram entretanto na classe da floresta degradada (324), uma classe com grande dinâmica.

Em geral, as classes urbanas têm uma leitura mais fácil. As alterações desta classe são numa só direcção, de outras classes para urbano, uma vez que a mancha urbana tem tendencialmente sempre aumentado nas últimas décadas. No total, a superfície do continente ocupada por classes urbanas aumentou 0,8% entre 1990 e 2000. As análises a nível do concelho mostram que existem grandes diferenças entre as diferentes zonas do país.

4.2. Persistência e dinâmica da ocupação do solo a nível do concelho

O primeiro tipo de análise da ocupação do solo a nível do concelho refere-se à dinâmica e à persistência. Quanto mais alto o valor de persistência num concelho,

mais estável a ocupação do solo tem sido durante os anos noventa. Embora o nível médio da persistência a nível nacional seja à volta dos 87%, existem grandes diferenças entre os concelhos como mostra o mapa em baixo.

Existem concelhos com uma persistência muito alta de quase 100% (Olhão, Porto de Mós, Estarreja, Arronches, São Brás de Alportel) mas também há Concelhos com uma persistência muito baixa entre 60 e 65% como Oeiras, Sardoal, Lousada e Valongo (Fig.5).

Persistência da ocupação do solo:

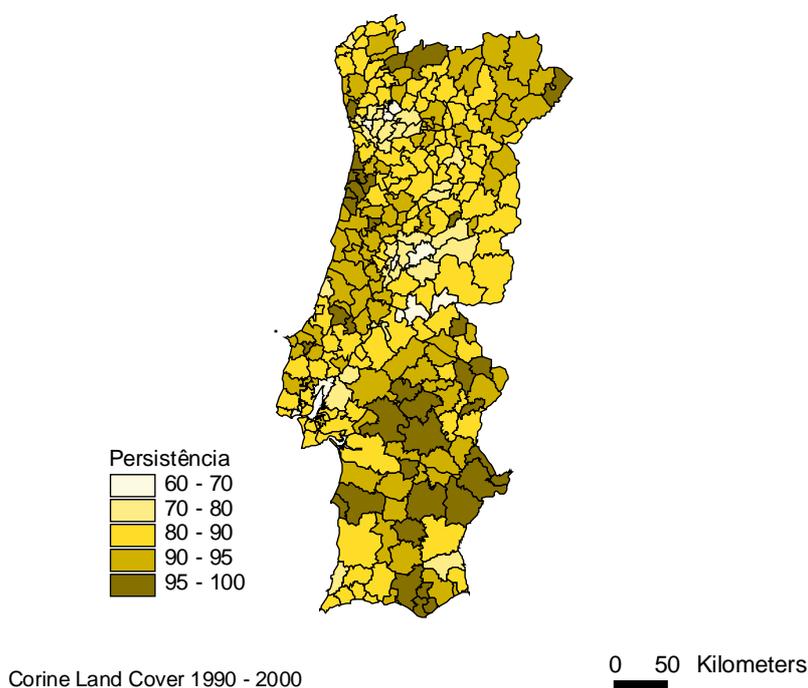


Figura 5: Persistência da ocupação do solo entre 1990 e 2000, em relação à superfície total do concelho - baseado no CLC

O que o mapa da persistência mostra é que as áreas mais dinâmicas em termos de ocupação de solo podem ser encontradas nalgumas zonas do interior, sobretudo nas montanhas e, como seria de esperar, a volta dos centros urbanos de Lisboa e Porto. Em geral, o Alentejo revela a ocupação do solo mais persistente. Trás-os-Montes, e uma área da Beira Litoral também mostram ocupações do solo relativamente estáveis durante os anos noventa.

A dinâmica da ocupação do solo à volta dos centros urbanos parece óbvia tendo em conta a contínua e crescente pressão sobre o uso da terra. A hipótese que

melhor parece explicar a dinâmicas nos concelhos do interior relaciona-a com as alterações na classe da floresta. Tanto por causa da exploração (cortes e novas plantações) como por causa dos incêndios que afectaram muito esta zona já nos anos noventa e que infelizmente continuam a afectar estas áreas.

4.3. Dinâmica da superfície agrícola a nível do Concelho

Olhando para o peso da área agrícola dentro dos concelhos torna-se clara a importância que esta classe ainda mantêm na ocupação do solo (Fig.2). São muitos os concelhos onde a área agrícola ocupa mais de 50% da superfície total, sobretudo na região Alentejo, grande parte do Oeste e Trás-os-Montes.

Para representar as alterações na área agrícola entre 1990 e 2000 foi utilizado em primeiro lugar o *net change* das classes agregadas da agricultura. Tal como explicado na Metodologia, este índice mostra a superfície total da agricultura em 2000 – menos a superfície total da agricultura em 1990 em relação à superfície total do concelho. Este cálculo em relação à superfície total do concelho é importante porque, ao contrário dos valores em hectares ou das variações, permite-nos a comparação entre os concelhos.

Como vimos na análise a nível nacional a superfície agrícola diminuiu -0,9% da superfície total. Porém, existem, também nesta classe, grandes diferenças entre os concelhos e as várias regiões do país, como se pode ver no mapa do *net change* em baixo (Fig.6).

Classes agregadas agrícolas:

Peso em 2000 e Net change

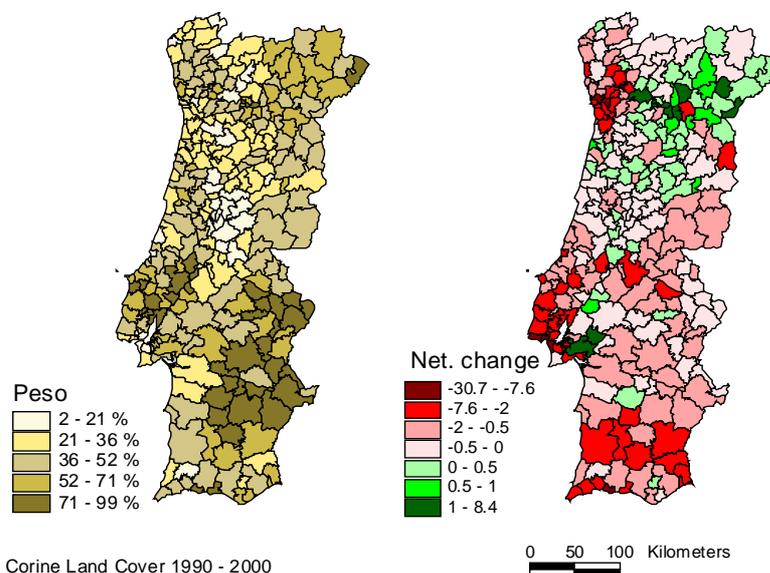


Figura 6: Peso e net change das classes agregadas agrícolas, em relação à superfície total do concelho - baseado no CLC

A maioria dos concelhos regista um declínio da área agrícola entre 0 e 2% do total da superfície. Alguns concelhos, especialmente aqueles à volta dos centros urbanos e no sul do Alentejo e na serra Algarvia sofrem um maior declínio desta classe. Quatro concelhos mostram mesmo um declínio da área agrícola que equivale a mais do que 10% da superfície total do Concelho (Oeiras, Amadora, Entroncamento, Vizela). Por outro lado, existe também um conjunto à volta de sessenta concelhos, sobretudo em Trás-os-Montes, Alto Douro e espalhados pelo interior das Beiras, onde se registou um (ligeiro) aumento da superfície agrícola entre 1990 e 2000.

É importante sublinhar que o *net change* na ocupação do solo não nos mostra toda a dinâmica do sector agrícola e que pode haver varias interpretações. Por um lado, parece óbvio que um *net change* negativo revela uma diminuição da superfície agrícola, mas não quer dizer que a dinâmica ou a produtividade do sector também tenha diminuído.

Uma diminuição da área total pode ser acompanhada por uma concentração e uma intensificação da produção nalguns sítios, o que pode mesmo resultar num aumento da produtividade. Esta ideia é reforçada pelos valores que mostram o aumento das áreas de culturas anuais de regadio e da vinha. Os mapas das Figs 7 e 8, comparados com o da Fig.6, mostram que muitas das áreas no Alentejo e na Beira Interior que registaram um *net change* negativo da área agrícola ao mesmo tempo

viram a área de regadio e a área da vinha aumentar. Em geral, um aumento destas classes é visto como um indicador da intensificação do sector.

Regadio e Vinha:

Net change

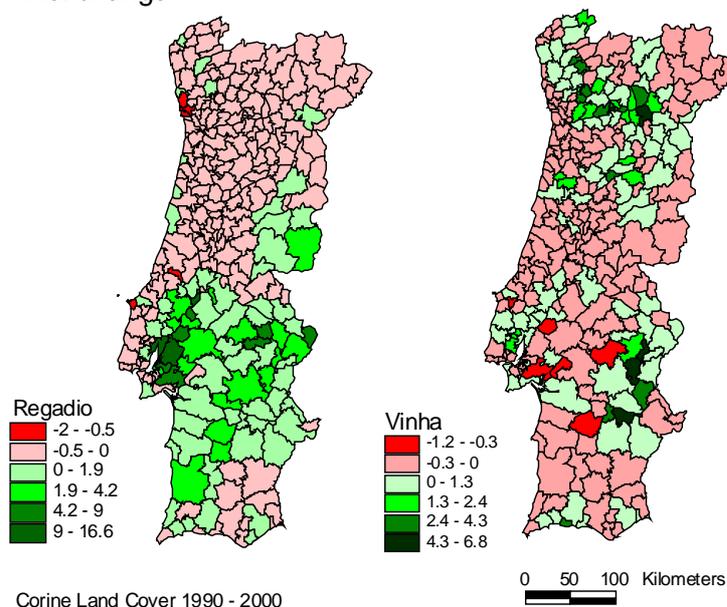


Figura 7: Net change culturas de regadio e vinha, em relação à superfície total do concelho - baseado no CLC

Da mesma forma, um *net change* pouco negativo, nulo ou até positivo, não significa que não há áreas dentro do concelho que deixaram de ter uma ocupação agrícola. Como o *net change* só mostra o saldo da área ganha menos a área perdida, é possível imaginar que algumas áreas deixaram de ter ocupação agrícola, mas que houve uma concentração ou mesmo expansão da terra com ocupação agrícola noutras áreas, o que pode resultar num aumento da área agrícola total.

Outra situação a tomar em consideração é aquela onde um processo de extensificação pode de certo modo estar a camuflar as alterações da classe agrícola. Como Alves et al. (2003) explicam no relatório sobre o risco de abandono em Portugal, "Há fortes razões para crer que a área de pastagens pobres "esconde" o abandono verificado entre os dois recenseamentos". É verdade que este aumento significativo das áreas de pastagens pobres pode ser confirmado pelos dados dos Recenseamentos Gerais da Agricultura (como mostraremos na análise seguinte) mas na presente análise, ao nível do país, não se confirma este aumento das pastagens pobres pelos dados de CORINE. Antes pelo contrário, nota-se uma ligeira diminuição

do total da área de pastagens, tanto das pastagens sem especificação (semeadas) como das pastagens naturais.

Uma explicação para esta diferença entre a informação do CORINE e do RGA, para além dos desacertos de cada uma das fontes da informação, pode estar no que Oliveira Baptista (2001) tem chamado "a dança dos números". Esta "dança", das várias fontes para os diferentes anos, encontra a explicação dos seus desacertos no alargamento das áreas de prados e pastagens e nos critérios utilizados: "muito do que lido do céu aparece como inculto, é, na humana gestão dos subsídios, classificado como pastagem pobre e, portanto, com direito a incorporar a SAU".

É imaginável que pelos menos uma parte desta área que foi classificada como 'pastagens' nos Recenseamentos, não o seja na realidade, e que lido através da imagem de satélite ou fotografia aérea, seja classificado como inculto ou floresta degradada.

Na análise ao nível do concelho porém, o CORINE também revela vários concelhos onde se registou um aumento significativo das pastagens naturais, como pode ser visto no mapa da Fig.8. Pelo menos algumas das áreas com mais aumento das pastagens naturais coincidem realmente com as áreas que registam também um *net change* da classe agrícola positivo.

Outra situação a considerar é que o *net change* pode ser ligeiro ou nulo devido ao facto de as grandes alterações na ocupação do solo agrícola terem ocorrido já antes dos anos noventa. Assim, com um certo equilíbrio já mais ou menos estabelecido antes dos anos noventa, as alterações ocorridas ficariam fora desta análise. Onde não resta agricultura no primeiro momento da análise, já a área nesta classe não pode registar reduções. Esta hipótese é parcialmente confirmada pelo mapa do peso da classe agrícola. Realmente existem algumas áreas com um baixo peso da agricultura, sobretudo nas regiões mais florestadas, onde as diminuições nos anos noventa não foram muito significativas. Por outro lado, muitas das diminuições registaram-se também em áreas com um peso relativamente baixo da agricultura, como as áreas urbanas. E muitas das áreas com maior peso da agricultura também não registaram diminuições muito significativas.

Pastagens naturais:

Peso em 2000 e Net change

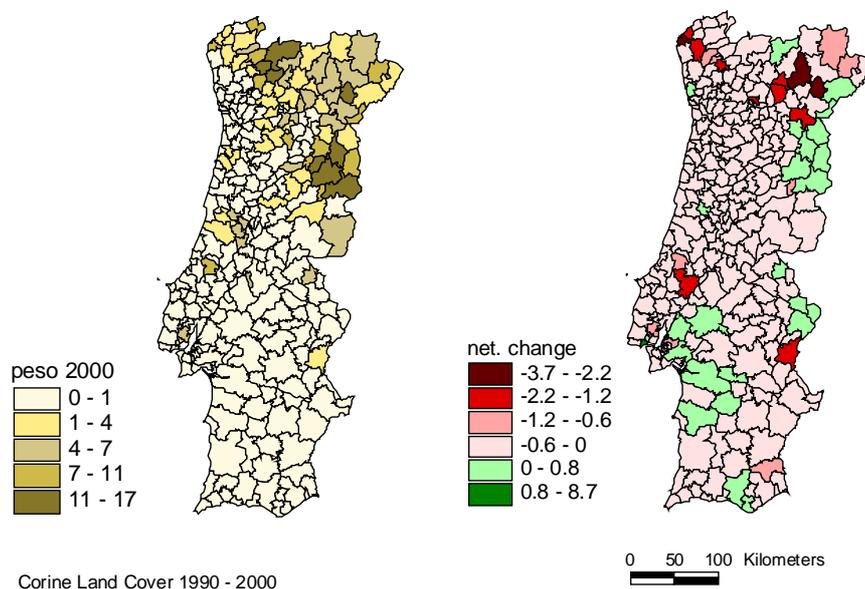


Figura 8: Peso e Net change das pastagens naturais, em relação à superfície total do concelho - baseado no CLC

Pode então fazer-se uma consideração geral: embora se verifique um declínio médio de $-0,9\%$ da área agrícola total em relação à área dos concelhos, esta redução não é tão forte ou significativa como muitas vezes é argumentado ou sugerido. Será que a agricultura é mais persistente do que se normalmente considera? Pode eventualmente haver alguma imprecisão na informação de base, mas de qualquer forma estes valores devem ser representativos de uma tendência, na qual se expressa uma certa persistência da ocupação agrícola do solo, entre 1990 e 2000.

A explicação pode estar, nalgumas áreas, na rentabilidade da agricultura, que continua a ser competitiva ou lucrativa, graças a novos modos de produção, a intensificação e apoios do PAC. Noutros casos pode ser que a agricultura se mantenha, não como actividade principal mas como actividade complementar importante no rendimento das famílias e como recurso de subsistência.

Eventualmente noutras áreas a agricultura mantém-se porque existem poucas alternativas de emprego e as pessoas continuam no sector. Até é possível imaginar que a forte ligação à terra e à agricultura às vezes impede o desenvolvimento de outras actividades. Esta ideia confirma-se em parte pelo cruzamento dos mapas do peso e net change da agricultura e da persistência total da ocupação do solo. Pode concluir-se que um maior peso da agricultura corresponde a uma maior persistência

da ocupação do solo. Ou, dito doutra forma, quanto maior o peso da agricultura, menos dinâmica existe no uso do solo.

Em geral pode dizer-se que um declínio da área agrícola é o processo dominante a nível do país mas que não pode ser generalizado. Existem áreas com um aumento da área agrícola e numa grande parte dos concelhos o declínio da superfície agrícola é relativamente pequeno. Alias, em muitas áreas, sobretudo no sul, a diminuição da superfície agrícola é acompanhado por um processo duma certa intensificação ilustrado por um aumento do regadio e da produção baseado na vinha e nos pomares. Muitos dos *net change* mais negativos da classe agrícola podem ser encontrados nas áreas urbanas onde a agricultura é substituída por outros usos mais competitivos. Nas áreas do Alentejo onde o peso da agricultura se mantém bastante alto regista-se um processo de intensificação, à excepção de alguns Concelhos na passagem do Alentejo para o Algarve onde o *net change* negativo da classe agrícola é acompanhado por uma forte florestação.

4.4. Dinâmica da superfície de floresta

Tal como a classe agrícola também a floresta tem um peso muito importante na ocupação do solo de Portugal continental, veja-se o mapa seguinte (Fig.9) que mostra o peso da floresta para todos os concelhos para o ano 2000.

Classes agregadas Florestais:

Peso em 2000 e Net change

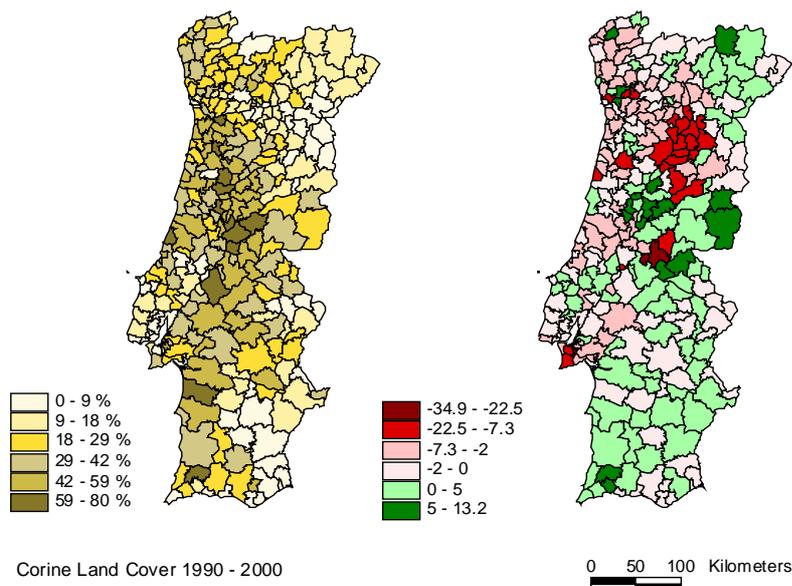


Figura 9 - Peso e net change das classes agregadas florestais, em relação à superfície total do concelho - baseado no CLC

Este mapa mostra um eixo claro, de concelhos predominantemente florestais no interior e em algumas áreas como Monchique no Algarve, Nazaré, Marinha Grande e Moita.

As alterações na ocupação do solo pela floresta entre 1990 e 2000 resultam numa imagem bastante diversificada (Fig.10). São muitos os concelhos que registaram um aumento da superfície florestada, sobretudo em Trás-os-Montes, Beira Baixa, Alentejo e o oeste do Algarve. Mesmo assim, na maioria do território a área de floresta diminuiu, sobretudo nas serras do Centro.

O que é notável é que uma grande parte do aumento da área de floresta teve lugar principalmente em concelhos que não são considerados como florestais, mas sim agrícolas. É o caso do Alentejo e Algarve e também de Trás-os-Montes. As políticas e incentivos à florestação, por parte da União Europeia, poderão estar na

base deste crescimento. Os apoios à florestação de terras agrícolas resultaram na florestação de muitos terrenos agrícolas nos anos noventa. Pode ser questionado se as áreas plantadas entraram logo na classe de floresta, no curto prazo de alguns anos, de forma a serem consideradas floresta em 2000. É mais provável que estas plantações estejam incluídas na classe 324, que representa, entre outras, as novas plantações.

Para verificar esta hipótese os dados de CORINE deverão cruzados com outras fontes de informação.

Por outro lado, uma possível explicação para o forte declínio da superfície com floresta nas zonas centrais do país pode estar na ocorrência de incêndios o que também deverá ser verificado cruzando a informação com outras fontes.

4.5. Dinâmica da superfície de “florestas degradadas, cortes e novas plantações”

A análise das alterações na ocupação do solo pela classe “floresta degradada, cortes e novas plantações” é difícil, uma vez que, tal como o nome indica, esta classe inclui várias ocupações do solo, que correspondem a situações e usos bastante diferentes. Florestas degradadas podem corresponder a áreas que arderam ou onde se realizaram cortes rasos poucos anos antes do registo, e que posteriormente evoluem sem uma gestão activa; cortes correspondem a áreas onde recentemente foi realizado um corte raso; e novas plantações são áreas com plantações florestais recentes, onde as árvores ainda não se desenvolveram – sendo as duas últimas resultado de uma gestão activa da floresta.

Floresta degradada, cortes e novas plantações:

Peso em 2000 e Net change

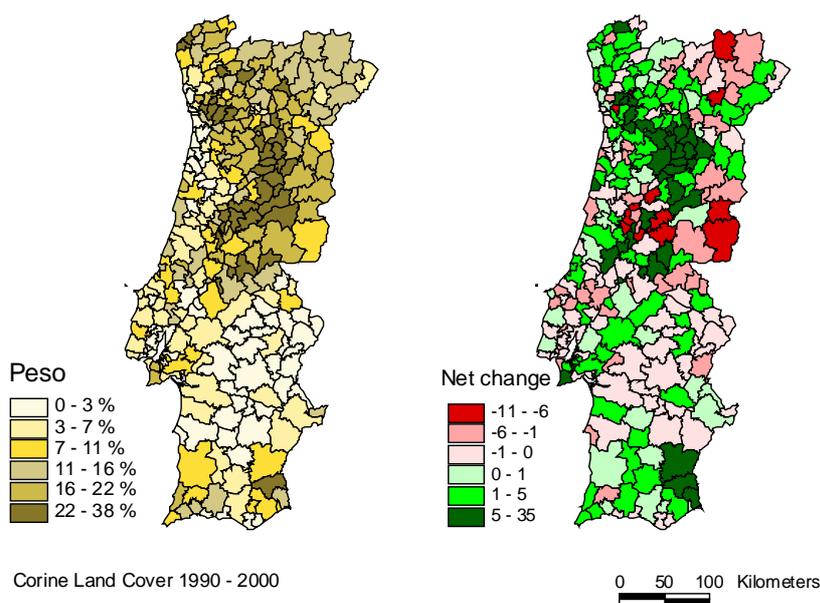


Figura 10 - Peso e net change da classe “floresta degradada, cortes e novas plantações (324), em relação à superfície total do concelho - baseado no CLC

Como já foi dito na introdução, considerando as alterações ao nível do país, esta é a classe que mostrou maior dinâmica durante os anos noventa.

Como se pode verificar nos mapas das figuras anteriores, e como seria de esperar, evidencia-se uma correspondência quase perfeita, ainda que em sentido

inverso, entre as alterações nas classes de floresta e de “floresta degradada, cortes e novas plantações”. Ou seja, nas áreas onde a floresta aumenta a outra classe diminui e vice-versa. A justificação pode estar tanto nos cortes da floresta – perde-se floresta por um lado e por outro ganha-se na classe que inclui os cortes – ou nos incêndios, uma vez que depois de algum tempo as áreas afectadas pelos incêndios também entram na mesma classe, como floresta degradada.

Pode destacar-se Proença-a-Nova como exemplo: por um lado regista uma diminuição de floresta de 11% e por outro lado regista um aumento de 10% na “floresta degradada, cortes e novas plantações” e um aumento da área ardida de 1,5%. Mesmo assim, deve também considerar-se que em varias áreas, a grande dinâmica da classe “floresta degradada, cortes e novas plantações”, sobretudo o seu aumento, se prende com as novas plantações florestais. A partir de casos de estudo analisados pela equipa, sabe-se que nalgumas áreas, nomeadamente no Alentejo (Mértola, Alcoutim), o aumento desta classe corresponde sobretudo a novas plantações.

Em geral, a maioria dos concelhos registou um aumento desta classe. Algumas áreas registam uma diminuição, nomeadamente no centro do país e em Trás-os-Montes, onde esta diminuição corresponde quase perfeitamente ao aumento da área ardida. Ou seja, a diminuição de “floresta degradada, cortes e novas plantações”, em algumas regiões do país, deve-se provavelmente à ocorrência de incêndios nestas mesmas áreas – passando as mesmas áreas assim a ser classificadas como áreas ardidas no segundo período de observação.

O que é interessante nesta classe é que representa uma ocupação do solo bastante dinâmica. Na maioria dos concelhos, excluindo os do Alentejo e este do Algarve, verifica-se um elevado SWAP (Fig. 11). Significa que dentro do mesmo concelho, algumas áreas deixaram de ter este tipo de ocupação, enquanto outras áreas o passaram a ter, entre 1990 e 2000. Podem ter ocorrido cortes ou incêndios em áreas de floresta, ou áreas com outra ocupação anterior terem sido florestadas, ou áreas que eram desta classe terem voltado a integrar a classe de floresta, por regeneração.

Floresta degradada, cortes e novas plantações:

Swap e Persistência

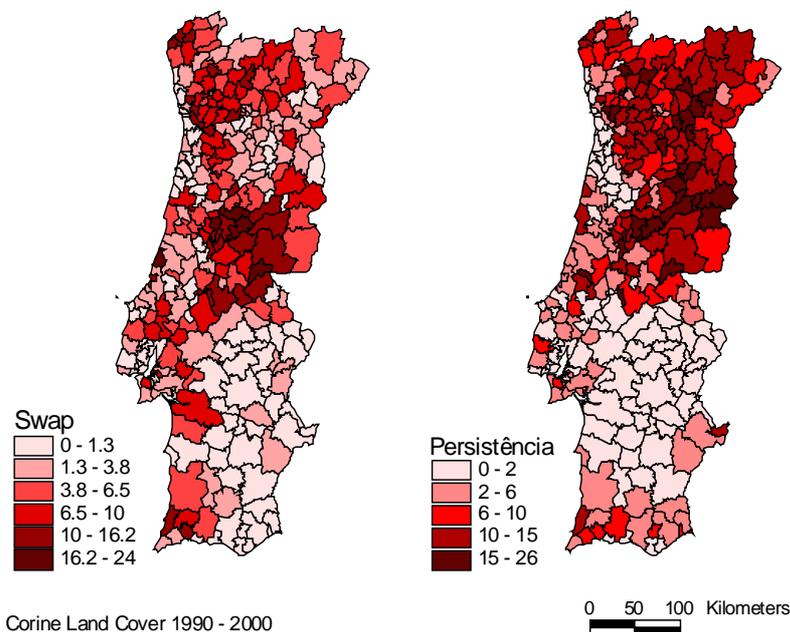


Figura 11 – Swap e Persistência da classe “florestas degradadas, cortes e novas plantações”, em relação à superfície total do concelho - baseado no CLC.

Para poder distinguir melhor entre as várias ocupações do solo dentro desta classe (floresta degradada, cortes e novas plantações) foram analisados também a persistência da classe no período de 1990 a 2000, (mapa 11) assim como os dados sobre as florestações no âmbito do Reg. 2080, para o período 1992 – 1998. (mapa 12). O que parece mais provável é que uma alta persistência desta classe reflecta sobretudo a persistência da floresta degradada, o que pode reflectir uma certa negligência no sentido da falta de gestão, ou seja, do abandono da área de floresta. No caso de haver persistência, não é de esperar que sejam áreas de plantações ou cortes porque estas teriam evoluído para outras classes ao fim dos dez anos de intervalo. Uma excepção pode ser as áreas de floresta que são cortadas com uma periodicidade de nove ou dez anos e que poderiam assim, por coincidência, ser classificadas como áreas de cortes tanto em 1990 como em 2000. Apesar desta questão dos cortes, que não se consegue esclarecer totalmente com as fontes disponíveis, vale a pena analisar a imagem da persistência da classe. Como se vê na Fig.11 são sobretudo as áreas do Norte e Centro que são caracterizadas por uma alta persistência desta classe, atingindo 25% da superfície total do concelho.

A cartografia sobre os projectos financiados pelo Reg.2080, baseada nos dados do IFADAP, mostra quais as áreas com as mais altas percentagens de florestação nos anos noventa (figura 12). Destacam-se o sul do Alentejo e a Serra Algarvia, tanto como os concelhos de Penamacor e Idanha-a-Nova, e alguns concelhos de Trás-os-Montes.

Juntando toda esta informação, o *net change*, o *SWAP* e a *persistência* da classe, os dados sobre as florestações, e olhando também para os dados sobre as áreas áridas e os incêndios (Fig.13 & 14), pode confirmar-se com algumas reservas, a hipótese de que muitas das áreas com uma alta persistência de “floresta degradada, cortes e novas plantações”, reflectem realmente a persistência de floresta degradada e assim um certo nível de negligência e abandono.

Arborização entre 1992 e 1998:

Em percentagem da superfície total do concelho

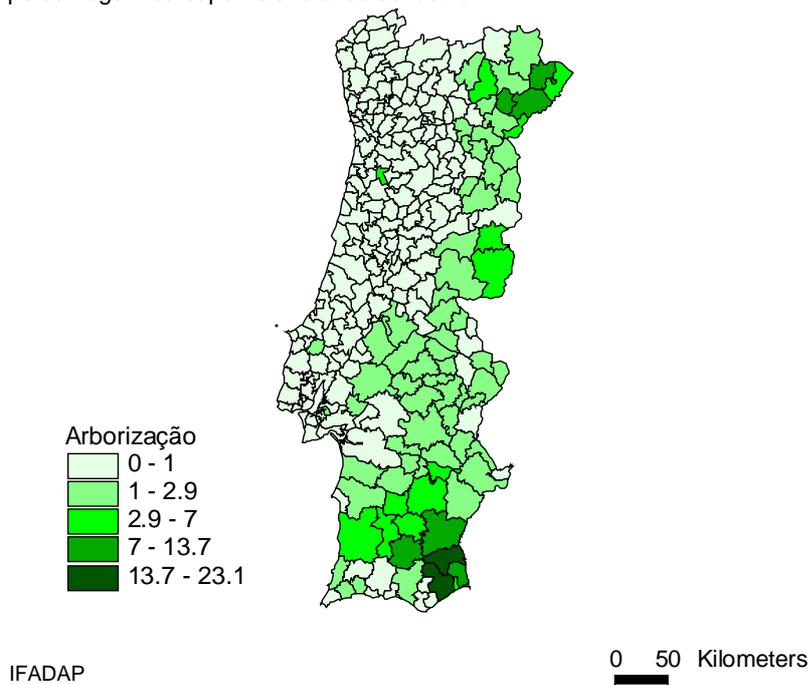


Figura 12 – Arborização, em relação à superfície total do concelho -.

4.6. Dinâmica de áreas ardidas e incêndios

O único indicador no CORINE que reflecte directamente os incêndios é a classe das áreas ardidas. Um *net change* positivo de áreas ardidas só revela os incêndios mais recentes, ocorridos pouco das imagens satélites para o CORINE 2000 terem sido obtidas. Não revela por exemplo os incêndios que ocorreram nos meados dos anos noventa porque, se não forem afectadas de novo, as áreas ardidas passam rapidamente para outras classes, nomeadamente os matos ou a floresta degradada devido a regeneração natural da vegetação.

Alterações ocorridas na classe de áreas ardidas:

Net change, em relação à superfície total do concelho

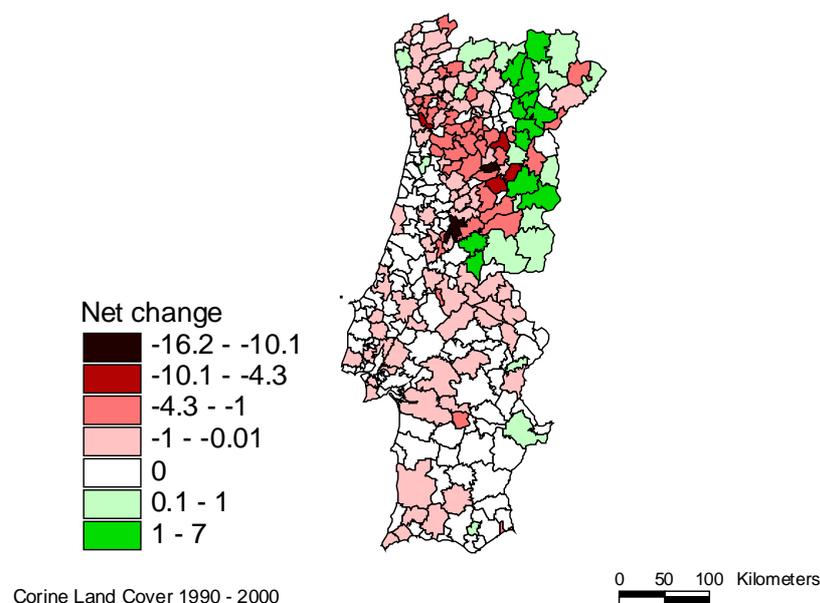


Figura 13 – Net change das áreas ardidas, em relação à superfície total do concelho - baseado no CLC.

Um *net change* negativo também não significa que não houve incêndios durante os anos noventa; só mostra que as áreas classificadas como ardidas em 2000 foram mais reduzidas do que em 1990. O mapa dos incêndios (Direcção Geral dos Recursos Florestais-DGRF) revela que realmente ocorreram muitos incêndios durante este período, sobretudo também no Norte do país.

A comparação dos mapas do peso das áreas ardidas em 1990 e em 2000 ajuda a perceber melhor o *net change*. Uma vez mais os concelhos mais afectados pelos incêndios estão situados no Norte e Centro, o que corresponde ao peso e as alterações dentro da classe "floresta degradada, cortes e novas plantações", e que confirma a hipótese de que nestas áreas esta classe é composta sobretudo por floresta degradada.

Áreas ardidas:

Peso em 1990 e 2000

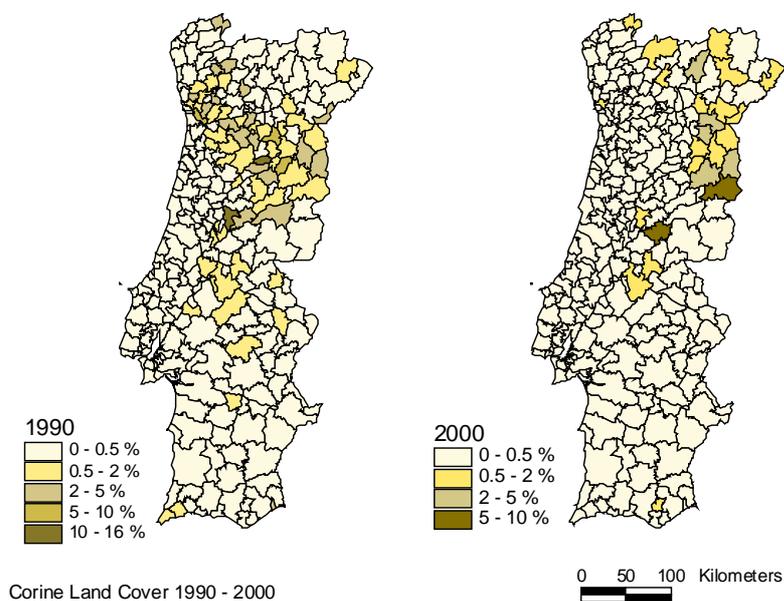


Figura 14 – Peso das áreas ardidas em 1990 e 2000, em relação à superfície total do concelho - baseado no CLC.

Ocorrência de incêndios e total da área ardida

Período 1990 - 2000, em relação à superfície total do concelho

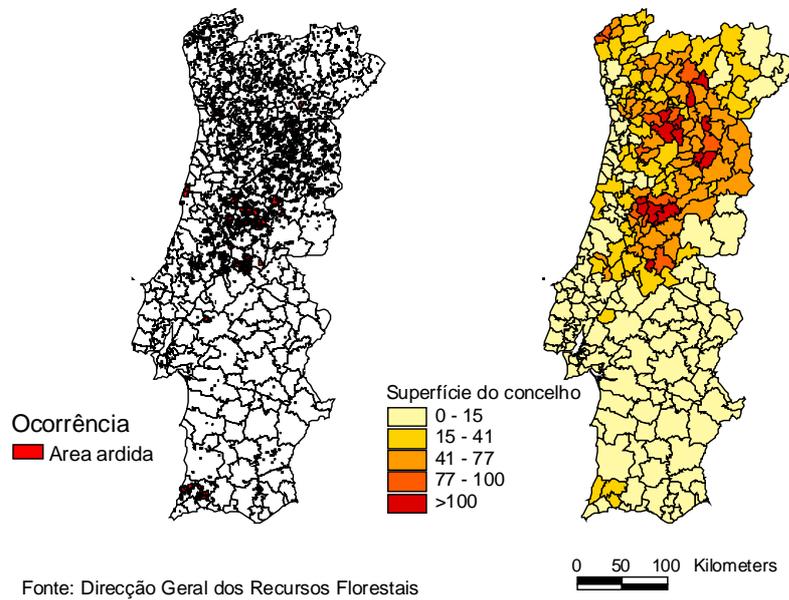


Fig. 15 – Ocorrência de incêndios e total da área ardida entre 1990 e 2000, em relação à superfície total do concelho - Fonte: Direcção Geral dos Recursos Florestais

4.7. Dinâmica da superfície de matos e vegetação esclerofítica

As classes de matos e vegetação esclerofítica são interessantes porque muitas vezes são vistas como associadas directamente a processos de abandono da actividade agrícola e/ou do solo – embora não se possa afirmar que é exactamente assim, uma vez que os matos podem indicar um uso muito extensivo, ou um período de pousio em rotações de vários anos. Nesta análise juntámos as classes de matos (322) e vegetação esclerofítica (323) visto também a forma como são classificadas no CORINE (ver Metodologia).

É notável que são muito poucos os concelhos que registaram um aumento de áreas de matos durante os anos noventa em Portugal. Ao contrário, a tendência geral é para uma diminuição: a superfície ocupada por matos diminuiu 0,42 % no total do país.

Matos e vegetação esclerofítica

Peso em 2000 e Net change

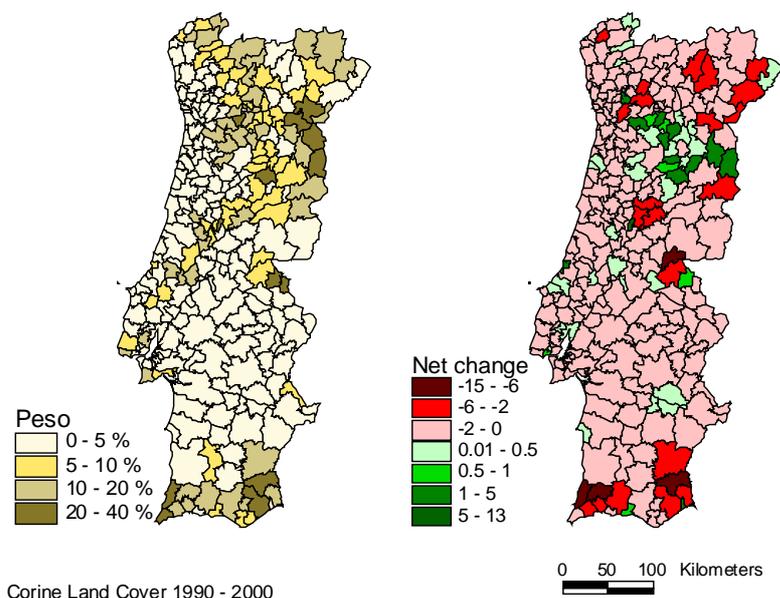


Figura 16 - Peso e net change da classe de matos e vegetação esclerofítica (324/ 323)), em relação à superfície total do concelho - baseado no CLC

Claro que também há diferenças entre os vários concelhos. Para além de alguns concelhos isolados, os que registam aumento de matos concentram-se nas zonas do Alto Douro e da Beira Interior Norte. As diminuições mais significativas encontram-se em alguns concelhos de Trás-os-Montes, Beira Interior Sul, dos Pinhais,

no Baixo Alentejo e parte Oeste do Algarve. Em média, o peso das classes de mato na superfície total dos concelhos diminuiu de 5,9% em 1990 para 5,5% em 2000. No entanto, alguns concelhos mantêm valores muito mais altos do peso de matos, até acima de 25% da superfície total do concelho (Vila do Bispo, Figueira de Castelo Rodrigo, Alcoutim, Tavira).

Pelo menos em alguns casos, como os concelhos do Sul do Alentejo e provavelmente também na Terra Quente de Trás-os-Montes, a diminuição dos matos é relacionada com a florestação. Algumas áreas de matos foram limpas para dar lugar a novas plantações. Em consequência, o *net change* dos matos é negativo. Um bom exemplo deste processo encontra-se no concelho de Alcoutim: apesar de ter um dos pesos mais altos de matos, registou um forte declínio desta classe nos anos noventa (*net change* de -14,4), mas quase toda esta área entrou na classe “floresta degradada, cortes e novas plantações”, o que corresponde à elevada taxa de florestação (23,1%) neste concelho, e mostra que muitas das novas plantações foram feitas em áreas anteriormente ocupadas por matos.

No entanto, um *net change* negativo não quer dizer que não se registem aumentos de matos em algumas áreas dentro do concelho; a dinâmica dentro da classe é ilustrada pelo *SWAP*.

Usando mais uma vez o exemplo de Alcoutim, pode verificar-se que, para além do elevado *peso* e do *net change* muito negativo, o *SWAP* é significativo, com 3,3%. Este valor mostra que, apesar de muita florestação e do declínio de matos, no concelho apareceram também novos matos. Neste contexto é interessante tomar em conta a importância da caça nesta zona, o que justifica que tenham nos últimos anos sido criadas manchas de matos com o propósito de criar maior diversidade de abrigos para as espécies cinegéticas.

Matos e vegetação esclerofítica:

Swap e Persistência 1990-2000

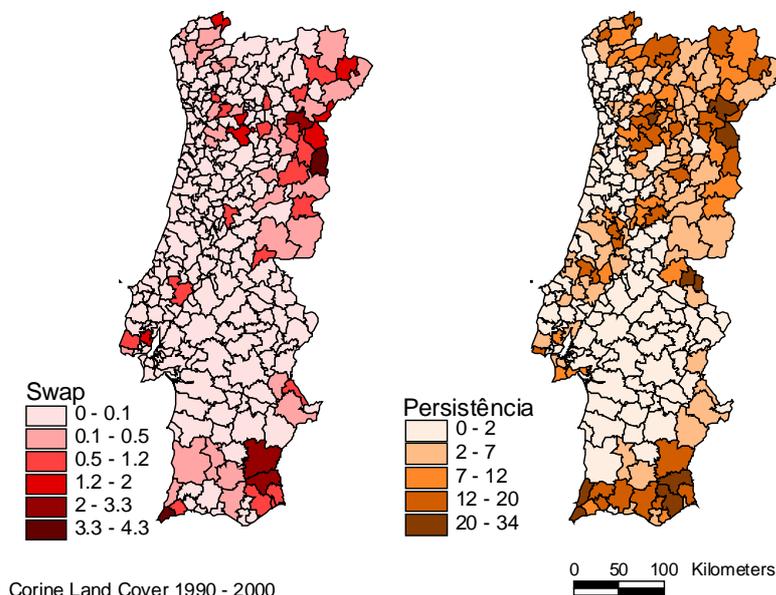


Figura 17 – Swap e persistência da classe de matos e vegetação esclerofítica (324/ 323), em relação à superfície total do concelho - baseado no CLC

Para além das plantações e um uso do solo extensivo, do qual podem fazer parte manchas de mato, parte da explicação para o alto SWAP da classe de matos pode estar relacionada com incêndios. Logo depois de um incêndio, os matos passam para a classe de área ardida. Passados uns anos os matos aparecem outra vez e estas áreas entram de novo na classe dos matos. Se não arderem durante vários anos, as mesmas áreas podem transitar para a classe da floresta ou floresta degradada, mas em consequência de um incêndio o ciclo pode começar de novo. Assim, e como seria de esperar pelo que tem vindo a ser apresentado, as áreas com maior SWAP dos matos correspondem às áreas onde predomina a classe de “floresta degradada, cortes e novas plantações”, e de área ardida.

Tal como na classe “floresta degradada, cortes e novas plantações”, também nos matos e vegetação esclerofítica a persistência da classe pode indicar uma certa negligência na gestão da área. É no entanto necessário ter presente a diferença entre a ocupação do solo e o uso do solo: nem sempre a presença de matos é sinónimo de abandono.

É sabido que nas áreas de baldios no Norte e Centro, os matos podem ainda ter usos importantes, embora extensivos, como por exemplo pastagem extensiva, apicultura, caça, etc. Estudos de caso no Sul do país confirmam também este uso dos matos. Os matos podem ainda estar presentes em muitas áreas que naturalmente não são aptas para nenhum outro tipo de ocupação, pelo seu declive, ocorrência de afloramentos rochosos, etc. – e portanto não correspondem a situações de abandono, mas sim a um coberto permanente por matos.

De forma muito geral pode dizer-se que quanto mais alto o *peso* da classe dos matos, mais alto também o *SWAP* desta classe. Os matos parecem ser uma classe muito dinâmica, onde muitas áreas entram e saem da classe entre 1990 e 2000. Assim sendo, e tomando em conta também os usos que podem estar associados às áreas de matos, como referido acima, deve questionar-se a utilidade e fiabilidade deste indicador para ilustrar processos de abandono.

4.8 Dinâmica da superfície urbana

A classe urbana é significativa sobretudo, como seria de esperar, no litoral. O mapa do peso das classes urbanas deixa bem claro que os valores mais elevados podem ser encontrados no Oeste e no Sul. São poucos os concelhos que têm um peso da área urbana acima dos 20%: distinguem-se Lisboa, Porto e alguns concelhos limítrofes destes.

Apesar de a maior parte do país não ter características urbanas, os valores desta classe aumentaram na maioria dos concelhos. As áreas que não registaram aumento nenhum da área urbana são situadas sobretudo no interior do país, no Alentejo, Beira Interior e em Trás-os-Montes. Embora a área urbana tenha aumentado na maioria dos concelhos, este aumento em geral foi muito modesto e o peso das classes urbanas mantém-se abaixo de 2% da superfície total na maioria dos concelhos. É muito claro que houve uma crescente concentração da urbanização nas áreas à volta de Lisboa e Porto, e de certo modo também no Algarve.

Classes urbanas:

Peso em 2000 e Net change

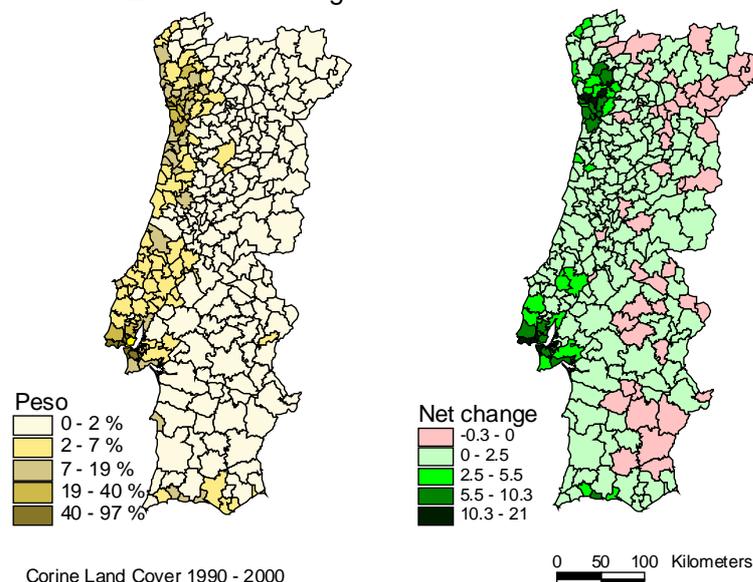


Fig. 18- Peso e Net change das áreas urbanas em relação à superfície total do concelho - baseado no CLC

4.9. Tipologia de áreas segundo a dinâmica de ocupação do solo 1990-2000

De forma a criar uma tipologia de áreas segundo o conjunto dos vários processos referentes às dinâmicas e transformações na ocupação do solo, foi feita uma análise estatística de *clustering* com o auxílio do programa SPSS (*K-means*). A ideia base duma análise de *clusters* é a de agrupar os concelhos em grupos mais ou menos homogéneos (e distintos uns dos outros) tendo em conta o comportamento em cada concelho do conjunto dos indicadores utilizados.

Esta análise de *clusters* foi subdividida em duas fases, numa tentativa de testar o que daria o resultado de mais clara leitura. Na primeira foi considerado um conjunto limitado de indicadores, utilizando só o *peso* e o *net change* das classes consideradas mais significativas, algumas delas agrupadas.

Nesta fase foram incluídos os seguintes indicadores:

- a *persistência* total da área
- *peso em 2000* e *net change* da classe agregada urbana
- *peso em 2000* e *net change* da classe agregada agrícola
- *peso em 2000* e *net change* da classe agregada da floresta
- *peso em 2000* e *net change* das classes 322 e 323 (matos e vegetação esclerofítica)
- *peso em 2000* e *net change* da classe 324 (floresta degradada, cortes e novas plantações)

	Final cluster centres phase 1					
	1	2	3	4	5	6
Persistência total	87,6	84,1	82,3	90,4	82,9	91,9
Peso urbana em 2000	3,4	2,5	3,2	4,7	56,2	2,8
net change urbana	1,2	,8	1,3	1,2	10,1	,9
Peso agr. em 2000	47,6	20,5	28,7	45,5	23,3	77,7
net change agr.	-1,0	-,5	-,4	-,8	-8,1	-1,0
Peso flor. em 2000	11,980	57,371	26,944	36,213	9,813	10,535
net change flor.	-1,3	,8	-4,6	-,8	-1,8	,2
Peso 322/3 em 2000	12,6	3,7	7,4	2,5	1,9	2,8
net change 322/3	-,9	-,1	-,6	-,3	-,2	-,2
Peso 324 em 2000	15,3	14,5	22,1	7,2	4,7	3,7
Net change 324	2,1	,2	6,1	1,0	-,3	,3
Number of concelhos in cluster	56	38	45	70	16	53

Tabela 4: Fase 1: valores médios dos indicadores relativos a cada cluster

A Tabela 4 mostra os *final cluster centers* que podem ser vistos como valores médios de cada indicador para cada grupo / cluster. Como se pode ver na tabela e na Fig.23, a análise resultou num agrupamento bastante equilibrado de 6 grandes grupos, cada um incluindo concelhos com características semelhantes.

Análise de clusters - 6 clusters - 1ª fase

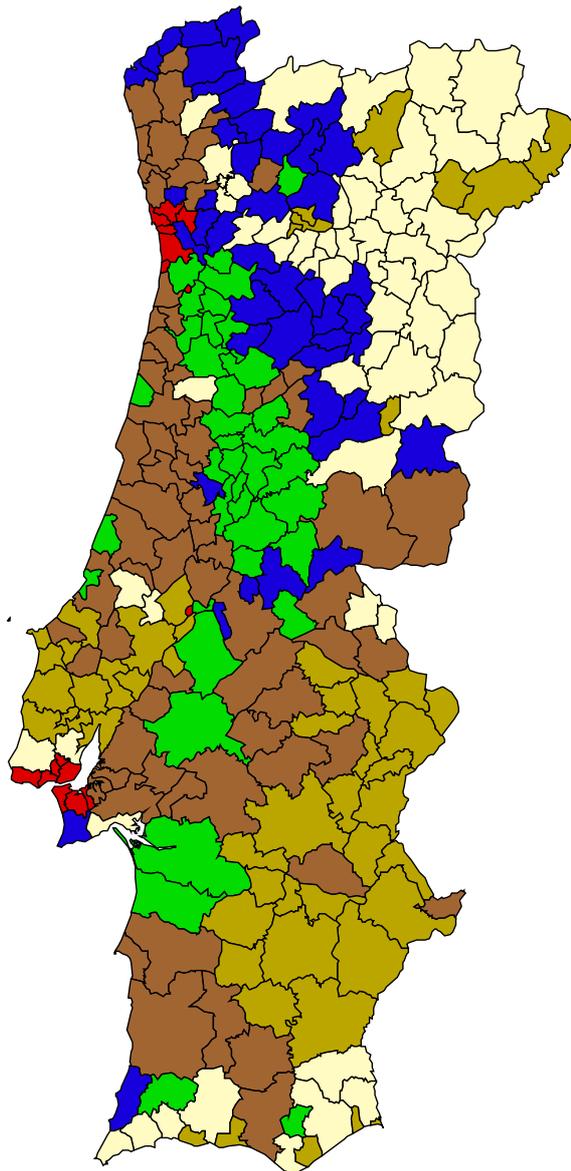


Fig. 19 – Fase 1 – Distribuição dos concelhos por seis clusters, segundo as dinâmicas de ocupação do solo

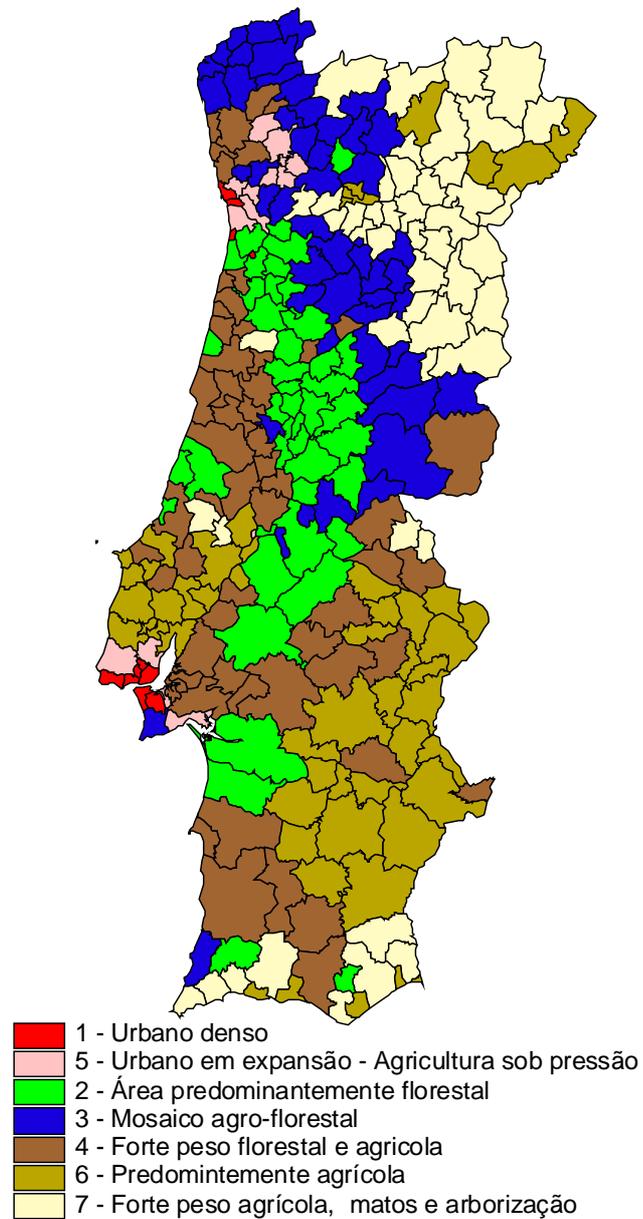
Na segunda fase da análise foram incluídos mais indicadores da análise do CORINE, de forma a refinar a caracterização dos grupos. Para além dos indicadores da primeira fase foram também incluídos:

- *net change* de 212 (culturas anuais de regadio)
- *net change* de 221 (vinhas)
- *net change* de 231 (pastagens)
- *net change* de 243 (agricultura com espaços naturais)
- *net change* de 334 (áreas ardidas)
- *net change* de 213 (arroz)
- *net change* de 222 (pomares)
- *net change* de 223 (olivais)
- SWAP das classes 322/323 (matos e vegetação esclerofítica)
- SWAP da classe 324 (floresta degradada, cortes e novas plantações)
- peso da arborização entre 1992 e 1998

	Final Cluster Centers						
	1	2	3	4	5	6	7
Persistência total	85,0	84,8	83,0	91,2	78,2	91,8	89,1
Peso urbana em 2000	64,50817	2,80689	2,67905	4,36130	24,56000	2,79874	1,37070
net change urbana	9,6	,8	1,0	1,2	8,6	,9	,4
Peso agr. em 2000	19,2	21,9	29,8	47,9	40,7	78,0	47,8
net change agr.	-8,1	-6	-2	-7	-5,9	-1,0	-,5
Peso flor. em 2000	6,964	56,410	28,321	34,918	18,497	10,576	10,720
net change flor.	-1,5	,7	-3,5	-1,1	-3,0	,2	-1,1
Peso 322/3 em 2000	2,3	3,4	7,1	2,6	2,7	2,8	13,8
net change 322/3	-,3	-,1	-,8	-,1	-,1	-,2	-1,1
Peso 324 em 2000	2,5	13,7	21,4	6,1	11,1	3,5	16,0
Net change 324	-,4	,3	5,3	,9	1,5	,4	2,2
net change regadio	-,2	,1	,1	,9	,2	1,8	,0
net change vinhas	,0	,0	,4	,2	,9	,9	,7
net change pastagens	,0	,0	,0	-,1	,0	-,5	,1
net change agr. espaços naturais	-4,4	-1	-2	-2	-2,5	-3	-,7
Net change pastagens naturais	,7	,0	-2	,0	-,1	-,1	-,2
Net change areas ardidas	,0	-,7	-1,1	-,1	-,8	,0	-,1
net change arozais	,0	,0	,0	-,2	,0	,1	,0
net change pomares	,0	,0	,0	,0	-,2	,1	,3
net change olivais	,0	-,1	,0	,0	,0	-,2	,0
swap 322/3	,0	,0	,2	,0	,2	,1	,7
swap 324	,9	8,8	7,0	3,0	5,0	1,4	3,5
Perc. Arborização / total concelho	,0	,5	,5	,9	,2	2,1	2,4

Tabela 5 - Fase 2: valores médios dos indicadores relativos a cada cluster

Tipificação de áreas de acordo com a ocupação do solo e processo de arborização



Fonte: Corine Land Cover 1990 e 2000;
IFADAP - Arborização - 1992 - 1998

Fig.20 – Fase 2 – Distribuição dos concelhos por seis clusters, segundo as dinâmicas de ocupação do solo

A análise de *clusters* de acordo com o método de *K-means* permite pré-estabelecer o número de *clusters*; nesta fase foi definido o número de sete *clusters*, o que resultou num agrupamento mais legível. Como se pode ver na Fig.20, a distribuição de concelhos pelos vários *clusters* é muito semelhante à da 1ª fase, o que parece indicar que estes são grupos bastante estáveis e coerentes. A consideração de mais um *cluster* permitiu diferenciar as manchas claramente urbanas das peri-urbanas. Os indicadores adicionais ajudam a completar e afinar a caracterização dos grupos.

A caracterização dos vários grupos de concelhos (os *clusters*) é baseada na tabela com os *final cluster centres* (Tab.5).

Cluster 1 – Urbano denso:

Constituído por 11 concelhos no Grande Porto e Grande Lisboa com maior peso das classes urbanas (quase 65% da superfície total do concelho). São estes também os concelhos que mostram o maior declínio da área agrícola, sobretudo da classe da agricultura com espaços naturais. Uma grande parte da superfície agrícola e florestal foi convertida em superfície urbana. Parece ainda haver algum aumento da área de pastagens naturais, o que se prende provavelmente com o abandono de uso agrícola em terrenos expectantes face a processos de urbanização, e que são assim classificados como pastagens naturais. Verificam-se processos que parecem indicar um abandono marcado da actividade e da ocupação agrícola do solo.

Cluster 5 – Urbano em expansão - agricultura sob pressão:

Agrupa 15 concelhos das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. É um grupo também muito urbano, e o mais dinâmico (ou menos persistente); registou um aumento médio da área urbana de 8,6% da superfície total do concelho, e uma redução da área agrícola de -5,6% da superfície total do concelho. Apesar da diminuição, a agricultura mantém um peso significativo de quase 41% e parece haver uma tendência para alguma intensificação, visto o aumento das vinhas e da área com regadio.

É notável também o aumento das áreas de matos e de “floresta degradada, corte se novas plantações”, o que pode reflectir a falta de ordenamento nestas áreas, e uma tendência para um caos crescente no que resta de áreas verdes em espaços fortemente urbanizados. Aqui também, pode ler-se um forte abandono da actividade e do uso agrícola da terra, assim como um certo caos na ocupação do solo.

Cluster 2 – Área predominantemente florestal, floresta produtiva

Este é outro grupo, de 43 concelhos, que se destaca claramente, com características. Claramente florestais: *peso* médio de mais que 56% do território ocupado por floresta. O *peso* da agricultura é relativamente baixo neste grupo, e diminuiu ligeiramente durante os anos noventa. Outra ocupação do solo importante e bastante estável neste grupo é a classe de “floresta degradada, cortes e novas plantações”, embora os mapas da própria classe mostrem que há grandes diferenças no *peso* desta classe nos diferentes concelhos deste grupo.

Cluster 3 – Mosaico agro-florestal, floresta degradada:

Inclui 51 concelhos, e é também claramente florestal, mas combinado com uma ocupação do solo agrícola, que embora com pouca importância se mantêm com alguma estabilidade: 30% da superfície total do concelho. Este grupo é o que tem o *peso* mais alto da classe de “floresta degradada, cortes e novas plantações”, sendo que esta aumentou bastante nos anos noventa. O forte *peso*, aumento e *SWAP* desta classe, tanto como a forte diminuição da classe de floresta, parecem em conjunto indicar a vulnerabilidade aos incêndios deste grupo. A persistência da ocupação do solo deste grupo é relativamente baixa, reflectindo uma dinâmica associada sobretudo a instabilidade na mancha florestal.

Cluster 4 – Forte peso florestal e agrícola, persistente:

Este é o grupo maior, incluindo 58 concelhos espalhados sobretudo pelo Litoral e um pouco pelo interior do Alentejo e pelo Centro do país. A ocupação do solo é bastante persistente, com um *peso* significativo da agricultura mas também da floresta, embora diminuindo ligeiramente. As áreas urbanas têm alguma importância dentro deste grupo, e aumentam gradualmente, reflectindo a dimensão e dinâmica dos centros urbanos médios. A mancha florestal tem alguma importância, o que pode explicar o aumento da classe “floresta degradada, cortes e novas plantações”. Pode caracterizar-se este grupo como misto e persistente com algum crescimento de cidades médias a custo da agricultura e a floresta.

Cluster 6 – Predominantemente agrícola:

Este grupo inclui 52 concelhos, cuja grande parte se encontra no Alentejo, mas também no Oeste e Lezíria do Tejo, juntando ainda alguns concelhos de Trás-os-Montes.

É o grupo com a ocupação do solo mais persistente, e também com o *peso* mais alto da classe agrícola em 2000 (78% da superfície total do concelho), apesar duma ligeira diminuição da área agrícola entre 1990 e 2000 (1% da superfície total). É aqui que se regista o maior aumento da superfície de culturas anuais de regadio (1,8%) e da área de vinha, enquanto as áreas com pastagens e espaços naturais diminuíram – o que reflecte alguma intensificação. Nestes concelhos regista-se um aumento de áreas florestadas, devido aos projectos de florestação efectuados nos anos 90. Este grupo pode ser caracterizado como agrícola, persistente e com uma tendência para intensificação, sem nenhum sinal de abandono da terra ou da agricultura.

Cluster 7 – Dinâmicas polarizadas: extensificação, matos, florestação:

Este grupo é constituído por um conjunto 48 de concelhos em Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior, como também no Algarve e do Sul do Alentejo. É o grupo com maior peso da classe de matos, em média quase 14% da superfície total dos concelhos em 2000. Apesar do alto peso dos matos é também o grupo com o maior declínio desta classe entre 1990 e 2000. Como mencionado anteriormente, parte desta diminuição pode ser explicada por um aumento das novas áreas florestadas, o que é ilustrado também pelos valores de florestação (2,4%) e do *net change* da classe “floresta degradada, cortes e novas plantações”, que representa também as plantações (+2,2%) – no entanto, a floresta não tem um peso muito significativo.

Apesar da importância de matos, este é também um grupo agrícola: a área agrícola só diminuiu 0,5% e ainda se deu um aumento da área da vinha e de pomares, o que provavelmente pode reflectir uma intensificação ou concentração em algumas áreas dentro do concelho. É o grupo com menor peso das áreas urbanas e com menor tendência de urbanização. Este grupo pode ser caracterizado como rural com dinâmicas polarizadas: extensificação e florestação em alguns sítios e alguma concentração e intensificação em outros. A manchas em Trás-os-Montes e no Algarve correspondem no entanto a características e processos diferenciadas e específicos para cada região.

4.10. Algumas conclusões prévias e novas questões

Os resultados da análise espacial confirmam a importância da combinação de várias perspectivas e análises, tanto para a ocupação do solo, como para as transformações do sector agrícola e a dinâmica das áreas rurais.

É interessante ver nos resultados sobre ocupação do solo que os concelhos com maior diminuição da área agrícola são os concelhos mais urbanos e aqueles periféricos a estas áreas. Não muito surpreendente, mas importante para contrariar um pouco a imagem de abandono da agricultura associada a áreas isoladas e “atrasadas” onde há um forte declínio da população e da sua dinâmica. Nestas áreas urbanas, o declínio da agricultura e redução das áreas ocupadas por usos agrícolas deve-se sobretudo à pressão sobre a terra de outros usos e actividades. O que não quer dizer que toda a área agrícola onde esta actividade cessa seja imediatamente ocupada por outro uso. O aumento de algumas outras classes de ocupação do solo em muitas áreas urbanas indica uma crescente fragmentação da agricultura e uma paisagem cada vez mais caótica. Nesta situação, a manutenção de áreas agrícolas poderia contribuir para o ordenamento da paisagem e manutenção de espaços verdes. Não só para evitar a caos mas também para salvaguardar algumas das qualidades e funções que estas paisagens ainda têm para oferecer, e que podem eventualmente ser importantes para o desenvolvimento de novas funções e actividades, como por exemplo o recreio para as populações urbanas.

Também interessante é o contraste entre sistemas estáveis e estagnantes. Alfândega da Fé, que à primeira vista parece o concelho mais estável em termos da agricultura e terra agrícola, pode ter grandes dificuldades de desenvolvimento futuro, se não houver alguma dinâmica no sector, virada para a diversificação, por exemplo. De certo modo, abandono num nível pode facilitar novas oportunidades a outro nível, como é ilustrado pelos exemplos de Felgueiras e Mértola. Em Felgueiras, a agricultura que vai desaparecendo cria espaço para novas áreas e actividades urbanas. Em Mértola, o aumento das novas plantações muda o carácter da agricultura mas também cria oportunidades, pelo menos para algumas pessoas.

Em alguns casos, evitando o abandono a um nível pode eventualmente conduzir a abandono a outro nível. Existem exemplos em Portugal onde o esforço de prevenir abandono no final resulta num abandono da agricultura quando o emprego

alternativo comece ser mais atraente e retira as pessoas da agricultura. Similarmente, a prevenção de abandono da terra, por exemplo por investimentos na florestação, pode conduzir a um abandono das áreas rurais quando estes novos usos oferecerem menos trabalho e afectam de maneira negativa a qualidade de vida (paisagem, incêndios, etc.) (GPPAA, 2004).

5. Dinâmicas do sector Agrícola entre 1989 e 1999

5.1. Portugal Continental – Tendências Gerais

Numero de explorações, produtores e população agrícola

Os anos noventa revelaram uma forte redução do número de explorações agrícolas em Portugal Continental. De 1989 para 1999 desapareceram 168.716 explorações, o que significa uma variação de quase -31%.

Como seria de esperar, a diminuição do número de produtores está muito perto destes valores. De 1989 para 1999 o número de produtores diminuiu -31,2% (-170.131 produtores). Em 1989, os produtores agrícolas representavam um peso de 5,8% na população total¹. Em 1999 este peso tinha baixado até 3,8%² o que corresponde a um *net change* dos produtores de -2%.

Não só diminuiu a quantidade de produtores mas também houve alterações no carácter do trabalho agrícola, o que é expresso pela redução muito forte do número de produtores que trabalha a tempo completo. Entre 1989 e 1999 o número de produtores a tempo completo foi quase reduzido a metade, com uma diminuição de 46,6% (-55.397).

Em 1989, a nível do continente, os produtores a tempo completo tinham um peso de 21,8% no total dos produtores. Em 1999, esta percentagem tinha baixado para 16,9%. A mesma tendência é reflectida no número de explorações agrícolas com rendimento principalmente do exterior, que mostra uma redução menos acentuada (-21,3%) do que o número total das explorações. De acordo com o Panorama Agricultura (GPPAA 2001), “a redução do volume de trabalho foi mais acentuada (-46%) que a do número de pessoas, o que significa que, em média, cada indivíduo com actividade agrícola trabalha menos horas na exploração”.

No mesmo período, as alterações na população agrícola foram muito fortes também. Uma diminuição de 676.318 pessoas entre 1989 e 1999 corresponde a uma variação de -37,6%. De acordo com o Panorama Agricultura, esta diminuição foi mais atenuada nas regiões do Alentejo, Trás-os-Montes, e Beira Interior, onde o seu peso social é maior. Em geral, a população agrícola tinha um peso de 19,2% em 1989, que baixou para 11,4% em 1999, o que corresponde a um *net change* muito forte, de -7,8%.

¹ Calculado na população total de 1991, devido a disponibilidade dos Censos Populacionais.

² Idem, calculado com base na população total de 2001.

Superfície total e estrutura das explorações

De acordo com os dados do RGA, a superfície total das explorações agrícolas em Portugal diminuiu 117.644 hectares entre 1989 e 1999, o que corresponde a uma variação de -2,3%. Em 1989, a superfície total de todas as explorações agrícolas (5.157.213 ha) tinha um peso de 58,1% na superfície total do Continente. Em 1999, este peso tinha baixado para 56,8% (5.039.569 ha.) o que significa um *net change* de -1,3%.

“O aumento da superfície média das explorações em mais de 40% resultou na sua maior parte do efeito estrutural decorrente da saída de explorações de menores dimensões e só em menor medida do aumento da superfície das explorações que se mantiveram em actividade (GPPAA 2001). De acordo com essa mesma informação do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar “se todas as explorações que permaneceram em actividade tivessem mantido a mesma dimensão física, a área média das explorações teria subido 30% só pelo efeito da saída das mais pequenas”.

A diminuição da superfície total das explorações agrícolas foi acompanhada por uma recomposição significativa, bem como por evoluções regionais em sentidos opostos.

Entre 1989 e 1999, a SAU diminuiu de 3.879.5879 hectares para 3.736.140 hectares, o que corresponde a uma variação de -3,7%. Sendo esta diminuição maior do que a diminuição da superfície total das explorações agrícolas, parece reflectir uma alteração na composição das explorações agrícolas.

Em 1989, a SAU ocupava em média uma percentagem de 75% da superfície total, o que baixou para 74% em 1999. Mais significativas são as alterações dentro da classe de SAU: “A terra arável diminuiu 26% (-615 mil hectares) e as culturas permanentes decresceram 9,7% (-76 mil hectares), enquanto as pastagens permanentes aumentaram 74,3% (+548 mil hectares), passando de um peso na SAU de 19%, em 1989, para 34% em 1999. A proporção de SAU destinada às actividades directamente ligadas à pecuária (pastagens permanentes e culturas forrageiras) aumentou de 28% para 45%, o que contrasta com a diminuição do peso do valor económico das actividades animais, que representaram cerca de 20% do produto agrícola no triénio terminado em 2000” (GPPAA 2001).

O total da superfície com matas e florestas sem culturas sob coberto aumentou 3,3% (31.821 hectares). Devido a este aumento, e à diminuição da superfície total das explorações, o peso das matas e florestas na exploração agrícola subiu de 18,7% em 1989 para 19,8% em 1999.

Dinâmica do sector Agrícola – Alterações de 1989 – 1999 a nível do Continente				
Indicador	1989	1999	Alterações (nº / ha)	Variação %
Número total de explorações agrícolas	550.879	382.163	-168 716	-30,6%
População agrícola	1.799.736	1.123.418	-676.318	-37,6%
Superfície total das explorações agrícolas	5.157.213	5.039.569	-117.644	-2,3%
Superfície média das explorações	9,36	13,19	+3,83 ha	+41%
Variação da SAU mais produtiva	2.706.251	2.301.117	-405.134	-15%
Superfície agrícola utilizada	3.879.579	3.736.140	143.438	-3,7%
Matas e florestas sem culturas sob coberto	965.675,69	997.497,12	31.821,43	+3,3%
No. Produtores	546.069	375.938	-170.131	-31,2%
No. Explorações com rendimento principalmente do exterior da Exploração	329257	259208	-70.049	-21,3%
Produtores a tempo completo	118.885	63.488	-55.397	-46,6%
MB / UTA	2933,83	6439,99	3506,2	119,5%
MB / SAL	610,39	754,1	143,71	23,5%

Tabela 6: Dinâmica do sector agrícola – Tendências gerais

5.2. Análise a nível do Concelho

5.2.1 Dinâmica das Explorações Agrícolas

Número de Explorações

O número de explorações agrícolas diminuiu em praticamente todo o território à excepção de 9 concelhos: Vila Real de Santo António, Castro Marim, Mirandela, Castanheira de Pêra, Cuba, Vila Flor, Oleiros, Idanha-a-Nova e Manteigas. Este último concelho regista mesmo uma variação positiva de mais de 50% (de 127 explorações em 1989 para 194 em 1999).

Porém são 36 os concelhos que registam variações negativas de mais de 50%. Na sua maioria são concelhos fortemente urbanizados, como Oeiras ou Amadora, mas também concelhos rurais como Vila de Rei ou Vendas Novas. Esta diminuição é acompanhada, na maioria dos casos por um aumento da superfície total das explorações, principalmente na região do Alentejo, Trás-os-Montes – Vale do Douro, Minho – Arcos de Valdevez a Ribeira de Pena e ainda alguns concelhos do interior como Idanha-a-Nova.

Número de explorações agrícolas:

Variação

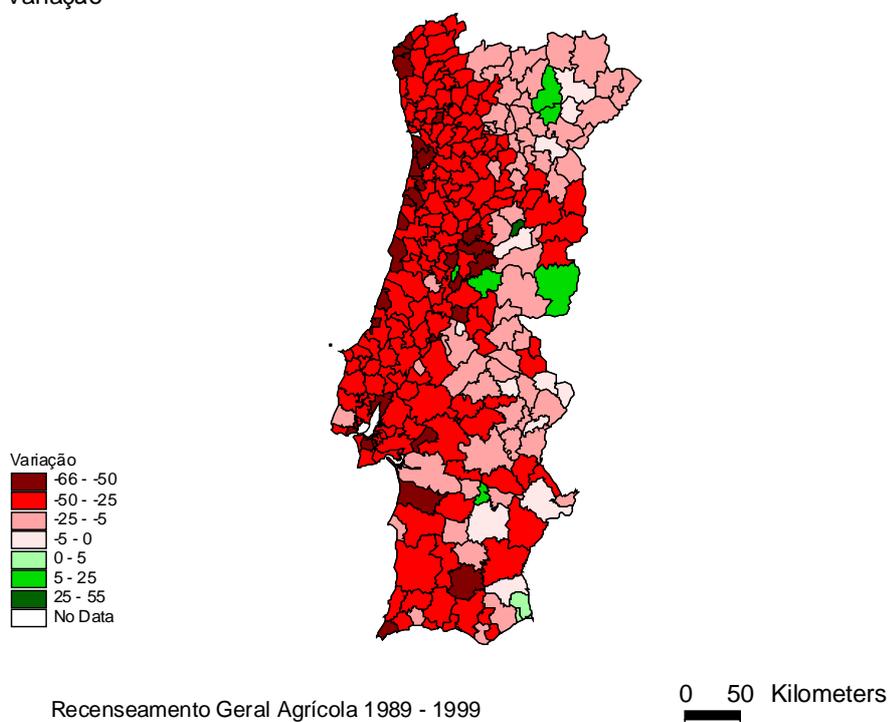


Figura 21: Variação do número de explorações – baseado nos RGA 89 - 99

Superfície total das explorações

Em grande parte do Alentejo, mas também em vários concelhos de Trás-os-Montes e no interior da Beira, a superfície total das explorações agrícolas aumentou entre 1989 e 1999. A área onde a diminuição foi mais marcada corresponde a uma faixa do litoral e interior, no centro do país, onde domina a floresta.

Superfície total das explorações:

Peso em 1999, Variação e Net change; em relação à superfície total do concelho

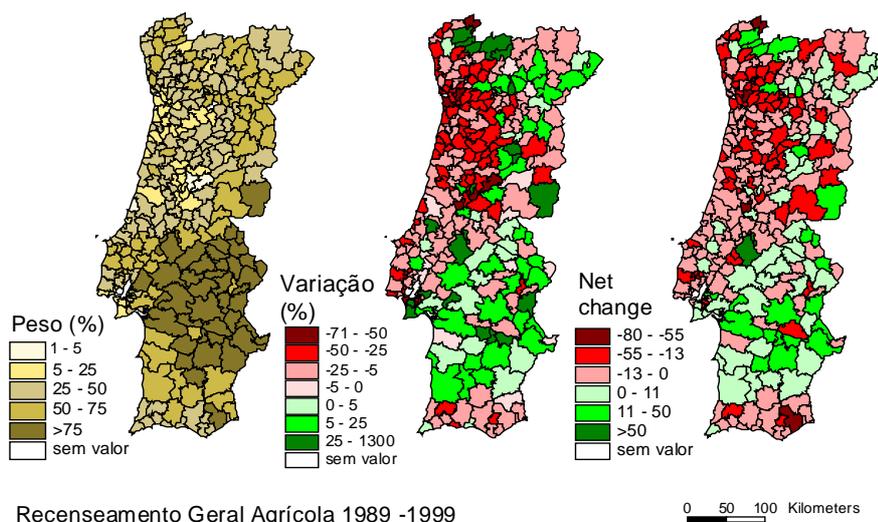


Figura 22: Peso, Variação e Net change da superfície total – baseado nos RGA 89 – 99

O mapa do peso da superfície total das explorações agrícolas mostra que Trás-os-Montes e sobre tudo o Alentejo são as áreas com maior importância da agricultura na ocupação do solo. Em vários concelhos do Alentejo a superfície das explorações agrícolas tem um peso à volta de 90%.

Estes dados também revelam alguns erros, uma vez que há concelhos com pesos da superfície agrícola acima de 100% (Mourão, Mora, Alpiarça, Chamusca, Tavira e Constância).

Os concelhos onde a superfície das explorações agrícolas tem menos peso situam-se nas áreas urbanas e na área onde domina a floresta, no interior do país. Os valores mais baixos (<10% da superfície total do concelho) encontram-se em Tarouca, Marinha Grande, Espinho, Pampilhosa da Serra, Gois, Castanheira de Pêra, Barreiro, Almada, Lousã e Cascais.

A variação da superfície total das explorações agrícolas mostra que em 81 concelhos ainda se registou um aumento: na maioria dos concelhos do Alentejo mas também em vários concelhos do interior do centro e do norte. Destaca-se um conjunto de cinco concelhos na fronteira entre Minho-Lima e Alto Trás-os-Montes, com aumentos muito fortes: algumas destas alterações podem talvez ser explicadas por erros na contagem ou no registo das áreas com pastagens pobres.

O mapa do *net change* mostra uma imagem muito parecida com a variação, mostrando no entanto na maioria dos concelhos tendências menos acentuadas, o que se deve ao facto que a superfície total das explorações só ocupar uma parte do total do concelho.

Dimensão Média das explorações

A dimensão média das explorações aumentou, com excepção de 40 concelhos, distribuídos um pouco por todo o território, mas com maior incidência no norte e centro. A região do Alentejo, Oeste e parte do Minho registam as alterações positivas mais significativas.

Dimensão média das explorações agrícolas:

Variação

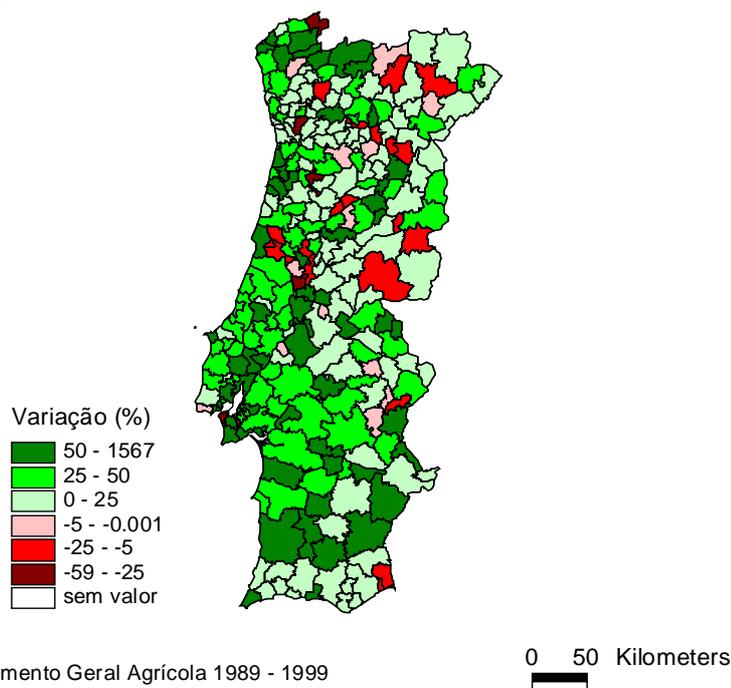


Figura 23: Variação da dimensão média das explorações – baseado nos RGA 89 - 99

As explorações de dimensão económica mais pequena sofrem reduções muito mais acentuadas que as de média e grandes dimensões. Em muitos casos as mais pequenas terão sido absorvidas por outras. Este fenómeno é característico de regiões onde existem grandes diferenças de dimensão (GPPAA 2001).

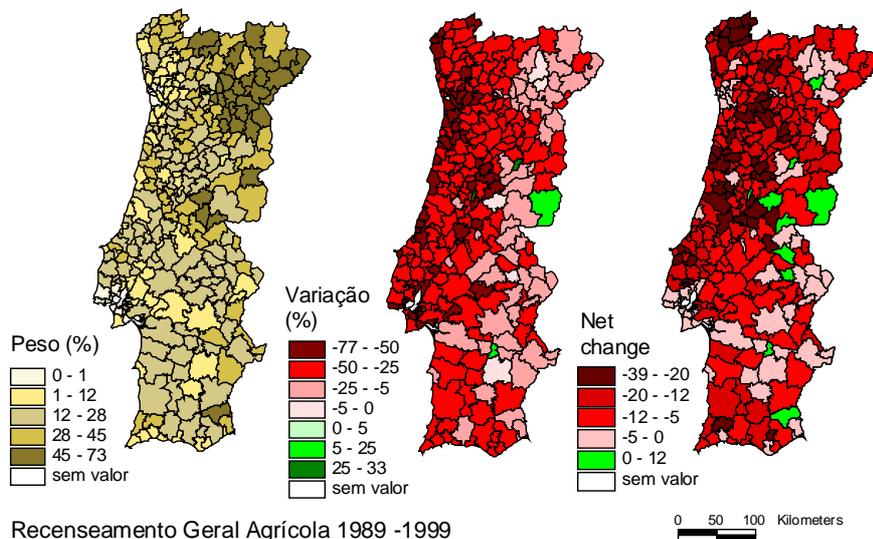
5.2.2 Dinâmica da população agrícola

O mapa do peso da população agrícola em 1999 mostra a importância que a agricultura continua a ter como actividade económica em certas áreas do país, sobretudo em Trás-os-Montes e em vários concelhos da Beira Interior, onde o peso ainda atinge valores superiores a 50%. A média do peso da população agrícola no continente é cerca de 11%, mas o mapa respectivo mostra que este valor é algo deformado pelo impacto dos centros urbanos e a alta densidade populacional que estes têm. Na realidade, a maioria dos concelhos do continente têm um peso da população agrícola ainda bastante acima da média.

A população agrícola registou um decréscimo em todo o território à excepção de 4 concelhos (Idanha-a-Nova, Castanheira de Pêra, Manteigas e Cuba), como se pode ver no mapa da variação. Entre as áreas com uma variação negativa mais acentuada estão também as áreas urbanas. As áreas do interior do Alentejo, da Beira e de Trás-os-Montes registaram as variações negativas menos acentuadas.

População agrícola:

Peso em 1999, Variação e Net change; em relação à população total do concelho



Recenseamento Geral Agrícola 1989 -1999

0 50 100 Kilometers

Figura 24: Peso, Variação e Net change da população agrícola – baseado nos RGA 89 - 99

O mapa do *net change* da população agrícola mostra uma imagem ligeiramente diferente. Aqui, os concelhos com um *net change* positivo incluem não só aqueles que registaram um aumento da população agrícola, mas também aqueles onde a população agrícola diminuiu relativamente menos do que a população total do concelho. Esta última tendência também resulta num aumento do peso da população agrícola. Uma explicação para estes valores pode residir no facto de haver uma tendência geral de perda de população, mas que aqueles que estão ligados à agricultura são os que vão ficando, por terem uma mais forte ligação à terra, por serem mais velhos ou em geral por terem menos capacidade de mudança.

Ao contrário também existem concelhos onde o *net change* negativo é maior do que a variação da população. É aqui que a classe da população agrícola diminui mais rapidamente do que a população total. Isto pode indicar uma diminuição do emprego na agricultura, por redução ou simplificação da actividade, por exemplo por extensificação, um aumento do emprego e das actividades ligadas a outros sectores, resultando numa saída do sector dos que estavam ligados à agricultura, ou uma atracção do concelho para novas pessoas com emprego noutros sectores.

O número de produtores

A imagem do peso dos produtores na população total corresponde em grandes linhas à imagem da população agrícola. Aqui também são os concelhos de Trás-os-Montes, Alto Douro, Beira Interior e área de floresta no centro, que têm o maior peso dos produtores. O mapa da variação mostra que a diminuição dos produtores em termos relativos é mais forte no litoral e em algumas áreas do Alentejo Interior e da Beira Interior. No Interior do país no seu conjunto ainda existem alguns concelhos que registaram um aumento no número total dos produtores.

Embora a variação do número dos produtores possa ser inferior em áreas como Trás-os-Montes e Beira Interior, é importante realizar que em termos absolutos o número de produtores que saiu da agricultura é mais alto nestas áreas devido ao alto peso dos produtores na população total. Esta diferença entre o que reflecte a variação e o que reflecte o peso e o *net change*, é ilustrado pelos exemplos apresentados na Metodologia, comparando as alterações em Oeiras e Mértola.

É assim que o mapa do *net change* resulta numa imagem mais matizada. O que é notável nesta imagem é a mancha com tendências positivas no peso dos

produtores na Terra Quente em Trás-os-Montes. O valor positivo do *net change* parece aqui indicar que os produtores conseguem resistir melhor à tendência de despovoamento do que o resto da população. O que este valor não mostra é se a persistência dos produtores no concelho se deve à rentabilidade e também alguma dinâmica da actividade, ou ao facto de existirem poucas actividades alternativas para estes produtores. Tomando em conta a idade média dos produtores em Portugal e o baixo nível de instrução, é provável que para um grande grupo destes produtores seja difícil imaginar e ainda mais encontrar outro emprego fora do sector agrícola. Nesta região, o *net change* positivo pode reflectir uma combinação dos dois tipos de explicação: alguma dinâmica e força da atracção da agricultura, mas também falta de alternativas na região.

Produtores agrícolas:

Peso em 1999, Variação e Net change; em relação à população total do concelho

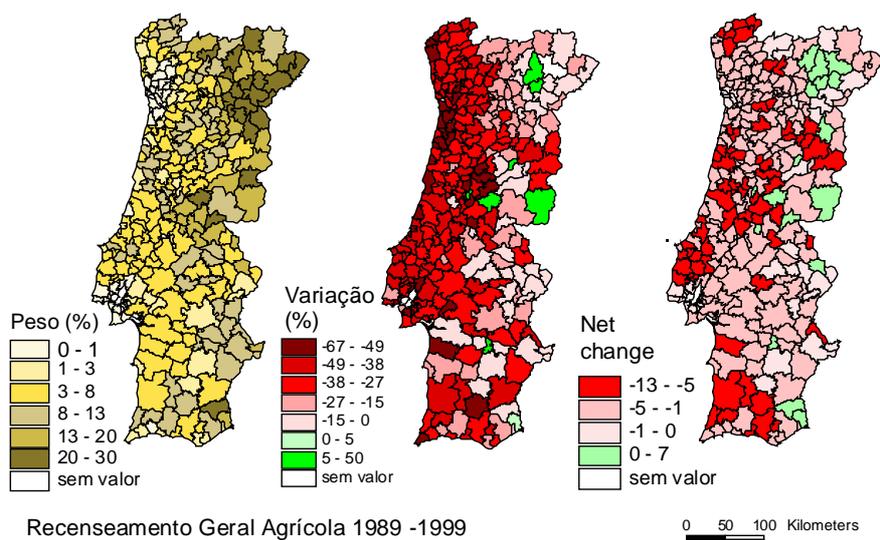


Figura 25: Peso, Variação e Net change do número dos produtores – baseado nos RGA 89 - 99

Os produtores - Idade

O peso dos produtores com mais que 55 anos constitui um indicador das tendências de envelhecimento dos produtores agrícolas.

No mapa que exprime a distribuição deste indicador, são notáveis os elevados pesos de produtores idosos, sobretudo nas áreas do centro, onde domina a floresta, assim como na Beira Interior e no Algarve. Existem concelhos onde o peso dos produtores com mais que 55 anos atinge valores acima de 80%, tal como Aljezur, Vila

Real de Santo António, Entroncamento, Penamacor, Vila Velha de Ródão, São Brás de Alportel, Lagoa, Vila de Rei, Mação, Gavião, Barreiro e Oeiras.

Apenas quatro concelhos (Vouzela, Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Trofa) têm valores inferiores a 50%.

De modo geral, esta situação representa um problema grave para a agricultura portuguesa. De acordo com Alves et al. (2003), "O envelhecimento dos agricultores é o facto mais grave e que irá a estar na origem do abandono a curto prazo. É possível prever que até ao ano 2010, cerca de 200.000 agricultores cessem por razões naturais, a sua actividade agrícola. É também possível prever que maioria não tenha sucessor, donde resultará o inevitável abandono de dezenas de milhares de explorações agrícolas".

O mapa da variação dos produtores mais velhos mostra uma imagem diversa mas também fica claro que é sobretudo no litoral e na fronteira entre o Alentejo e o Algarve onde a diminuição dos produtores mais velhos foi mais acentuada. No interior de Trás-os-Montes e Beira Interior existem ainda alguns núcleos de concelhos onde o nº dos produtores mais velhos aumentou em termos absolutos.

A imagem do net change dos produtores com mais de 55 anos é uma imagem interessante porque revela que, apesar da diminuição geral dos produtores mais velhos esta é menos forte do que a diminuição do total dos produtores (figura 25). Como consequência, o peso dos produtores velhos no total dos produtores aumenta em quase todo os concelhos (com excepção de Mértola, Cuba, Mourão, Castelo de Vide, Crato, Avis, Constância, Aguiar da Beira, Vila do Conde e Matosinhos).

Produtores com mais de 55 anos:

Peso em 1999, Variação e Net change; em relação ao total dos produtores

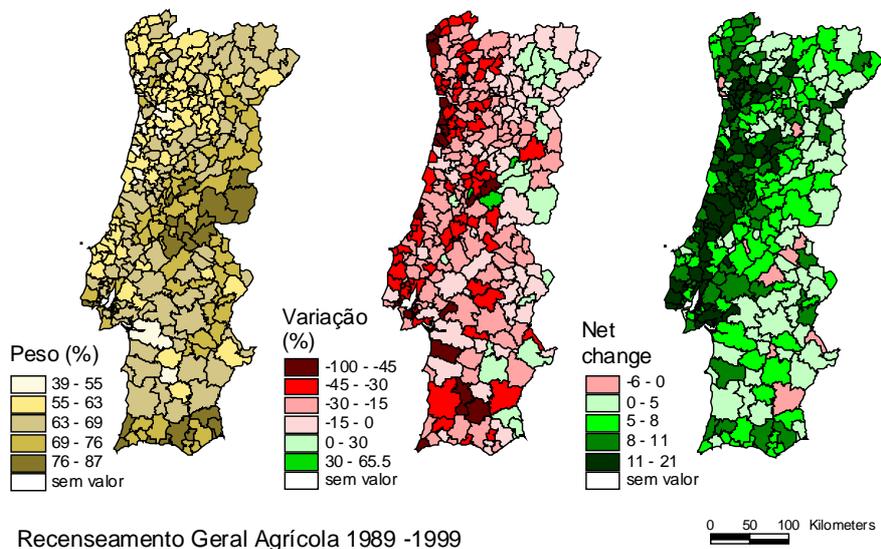


Figura 26: Peso, Variação e Net change do número dos produtores com mais de 55 anos – baseado nos RGA 89 - 99

Produtores a tempo completo

O indicador de produtores a tempo completo é um indicador interessante, que resulta em imagens bastante diferentes segundo os três índices considerados.

No primeiro mapa é possível ver que a área onde os produtores a tempo completo têm maior peso em relação ao total dos produtores é uma área à volta da cidade do Porto. Em alguns concelhos, este peso atinge valores superiores a 70% (Matosinhos, Vila do Conde, Amares, Espinho, Trofa e Maia).

No outro extremo encontra-se um conjunto de concelhos onde a importância dos produtores a tempo completo é nula (Castanheira de Pêra, Constância, Góis, Sardoal, Vila Nova de Poiares e Vimioso). Em geral, é em Trás-os-Montes, Beira Interior, Centro Interior e Algarve que o peso dos produtores a tempo completo é mais baixo.

O mapa da variação mostra uma imagem bastante difusa. São 133 os concelhos onde existe um aumento dos produtores a tempo completo, mas em muitos casos são aumentos relativamente pequenos. O problema da variação para este indicador é que os números absolutos são relativamente pequenos, levando a que uma pequena alteração resulte em valores de variação muito elevados. É o caso por

exemplo de Lamego onde o número de produtores a tempo completo aumento de 20 em 1989 para 429 em 1999 o que resulta numa variação altíssima de +2791%. Não excluindo a possibilidade deste número ser um erro no RGA, ao melhor pode-se dizer que esta variação tão alta mostra uma certa intensificação do trabalho nesta zona do Douro.

Neste caso, o mapa do *net change* dos produtores a tempo completo reflecte melhor as tendências em curso. Nos concelhos com um aumento do *net change*, a importância dos produtores a tempo completo aumentou, o que se pode explicar por um aumento do número deste tipo de produtores, mas também por uma saída acentuada dos produtores pequenos e a tempo parcial. Isto ocorre sobretudo no Alentejo mas também na área do Douro, assim como numa faixa no litoral do centro e do norte.

Onde existe uma diminuição do *net change* o contrário acontece, ou seja, a importância dos produtores a tempo completo diminuiu (concelhos a vermelho no mapa). Os produtores que continuam na agricultura são aqueles que diversificam as actividades e as fontes de rendimento.

Produtores a tempo completo:

Peso em 1999, Variação e Net change; em relação ao total dos produtores

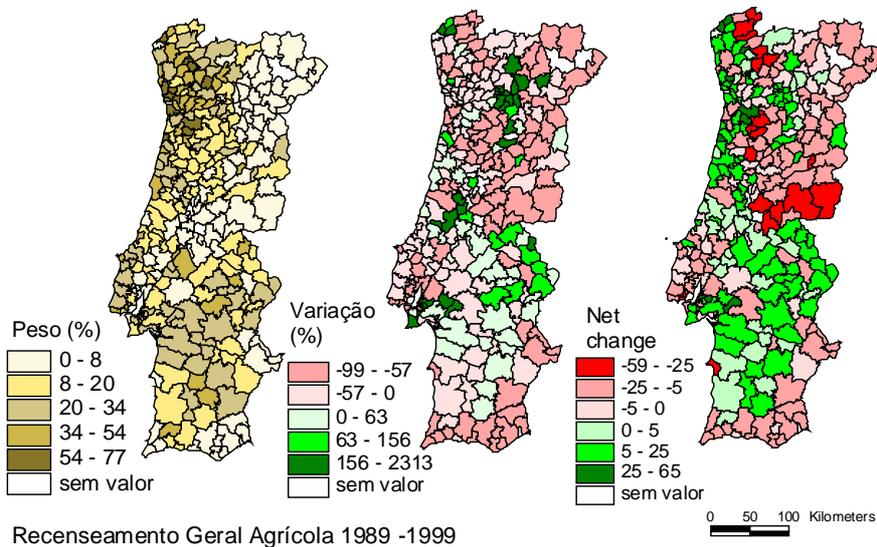


Figura 27: Peso, Variação e Net change dos produtores a tempo completo – baseado nos RGA 89 - 99

Em alguns casos, e duma maneira mais marcada onde existem fortes ligações com as áreas urbanas, isto pode corresponder a uma tendência para a agricultura de tempos livres (“hobby farming”), na qual o produtor combina uma actividade económica noutro sector com alguma actividade agrícola nos tempos livres. Esta tendência é clara em muitos países da Europa, onde a pequena e média agricultura cada vez mais corresponde a uma actividade complementar de activos noutros sectores, mas que residem em áreas rurais, na ou perto da exploração.

5.2.3 Rendimento do exterior

Este indicador reflecte de certa forma o inverso do anterior – se o produtor trabalha a tempo inteiro na exploração, a importância do rendimento do exterior é normalmente mais pequena, e vice-versa. No entanto, o rendimento do exterior pode também reflectir situações de produtores reformados ou com pensões, e que trabalham na exploração na prática a tempo inteiro: “o peso das pensões e reformas na estrutura dos rendimentos exteriores à exploração: no Continente são a principal fonte de rendimento para 27% do volume de trabalho familiar e é, de novo, na Beira Interior que esse peso é maior (41%), estando em grande medida relacionado com a elevada percentagem de produtores singulares com 65 ou mais anos de idade nesta zona” (GPPAA 2001).

O mapa do peso das explorações com rendimento principalmente exterior à exploração mostra a importância destas explorações em relação ao total. Fica claro da imagem que é no centro do país onde este peso atinge os valores mais altos. Em Góis, Arganil, Gavião, Vila de Rei e Sardoal chega mesmo a 95%.

Explorações com rendimento principalmente do exterior:

Peso em 1999, Variação e Net change; em relação ao total das explorações

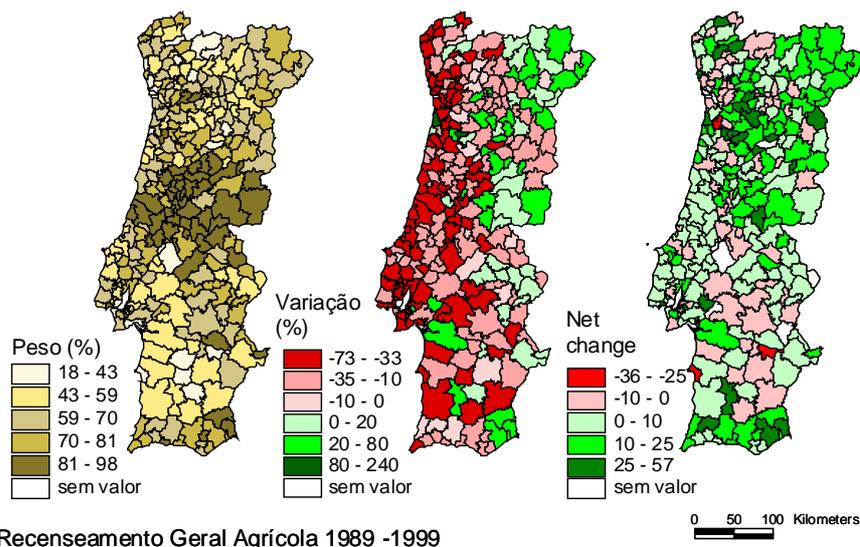


Figura 28: Peso, Variação e Net change das explorações com rendimento principalmente do exterior – baseado nos RGA 89 – 99

É interessante observar a diferença entre os mapas da variação e do net change das explorações com rendimento principalmente do exterior. São 63 os concelhos onde se registou um aumento em termos absolutos do número de explorações com rendimento do exterior entre 1989 e 1999. Comparando esta imagem com a imagem dos produtores a tempo completo, é nestas zonas que parece ter havido uma reorientação na gestão da exploração. Esta pode ser uma reorientação activa ou passiva. Activa quando existe uma nova dinâmica baseada na pluri-actividade e / ou multifuncionalidade, reflectindo uma estratégia de diversificação por parte do produtor, e que se liga a uma diversificação de actividades no mundo rural. Passiva quando se deve a alteração do origem dos rendimentos ao envelhecimento e ao crescente papel das pensões e reformas.

A imagem da variação mostra que existem grandes manchas no país onde se verificou uma diminuição no número das explorações com rendimento do exterior. No entanto, na maioria destes concelhos esta diminuição tem sido menos do que a diminuição do total das explorações (figura 21), o que resulta na realidade num aumento do peso das explorações com rendimento do exterior como se pode ver no mapa do net change.

Existem várias explicações possíveis para estas tendências. Por um lado é possível que a crise no sector agrícola seja sentida de tal forma, que os chefes de exploração não resistem com a actividade agrícola como única actividade, e são obrigadas a diversificar em busca de rendimento do exterior. Por outro lado, também é possível que as explorações com rendimento do exterior sejam aqueles que são mais resistentes a alterações no contexto económico do sector, e portanto se mantêm enquanto outras desaparecem ou são transformadas. Uma terceira explicação pode estar ainda no aumento da agricultura como “hobby”, gerida por pessoas cuja ocupação mais importante e o rendimento provêm de outro sector, numa lógica de interesse pessoal. A agricultura “hobby” é também mais resistente a flutuações de rendimento, uma vez que a economia familiar nestes casos não depende da exploração.

5.2.4 A Superfície Agrícola

A Superfície Agrícola Utilizada

No que refere ao peso da SAU dentro da superfície total da exploração, é a região do Alentejo que se destaca claramente do resto do país. Existem mesmo nove concelhos nesta região, onde o peso da SAU é mais de noventa por cento: Estremoz, Cuba, Mora, Elvas, Sousel, Barrancos, Monforte, Campo Maior e Mourão.

Por outro lado, os concelhos com menor importância da SAU na exploração encontram-se sobre tudo nas manchas de floresta no centro do país: em Constância, Vila de Rei, Oleiros, Mortágua e Pampilhosa da Serra o peso da SAU não chega a 20%.

No seu conjunto, entre os dois recenseamentos agrícolas de 1989 e 1999, a Superfície Agrícola Utilizada em Portugal diminuiu cerca 143 438 hectares.

Apesar do peso da SAU ser elevado, regista-se uma diminuição deste valor em grande parte dos concelhos. Tirando a maioria dos concelhos do Alentejo, alguns em Trás-os-Montes e Minho, os restantes registam diminuições até 70 %. Existem 14 concelhos com mais de 50 % de variação negativa da SAU. Alguns destes concelhos possuem um nível bastante elevado de urbanização (Cascais, Espinho, Barreiro, Almada, Marinha Grande), sendo que a pressão para uso urbano do solo leva à especulação sobre os terrenos ainda não urbanizados, e assim a condições difíceis para manutenção da agricultura.

Ainda nesta classe surge um outro grupo de concelhos com características mais florestais (Pedrógão Grande, Vila Nova de Cerveira, Melgaço, Pampilhosa da Serra, Mira, Figueiró dos Vinhos, Tábua, Vila do Bispo e vale de Cambra), onde existe naturalmente uma continuação da alteração de uso do solo, no sentido da agricultura para a floresta.

Os concelhos que registam aumentos na Superfície Agrícola Utilizada, são na sua grande maioria aqueles que possuem também o peso mais alto de SAU, ou seja, são concelhos com peso da SAL acima dos 50 %, e que aumentam ainda mais este valor com uma variação positiva. A maioria encontra-se no Alentejo mas também há muitos espalhados pelo Norte e interior do Continente.

Superfície Agrícola Utilizada:

Peso em 1999, Variação e Net change; em relação à superfície total da exploração

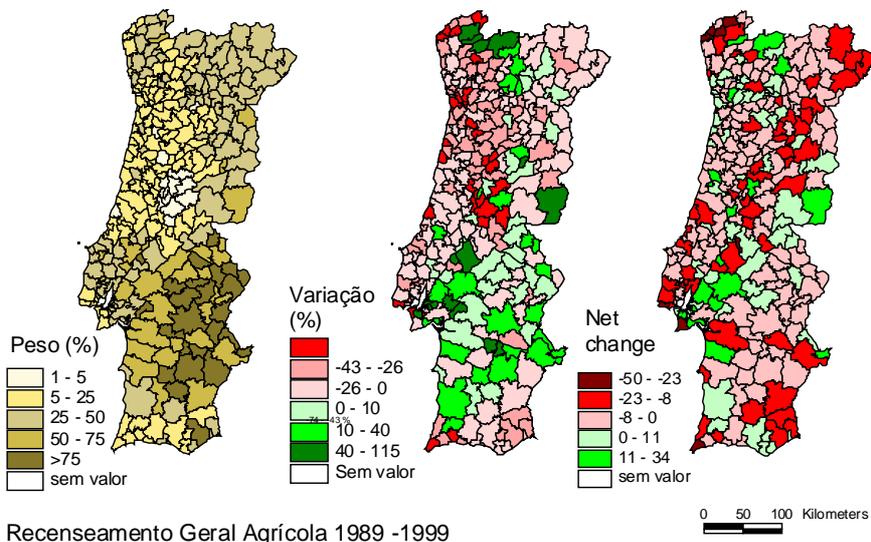


Figura 29: Peso, Variação e Net change da SAU – baseado nos RGA 89 - 99

O mapa do *net change* da SAU mostra uma imagem bastante diferente. A tendência dominante é uma diminuição do peso da SAU na exploração agrícola, também no Alentejo. Em relação aos concelhos com um *net change* positivo, não surge nenhum padrão muito coerente. Os concelhos com *net change* positivo estão espalhados por todo o país, tanto como também os concelhos com os valores mais negativos.

Os aumentos da SAU podem representar uma certa intensificação em algumas áreas como por exemplo na Lezíria do Tejo, mas também podem reflectir processos de extensificação, quando o aumento se deve sobretudo as pastagens pobres – como é o caso em muitos concelhos do Alentejo.

Matas e Florestas sem culturas sob coberto

O mapa do peso das matas e florestas sem culturas sob coberto na superfície total da exploração revela uma imagem conhecida. No Centro-Norte destaca-se uma mancha relativa aos concelhos com um grande peso de floresta, nos quais a percentagem de SAU é mais baixa. O mesmo se passa na maioria dos concelhos do Algarve – sendo que aqui a análise ao nível do concelho é de certa forma problemática, por estes se distribuírem do litoral até à serra, incluindo a faixa muito urbanizada e turística do litoral, o barrocal mais agrícola, e a serra mais florestal.

A imagem de conjunto corresponde à imagem do peso da floresta de acordo com os dados de CORINE.

Matas e florestas sem culturas sob coberto:

Peso em 1999, Variação e Net change; em relação à superfície total da exploração

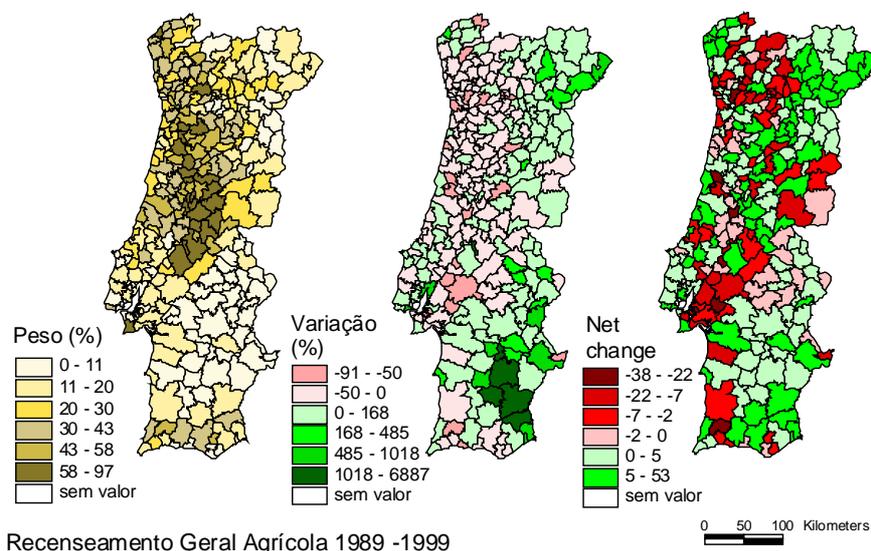


Figura 30: Peso, Variação e Net change da superfície com matas e florestas sem culturas sob coberto – em relação à superfície total da exploração, baseado nos RGA 89 - 99

A correspondência entre estas duas imagens não é tão óbvia como parece. Em geral, o peso da superfície total das explorações agrícolas é baixo nestas áreas onde domina a floresta (mapa da superfície total, fig.22). É por isso também que a distribuição do peso das matas e florestas dentro da exploração é bastante diferente da distribuição em relação à superfície total do concelho.

A variação das matas e florestas sem culturas sob coberto dentro da exploração agrícola resulta numa imagem algo confusa. É claro que estas matas e florestas aumentaram em muitas manchas do país, sobretudo no Alentejo, em Trás-os-Montes e no interior da Beira, mas é difícil descobrir um padrão.

A imagem do *net change* também é dispersa, mas é claro que o peso das matas e florestas dentro da exploração aumentou na maioria dos concelhos, tendo diminuído nos concelhos onde o SAU aumentou (fig. 31).

Matas e florestas sem culturas sob coberto:

Peso em 1999, Variação e Net change; em relação à superfície total do concelho

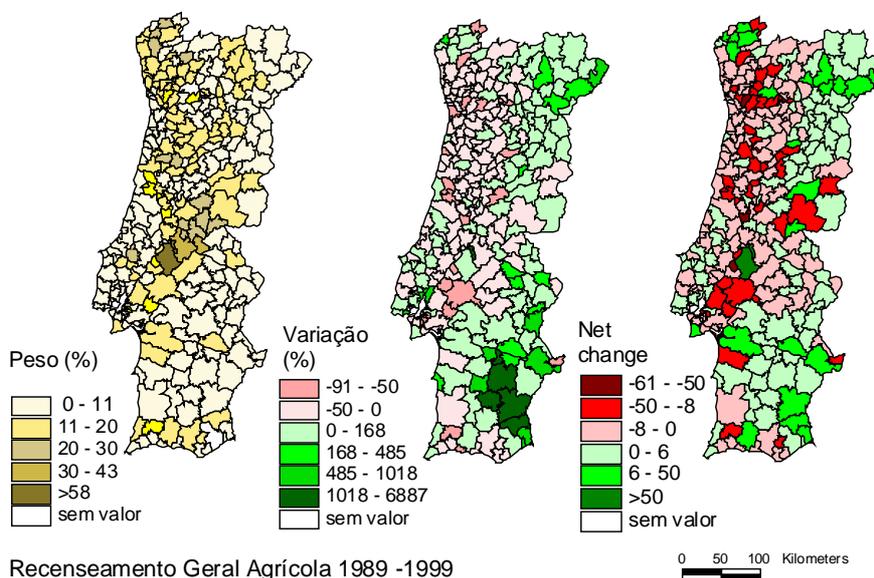


Figura 31: Peso, Variação e Net change da superfície com matas e florestas sem culturas sob coberto – em relação à superfície total do concelho, baseado nos RGA 89 - 99

Pastagens pobres

Existe uma forte correspondência entre o mapa do *net change* das pastagens pobres nos anos noventa e o peso das pastagens pobres dentro da exploração em 1999. Esta correspondência parece indicar um aumento realmente assinalável das pastagens pobres em Portugal nos anos 90. Esta ideia é reforçada pela imagem das variações das pastagens pobres, que mostra valores altíssimos. Estes valores altos devem-se ao facto de existirem relativamente poucas áreas de pastagens pobres quando do Recenseamento de 1989. Assim, os aumentos dos anos noventa resultaram em variações muito altas.

Existem várias explicações para o aumento das pastagens pobres nos anos noventa. Por um lado a importância dos apoios à produção pecuária no âmbito da PAC, que privilegiaram sistemas de produção de gado, tanto bovino como ovino, em detrimento de sistemas de produção agrícola de sequeiro. Por outro, "muitos dos agricultores inquiridos em 1999 consideraram como terras agrícolas áreas efectivamente abandonadas. O desprestígio associado ao abandono das terras agrícolas terá justificado essa atitude" (Alves *et al*, 2003).

Pastagens pobres:

Peso em 1999, Variação e Net change; em relação à superfície total da exploração

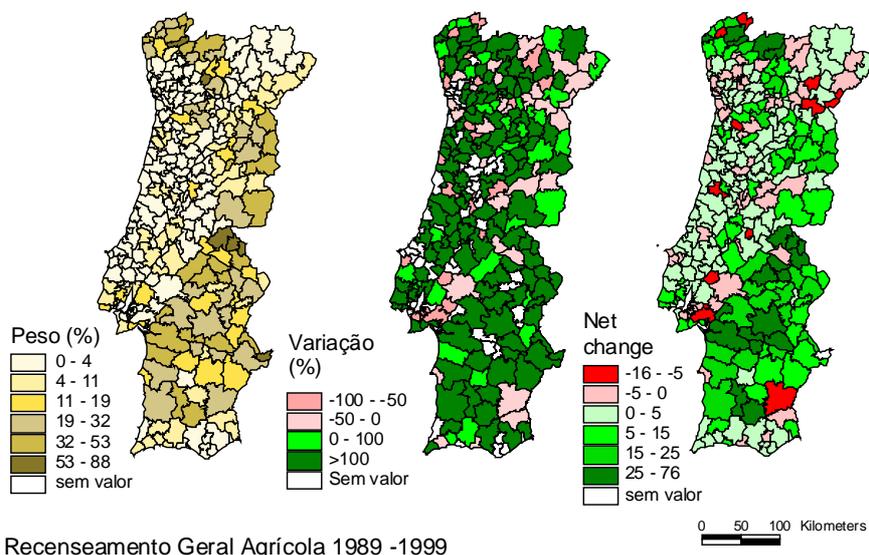


Figura 32: Peso, Variação e Net change das pastagens pobres – baseado nos RGA 89 - 99

Esta segunda explicação pode eventualmente significar que muitas das pastagens pobres registadas no RGA, só existem nos números, o que explica porque estas manchas não foram encontradas nas análises baseadas na interpretação das imagens satélite (Corine).

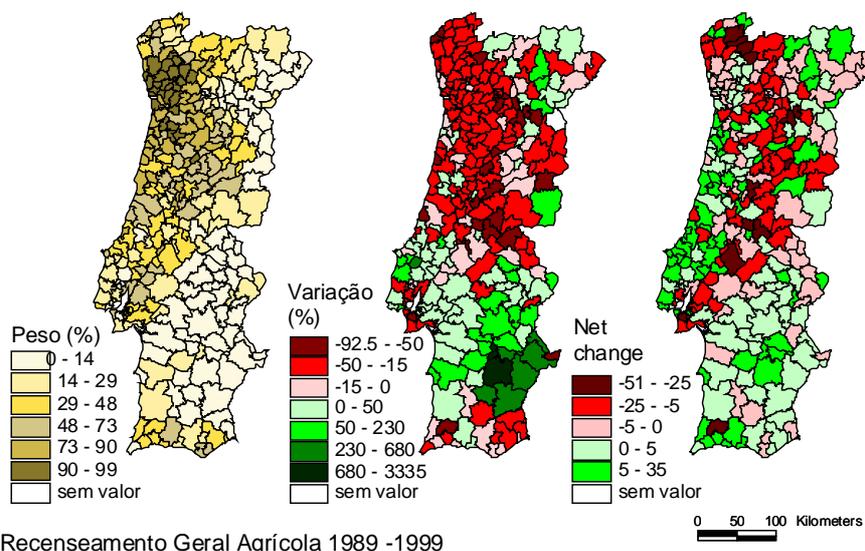
Superfície Agrícola Irrigável

O peso da Superfície Agrícola Irrigável é utilizado como indicador da intensificação da agricultura. A imagem do peso desta classe nos concelhos mostra muito claramente que as áreas de agricultura mais intensiva no continente se encontram no litoral Norte do país, à volta da cidade do Porto. É nestes concelhos que o peso da SAU irrigável atinge valores acima de 90%.

Apesar da variação positiva em grandes áreas do Alentejo e também em Trás-os-Montes, o peso da área irrigável nestas áreas continua a ser relativamente baixo. O mapa do *net change* da área irrigável mostra realidades diversas, com quase tantos concelhos com tendências negativas como com tendências positivas. Sobretudo no litoral, muitos dos concelhos que experimentaram uma variação negativa da Superfície agrícola utilizada irrigável mostram *net change* positivos. Isto parece indicar que a SAU irrigável diminuiu relativamente menos do que a SAU total o que faz todo o sentido sendo as áreas irrigadas muitas vezes as mais produtivas.

Superfície agrícola utilizada irrigável:

Peso em 1999, Variação e Net change; em relação ao total da SAU no concelho



Recenseamento Geral Agrícola 1989 -1999

Figura 33: Peso, Variação e Net change da SAU irrigável – baseado nos RGA 89 - 99

Superfície Agrícola não Utilizada

Nos Recenseamentos Agrícolas a Superfície Agrícola não Utilizada é definida como: "Superfície da exploração anteriormente utilizada como superfície agrícola, mas que já o não é por razões económicas, sociais ou outras. Não entra em rotações culturais. Pode voltar a ser utilizada com auxílio dos meios geralmente disponíveis na exploração".

O mapa do peso desta classe na superfície total da exploração agrícola revela que são sobretudo as manchas do Algarve (Serra Algarvia) e de Trás-os-Montes aqueles onde esta classe atinge valores altos. Os concelhos com pesos acima de 25% são Monchique, Torre de Moncorvo, Alcoutim, Castro Marim, Portimão, Tavira e Vila do Bispo. Existe uma certa correspondência entre os concelhos com um alto peso da SANU e as áreas identificadas através da análise do CORINE, como tendo um alto peso das matas e florestas. É provável que estas áreas de SANU sejam de facto áreas sem nenhum uso, e que podem ser consideradas assim como abandonadas.

Superfície agrícola não utilizada:

Peso em 1999, Variação e Net change; em relação à superfície total da exploração

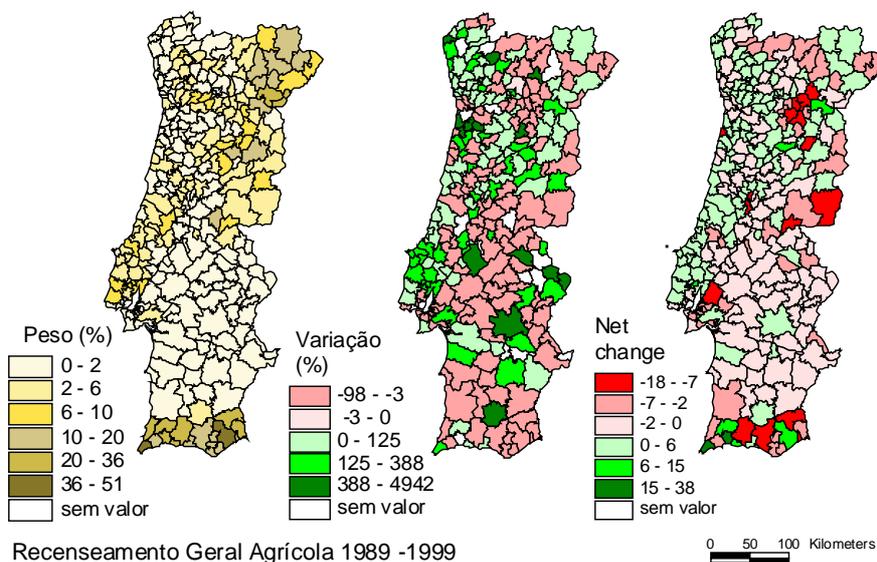


Figura 34: Peso, Variação e Net change da Superfície Agrícola não Utilizada – baseado nos RGA 89 – 99

O mapa da variação resulta numa imagem confusa, que pode ser explicada pelos baixos valores da SANU em 1989.

O mapa do *net change* mostra que alguns dos concelhos com pesos altos da Superfície Agrícola não Utilizada, esta registou no entanto diminuições nos anos noventa. Em alguns casos (Alcoutim) isto pode ter a ver com novos usos de áreas que não estavam a ser utilizadas, como no caso de florestações.

O aumento do peso da SANU teve lugar tanto em concelhos que já tinham um alto peso desta classe (Vinhais, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Mogadouro por exemplo) como em concelhos onde esta classe era pouco significativa em 1989. Exceptuando alguns concelhos, o Alentejo continua a ter muita pouca área agrícola que não é utilizada.

5.2.5 A Produtividade da Agricultura

Margem Bruta por Unidade de Trabalho Agrícola

Foram considerados dois indicadores de produtividade, sendo o primeiro a Margem Bruta por Unidade de Trabalho Agrícola, que permite ter uma medida da produtividade de trabalho em termos relativos.

“A Margem Bruta de uma actividade agro-pecuária é a produção bruta (incluindo produto principal, produto secundário, subsídios e prémios), em que se deduziu os principais custos específicos proporcionais correspondentes a essa produção (estando excluídos mão-de-obra, mecanização, construções, carburantes, reparações e amortizações. A Margem Bruta é standard porque corresponde à situação média, mais frequente, para cada uma das actividades numa dada região. A Margem Bruta Standard total de cada concelho é obtida pelo soma dos produto das áreas e cabeças normais, afectas a cada tipo de produção, pela MBS respectiva” (Alves e tal., 2003).

A UTA é a unidade de trabalho agrícola equivalente ao trabalho de uma pessoa a tempo completo realizado num ano, medido em horas (sendo uma UTA igual a 275 dias de trabalho a 8 horas por dia).

Assim, o peso da Margem Bruta / UTA em relação à média mostra claramente que as zonas com maior produtividade por Unidade de Trabalho são as zonas com uma agricultura mais intensiva ou as zonas com maiores dimensões da exploração agrícola.

A produtividade mais baixa encontra-se na área de floresta no interior do Centro e Norte e numa área com explorações de muito pequena dimensão no Norte do país.

O mapa da variação mostra que a produtividade por Unidade de Trabalho aumentou em quase todo o continente com excepção de alguns concelhos espalhados pelo interior.

Margem Bruta por Unidade de Trabalho Agrícola:

Peso em 1999, Variação e Net change; em relação à média do continente

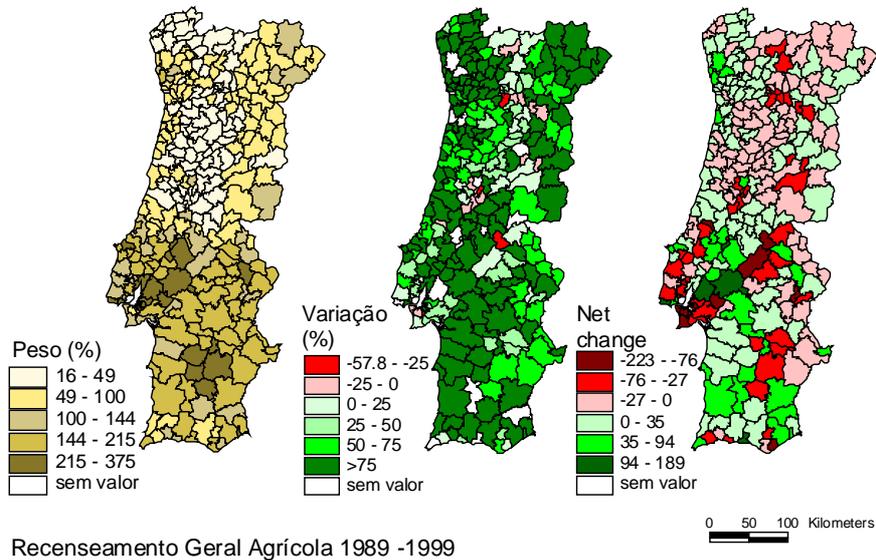


Figura 35: Peso, Variação e Net change da produtividade (MB / UTA) – baseado nos RGA 89 - 99

A imagem do *net change*, ou seja, as alterações da produtividade em relação à média, mostra tendências muito positivas na Lezíria do Tejo, na área à volta do Porto e em grande parte do Alentejo. Mesmo assim, algumas das áreas com maiores níveis de produtividade do trabalho agrícola, como por exemplo Beja e Castro Verde, experimentaram baixas significantes em relação à média durante os anos noventa, o que podia indicar uma extensificação da agricultura nestas áreas.

Margem Bruta por Superfície Agrícola Utilizada

Como segundo indicador da produtividade agrícola foi escolhida a Margem Bruta por Superfície Agrícola Utilizada. Este indicador revela a intensidade de uso da terra. Em geral pode-se dizer que são as manchas com explorações mais pequenas, com maior densidade da população e mais mão-de-obra em sistemas de mosaico e sobreposição de culturas, e as áreas com regadio, onde a terra é utilizada de forma mais intensiva.

Margem Bruta por Superfície Agrícola Utilizada:

Peso em 1999, Variação e Net change; em relação à média do continente

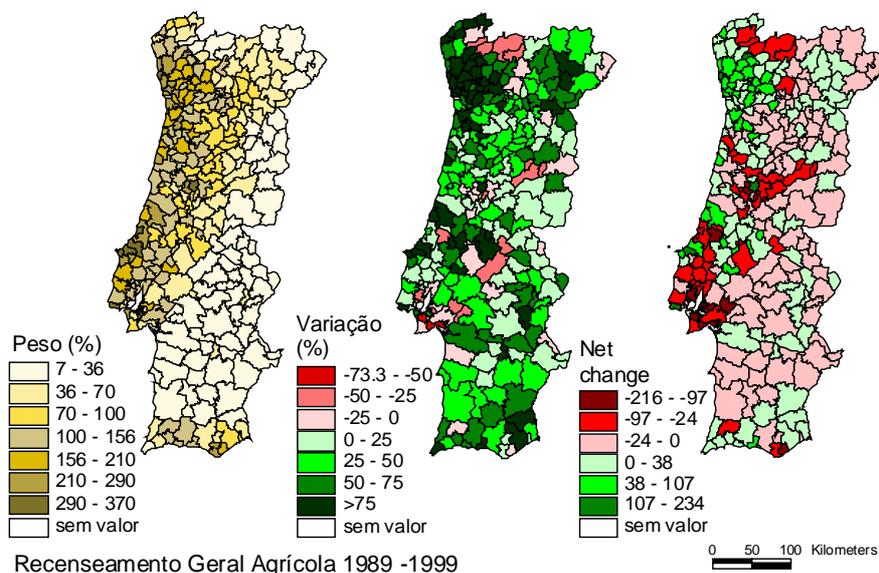


Figura 36: Peso, Variação e Net change da produtividade (MB / SAU) – baseado nos RGA

89 – 99

A imagem da variação da Margem Bruta por SAU é bastante confusa e revela grandes diferenças, sendo difícil fazer uma comparação entre os concelhos.

O *net change* mostra as alterações da produtividade por concelho em relação à média. As áreas a verde são aquelas onde houve relativamente mais aumento da produtividade, as áreas a vermelho mostram as áreas onde a produtividade da terra diminuiu. Com diminuição, destacam-se três grandes manchas, uma perto de Lisboa, uma na área de floresta no centro e uma na mancha de pastagens pobres no Norte.

Margem Bruta sem ajudas

Na prática, como é calculado normalmente, a Margem Bruta corre o risco de resultar numa imagem distorcida da realidade. Como foi referido na definição da Margem Bruta, na produção bruta normalmente são incluídos os subsídios e prémios. É claro que estes são baseados em situações altamente variáveis, sobretudo visto as alterações actuais da política Europeia em relação à agricultura e desenvolvimento rural.

Para poder chegar a imagens mais realistas enquanto a produtividade da agricultura em Portugal foi desenvolvido pelo Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, um indicador que represente a Margem Bruta sem nenhuma das ajudas (ligadas ou desligadas).

Com base neste indicador é fácil então calcular o peso do total das ajudas (ligadas e desligadas) na MBT por concelho. A figura 37 revela que é sobretudo no Alentejo que se tem aproveita mais das ajudas à produção agrícola. Em alguns concelhos o peso das ajudas chega mesmo até os sessenta por cento. É claro que com as alterações na Política Agrícola Comum, o futuro para estas áreas e correspondentes sistemas agrícolas é bastante incerto.

Por outro lado é sobretudo nas áreas do litoral e no vale do Douro onde existe menos dependência dos subsídios. Nalgumas áreas do interior é provável que as baixas dependências de subsídios revelam não tanto sistemas agrícolas produtivas mas sim sistemas mais marginais onde as ajudas existentes não são aproveitadas e/ou aplicadas.

Peso das ajudas (ligadas e desligadas) no total da MBT

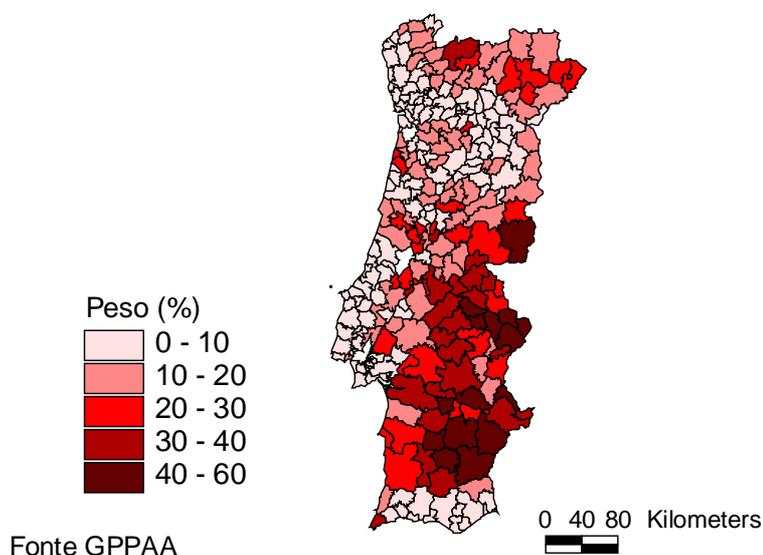


Figura 37: Peso do total das ajudas (ligadas e desligadas) no total da MBT

5.2.6 Orientação Técnico-económico

A Orientação Técnico-económica determina o grau e o tipo de especialização de uma exploração agrícola e é baseada na relação entre as diferentes actividades da exploração (fracções da Margem Bruta Padrão total da exploração) (INE, 2006).

A imagem da Orientação Técnico-Económica (OTE) na figura 38 mostra a OTE que é dominante em cada concelho em termos da superfície da SAU. A imagem a direita mostra o peso desta OTE dominante no total da SAU.

Pode-se ver assim, por exemplo, que em grandes partes de Minho-Lima a OTE dominante é o sistema de herbívoros em polipecuária. Em vários concelhos como Melgação, Arco de Valdevez, Ponte da Barca e Terras de Bouro, este OTE chega mesmo ter um peso de 90% da SAU. Em varias zonas da Beira Interior esta mesma OTE é dominante mas não chega a ter pesos tão importantes em termos da superfície.

Orientação Técnico-Económica dominante

Peso da OTE dominante na SAU

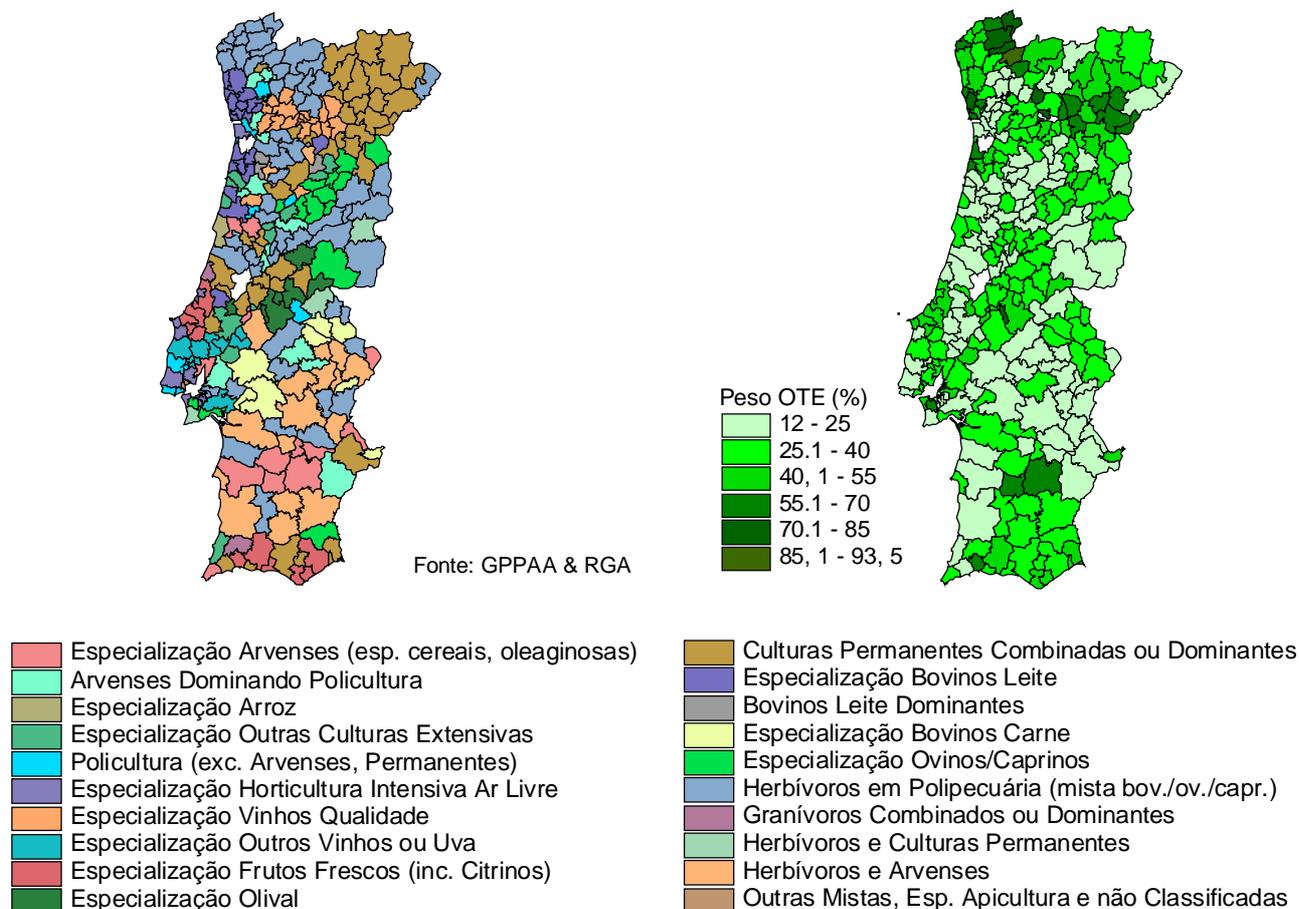


Figura 38: Orientação Técnico-Económica dominante e peso na SAU – GPPAA 2005

5.2.7 Carga animal

A carga animal pode ser visto como um indicador da intensificação ou extensificação do uso do solo. Para este indicador só utilizou-se aquelas classes de animais que têm mais importância em termos territoriais (bovinos, ovinos, caprinos) excluindo do cálculo as classes dos suínos e aves.

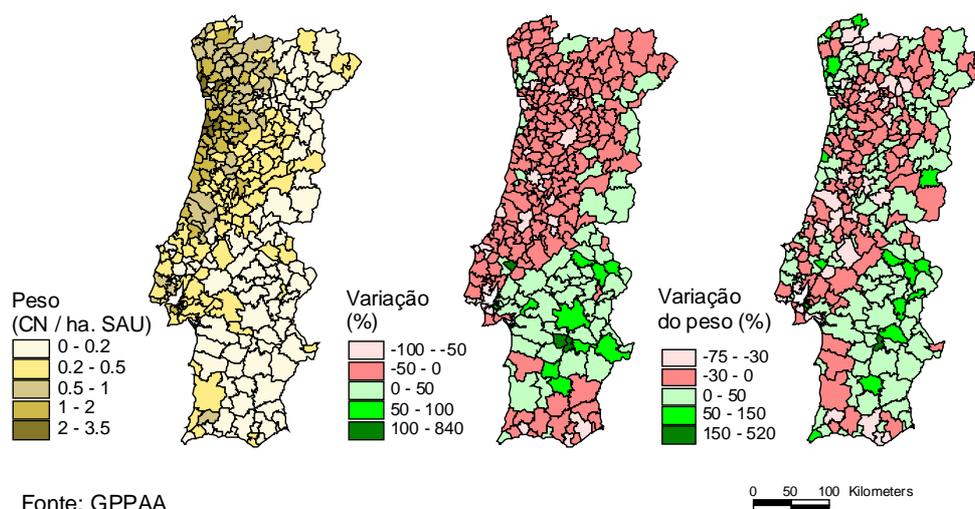
Da imagem do peso (cabeças normais por hectare de SAU) é claro que a carga animal destes ungulados é mais elevada no norte e no litoral do que no interior. No norte litoral isto terá sobretudo a ver com a presença de bovinos de leite nas áreas de produção de leite.

Mesmo assim, a variação do nº de estes animais foi mais positiva durante os anos noventa nas áreas do Alentejo, atingindo em alguns casos valores até 800% (Cuba). Esta imagem pode reflectir uma certa extensificação dos sistemas de produção onde os sistemas mais intensivos de cereais por exemplo são substituídos por animais de pastoreio.

A última imagem representa a variação da carga animal. O facto desta ser positiva também em alguns dos concelhos onde não houve um aumento absoluto em número de animais, indica que a diminuição da SAU foi relativamente maior à diminuição das cabeças normais. O resultado é um relativo aumento da carga animal, é o caso de vários concelhos por exemplo nas Beiras Interior, Trás-os-Montes, e Minho-Lima.

Carga animal (bovinos, ovinos e caprinos):

Peso (cabeças normais / ha. SAU) em 1999, Variação e Variação do peso



Fonte: GPPAA

Figura 39: Peso e variação (do peso) da Carga animal (bovinos, ovinos, caprinos) – GPPAA / RGA 89 - 99

5.3. Tipologia de áreas segundo a dinâmica do sector agrícola

Embora exista uma certa coerência entre as várias alterações na dinâmica do sector agrícola, tal como explicitado na secção acima, a leitura de toda informação em conjunto pode ainda ser confusa.

Para facilitar a análise das dinâmicas e das transformações no sector agrícola no conjunto dos concelhos, foi executado uma análise estatística de *clustering* em SPSS (K-means). A ideia base de uma análise de *clusters* é de tentar agrupar os concelhos em grupos mais ou menos homogéneos (e distintos uns dos outros) segundo as características e dinâmicas no sector agrícola.

Os indicadores selecionados são:

- O peso da população agrícola em 1999 em relação à população total
- O net change da população agrícola entre 1989 e 1999
- O peso dos produtores singulares em 1999 em relação à população total
- O net change dos produtores
- O peso dos produtores com mais que 55 anos em 1999 em relação ao total dos produtores
- O net change dos produtores com mais que 55 anos
- O peso das explorações com rendimento principalmente do exterior em 1999 em relação ao total das explorações
- O net change das explorações com rendimento principalmente do exterior
- O net change da superfície total das explorações
- O peso da SAU na exploração em 1999
- O net change da SAU na exploração
- O peso da SAU irrigável em 1999 em relação a SAU
- O net change da SAU irrigável
- O peso das matas e florestas dentro da exploração em 1999
- O net change das matas e florestas dentro da exploração
- O peso das pastagens pobres na superfície total da exploração em 1999
- O net change das pastagens pobres
- O peso da Superfície Agrícola Não Utilizada na exploração em 1999
- O net change da Superfície Agrícola não Utilizada
- A dimensão média das explorações
- O net change da dimensão média

	Final Cluster Centers						
	1	2	3	4	5	6	7
Peso da pop. agrícola 99	14,4	24,8	30,7	14,6	12,1	56,8	23,5
´net change´ pop. agrícola	-11,8	-16,1	-15,4	-3,5	-8,8	-7,4	-6,4
Peso dos produtores 99	4,3	8,7	10,3	5,2	4,2	21,3	9,0
´net change´ produtores	-2,6	-4,4	-3,7	-1,4	-2,8	-,5	-2,2
Peso produtores >55 1999	60,9	69,5	65,5	62,5	69,5	67,3	68,3
Net change produtores >55	8,3	9,0	7,1	2,7	8,8	5,6	4,4
Peso das expl. rendimento do exterior	59,4	79,6	69,3	52,1	67,1	68,4	64,1
Net change expl. rendimento exterior	6,4	12,0	7,8	1,1	5,6	11,1	1,4
Net change superficie total	-14,6	-6,0	-7,6	5,1	-6,7	-2,4	6,4
Peso médio da SAU na expl. 1999	62,0	36,5	66,7	91,3	77,9	66,3	89,1
Net change SAU dentro da Exploração	-,7	-7,8	-3,4	-3,3	-1,7	-5,8	,6
Peso_Sau_Irrigavel 99	86,8	52,5	41,0	7,4	29,6	14,1	10,7
Net change SAU irrigável	1,8	-6,1	-7,4	2,1	2,5	-2,6	,0
Peso das Matas e florestas no superficie total da exploração 1999	32,2	57,8	26,4	6,6	12,5	20,5	8,7
Net change matas e florestas dentro da exploração	-1,7	7,1	1,9	3,0	-1,2	6,6	,4
Peso das Pastagens pobres na superfície total da exploração 1999	2,0	3,9	19,7	25,3	4,8	6,8	32,0
Net change pastagens pobres na superfície total da exploração	1,3	2,4	9,3	16,6	2,8	1,3	23,4
Peso da SANU na superficie total da exploração 99	2,4	3,9	3,8	,4	6,6	9,9	,9
Net change da SANU	,8	,2	-,2	-,2	1,5	-1,9	-1,0
Dimensão média / exploração 99	4,9	7,5	7,2	127,1	9,9	10,4	53,2
Net change dimensão média	,7	1,7	1,4	32,6	2,8	,7	15,6

Tabela 7 - Valores médios dos indicadores relativos a cada cluster

Dinâmica do Sector Agrícola

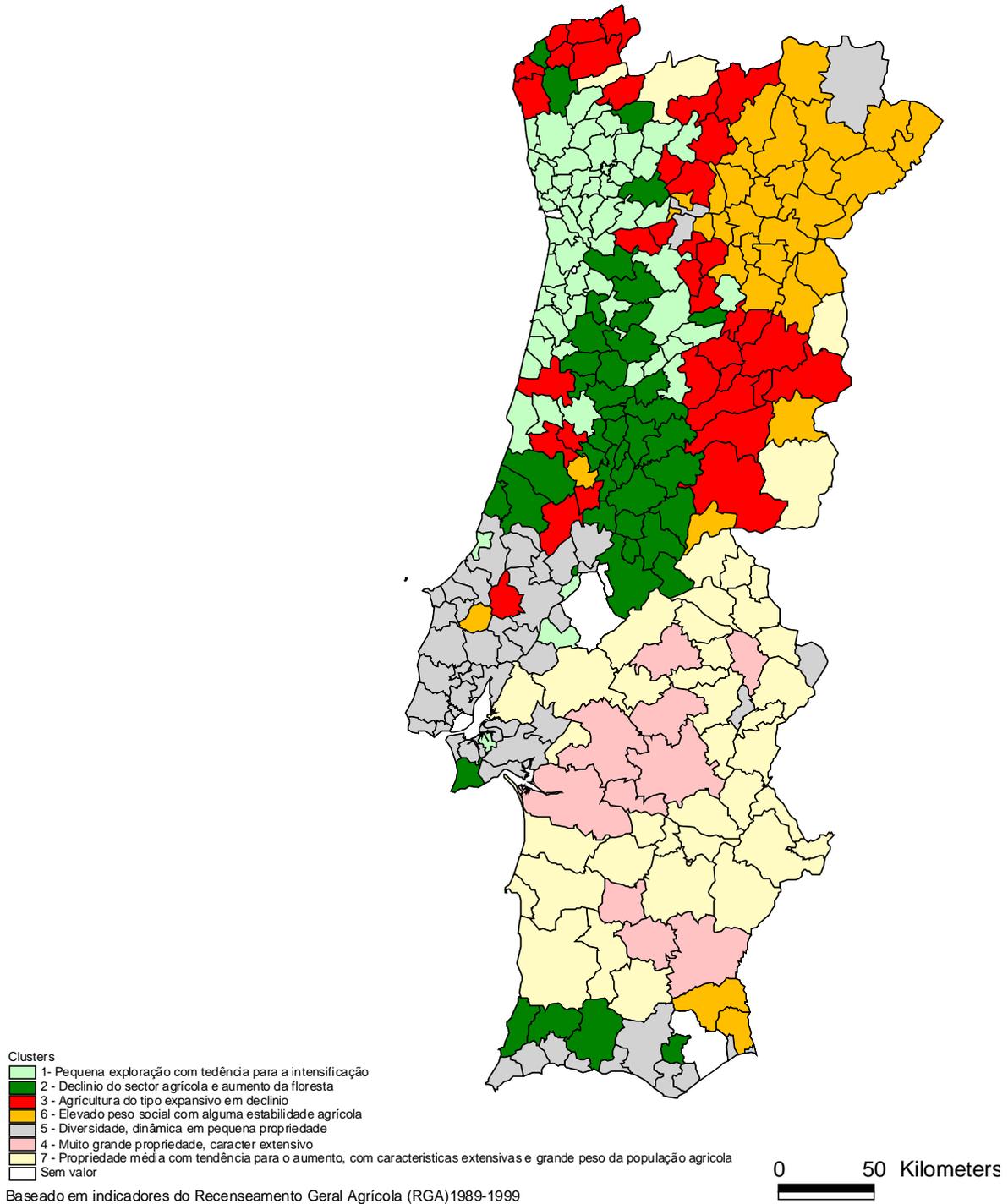


Figura. 40 - Distribuição dos concelhos por sete clusters, segundo as dinâmicas do sector agrícola

A partir da tabela com os “final cluster centres” podem caracterizar-se os vários grupos.

Cluster 1 – Pequena exploração com tendência para intensificação

Estes concelhos estão quase todos situados no litoral norte do país a volta de Porto. Têm um peso relativamente baixo da população agrícola, e registaram uma forte diminuição desta população durante os anos noventa. Ao mesmo tempo é o grupo onde o peso dos produtores com mais que 55 anos é o mais baixo, embora o *net change* deste grupo tenha sido muito positivo.

É o grupo onde a dimensão média das explorações é mais pequena, e aumentou muito pouco. É também o grupo onde a superfície total diminuiu relativamente mais durante os anos noventa, embora o peso da SAU tenha ficado quase igual e tenha havido um aumento do peso da SAU irrigável. O peso das pastagens pobres é muito baixo neste grupo e aumentou pouco, assim como a Superfície Agrícola não Utilizada.

Estes concelhos podem ser caracterizados pela concentração de agricultura intensiva, em pequenas explorações.

Cluster 2 – Declínio do sector agrícola e aumento da floresta

O segundo *cluster* agrupa os concelhos com maior peso das matas e florestas dentro da exploração. É o grupo que registou a maior diminuição da população agrícola e dos produtores agrícolas durante os anos noventa.

Estes concelhos encontram-se no sul do país, no Algarve, e sobretudo na área do centro do país onde já a análise CORINE tinha indicado o predomínio da floresta. O rendimento da exploração vem predominantemente do exterior e a importância deste rendimento subiu muito durante os anos noventa.

O peso da SAU na exploração é o mais baixo e diminuiu muito entre 1989 e 1999, tanto como a SAU irrigável. Ao contrário, o peso das matas e florestas dentro da exploração aumentou com mais do que 7 %.

A dimensão média da exploração é pequena mas aumentou um pouco no período considerado.

Cluster 3 – Agricultura de tipo extensivo em declínio

O terceiro *cluster* também mostra tendências complexas em relação à dinâmica da agricultura. O peso da população agrícola é bastante alto, mas registou uma forte diminuição durante os anos noventa. A superfície total das explorações diminuiu

bastante tanto como a SAU e a SAU irrigável. A superfície média é de cerca de 7 hectares, tendo sofrido um aumento de apenas 1,4 hectares entre 1989 e 1999.

O peso das pastagens pobres dentro da exploração era já elevado em 1989, mas aumentou ainda, revelando uma clara tendência para extensificação.

Cluster 4 – Muito grande propriedade, caracter extensivo

Este grupo destaca-se pela elevada dimensão média das explorações e pelo alto peso da SAU dentro da exploração. São todos concelhos do Alentejo, do centro e do sul.

É um dos dois grupos onde superfície total das explorações aumentou embora a SAU tenha diminuído bastante.

O peso da população agrícola é baixo, e diminuiu relativamente pouco na última década – provavelmente por ser já tão baixo em 1989. O nível de envelhecimento também é mais baixo do que nos outros grupos. É o grupo com o peso mais baixo das explorações com rendimento do exterior e este peso também não aumentou muito entre 1989 e 1999.

O peso das pastagens pobres na superfície total é alto e aumentou muito durante os anos noventa, revelando também aqui a extensificação dos agro-sistemas. O peso da SAU irrigável é muito baixo mas houve algum aumento, revelando pontualmente intensificação. O peso das matas e florestas sem culturas sob coberto (e portanto florestas doutro tipo que não montado) é muito baixo, mas aumentou. Quase não há Superfície Agrícola Não Utilizada neste grupo de concelhos.

Cluster 5 – Diversidade e dinâmica em pequena propriedade

O *cluster* cinco junta os concelhos com o peso mais baixo da população agrícola, e que tem vindo a diminuir. Corresponde a áreas onde há muitas outras alternativas de actividade, no Oeste, à volta de Lisboa e no Algarve.

O peso dos produtores também é o mais baixo, e aqueles que restam são sobretudo idosos. A dimensão média é perto de 10 hectares e aumentou um pouco na última década. O peso do rendimento do exterior é elevado.

É um dos dois grupos onde o peso das matas e florestas dentro da exploração diminuiu. É a área com maior aumento da Superfície Agrícola Não Utilizada dentro da exploração.

Cluster 6 – Elevado peso social com alguma estabilidade agrícola

O *cluster* seis é o grupo com o peso mais alto da população agrícola e dos produtores.

Estes concelhos estão quase todos situados em Trás-os-Montes com excepção de dois concelhos no Algarve e alguns no interior do país. A dimensão média das explorações agrícolas é a volta de 10 hectares e quase não tem aumentado.

É muito notável que o peso dos produtores na população total quase não diminuiu. Mesmo assim, o peso das explorações com rendimento do exterior cresceu bastante enquanto a SAU dentro da exploração diminuiu. O peso das matas e florestas aumentou e já ocupa em média à volta de 20% da superfície total da exploração. É o grupo com o peso mais alto da Superfície Agrícola Não Utilizada embora este peso tenha diminuído algo durante os anos noventa.

Cluster 7 – Propriedade média com tendência para o aumento, com características extensivas e grande peso da população agrícola

Os concelhos do *cluster* 7 incluem grande parte do Alentejo. Tem elevadas superfícies médias, altos pesos do SAU e sobretudo um alto peso e aumento das pastagens permanentes pobres. A superfície total das explorações agrícolas aumentou e é o único grupo onde a SAU também aumentou durante os anos noventa.

Existe alguma SAU irrigável mas não houve aumento nesta área. Quase não há superfície agrícola não utilizada. A população agrícola e os produtores ainda têm um peso significativo na população mas continuam a diminuir.

5.4. Conclusão e Discussão

Do conjunto das análises efectuadas, algumas conclusões e considerações merecem ser destacadas

- Verificou-se uma diminuição generalizada de produtores (variação -31,2%), população agrícola (-37,6%) e do número de explorações (-30,6%), assim como o aumento da dimensão média (de 9,4 para 13,2 hectares), o que corresponde a tendências esperadas e verificadas também, em décadas anteriores sobretudo, em muitos outros países europeus. Reflecte uma tendência para a concentração das explorações e para a redução da importância da agricultura como actividade da população.

- Verificou-se também uma tendência para aumentar a importância da pluriactividade: a variação de produtores a tempo completo foi de -46,6% , enquanto que a variação de explorações com rendimento do exterior foi de -21,3% - existem portanto actualmente mais explorações com rendimento do exterior.

- A redução da superfície agrícola foi pouco marcada: *Net change* do peso da superfície total das explorações no continente -1,3% e *Net change* do peso da SAU dentro do continente -1,6%

- Mas a proporção da “SAU mais produtiva” tem tendência a diminuir: *Net change* -4,6%. E as Pastagens pobres têm tendência a aumentar: *Net change* +6,2%, assim como o peso das matas e florestas: *Net change* +0,3%, sobretudo no Alentejo e em Trás-os-Montes. Estas tendências revelam uma viragem para uma agricultura mais extensiva, e maior importância da floresta. Em resumo, pode dizer-se que nos anos 90 o sector da agricultura portuguesa registou:

- * Alguma redução da área agrícola, mas sobretudo concentração das explorações e extensificação dos sistemas + intensificação pontual

- * Diversificação pontual ao nível da exploração ou do sector

- * Diversificação do rendimento: esta pode reflectir uma visão de futuro e aposta clara na pluriactividade, mas também pode reflectir uma simples estratégia de sobrevivência, quando a agricultura já não permite um rendimento adequado. Para que se mantenha esta pluriactividade e a agricultura possa ser mantida como actividade complementar, é necessária a diversificação da economia no espaço rural.

Em termos de diferenças entre as regiões:

- * Onde o sector parece revelar mais dinâmica: Douro Litoral, Terra Quente, Oeste e Bacia do Tejo.
- * Onde a agricultura parece estar claramente em declínio, ou mesmo em risco de desaparecer, prevalecendo o domínio da floresta: áreas montanhosas no Centro e Norte.
- * Onde predomina a extensificação, pouca dinâmica e aparecem com alguma importância as novas florestações: Alentejo.

6. Dinâmica sócio-económica no mundo rural entre 1991 e 2001

6.1. Portugal Continental - Tendências Gerais

6.1.1. Dinâmicas Populacionais dos anos noventa

De maneira geral, em Portugal Continental, a população residente aumenta em cerca de 5% nos anos noventa. São sobretudo as áreas urbanas que ganham importância. De acordo com o trabalho extenso da Teresa Sá Marques (2004): “entre 1991 e 2001 sentiram-se um conjunto de processos que tiveram impactos na estruturação global da distribuição da população residente; a desurbanização dos centros metropolitanos (com perdas populacionais significativas em termos absolutos e relativos), os processo de suburbanização das periferias (com ganhos muito relevantes), as cidades médias como realidades ganhadoras, os concelhos da rede complementar como situações perdedoras na estruturação global, ainda que não tenham perdido população residente em termos absolutos, reflectindo em parte o despovoamento dos concelhos interiores. Enfim, na estruturação global são perdedores os centros metropolitanos e os concelhos da rede complementar e são ganhadoras as periferias metropolitanas e as cidades médias. A estrutura geral do povoamento pouco se alterou na última década: nos concelhos das áreas metropolitanas (em 2001) residia 40% da população do Continente (39,5% em 1991), nos concelhos das cidades médias 27% (26,5% em 1991), nos restantes cerca de 33% (34% em 1991)”.

6.1.2. Estrutura etária

Em relação à estrutura etária da população, “em primeiro lugar, é de salientar o envelhecimento da estrutura global da população portuguesa. Existem hoje menos jovens (0-14 anos) e mais idosos (mais de 65 anos) e a estrutura de dependências alterou-se. Tendo presentes as mudanças estruturais a nível nacional, é de salientar territorialmente o seguinte: o envelhecimento dos centros metropolitanos pelo reforço do peso dos que têm mais de 65 anos; as periferias metropolitanas perdem sobretudo a juventude nos anos noventa, com os menores de 15 anos a diminuírem; as cidades médias viram as suas estruturas etárias a ficar mais maduras; os restantes concelhos perderam percentualmente muita nas camadas mais jovens” (Marques 2004). Assim, em 2001 a situação era a seguinte:

- os centros metropolitanos claramente envelhecidos (em Lisboa 23,6% da população tem mais de 65 anos, no Porto um pouco menos, 19,4%)
- as periferias de Lisboa com uma estrutura etária marcada pela importância da população adulta (25 a 65 anos), enquanto a periferia do Porto demonstra uma juventude superior ao valor do Continente
- as cidades médias com uma estrutura relativamente semelhante ao Continente, ainda que um pouco mais jovem;
- os concelhos da rede complementar claramente envelhecidos (20,5% da população com mais de 65 anos).

6.1.3. Actividades, sectores e (des)emprego

Em relação às tendências gerais no sector primário e actividades agrícolas, e ainda segundo a mesma autora (Marques 2004), podem detectar-se duas grandes clivagens no território português:

“Por um lado, no contexto de elevada ou razoável densidade de população agrícola, registaram-se fortes perdas de produtores e população. Todo o norte e centro ocidental e algumas áreas dispersas pelo país perderam vertiginosamente população e produtores agrícolas na última década. São os territórios mais densos e povoados do Norte e Centro que sentiram na última década os níveis mais intensivos de regressão das actividades agrícolas. A modernização da agricultura implicou alterações nos métodos de trabalho, o que naturalmente teve reflexos na diminuição da população activa agrícola. Por outro lado, a atractividade exercida pelas actividades industriais e terciárias mobilizou muita população e contribuiu para que as actividades agrícolas passassem a ser desenvolvidas simultaneamente a uma diferente ocupação (a tempo parcial ou completo, conforme os condicionalismos locais);

Por outro lado, um extenso território regista decréscimos mais atenuados, num contexto de fraca densidade de população e produtores agrícolas. Eventualmente algumas destas áreas rurais poderão ter perdido população agrícola abaixo dos níveis admitidos e os campos poderão ter ficado abandonados”.

Em relação às actividades e ao emprego nos sectores secundários e terciários, “as tendências territoriais na localização do emprego nas décadas de oitenta e noventa vão apresentar muitas características semelhantes às lógicas locativas residenciais”.

“Em termos sectoriais, a indústria está a afastar-se das grandes cidades, mas em simultâneo procura não se distanciar muito do ambiente metropolitano. No sector terciário, em toda a Europa está a sentir-se um processo intenso de terciarização, que segue os processos de suburbanização residencial. Por outro lado, os serviços às empresas e a localização das sedes sociais primeiro procuraram o centro das grandes cidades mas ultimamente têm vindo a optar por uma localização periférica. Concluindo, os processos de desindustrialização e de terciarização do emprego foram evidentes e entre 1990 e 2000 o mapa das actividades e do emprego deve ter-se alterado significativamente.”

6.1.4. Poder de compra

Para poder avaliar o Poder de Compra e as alterações no que respeita a este indicador a nível do Concelho utilizou-se o Indicador per Capita (IpC) desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estatística. “O Indicador per Capita é um número índice que compara o poder de compra regularmente manifestado nos diferentes concelhos e regiões, em termos per capita, com o poder de compra médio do país a que foi atribuído o valor 100.”

“No espaço continental, a Região de Lisboa é a que apresenta, segundo o IpC, um poder de compra mais elevado, que ultrapasse a média do país em 47,9%. Ainda com um valor do IpC superior à média nacional surge o Algarve atingindo os 108,8 pontos. As restantes regiões registam valores do IpC abaixo da média do país: 85,6 para a Região Norte, 79,8 para a Região Centro e 77 pontos para o Alentejo, última região continental nesta ordenação” (Instituto Nacional de Estatística 2000)

6.2. Análise ao nível do concelho

6.2.1. Densidade Populacional

O mapa da densidade populacional do continente português (Fig. 41) mostra uma imagem muito característica e bem conhecida. As maiores densidades encontram-se no litoral do oeste e do sul e sobretudo à volta dos centros urbanos de Lisboa e Porto. Aqui as densidades populacionais atingem valores muito acima dos 2000 habitantes por km² (Almada, Barreiro, São João da Madeira, Matosinhos, Oeiras, Odivelas, Porto, Lisboa, Amadora). No resto do continente, as densidades da população são no geral baixas ou muito baixas com um grupo de oito concelhos no extremo com menos de 10 habitantes por km² (Tarouca, Alcoutim, Mértola, Monforte, Idanha-a-Nova, Avis, Ourique e Alcácer do Sal), a maioria dos quais no Alentejo.

Densidade e Variação da População:

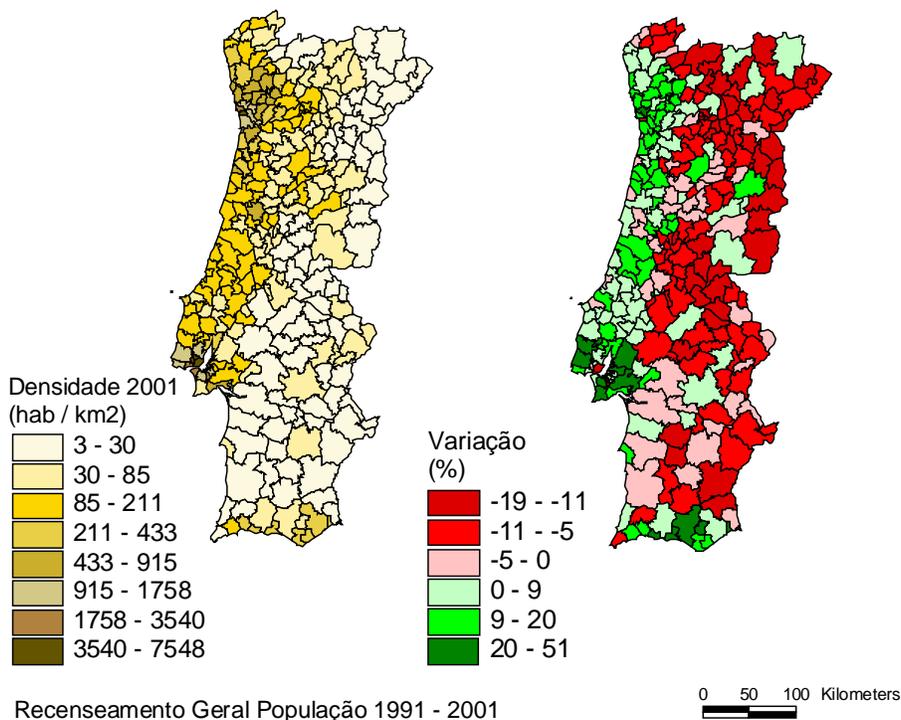


Figura 41: Densidade e Variação da População. Fonte: Censos da População 1991 e 2001

O mapa da variação mostra que estas características de contrastes entre o interior e o litoral se têm vindo a reforçar nos anos noventa. A população tem aumentado nas áreas de maior densidade enquanto no interior se regista uma diminuição contínua com excepção das cidades médias que parecem funcionar como pólos de resistência ao despovoamento no interior, sendo as únicas áreas onde a densidade da população aumenta.

6.2.2. Repulsão e Atracção dos Concelhos

Embora a densidade e a variação da população possam ser reveladoras das tendências demográficas no concelho, não reflectem toda a realidade. É importante perceber por exemplo se um concelho, apesar das tendências negativas que são registadas por serem dominantes, consegue atrair novos habitantes, o que pode indicar alguma dinâmica ou capacidade de atracção. Como “novos residentes” são considerados os habitantes que vivem no concelho há menos de 10 anos. Quanto maior o peso desta “população nova” no concelho, maior é a capacidade de atracção do concelho.

No mapa do continente (Fig.42) mostrando o peso da população nova destaca-se uma área grande à volta de Lisboa assim como o Algarve e vários concelhos no Alentejo, sobretudo no eixo Lisboa – Évora. Este peso dos novos residentes pode indicar as migrações internas da população portuguesa mas também pode revelar a atracção que alguns concelhos têm para estrangeiros de diferentes nacionalidades, geralmente à procura de emprego e / ou qualidade de vida. O mapa da variação dos novos residentes mostra que concelhos foram capazes de atrair mais pessoas novas em relação a 1991.

Novos residentes nos concelhos:

Peso em 2001, Variação e Net change; em relação à população total

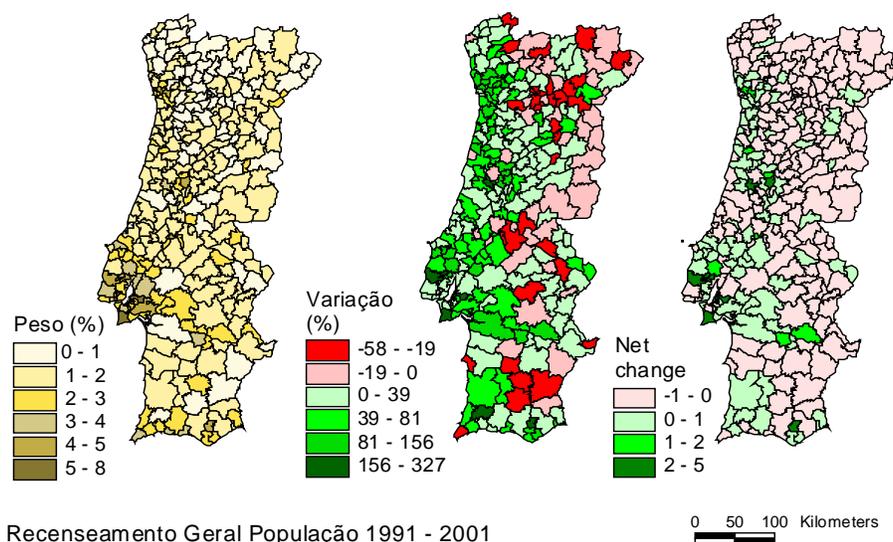


Figura 42: Peso, Variação e Net change dos novos residentes, em relação à população total.

Fonte: Censos da População 1991 e 2001

6.2.3. Estrutura etária:

Estrutura etária: População < 14 anos

As imagens da população com menos de 14 anos (Fig.43) mostram uma imagem preocupante para o futuro de grandes áreas do país. Embora exista uma grande concentração da população jovem no norte, sobretudo na envolvente da cidade de Porto, em muitas manchas no interior, nomeadamente nas Beiras, a população jovem já tem um peso muito reduzido no total da população. Em 9 concelhos este peso é mesmo abaixo dos 10% (Vila Velha de Ródão, Alcoutim, Idanha-a-Nova, Gavião, Oleiros, Penamacor, Nisa, Pampilhosa da Serra e Sabugal).

As variações negativas foram mais fortes no interior também, com tendências atenuadas em volta de algumas cidades médias como Évora, Castelo Branco, Fundão, Guarda, Viseu e Vila Real.

Aumentos absolutos da população com menos de 14 anos só se registam em alguns concelhos urbanos à volta de Lisboa e no Algarve. Mesmo nestes concelhos, o *net change* não é positivo, devido ao aumento da população na sua totalidade.

Na imagem do *net change* da população jovem destacam-se as perdas da população jovem no norte do país, no Alto Trás-os-Montes e no Douro, no Minho Lima e no Cavado e Ave, onde os aumentos do índice do envelhecimento são mais marcados.

População com menos de 14 anos:

Peso em 2001, Variação e Net change; em relação à população total

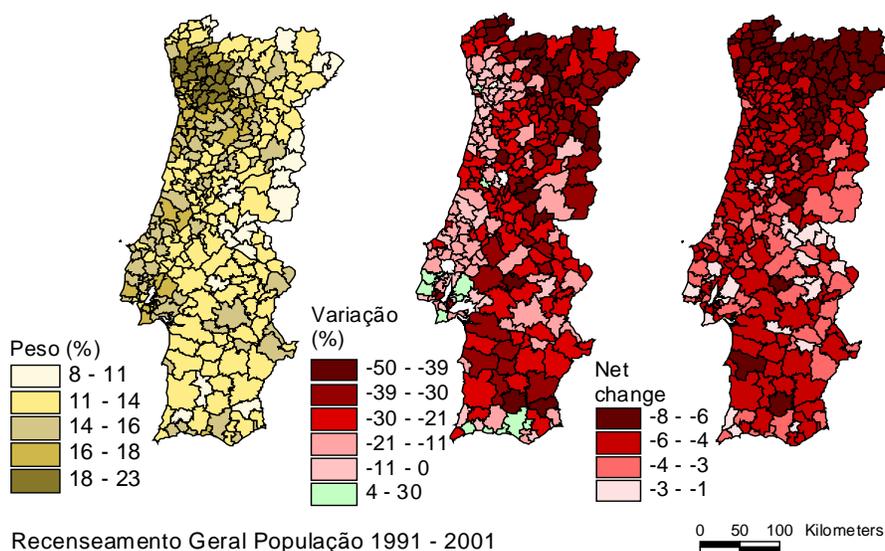


Figura 43: Peso, Variação e Net change da população com menos de 14 anos, em relação à população total. Fonte: Censos da População 1991 e 2001

Estrutura etária: População 15- 24 anos

A imagem da distribuição do peso da população entre 15 e 24 anos (Fig.44) é muito parecida à imagem da categoria dos mais jovens. Encontra-se um peso mais alto destes jovens no litoral e numa grande zona envolvente do Porto, enquanto alguns dos concelhos do interior sul e centro registam os pesos mais baixos. Destacam-se ainda alguns dos concelhos das cidades médias do interior como Beja e Bragança, o que se pode prender com presença das instituições de ensino médio e superior nestas cidades. Este factor pode contribuir para a variação positiva da população neste grupo etário noutros concelhos, embora também sejam importantes outros sectores e actividades como a indústria (Lisboa, Sines) ou o turismo e a construção (Algarve).

A imagem do *net change* mostra que as diminuições neste grupo etário em relação ao total da população não são tão significantes como no grupo dos mais jovens. A maioria dos concelhos com *net change* mais negativo, como na área envolvente do Porto, continua a registar pesos altos da população entre 15 e 24 anos.

População com idade entre 15 e 24 anos:

Peso em 2001, Variação e Net change; em relação à população total

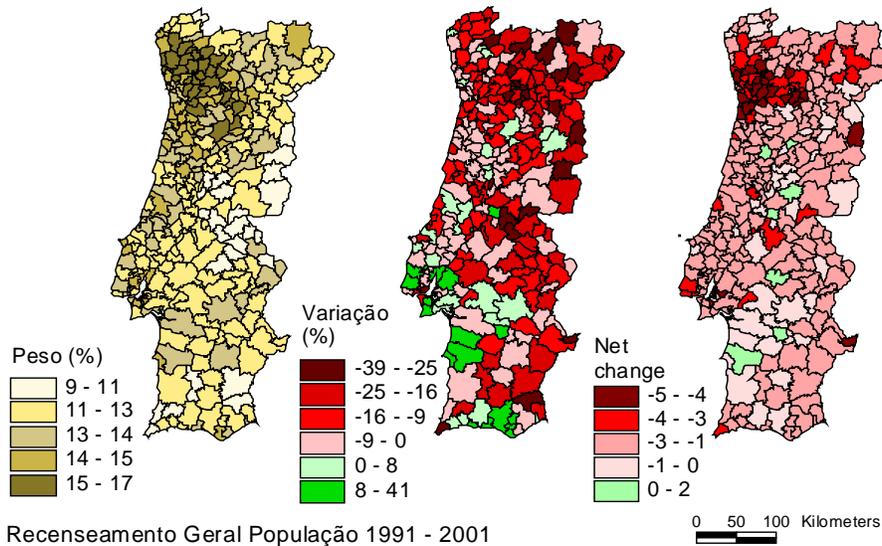


Figura 44: Peso, Variação e Net change da população entre 15 e 24 anos, em relação à população total. Fonte: Censos da População 1991 e 2001

Estrutura etária: População 25 – 64 anos

Neste grupo etário, que representa a maioria da população economicamente activa, são notáveis os pesos baixos em muitos concelhos do centro e norte interior do país, como também em alguns concelhos do Alentejo. É nestas áreas que esta população diminuiu muito em termos absolutos nos anos noventa, como mostra a imagem da variação (Fig.45).

População com idade entre 25 e 64 anos:

Peso em 2001, Variação e Net change; em relação à população total

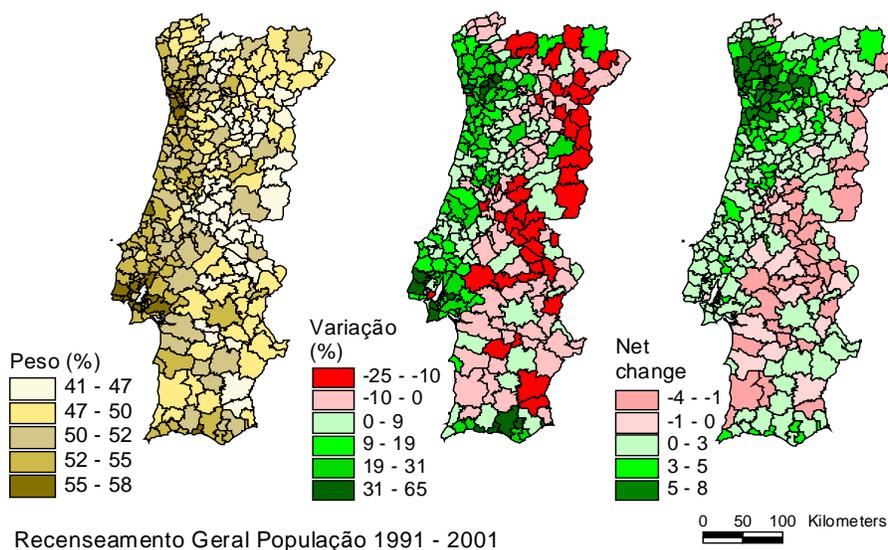


Figura 45: Peso, Variação e Net change da população entre 25 e 64 anos, em relação à população total. Fonte: Censos da População 1991 e 2001

A imagem do *net change* é em geral parecida com a imagem da variação, excluindo em muitos concelhos das regiões do norte como Alto Trás-os-Montes e Douro e Minho-Lima. Nestes concelhos, a variação negativa da população entre 25 e 64 anos não corresponde a uma diminuição do peso deste grupo etário no total da população, uma vez que a redução geral da população foi mais marcada.

Estrutura etária: População > 65 anos

Os concelhos com os pesos mais baixos da população com mais que 65 anos encontram-se na sua maioria nas sub-regiões do Grande Porto, Cávado, Ave, Tâmega e Entre Douro e Vouga. Alguns destes concelhos registam mesmo pesos deste grupo etário abaixo dos 10%. É o caso de Paços de Ferreira, Vizela, Paredes, Lousada, Felgueiras e Valongo. No outro extremo encontram-se vários concelhos do interior das Beiras, dos Pinhais e do Alentejo. Em Alcoutim, Vila Velha de Ródão, Penamacor e Idanha-a-Nova o peso da população idosa ultrapassa os 40 %.

A imagem da variação mostra que o peso deste grupo etário aumentou em quase todos os concelhos do continente, à excepção de alguns concelhos no Algarve (Albufeira, Loulé) e à volta de Coimbra (Condeixa-a-Nova, Lousa, Vila Nova Poiares).

O mapa do *net change* dá-nos uma imagem mais exacta das alterações na estrutura etária porque nos mostra as alterações dentro deste grupo etário em relação ao total da população. Assim fica claro que o processo do envelhecimento é mais grave em Trás-os-Montes, nas Beiras do Interior e em várias áreas do Alentejo, nomeadamente no sul.

População com mais de 65 anos:

Peso em 2001, Variação e Net change; em relação à população total

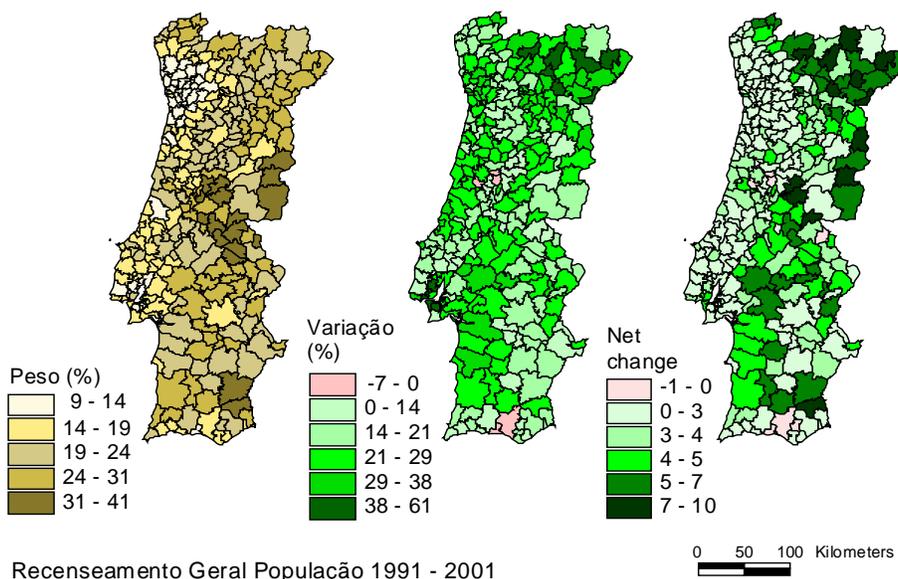


Figura 46: Peso, Variação e Net change da população com mais de 65 anos, em relação à população total. Fonte: Censos da População 1991 e 2001

Índice de Envelhecimento

De forma a expressar o processo do envelhecimento, o Instituto Nacional de Estatística desenvolveu um índice que mostra a relação entre o grupo etária com mais que 65 anos e o grupo etário com menos de 14 anos. Quanto mais alto o índice de envelhecimento, mais alto o peso da população idosa em relação à população jovem. O mapa do índice de envelhecimento em 2001 (Fig. 47) mostra uma imagem muito parecida à do peso da população com mais que 65 anos em 2001.

Índice de envelhecimento e a Variação:

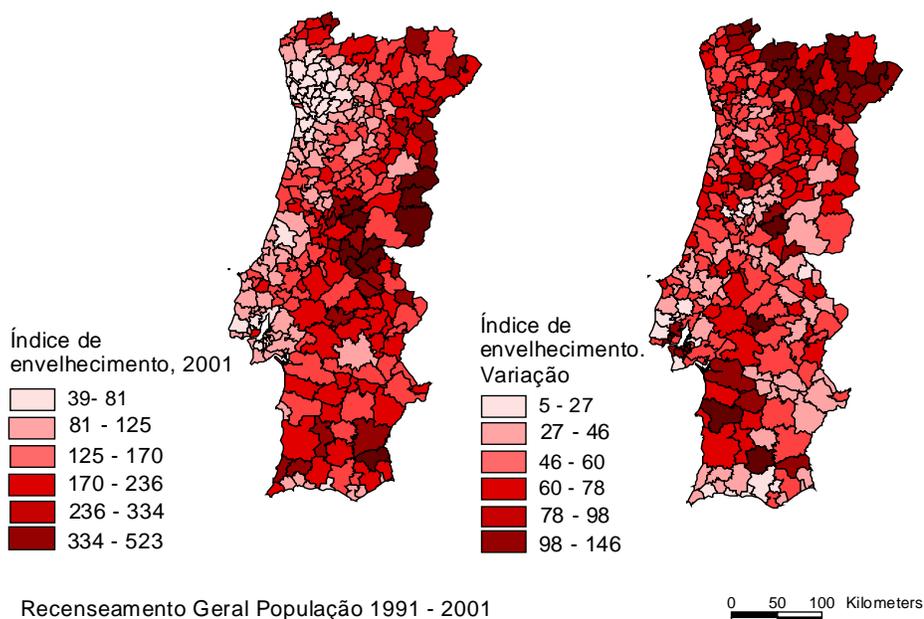


Figura 47: Índice de envelhecimento em 2001, e a Variação 1991-2001. Fonte: Censos da População 1991 e 2001

O mapa da variação mostra que o índice de envelhecimento aumentou em todos os concelhos do continente português durante os anos noventa, reflectindo um processo de envelhecimento generalizado. Foi sobretudo na região de Trás-os-Montes que o índice aumentou relativamente mais, devido à grande redução da população mais jovem.

6.2.4. Actividade da População

População Activa

De acordo com a definição utilizado nos Censos Populacionais do Instituto Nacional de Estatística considera-se como População Activa “o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços e que entram no circuito económico. Consideram-se como fazendo parte da população activa os seguintes subconjuntos de indivíduos: População empregada, População desempregada à procura de novo emprego e População desempregada à procura do primeiro emprego” (Instituto Nacional de Estatística 2002).

A distribuição do peso da população economicamente activa em relação à população total (Fig. 48) reflecte o dinamismo, em termos de actividades, no litoral e sobretudo em volta de Lisboa e do Porto. Mas também revela uma diferença fundamental entre o interior do norte e centro e o interior do sul: neste último, com excepção de Mértola e Alcoutim, as taxas da população activa são mais altas do que no norte e centro.

População economicamente activa:

Peso em 2001, Variação e Net change; em relação à população total

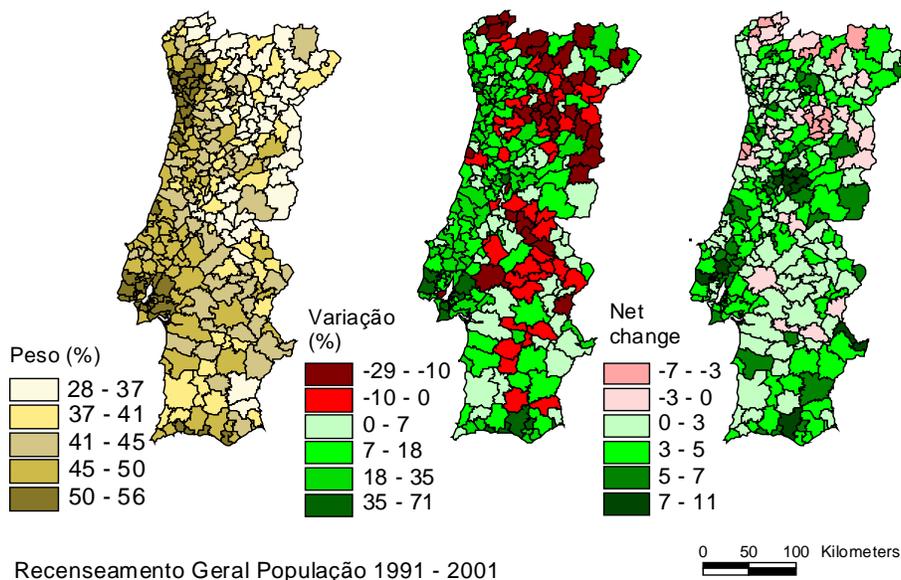


Figura 48: Peso, Variação e Net change da população economicamente activa, em relação à população total. Fonte: Censos da População 1991 e 2001

Esta diferença pode estar relacionada com vários factores: por um lado a distribuição dos grupos etários - no norte e centro, o peso da população com menos 14 anos em geral é um pouco mais alto, assim como o peso da população idosa, enquanto que o peso da população entre 25 – 64 anos, a normalmente activa, é algo mais baixo; por outro lado, há o papel da estrutura da propriedade - no Alentejo, os problemas de desemprego e de falta de ligações à terra, assim como a falta de alternativas à agricultura, já há algumas décadas que levam à partida daqueles que não têm emprego na agricultura, o que pode contribuir hoje para reforçar o peso dos activos que ficaram assim como para uma dinâmica menos acentuada.

O mapa da variação mostra que é sobretudo no norte que vários concelhos registaram uma diminuição relativamente forte da população economicamente activa durante os anos noventa, o que se prende com o que foi exposto acima. Visto a imagem dispersa do aumento e da diminuição da população economicamente activa nos vários concelhos do Norte, é provável que pelo menos em alguns casos esta dinâmica reflecta uma reposição da população ainda activa dentro da região. A população muda dos concelhos mais rurais ou com menos oportunidades de emprego para as pequenas cidades e núcleos urbanos que funcionam como pólos de resistência ao despovoamento, tais como Bragança, Guarda, Vila Real etc.

População desempregada

O peso da população desempregada é calculado em relação à população activa. A imagem deste peso em 2001 (Fig.49) mostra que é no Alentejo e nas áreas montanhosas do norte interior que os problemas do desemprego são os mais graves. Por outro lado, é sobretudo no norte que os altos pesos de desemprego se juntam ao problema da já baixa taxa da população considerada como economicamente activa (Fig. 48).

No mapa da variação da população desempregada é o Alentejo que se destaca. Aparentemente, e ao contrário do que acontece em muitos concelhos do norte e centro do país, houve uma diminuição da população desempregada em termos absolutos durante os anos noventa. Teoricamente isto podia indicar um aumento do emprego no mesmo período mas talvez seja mais provável que a população desempregada tenha saído da região. A homogeneidade das condições de emprego e a falta de alternativas ao sector primário contribuem para compreender esta saída generalizada.

População desempregada:

Peso em 2001, Variação e Net change; em relação à população activa

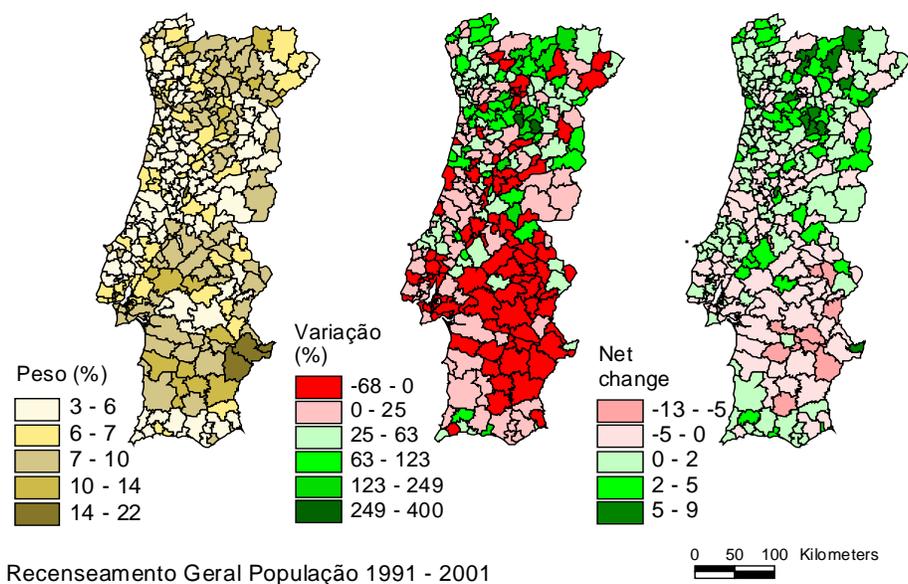


Figura 49: Peso, Variação e Net change da população desempregada, em relação à população activa. Fonte: Censos da População 1991 e 2001

No entanto, apesar das diminuições na população desempregado durante os anos noventa no Alentejo, o peso da população desempregada continua a ser alto em grandes partes do Alentejo, com excepção duma área envolvente de Évora, Montemor, Redondo e Borba.

Por outro lado, uma explicação para estes processos de aumento e diminuição da população desempregada serem mais difusos no norte e centro pode estar na maior heterogeneidade do território, e as consequentes diferenças entre os mercados de emprego nos vários concelhos: daqui pode resultar uma realocização da população (des)empregada dentro da região, mesmo se seguida de uma saída da região.

A imagem do *net change* da população desempregada mostra que é nas sub-regiões de Alto Trás-os-Montes e Douro que o peso da população desempregada tem aumentado significativamente, nalguns casos em mais do que 7% (Barrancos, Vinhais, Vila Nova de Paiva, Ribeira de Pena, Sátão e Castanheira de Pêra). Concelhos como Vinhais, Valpaços e Boticas revelam tendências preocupantes em termos da actividade e emprego: o peso da população economicamente activa tem diminuído muito durante os anos noventa e pode ser considerado baixo actualmente, enquanto que a taxa de desemprego tem aumentado bastante e regista agora valores elevados.

População Empregada no sector primário

O peso da população empregada no sector primário (Fig. 50) é mais alto nas regiões do Douro e Alto Trás-os-Montes, assim como no Alentejo. Na região do Douro, nos concelhos de Alijó, Armamar, Santa Marta de Penaguião, Mogadouro e São João da Pesqueira, este peso atinge mesmo valores acima dos 12%, o que em termos europeus é muito elevado. Em geral "Portugal ainda mantém uma percentagem muito elevada de população ligada às actividades agrícolas, reflectindo o atraso histórico nos processos de urbanização e industrialização / terciarização (Marques 2004).

De qualquer forma, a população empregada neste sector primário tem vindo a diminuir em quase todo o país durante os anos noventa.

"As actividades agrícolas perdem importância no mundo rural e as actividades agrícolas passaram a ser desenvolvidas sobretudo a tempo parcial. A pluriactividade e o plurirendimento subiram percentualmente, o que significa que cada vez mais as actividades agrícolas são complementares de outras actividades. A construção civil e as indústrias transformadoras são as principais actividades complementares" (Marques 2004).

População empregada no sector primário:

Peso em 2001, Variação e Net change; em relação à população total

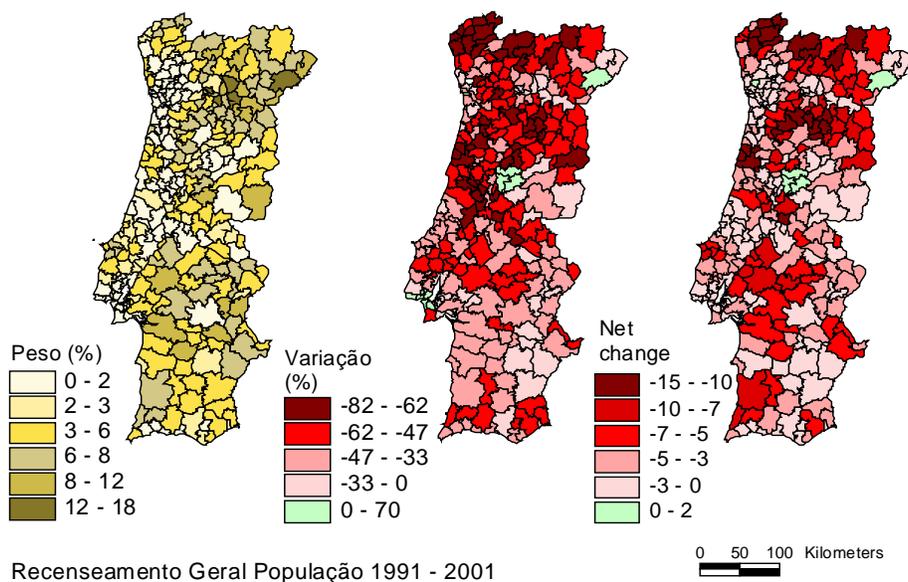


Figura 50: Peso, Variação e Net change da população empregada no sector primário, em relação à população total. Fonte: Censos da População 1991 e 2001

População empregada no sector secundário

Os mapas da população empregada no sector secundário (Fig. 51) revelam que é numa grande área a volta da cidade de Porto onde existem os pesos mais altos, enquanto em Trás-os-Montes, o Alentejo e mesmo no Algarve se encontram pesos mais baixos.

Em termos absolutos foi sobretudo no Alentejo que se perdeu população empregada no sector secundário. Em termos relativos destacam-se também, pelas tendências negativas, as manchas urbanas de Lisboa e Porto, uma grande zona no oeste e à volta do Tejo e algumas zonas no interior, nomeadamente na Cova da Beira.

Tendo em conta a dinâmica dos outros sectores, parece óbvio que se perdeu emprego no sector secundário, sobretudo a favor do sector terciário.

População empregada no sector secundário:

Peso em 2001, Variação e Net change; em relação à população total

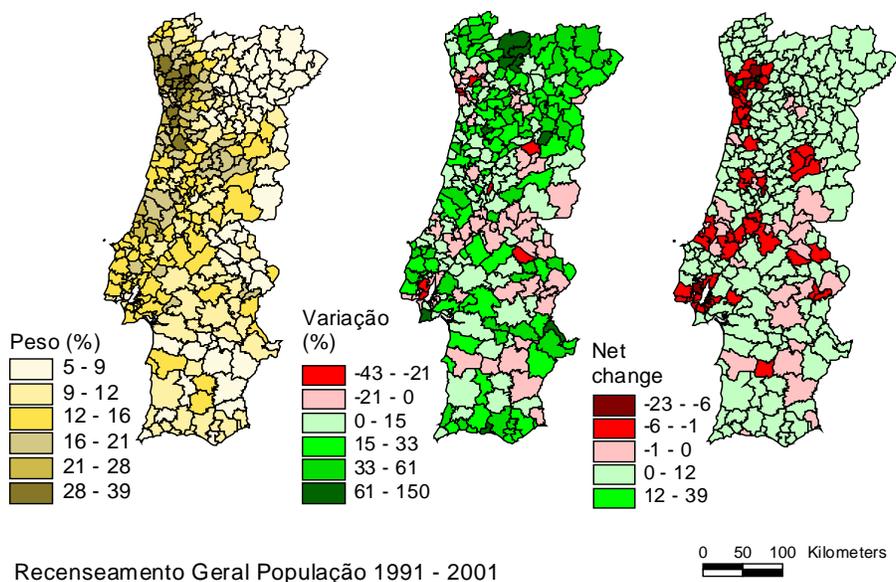


Figura 51: Peso, Variação e Net change da população empregada no sector secundário, em relação à população total. Fonte: Censos da População 1991 e 2001

População empregada no sector terciário

Quanto ao peso da população empregada no sector terciário (Fig.52), destacam-se os centros urbanos, os concelhos com cidades médias, o Algarve e ainda grande parte do Alentejo. Nesta última região sabe-se que os pesos da população empregada no sector terciário são relativamente altos, sobretudo devido ao reduzido emprego nos outros sectores.

Os mapas da variação e do *net change* revelam uma tendência generalizada para o aumento da população empregada no sector terciário, tanto em termos absolutos como relativos.

População empregada no sector terciário:

Peso em 2001, Variação e Net change; em relação à população total

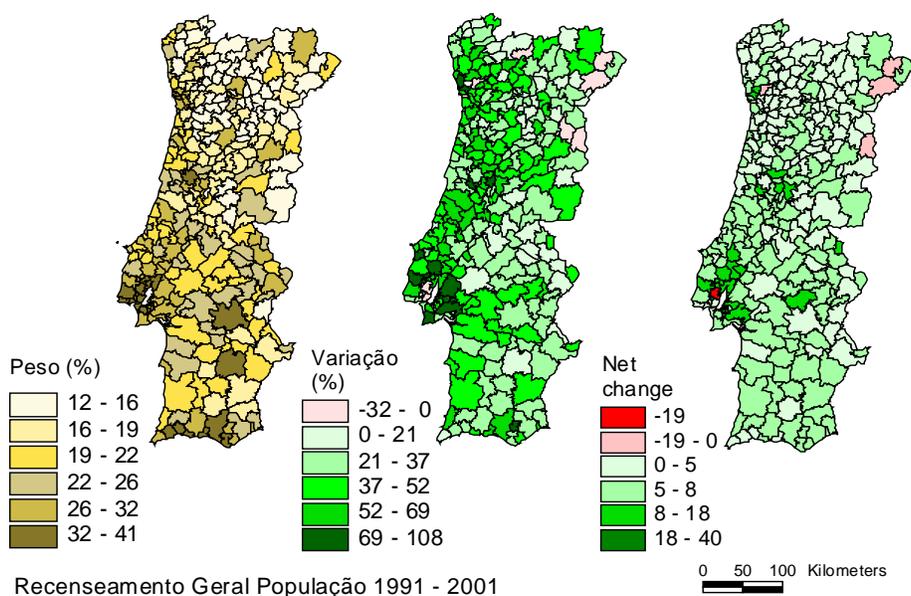


Figura 52: Peso, Variação e Net change da população empregada no sector terciário, em relação à população total. Fonte: Censos da População 1991 e 2001

Para uma análise mais fina das actividades e do emprego no território foi considerado interessante recorrer a uma síntese global do trabalho de Teresa Sá Marques (Portugal na transição do século – Retratos e Dinâmicas Territoriais, 2004), que caracteriza o

Mosaico territorial de actividades e emprego:

“Trás-os-Montes e Alto Douro, o centro interior norte e o Minho-Lima representam territórios com fracas oportunidades de emprego na indústria e nos serviços, sendo as actividades agrícolas uma ocupação fundamental para a população residente. A década de noventa não alterou o perfil pouco promissor já detectado. Os níveis baixos de instrução e a fraca densidade de emprego e de população agrícola caracterizam este *rural abandonado às actividades agroflorestais*. Entre este rural abandonado e a aglomeração de emprego do Porto (ou o litoral) surge um rural em forte regressão, com as populações e os produtores agrícolas a diminuir claramente na última década, ao mesmo tempo que os processos de industrialização ou terciarização parecem tardar. As actividades agrícolas são realizadas predominantemente por produtores com níveis de instrução baixos.

As novas perspectivas abertas com as alterações da PAC podem criar outros horizontes para estes territórios ainda razoavelmente populosos. São áreas rurais em grande perda e, segundo Lima Santos (2002), com uma agricultura frágil em termos de competitividade.

Outra vasta área – Vale do Douro, área envolvente a Castelo Branco, Ílhavo / Cantanhede /Montemor-o-Velho, algumas áreas em Lisboa e Vale do Tejo, grande parte do Alentejo e algum Algarve – apresenta um perfil fortemente vocacionado para as actividades agrícolas, representando o rural agrícola ou os campos vivos (Fig. 53: classe a verde). Quanto mais escura é a classe a verde (Fig. 53), maior é a importância nacional da população e dos produtores agrícolas locais.

No Alentejo e em outras áreas interiores, a terciarização urbana parece acompanhar a agricultura num contexto de fraca densidade. Segundo Lima Santos (2002), trata-se de um rural frágil (pouco povoado) e de uma agricultura competitiva. O facto de os centros urbanos se destacarem das respectivas envolventes agrícolas pode constituir um recurso fundamental para a construção de uma urbanidade rural.

Relativamente a Trás-os-Montes e Alto Douro, o Vale do Douro destaca-se num contexto em que a população residente no Nordeste, sobretudo transfronteiriço, está fortemente dependente das actividades agrícolas. O Vale de Douro caracteriza-se,

segundo o trabalho de Lima Santos, por uma agricultura mais ou menos competitiva, o que transmite melhores perspectivas para esta população residente.

Em Lisboa e Vale do Tejo e no Algarve, designadamente, poderá haver alguma colisão de interesses entre uma agricultura competitiva e os processos de urbanização e terciarização em curso. Nestas áreas, as margens Brutas (MB) por exploração e / ou por superfície agrícola são significativas, justificando a actividade agrícola.

Entre as grandes aglomerações de emprego do Porto e de Lisboa existe um grande número de estilhaços numa envolvente mais ou menos agrícola em regressão. Esses estilhaços permitem assinalar as áreas urbanas mais terciarizadas e a própria dispersão das actividades comerciais, industriais e de serviços. Em termos de ordenamento territorial, devido à diversidade de funções e actividades presentes, esta área parece revelar possíveis conflitualidades nos usos do solo.

A mancha de emprego que se desenvolve à volta do Porto é claramente fragmentada pelas actividades terciárias, industriais e, agora também, agrícolas que mistura. A conflitualidade dos usos é claramente uma questão central no ordenamento destes territórios difusos. Lisboa e a área envolvente aparecem em termos funcionais mais arrumadas, desenhando coroas sucessivas com diferentes características em termos de actividades e, implicitamente, de funcionalidades, e com distintas densidades de uso. Uma primeira coroa associa-se a níveis muito altos de ocupação de actividades e de emprego nos ramos terciários; uma segunda coroa é menos densa, mistura diferentes actividades e, por isso, arrasta outros problemas em termos de ordenamento; uma terceira coroa é mais agrícola e, portanto, completamente diferenciada das anteriores" (Marques 2004).

Mosaico territorial em Portugal Continental – Actividades e Emprego



Figura 53: Mosaico territorial – Actividades e Emprego. Extraído de “Portugal na transição do século - Retratos e Dinâmicas Territoriais” (Marques, 2004)

6.2.5. Poder de Compra

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (2002), “no que se refere à distribuição concelhia do Índice de Poder de Compra, verifica-se que dos 308 concelhos que compõem o país, 37 registam valores deste índice acima de 100, valor de referência que representa a média nacional. Destes, a quase totalidade possui centros urbanos com mais de 10 mil habitantes evidenciando que níveis mais elevados de poder de compra se registam em concelhos de características urbanas. Assim, incluem-se neste grupo de concelhos com poder de compra superior à média os municípios pertencentes à Região de Lisboa (todos com excepção de Alcochete, Mafra e Moita), 5 do Grande Porto (Porto, Matosinhos, Maia, Espinho e Vila Nova de Gaia) e também 7 capitais de distrito ou região (Faro, Coimbra, Aveiro, Funchal, Évora, Braga e Beja), todos concelhos de natureza eminentemente urbana. Fazem ainda parte desta lista mais 5 concelhos do litoral algarvio (Portimão, Albufeira, Loulé, Lagos e Vila Real de Santo António), São João da Madeira no Norte, Entroncamento, Marinha Grande e Caldas da Rainha na Região Centro e no Alentejo, Sines.

Uma referência, por fim, aos concelhos que denotam, segundo o Índice de Poder de Compra, um menor poder de compra per capita. Se tomarmos (de forma arbitrária) os últimos 50 concelhos na tabela daquele indicador, observamos de imediato o predomínio neste grupo da Região Norte, com 28 casos. Trata-se, contudo, sempre de pequenos concelhos do interior, pouco populosos, que conseqüentemente pouca influência têm no índice médio da região. A Região Centro marca presença com 9 concelhos, e as Regiões autónomas incluem ambas 5 dos seus concelhos. Dos restantes, neste grupo de 50, observa-se a existência de 2 do Alentejo (Mértola e Portel) e 1 do Algarve (Alcoutim). Da totalidade dos 50 concelhos, nenhum tem características vincadamente urbanas nem sub-urbanas, não podem ser considerados concelhos industrializados e, se exceptuarmos as Ilhas, nenhum tem contacto com o mar” (Instituto Nacional de Estatística 2002).

Índice de poder de compra per capita:

Peso em 2001, Variação e Net change; em relação à média (100)

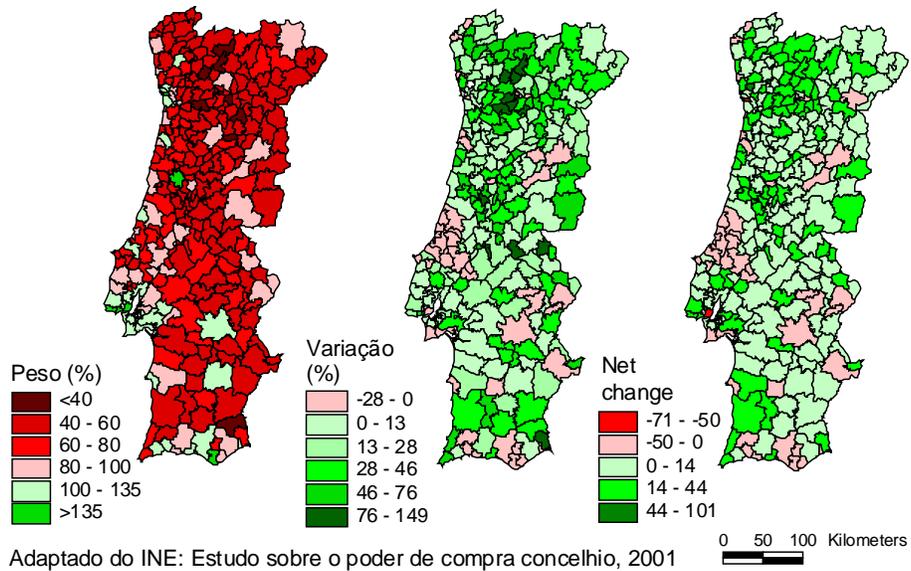


Figura 54: Peso, Variação e Net change do Índice de Poder de Compra, em relação à média. Fonte: "Estudo sobre o poder de compra concelhio, 1991 – 2001" (INE)

6.2.6. Analfabetismo

A nível nacional o peso da população analfabeta na população total diminuiu de 10,9% em 1991 para 8,9% em 2001. De novo, existem diferenças significativas entre, por um lado, a faixa litoral, sobretudo à volta dos centros urbanos, e por outro o interior, nomeadamente o Alentejo (Fig. 55).

Em 7 concelhos, o peso da população analfabeta atinge mesmo valores acima dos 25%. É o caso de Pampilhosa da Serra, Odemira, Ourique, Monforte, Penamacor, Alcoutim e Idanha-a-Nova. Não é de surpreender que exista uma forte correspondência entre os valores elevados do analfabetismo e um alto peso dos idosos no conjunto da população.

Os valores mais baixos da taxa de analfabetismo, menos que 5%, podem ser todos encontrados nos concelhos com características urbanas ou semi-urbanas: concelhos de Oeiras, Entroncamento, Sintra, Cascais, Maia, São João da Madeira, Seixal e Porto.

As imagens da variação e do *net change* mostram que é no centro e sul que houve as diminuições mais fortes na população analfabeta, tanto em termos absolutos como relativos. Mesmo assim, o peso da população analfabeta na região do Alentejo continua entre os mais elevados. Destacam-se também o norte e o centro interior, onde as alterações na população analfabeta foram menos fortes e continua a haver um alto peso do analfabetismo.

População analfabeta:

Peso em 2001, Variação e Net change; em relação à população total

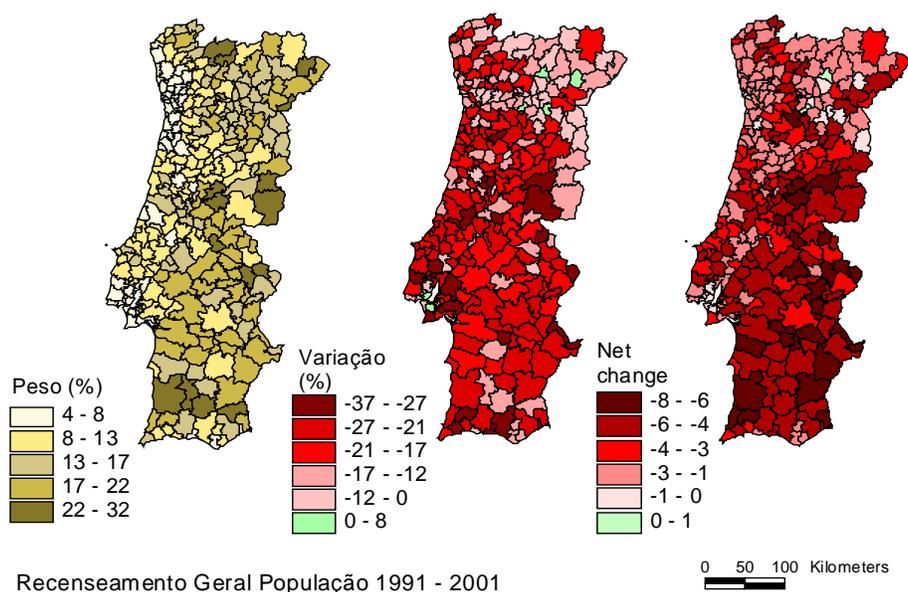


Figura 55: Peso, Variação e Net change da população analfabeta, em relação à população total .

Fonte: Censos da População 1991 e 2001

6.3. Tipologia de áreas segundo a dinâmica sócio-económico

Embora exista uma certa coerência entre as várias alterações na dinâmica sócio-económica, tal como explicitado na secção acima, a leitura de toda informação em conjunto pode ainda ser complexa.

Assim, de modo a facilitar a análise das dinâmicas e das transformações nas características sociais e económicas da comunidade no conjunto dos concelhos, foi executado uma análise estatística de *clustering* em SPSS (K-means). A ideia base de uma análise de *clusters* é de tentar agrupar os concelhos em grupos mais ou menos homogéneos (e distintos uns dos outros) segundo as características e dinâmicas da comunidade.

Os indicadores seleccionados, e cujos valores para cada *cluster* se encontram na Tabela 8, são:

- A variação da população
- O peso da população com menos de 14 anos em 2001, em relação à população total
- O *net change* da população com menos que 14 anos
- O peso da população com mais que 65 anos em 2001, em relação à população total
- O *net change* da população com mais que 65 anos
- O peso da população economicamente activa em 2001, em relação à população total
- O *net change* da população economicamente activa
- O peso da população empregada no sector primário em 2001, em relação à população total
- O *net change* da população empregada no sector primário
- O peso da população empregada no sector secundário em 2001, em relação à população total
- O *net change* da população empregada no sector secundário
- O peso da população empregada no sector terciário em 2001, em relação à população total
- O *net change* da população empregada no sector terciário

- O peso da população desempregada em 2001, em relação à população activa
- O *net change* da população desempregada
- O peso da população analfabeta em relação à população total
- O *net change* da população analfabeta
- O Poder de Compra per capita em 2001, em relação à média do país
- O *net change* do Poder de Compra per capita
- O Índice de Envelhecimento para 2002

	Final Cluster Centers INE						
	1	2	3	4	5	6	7
Variação da população	13,8	-17,0	-1,6	-7,2	5,0	14,7	-10,6
Peso população < 14, 2001	16,1	8,8	14,7	12,9	18,8	15,8	10,9
Net change População < 14	-3,6	-3,2	-4,6	-4,4	-5,1	-3,9	-3,9
Peso população > 65, 2001	16,0	40,1	21,3	26,2	14,3	13,9	32,4
Net change População > 65	2,3	7,4	3,6	4,8	2,4	2,9	6,0
Peso da população economicamente activa, em 2001	48,8	32,8	42,2	39,9	45,5	52,3	36,2
Net change população economicamente activa	4,8	4,2	2,8	2,0	2,7	4,0	2,8
Peso da população empregada no sector primário no total, 2001	2,6	5,1	5,0	6,4	3,3	,7	6,1
Net change da população empregada no sector primário	-2,9	-2,9	-4,7	-5,4	-3,7	-5	-4,6
Peso da população empregada no sector secundário no total, 2001	16,6	8,2	13,0	11,0	22,5	13,6	9,0
Net change da população empregada no sector secundário	,2	1,2	1,7	1,7	,6	-1,8	1,6
Peso da população empregada no sector terciária no total, 2001	26,6	16,9	21,0	19,4	17,0	34,3	18,5
Net change da população empregada no sector terciária	7,0	5,6	5,5	5,3	4,1	4,3	5,0
Peso da população desempregado na população economicamente activa, 2001	6,2	8,1	7,6	7,9	6,1	7,1	7,4
Net change população desempregado	,6	,0	,7	,5	1,3	,4	1,3
Peso da população analfabeta em 2001	9,2	26,8	13,9	18,0	10,2	5,9	20,6
Net change população analfabeta	-2,8	-4,3	-3,1	-3,8	-2,0	-1,0	-4,3
PPC per capita em relação à média, 2001	89,66	47,00	63,84	55,73	59,02	130,09	52,42
Net Change PPC per cápita em relação à média	2,27	15,58	9,69	10,71	13,77	6,50	11,64
Índice de Envelhecimento (2002)	104,6	478,4	152,0	215,2	81,5	91,8	312,0

Tabela 8 - Valores médios dos indicadores relativos a cada cluster – Análise sócio-económica

Dinâmica sócio-económica

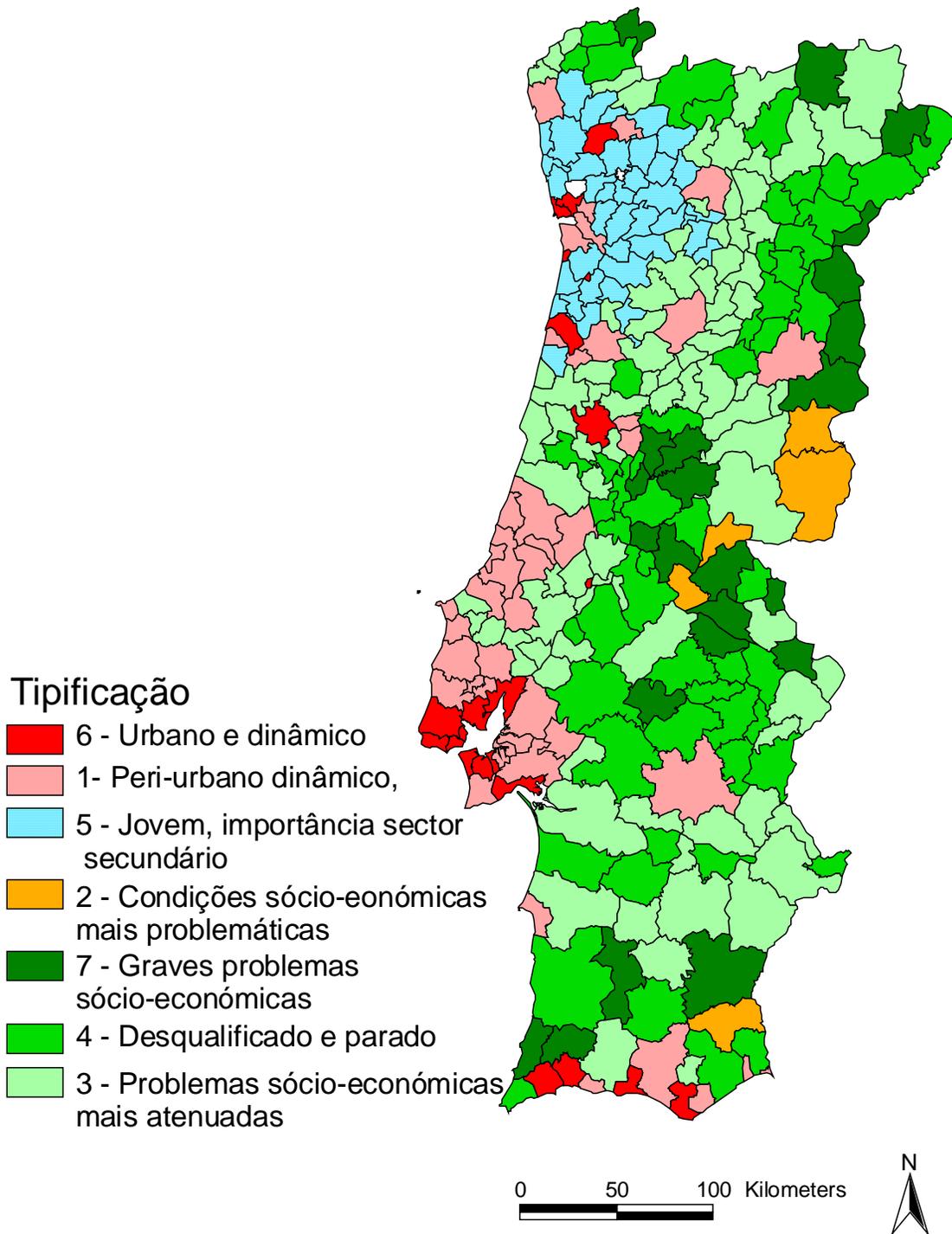


Figura. 56 - Distribuição dos concelhos por sete clusters segundo as dinâmicas sócio-económicas

A partir da tabela com os “*final cluster centres*”, assim como da leitura do mapa resultante, na Fig.56, podem caracterizar-se os vários grupos.

Cluster 6 – Urbano e dinâmico

São 22 os concelhos dentro deste *cluster*, a maioria situados na área de Lisboa, no Algarve e na área de Grande Porto. É o grupo com o maior aumento da população, com o poder de compra *per capita* mais alto e com o maior peso da população no sector terciário. O peso da população com mais que 65 anos é o mais baixo neste grupo e o peso da população economicamente activa o mais alto.

Cluster 1 – Peri-urbano dinâmico

Este grupo é constituído sobretudo por concelhos do litoral, da área à volta de Lisboa e entre Lisboa e Porto. Fazem também parte do grupo vários concelhos relativos às capitais do distrito (Évora, Guarda, Viseu, Vila Real). No total são 41 os concelhos dentro deste grupo. O grupo é caracterizado por um aumento da população, um relativamente alto peso da população mais jovem. É o grupo com maior aumento da população economicamente activa, e relativamente menos desemprego. Os índices do poder de compra *per capita* e do Envelhecimento revelam posições médias.

Cluster 5 – Jovem, importância do sector secundário

Os 39 concelhos deste grupo estão todos situados à volta do Porto. São caracterizados por uma variação positiva da população, embora não tão forte como nos grupos urbano e peri-urbano. O que destaca este grupo é o peso mais alto da população mais jovem (até 14 anos). Para além disto, é também o grupo com o peso mais alto da população empregada no sector secundário e com o valor mais baixo em relação ao peso da população desempregada. Apesar destes indicadores sócio-económicos favoráveis é também um grupo com um poder de compra *per capita* bastante abaixo da média, embora este tenha aumentado mais neste grupo durante os anos noventa.

Cluster 2 – Condições sócio-económicas mais problemáticas

Este grupo pequeno que consiste de 5 concelhos é neste contexto o mais problemático em quase todos os sentidos. A variação da população é muito negativa, a população é muito envelhecida e o índice de poder de compra é o mais baixo. Tem também o peso mais baixo da população economicamente activa.

Cluster 7 – Graves problemas sócio-económicos

Este grupo com 23 concelhos sofre também de graves problemas socio-económicos embora não tanto como o grupo anterior. A variação da população tem sido muito negativa durante os anos noventa, a população é muito envelhecida também e o poder de compra é pouco mais da metade da média do país. Tal como no grupo 2 o peso da população analfabeta ainda é muito alto.

Cluster 4 – Desqualificado e estagnado

Como os dois grupos anteriores este grupo também tem condições socio-económicas bastante desfavoráveis. Regista diminuição da população, envelhecimento significativo e um poder de compra à volta de 55% da média do país. Este grupo de 56 concelhos, conheceu a maior diminuição da população empregada no sector primário durante os anos noventa e o maior aumento da população no sector secundário.

No geral, no entanto, o net change da população economicamente activa é o mais baixo de todos os grupos.

Cluster 3 – Problemas sócio-económicos mais atenuados

Neste grande grupo de 87 concelhos as condições sócio-económicas são longe de ser favoráveis mas também não são tão problemáticas como nos grupos 2, 7 e 4. Parece haver uma certa estabilidade em relação à população embora a população mais jovem tenha vindo a diminuir bastante. É um grupo com sérios problemas sócio-económicos mas que aparenta ter algum potencial de recuperar ainda.

6.4 Contribuições de outros estudos

Como já foi referido no início deste capítulo, os dados da dinâmica sócio-económica territorial têm sido estudados e analisados em muitos outros estudos e trabalhos, frequentemente com muito mais pormenor do que o que é possível no âmbito deste estudo. Achou-se assim importante incluir aqui alguns dos resultados mais relevantes dos trabalhos mais recentes, de maneira que possam enriquecer a análise e interpretação das transformações no território.

6.4.1. “Dinâmicas territoriais e trajectórias de desenvolvimento: Portugal 1991 – 2001”, por João Ferrão, 2004

Neste trabalho, vários indicadores sobre a dinâmica sócio-económica no território português foram analisados tanto no espaço, como no tempo: “Esta visão integrada (no espaço) e dinâmica (no tempo) sugere um duplo pano de fundo analítico. No primeiro caso, são as tendências de convergência/divergência regional que estão em causa. No segundo, são os processos de transição de uma sociedade particularmente híbrida – dada a intensidade da coexistência de elementos tradicionais, modernos e “pós-modernos” - que irão ser averiguados. No seu conjunto, é a evolução das espaço-temporalidades das várias parcelas do país que importa entender. Estará Portugal, no início do século XXI, mas homogéneo do que há 10 anos atrás?”(Ferrão 2004).

Esta análise baseou-se em dados de evolução 1991 – 2001 ao nível da freguesia. O recurso a dados espacialmente desagregados por freguesia permite detectar diferenças que o nível municipal – e, por maioria de razão, escalas geográficas mais abrangentes - necessariamente ocultam. O texto que se segue corresponde a uma transcrição do trabalho citado e inclui os principais resultados e conclusões do mesmo.

“A bibliografia sobre os processos de convergência/divergência regional tem vindo a sublinhar dois aspectos importantes. Numa óptica de tempo curto, os momentos de grande expansão ou de crise tendem a acentuar as disparidades existentes enquanto em contextos de estabilidade e expansão moderada os movimentos convergentes ganham maior peso, podendo mesmo tornar-se dominantes. Numa óptica de tempo longo, a divergência regional tende a aumentar em períodos históricos de transição para fases qualitativamente novas do ponto de vista sócio-económico, contrastando com as tendências mais uniformizadoras verificadas em períodos de consolidação e maturidade das realidades já existentes.

É, pois, à luz deste duplo olhar de curto e longo alcance temporal que devem ser entendidas as dinâmicas territoriais que afectaram o país na última década do século XX. E é também à luz deste olhar que se torna possível identificar uma hipótese de partida: Portugal, nesses 10 anos, tornou-se mais uniforme no que se refere a aspectos tradicionais ou modernos e maduros, mas mais heterogéneo no que toca aos elementos de modernidade tardia ou “pós-modernos”.

Se assim for, e numa década globalmente marcada por um contexto de estabilidade positiva, indicadores típicos das sociedades tradicionais (peso relativo das famílias complexas, por exemplo) ou das sociedades modernas (acesso domiciliário a água potável, por exemplo) tenderão a revelar um país em uniformização tendencial e, por isso, internamente menos contrastado. Pelo contrário, indicadores de realidades “pós-modernas” ainda em irrupção, mas já com visibilidade (importância das famílias monoparentais, por exemplo), revelarão um país em diferenciação e, por isso, mais heterogéneo do que há dez anos”.

A tipologia de freguesias com seis classes

Uma tipologia mais fina, permitiu identificar seis classes ou categorias de freguesias (Fig. 57)

- as crateras urbanas, áreas urbanas com decréscimo populacional, geralmente coincidentes com os centros históricos das cidades de grande (Lisboa, Porto) ou média (Guimarães, Braga, Vila Real, Coimbra, Figueira da Foz, Covilhã, Abrantes, Évora, etc.) dimensão, mas que no caso de Lisboa se alarga já aos subúrbios industriais de primeira geração (Almada, Barreiro);*

- as áreas de (sub)urbanização intensiva, que envolvem geograficamente as "crateras urbanas" ou correspondem aos núcleos centrais de cidades de média e pequena dimensão e/ ou com um posicionamento menos maduro no respectivo ciclo de vida urbano;
- as áreas de urbanização moderada, que correspondem a uma segunda ou terceira auréola em torno das principais aglomerações urbanas, mas também a afloramentos de natureza mais pontual dispersos pelo interior do país;
- as pequenas bolsas de resistência, que reflectem a existência de aglomerações de reduzida dimensão ou de localizações com condições que, não sendo muito positivas, se destacam, ainda assim, favoravelmente das categorias com resultados mais problemáticos;
- as freguesias regressivas, isto é, uma vastíssima área do país com resultados negativos, face à média nacional ou mesmo em termos absolutos, em vários dos indicadores dos quatro domínios de observação considerados (ocupação do território, famílias, condições de vida e empregabilidade);
- as freguesias (eventualmente) em coma, situações de natureza mais pontual, mas com particular incidência nas regiões Norte e Centro interior e ainda no Baixo Alentejo/Serra Algarvia, onde a evolução regressiva ocorrida ao longo da década de 90 atinge valores excepcionalmente críticos.

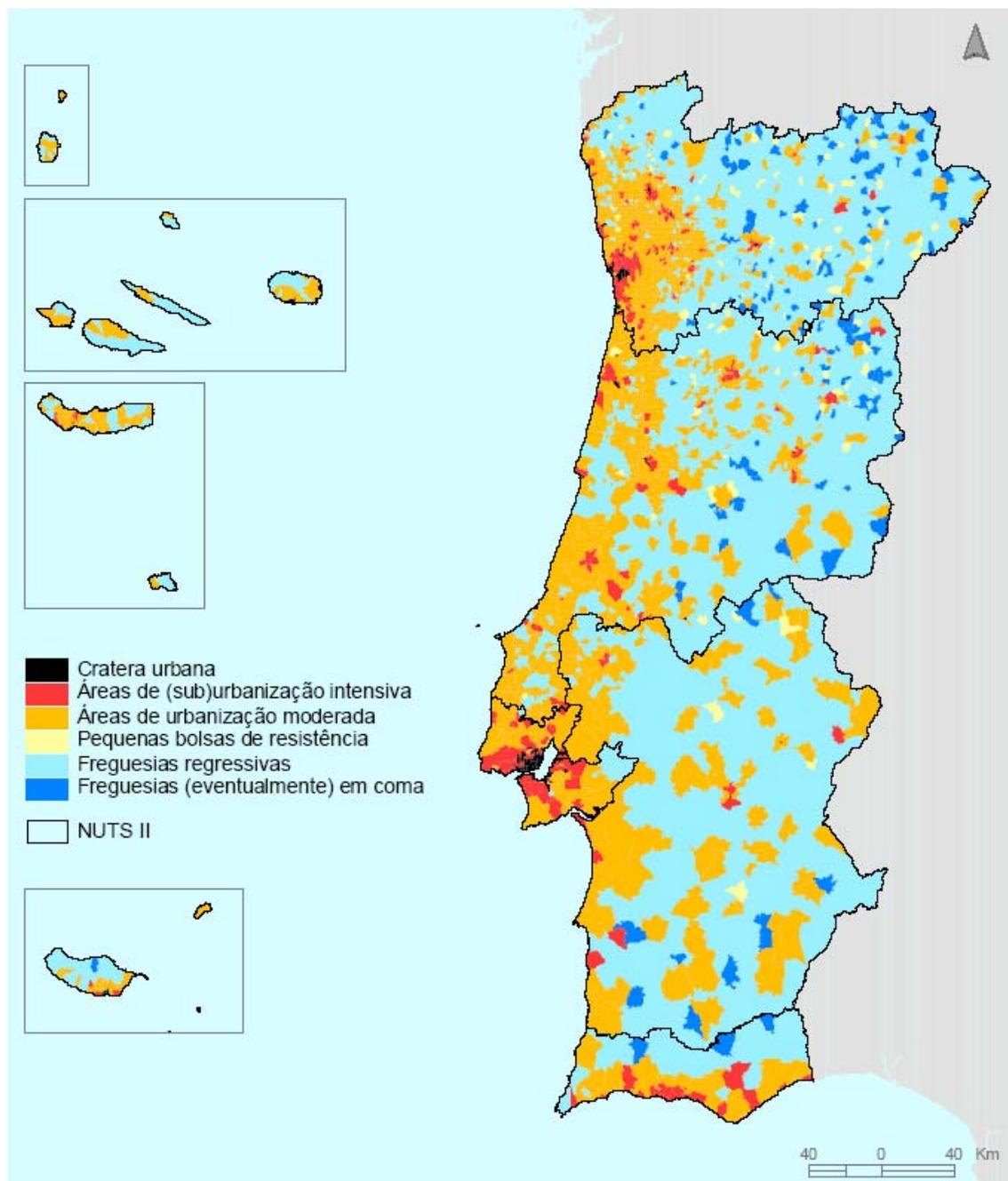


Figura 57: Tipologia de freguesias com 6 classes. Extraído de "Dinâmicas territoriais e trajectórias de desenvolvimento: Portugal 1991 - 2001" (Ferrão, 2004)

Que ilações retirar desta segunda tipologia?

Em primeiro lugar, parece pelo menos prudente – senão mesmo aconselhável – evitar a leitura dicotómica que sublinha a pertinência analítica da oposição entre o país moderno e desenvolvido do litoral e o país tradicional e subdesenvolvido do interior (e ilhas). Na verdade, a situação é bastante mais complexa, conforme exemplificam as dinâmicas de evolução ocorridas na década de 90. Em termos genéricos, a “interioridade” (enquanto processo sócio-económico) estende-se até ao litoral em diversas áreas do país, assim como a “litoralidade” emerge em vários territórios do interior. O final do século XX parece confirmar que, justapondo-se às dicotomias Norte/Sul do Portugal tradicional e litoral/interior do Portugal moderno, se afirma crescentemente um Portugal urbano organizado em rede, um arquipélago urbano constituído pelas grandes regiões metropolitanas de Lisboa³ e Porto⁴, o cordão urbano do litoral algarvio e ainda várias aglomerações urbanas de média e até, nalguns casos, pequena dimensão tanto do litoral como do interior.

Em segundo lugar, parece legítimo afirmar – ou, pelo menos, colocar como hipótese – que a emergência desta situação mais complexa traduz uma maior maturidade dos processos de modernização da sociedade portuguesa. A articulação recorrente entre dinamismos positivos e áreas urbanas ou sob forte influência urbana parece confirmá-lo.

Em terceiro lugar, a geografia das dinâmicas territoriais observadas ao longo da década de 90 parece apontar para um país espacialmente mais desequilibrado – maior concentração de pessoas, actividades, competências e oportunidades numa parcela reduzida do território - mas socialmente menos heterogéneo, dado o impacte uniformizador (ou, nalguns casos, desdiferenciador) da afirmação (tardia, em termos europeus) dos processos de modernização.

Finalmente, esta análise mais fina das dinâmicas territoriais efectuada numa óptica de trajectórias de desenvolvimento permite perceber em que medida os processos de transição para uma sociedade mais moderna e até “pós-moderna” se encontram em fases de maturação bastante distintas nas várias áreas do país. Embora apenas uma investigação mais ampla e profunda possibilite concretizar esta afirmação, os resultados obtidos são suficientemente claros para revelar, por exemplo, o avanço da região

metropolitana de Lisboa em relação à do Porto ou, num outro patamar, do Alentejo em relação a Trás-os-Montes.

Implicações para investigações futuras

Dadas as limitações da análise efectuada, os comentários anteriormente expostos devem ser vistos mais como intuições do que como afirmações definitivas. Ainda assim, a linha interpretativa proposta parece ter um potencial de interesse suficientemente forte para justificar, desde já, a identificação de aspectos a serem valorizados em próximas investigações.

Por um lado, parece urgente a necessidade de olharmos para o país a partir de um novo mapa cognitivo, capaz de superar as limitações ou, até, as armadilhas das consagradas dicotomias Norte/Sul e litoral/interior.

Por outro lado, e justamente no contexto da construção desse novo mapa cognitivo, há temas que ganham uma relevância renovada ou até inesperada: o papel das cidades, a heterogeneidade dos processos de urbanização, o futuro dos espaços rurais de baixa densidade no âmbito de uma nova relação entre as cidades e os campos, ou seja, aspectos decisivos para melhor perceber a evolução das várias territorialidades da sociedade contemporânea portuguesa.

Finalmente, e de um ponto de vista mais propositivo, importa esclarecer de que estamos realmente a falar quando nos referimos aos processos de convergência/divergência regional. A convergência ao nível da garantia de direitos básicos das sociedades modernas (o acesso universal a determinados serviços, por exemplo) deve constituir um imperativo nacional. Já a divergência que resulta da manutenção de alguns factores culturais diferenciadores pode ser positiva. E o agravamento de divergências associadas à emergência de aspectos inovadores é (temporariamente) inevitável. Um país mais homogéneo não é necessariamente melhor. Da mesma forma, um país internamente mais heterogéneo não traduz obrigatoriamente uma trajectória de desenvolvimento positiva. A década de 90 prosseguiu (culminou?) tendências anteriores que levaram a que Portugal se tornasse um país espacialmente mais desequilibrado, mas socialmente menos diferenciado, situação típica do processo de consolidação da fase moderna das sociedades actuais. Que Portugal queremos no início do século XXI?

6.4.2. *Tipificação das situações de exclusão em Portugal Continental, Instituto da Segurança Social, 2005*

Outro trabalho muito actual e relevante no âmbito deste projecto é o trabalho realizado pelo Instituto da Segurança Social, publicado em Janeiro 2005, sobre a “Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental”. Pretendia-se, com este trabalho, “abarcara a diversidade do território nacional, no que concerne às diferentes formas de manifestação de situações de pobreza exclusão e à sua incidência por tipo de território em termos das suas características mais rurais ou urbanas”.

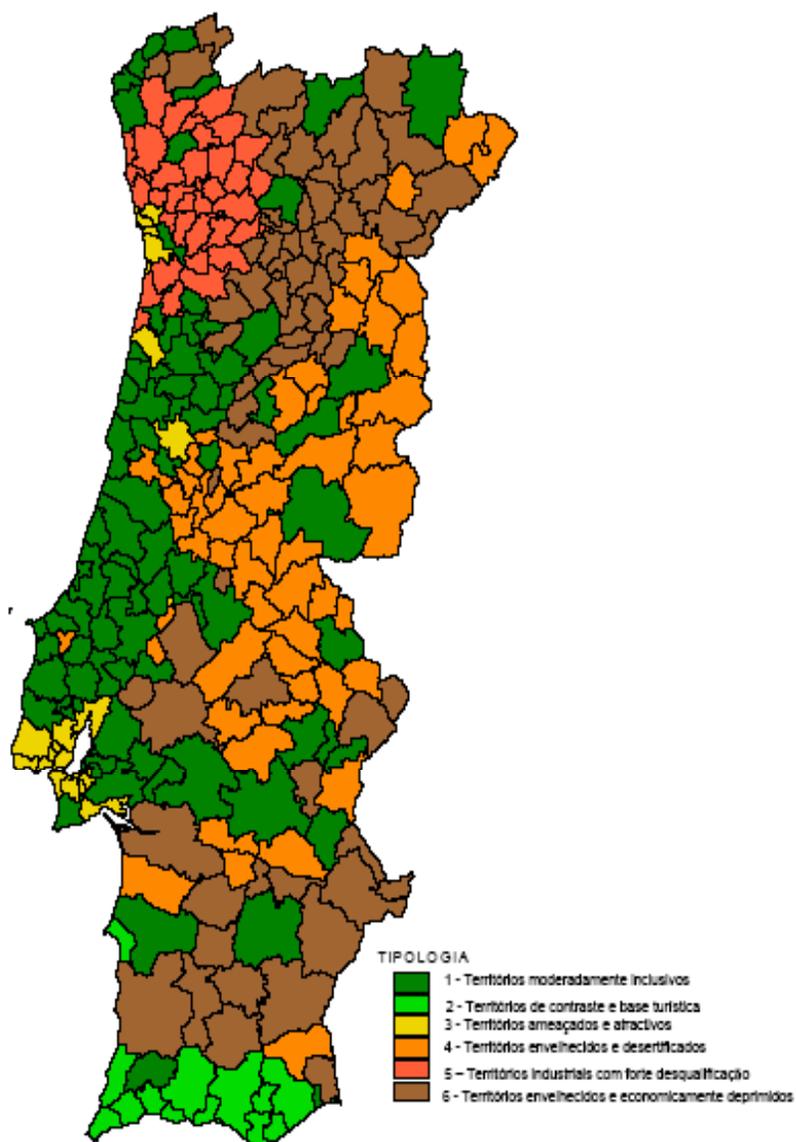


Figura 58: *Tipologia e Distribuição das situações de pobreza e exclusão no território nacional. Extraído de “Tipificação das situações de exclusão em Portugal continental”, Instituto de Segurança Social, 2005*

Mais uma vez foi utilizada uma análise de indicadores, aqui a nível do concelho, de forma a aprofundar a compreensão das dinâmicas de geração de fenómenos de pobreza e exclusão social no território português continental. A análise estatística (factorial e *clustering*) permitiu distinguir seis grandes tipos de territórios (Fig. 58) e que, em traços muito genéricos, podem ser caracterizados da forma que a seguir se apresenta de acordo com o sumário executivo deste relatório (texto extraído do relatório).

Os **Territórios moderadamente inclusivos** (tipo 1) foram considerados os mais favoráveis na medida em que descrevem uma situação em que todos os indicadores explicativos são positivos. Neste tipo nenhum dos indicadores da desafiliação é relevante para a definição do tipo, o que significa que a este nível e em termos esquemáticos não existem situações muito marcadas nem positiva nem negativamente, tornando, assim, estes territórios distintos face àqueles que integram os Territórios ameaçadores e atractivos (tipo 3). O que de facto o caracteriza em termos de tipo ideal, que é do que se trata aqui, são as situações positivas do ponto de vista da desqualificação objectiva, isto é os atributos que podem determinar a inclusão ou exclusão nos principais sistemas sociais como o da educação, o do emprego, da habitação, traduzidos pela existência de baixos níveis de desemprego e de desemprego de longa duração, níveis positivos de escolarização ao nível do analfabetismo e das taxas de abandono escolar e de saída antecipada, boa situação naquilo que diz respeito aos alojamentos sobrelotados. Por outro lado, este tipo descreve ainda uma situação favorável do ponto de vista da dimensão privação, naquilo que diz respeito aos indicadores beneficiários do RMG, IRS per capita e rácio pensionistas por pessoa empregada.

De notar que este é um tipo definido por um “cacho” de características e que mesmo se considerarmos valores médios eles nunca traduzem os valores de topo se exceptuarmos o caso dos beneficiários do RMG. Isto significa que não é aqui que encontramos as mais baixas taxas de desemprego ou de analfabetismo, mas valores médios favoráveis. Simplesmente concentram-se aqui valores positivos nas sub-dimensões referidas.

Convém notar relativamente a este tipo que por concentrar as situações que acumulam atributos positivos não estamos a falar de situações ideais ou desejáveis. Por

um lado, e isso prende-se com o método das tipologias trata-se aqui de uma simplificação que neste caso operou através da determinação de valores médios que pode escamotear casos isolados menos compatíveis com esta definição. Por outro lado, pelo facto de se trabalhar com um universo que é o nacional e não com padrões normativos que estabelecem as situações ideais estamos a distinguir casos no panorama do país que como se sabe, não exhibe uma situação desejável.

*Os **Territórios de contrastes e base turística** (tipo 2), à semelhança do 3 e do 5, são dos mais identificáveis do ponto de vista da sua relação com um território específico e administrativamente determinado. De facto, a maioria dos concelhos que o integram pertencem ao Algarve, e os traços que o definem estão fortemente associados à principal actividade desenvolvida nessa região que é o turismo. Distinguindo-se em termos de desafiliação nos seus aspectos mais relacionados com a criminalidade e a presença de imigrantes, este tipo dá conta ainda dos efeitos de um crescimento económico acelerado e descontínuo do ponto de vista da actividade e dos vínculos laborais, evidenciando contudo, uma situação favorável do ponto de vista das sub-dimensões escolarização e emprego/desemprego no que se refere à dimensão desqualificação social objectiva. Não se distinguindo particularmente nos valores associados à privação dá, contudo, conta de uma dinâmica demográfica positiva, na medida em que apresenta um rácio de pensionistas face à população empregada favorável o que tem repercussões também sobre o nível de vida do conjunto da população, dado o baixo nível de rendimentos que aufere parte importante dos pensionistas portugueses.*

Os aspectos negativos patentes por este tipo nomeadamente, a mais alta taxa de criminalidade entre todos os tipos, o mais alto peso de população infectada com HIV e a percentagem de pessoas em alojamentos não clássicos, são o outro lado deste processo acelerado de crescimento da actividade turística. A combinação de sazonalidade das actividades com a existência de propriedades vagas durante parte importante do tempo, a concentração de pessoas (em muitos casos estrangeiros) com situações materiais favoráveis (de facto ou supostas) poderão ser algumas das razões para estas taxas de criminalidade. Ainda a flutuação dos fluxos populacionais e a dinâmica turística associada ao lazer podem estar igualmente na base da incidência tão forte de casos de HIV. A sazonalidade do trabalho e a atracção de forasteiros para tarefas

exigentes do ponto de vista da intensividade da mão-de-obra, mas descontínuas poderá explicar as altas taxas de pessoas em alojamentos não clássicos.

Finalmente, o número de estrangeiros, considerado como um indicador de desafiliação tem neste caso uma dupla leitura: por um lado, assiste-se à fixação de pessoas de outros países (normalmente ocidentais) que procura encontrar um estilo de vida diferente e que não gera, nem tende a traduzir problemas importantes de desafiliação, nem de privação. Outro tipo de questões se coloca com os estrangeiros, provenientes de países mais pobres (africanos, brasileiros ou recentemente da Europa de Leste) designadamente pelo facto de serem alvo de formas de exploração traduzidas em trabalho mal remunerado e desprotegido em termos de benefícios e direitos e de serem sujeitos a formas de marginalização e de racismo.

Os **Territórios ameaçadores e atractivos (tipo 3)** descrevem o lado mais dinâmico do desenvolvimento do nosso país, designadamente aquele que se reflecte nas condições e modos de vida das populações das grandes metrópoles como Lisboa e Porto e um conjunto de outros territórios que se desenvolveram na sua periferia ou à sua semelhança. São territórios que do ponto de vista da área que ocupam têm uma pequena expressão representando contudo uma parte importante da população portuguesa (32,2%), o que reflecte a litoralização dos pólos mais dinâmicos em termos de produção e decisão.

O contraste com a realidade do país é patente se atendermos ao elevado número de indicadores explicativos deste tipo (18 dos 25 indicadores). A maioria destes dá conta de uma situação favorável relativamente aos outros tipos, sobretudo ao nível dos indicadores que operacionalizam algumas sub-dimensões da desqualificação social objectiva particularmente no que toca à escolarização (baixa taxa de analfabetismo, de população com escolaridade menor ou igual à obrigatória, de saída antecipada do ensino), à qualificação profissional (baixo peso dos trabalhadores desqualificados) e à situação face ao emprego (baixa taxa de desemprego de longa duração).

Ao nível dos indicadores relativos à dimensão privação, é também favorável a situação descrita pelo conjunto de indicadores tidos como explicativos (médias elevadas de IRS per capita, de Índice de Poder de Compra e ao nível do Valor médio anual das

ensões processado, baixo rácio de Pensionistas face à população empregada e peso pouco expressivo de Famílias com cinco ou mais elementos).

Contudo, deve ter-se presente que estando a abordar territórios muito heterogéneos do ponto de vista urbanístico, económico e social e tendo em conta que a desagregação territorial dos indicadores em causa não revela as disparidades intra-concelhias, acaba por se escamotear a variação interna a cada concelho, ocultando-se a existência de bolsas de pobreza.

Basta assim, analisar a sub-dimensão relativa às condições de habitação para ficarem bem patentes os contrastes que caracterizam estes territórios. A existência de valores elevados ao nível do peso dos Alojamentos não clássicos face aos clássicos e dos Alojamentos sobrelotados dá conta dessa dualidade na repartição dos benefícios do desenvolvimento, atraindo população que procura justamente participar da riqueza gerada, mas que acaba por se encontrar em condições muitas vezes piores que as de origem.

Naquilo que diz respeito à desafiliação, a análise dos indicadores explicativos torna mais uma vez evidentes esses mesmos contrastes já que se por um lado, se encontram valores positivos ao nível da taxa de pessoas institucionalizadas, no que diz respeito às Famílias monoparentais, os valores são dos mais elevados do conjunto dos tipos, o mesmo acontecendo com o indicador da presença de estrangeiros. Por seu lado, os valores elevados ao nível da Taxa de criminalidade dão conta de fracturas sociais e da existência de grupos marginais que não participam do processo de melhoria de condições de vida, dando expressão a tais formas de exclusão, muitas vezes da forma mais violenta.

*Os **Territórios envelhecidos e desertificados (tipo 4)** descreve uma realidade que está nos antípodas daquela que conhecem os Territórios ameaçadores e atractivos (tipo 3). Trata-se de uma extensão importante do território continental (20% dos concelhos), onde reside uma fatia diminuta da população portuguesa (4,9%). São os territórios esquecidos desse desenvolvimento, primeiro litoralizado e depois organizado numa rede de cidades médias e ao longo dos eixos viários mais importantes.*

As características deste tipo estão fortemente associadas ao sub-desenvolvimento destes territórios, essencialmente envelhecidos, desertificados, deficitários do ponto de vista das infraestruturas e subsistindo predominantemente com base na actividade agrícola. Mais uma vez o contraste com a realidade do país é marcado pelo número de indicadores explicativos do tipo (21 em 25).

Aqui mesmo os indicadores que apresentam valores positivos poderão ter subjacentes razões que se prendem mais com a letargia social, económica e demográfica que com qualquer capacidade integradora gerada nestes concelhos. É o caso dos indicadores Taxa de monoparentalidade que obviamente é também um fenómeno associado a modos de vida urbanos e a quadros de valores menos tradicionais do que os das populações rurais, mas também a Percentagem de avós com netos ou de crianças em amas e creches. De facto, quando atendemos a outros indicadores seleccionados para operacionalizar a dimensão desafiliação obtemos um retrato de isolamento e institucionalização em que as pessoas idosas não cumprem sequer a função de suporte e guarda das gerações mais novas pelo menos naquilo que diz respeito a famílias constituídas por avós com netos. O peso das famílias constituídas por um indivíduo, tendo esse mais de 65 anos, têm neste tipo os valores mais elevados entre todos os tipos, o mesmo acontecendo com o indicador Taxa de cobertura de equipamentos de apoio a idosos e a Taxa de institucionalização.

É também a fraca dinâmica destes concelhos que estará na base da sua baixa percentagem de estrangeiros, já que não constituem pólo de atracção das migrações laborais e só em casos muito pontuais o são para estrangeiros que procuram disfrutar de amenidades locais. E será a desertificação e o empobrecimento a explicar igualmente a baixa Taxa de criminalidade.

Ao nível da desqualificação social objectiva o panorama é de facto, preocupante se atendermos ao valor da taxa de analfabetismo, a mais alta de todos os tipos - com concelhos a chegarem aos 32,1% -, facto que seguramente estará associada ao peso dos idosos no conjunto da população. O mesmo sucede relativamente ao peso relativo da População com deficiência em que se regista também a situação mais preocupante no conjunto dos tipos, mais uma vez relacionado com o envelhecimento da população, ainda que outros factores que aqui não podemos analisar como o acesso aos cuidados de

saúde, deveriam merecer atenção em aprofundamentos futuros deste ou de outros estudos.

Contudo, em todos os outros indicadores a situação parece favorável. Os efeitos da desertificação demográfica e da estagnação económica acabam por estar tão consolidados que têm este efeito de algum modo inesperado. Assim, encontramos médias favoráveis ao nível do Abandono escolar precoce e da Saída antecipada do sistema de ensino que estarão relacionadas com a inexistência de alternativas atractivas à escola, o que revelando a situação de desolação destes conselhos não deixa de ter efeitos benéficos do ponto de vista das crianças e jovens.

O mesmo se passa com as taxas de Desemprego e de Desemprego de longa duração, já que apresentam valores favoráveis, situação que poderá estar relacionada com um equilíbrio entre a oferta e a procura já operada por via da migração dos locais para territórios mais dinâmicos do país ou do estrangeiro. Esta situação tem reflexos nas condições de habitação tal como elas foram operacionalizadas através dos indicadores Percentagem de pessoas a viver em alojamentos não clássicos face aos alojamentos clássicos e Alojamentos sobrelotados. Estes registam valores bastante próximos dos territórios com a situação mais favorável no primeiro caso, e a média mais baixa entre todos os tipos, no segundo.

Este panorama torna previsíveis os resultados que se obtêm ao nível da privação, tornando clara a situação de empobrecimento das famílias e pessoas residentes nestes concelhos. Assim o IRS per capita, o Índice de Poder de Compra, os valores do rácio entre o Total de pensionistas sobre a população empregada e o Valor médio das pensões confirmam este diagnóstico com quase todos os indicadores a atingirem os seus valores mais preocupantes entre todos os tipos ou a andarem muito próximos deles. A excepção recai no baixo peso de beneficiários do RMG, situação que se apresenta favorável, o que se explica se pensarmos no peso da população que é coberta por pensões e no facto de serem muito residuais as situações em que um idoso tem a seu cargo uma criança ou jovem menor.

Os Territórios industriais com forte desqualificação (tipo 5) são de novo um contraste. Com o terceiro maior peso da população (18,6%) em 12,9% dos concelhos do continente, encontra-se numa mancha muito localizável na bacia industrial do Porto

(concentrando-se sobretudo no Vale do Ave, Tâmega e no Cavado). Caracteriza-se, tendencialmente, pelo dinamismo demográfico expresso através do maior peso da população entre os 0 e os 14 anos e das famílias numerosas entre todos os tipos, uma forte dinâmica económica assente sobretudo na indústria, bem como pela concentração da grande maioria da população em aglomerados com menos de 5000 habitantes com deficiente infraestruturção. Os valores são aqui extremados na grande parte dos indicadores o que marca a especificidade deste tipo.

Estamos aqui perante a "sociedade-providência", de que fala Boaventura Sousa Santos (1994: 114), a funcionar. Os indicadores da institucionalização são os mais baixos do continente, o peso das famílias numerosas e os alojamentos sobrelotados são também altos sugerindo fortes dinâmicas de inter-ajuda familiar e informal que se propõem como alternativas à institucionalização dos idosos. O mesmo tipo de análise se pode fazer relativamente ao baixo peso de crianças em amas e creches ainda que tanto num caso como no outro os dados possam sugerir simultaneamente um baixa procura ou uma escassa capacidade de resposta, sendo certo que se a procura existe ela não é suficiente para dinamizar de forma satisfatória o potencial de oferta.

A dinâmica socio-económica destes concelhos responde não só às necessidades de reprodução social (no sentido das actividades que asseguram a subsistência dos indivíduos activos e inactivos), através dos mecanismos formais, mas também informais, mas responde também às necessidades de produção de acordo com um modelo de organização do trabalho intensivo, mal remunerado e sub-protegido em termos de direitos (muitas vezes assente também na mão de obra infantil), de tal forma que a função que, geralmente, cumpre o trabalho de baixos encargos realizado por estrangeiros não é aqui requerida, pelo que a taxa de estrangeiros assume aqui o seu valor mais baixo.

De facto, ao analisar os indicadores da desqualificação social objectiva verificamos estar perante uma população jovem, mas com muito poucos recursos escolares e de qualificação, traduzidos na mais alta Taxa de população com escolaridade menor ou igual à obrigatória, de abandono escolar precoce, de saída antecipada do sistema de ensino e ainda nos elevados valores de indivíduos que desempenham profissões desqualificadas. A desqualificação e de uma forma geral a desvalorização da mão-de-obra reflecte-se em altas taxas de desemprego e sobretudo de desemprego de longa duração.

Ao nível da privação a situação é pouco clara, já que se registam aqui valores baixíssimos de IRS per capita ainda que o IPC não se mostre explicativo, isto é não apresente valores significativamente divergentes das médias nacionais. O elevado peso das famílias numerosas e os dados sobre a desqualificação social objectiva não podem senão sugerir a vulnerabilidade a situações de pobreza a que estão expostas estas pessoas. Mais uma vez os mecanismos informais de inter-ajuda bem como a conhecida pluriactividade e plurirendimento destas famílias (Almeida; 1986) evitarão, contudo, situações mais graves do ponto de vista social.

Dados novos sobre a conjuntura internacional anunciam, no entanto, o colapso deste modelo produtivo e social assente nos baixos salários e na retaguarda dos mecanismos de interajuda familiar e informal, já que do ponto de vista dos custos a concorrência é forte por parte de países que praticam salários mais baixos e também por países que detêm uma população activa mais qualificada, já que a afirmação nos mercados é conseguida, cada vez mais, através do investimento na concepção (imagem, conceito).

*Os **Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos (tipo 6)** retratam de novo uma situação que abrange um número significativo de concelhos, o segundo mais importante a este respeito, aliás, representando uma fatia bem mais pequena no que toca à população abrangida. São concelhos que se distribuem pelo interior do país, mas sobretudo no Norte e no Alentejo. As semelhanças com os Territórios envelhecidos e desertificados (tipo 4) são algumas e tal como neste tipo, descreve-se a situação de territórios envelhecidos com fracas competências escolares, qualificações profissionais e economicamente deprimidos. Existem, contudo, diferenças importantes, que se poderão relacionar com a menor intensidade do processo de abandono destes territórios pelos mais jovens.*

Assim, encontram-se neste tipo os segundos valores mais baixos em termos de envelhecimento e de idosos a viverem sós, depois dos registados nos Territórios envelhecidos e desertificados (tipo 4). Todavia, no que diz respeito às famílias de avós com netos, os seus valores estão nos antípodas daquilo que sucede no tipo 4, já que têm os valores mais elevados de todos os tipos. Se o êxodo destes territórios já se iniciou ele não resultou no corte completo com as gerações mais velhas que cumprem ainda uma

função tomando a seu cargo os menores. Obviamente, não se pode esquecer que este indicador dá conta de situações de grande fragilidade, já que se trata de um só adulto com crianças a cargo, situação que aparece agravada pelo facto de serem tão baixos como veremos, o Valor médio anual processado de pensões.

Por outro lado, e ainda no que diz respeito à desafiliação, tal como nos Territórios envelhecidos e desertificados (tipo 4), a criminalidade e a imigração têm valores muito baixos. As semelhanças entre os dois tipos estendem-se ainda aos números da taxa de analfabetismo. Contudo, já no que diz respeito ao abandono escolar os valores são bastante mais elevados aproximando estes concelhos dos Territórios industriais com forte desqualificação -tipo 5 (aquele cuja média é a mais alta). Uma situação semelhante passa-se relativamente à taxa de desemprego que assume aqui o seu valor mais elevado entre todos os tipos.

É fácil de prever que este panorama de desqualificação e de desemprego resulte numa situação bastante desfavorável no que diz respeito à dimensão Privação. Com quase todos os indicadores seleccionados para este estudo nesta dimensão a concorrerem para a explicação do tipo, à excepção das Famílias com cinco e mais elementos, ele regista os piores valores de IRS per capita, de Beneficiários do RMG e do Valor médio anual processado de pensões. Quanto à Percentagem de poder de compra o seu valor para os Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos (tipo 6) está muito pouco acima do valor dos Territórios envelhecidos e desertificados - tipo 4 (o mais baixo entre todos), o mesmo se passando com os Pensionistas face à população empregada.

Obtém-se aqui o retrato de territórios empobrecidos e desqualificados com problemas que atingem proporções preocupantes e afectam não só as gerações adultas mas as próximas gerações. A exclusão aqui está associada não tanto ao corte dos laços sociais mas é sobretudo aquela que se prende com a insuficiência de recursos para suprir as necessidades ou dos meios para os obter (a desqualificação). Temos contudo, um cenário que não se aproxima ainda da desertificação e isolamento generalizado, existem

ainda pessoas que mesmo desempregadas esperam ainda por uma oportunidade e jovens que se mantêm nos concelhos, mesmo se as suas perspectivas são limitadas e os seus recursos escassos. Cumpre, contudo, aos decisores estar atentos porque este pode não ser senão o estágio anterior ao da desertificação e morte social destes territórios.

6.5. Conclusão e Discussão

A análise de vários tipos de indicadores e com abordagens diferentes à caracterização socio-económica do território português, completa as análises feitas nos outros pontos. Claramente, revela características particulares de alguns territórios e algumas novas tendências ou diferenciações. Pode no entanto ser dito que, em linhas gerais, as grandes linhas estruturantes se mantêm. Assim,

- . o litoral mantêm-se mais dinâmico, e o interior rural, em geral, está estagnado ou em franco declínio;
- . a concentração dos factores de desenvolvimento nas grandes áreas urbanas e a sua força atractiva continuam marcantes;
- . os maiores contrastes definem-se, e acentuam-se, entre o território urbano e o território rural: as áreas urbanas progridem definindo uma rede, constituindo os centros urbanos regionais, mesmo no interior, pólos dinamizadores da região envolvente, enquanto os territórios rurais se definem como regressivos;
- . estas diferenças traduzem-se pela estrutura etária, níveis de educação, actividade da população e sectores de actividade, desemprego, etc. ;
- . alguns parâmetros têm tendência a uma maior homogeneização, tais como o poder de compra, condições de habitação, etc. – mas este progressivo equilíbrio não revela equiparação nas oportunidades e dinamismo social e das actividades económicas;

Numa abordagem simplificada, mas que tem sido consensual em termos europeus e internacionais, o território rural pode ser definido através da densidade populacional; segundo a OCDE (2005), são consideradas rurais as regiões onde predominam concelhos com densidades inferiores a 150 hab/km². Assim, define-se em traços gerais um território interior português que é essencialmente rural, apesar dos pólos urbanos regionais e de novas funcionalidades que emergem. Nesse território rural, em geral deprimido, algumas diferenças entre regiões e sub-regiões são de salientar:

No Norte, Trás-os-Montes e Alto Douro, o centro interior e o Minho-Lima representam territórios onde a agricultura, embora pouco competitiva, tem ainda um grande peso social, e há poucas oportunidades de emprego na indústria e nos serviços; a população está envelhecida, tem baixo nível educacional e o desemprego é elevado. No entanto, mantêm-se ainda uma percentagem relativamente elevada de população jovem, o que pode representar algum potencial de inovação.

Ainda no Norte, no Vale do Douro e Douro Litoral, a população é mais jovem e a agricultura mais competitiva, o que pode ser um factor que permite fixar a população, até por haver também mais oportunidades de emprego noutros sectores. A área de maior dinamismo e capacidade económica, na envolvente da área metropolitana do Porto parece ser mais significativa do que em Lisboa.

Quanto a Lisboa e Vale do Tejo, incluindo o Oeste, e também o Algarve, é de notar uma grande dispersão de actividades comerciais, industriais e de serviços, sendo claros os processos de urbanização e terciarização da população. A agricultura é no entanto um sector competitivo, que pode ser economicamente complementar a outras actividades, embora possam surgir conflitualidades nos usos do solo.

No Alentejo, a densidade populacional é muito baixa e há uma tendência clara para concentração nos médios e pequenos centros urbanos, reforçando a tendência de terciarização da população. No entanto, a importância da agricultura como sector de actividade mantém-se elevada. O peso do desemprego é elevado, mas não tem tido relativamente tendência a aumentar, provavelmente porque o que acontece é que a população, e sobretudo a desempregada, deixa a região. O potencial social de resistência ou inovação parece assim ser nesta região muito baixo.

No âmbito deste estudo, esta análise da dinâmica social e também económica da comunidade que se encontra no espaço rural português, permite identificar limitações e potencialidades que devem ser cruzadas com as outras duas dimensões, a ocupação do solo e o sector agrícola, para que de facto se compreenda qual a vocação de cada tipo diferenciado de território: tanto quais as limitações a eventuais perspectivas que as outras análises demonstram, como potencialidades para novos desenvolvimentos do sector agrícola e do espaço rural, que as mesmas análises, só por si, não permitiam delinear.

7. Discussão: que agrupamentos de concelhos em Portugal Continental?

7.1. Agrupamento de concelhos segundo o conjunto de indicadores das três dimensões

Tal como é dito no Capítulo sobre a Metodologia, a aplicação de uma forma de tratamento automática ao conjunto de dados das três dimensões consideradas, levantou algumas dúvidas, devido à complexidade que a análise dos resultados representaria, pela diversidade considerada. No entanto, foi avaliado que este cruzamento poderia ser interessante como complemento de uma análise por cada dimensão já realizada. Ou seja, tendo os resultados das análises considerando a ocupação do solo, o sector agrícola e a comunidade, estas serviriam de base à análise dos resultados de conjunto, e a visão de conjunto poderia trazer uma visão mais integrada das questões em discussão.

Assim, tal como na análise para cada um dos eixos em separado, foi executado uma análise estatística de *clustering* em SPSS (K-means), contemplando os indicadores que se considerou reflectirem as dinâmicas e transformações no território rural em Portugal Continental. O objectivo foi o de tentar agrupar os concelhos em grupos mais ou menos homogéneos (e distintos uns dos outros) segundo as características nos três eixos, de ocupação do solo, dinâmica do sector agrícola e dinâmica sócio-económica.

Os indicadores considerados no *clustering* total, e os valores médios destes para cada um dos *clusters*, são apresentados na Tabela 9, e o mapa com a respectiva distribuição é o da Fig.59.

	FINAL CLUSTER CENTERS, CLUSTERING TUDO, 10 CLUSTERS									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<i>PERSISTÊNCIA TOTAL</i>	87,1	84,0	88,0	90,5	76,4	88,9	92,5	87,2	87,1	88,1
<i>PESO URBANA EM 2000</i>	20,11097	13,81868	1,87153	1,27545	,30470	7,71300	,66324	10,16519	,55444	11,10590
<i>NET CHANGE URBANA</i>	4,5	4,2	,6	,3	,1	1,9	,2	3,3	,2	3,4
<i>PESO AGR. EM 2000</i>	33,8	36,3	37,4	73,6	29,6	48,9	61,7	59,7	38,2	56,2
<i>NET CHANGE AGR.</i>	-1,4	-2,0	,0	-6	-1,4	-1,0	-1,1	-3,5	-,1	-2,9
<i>PESO FLOR. EM 2000</i>	18,251	30,622	30,010	20,204	34,307	29,582	27,558	15,027	23,988	21,165
<i>NET CHANGE FLOR.</i>	-6,0	-2,3	-2,6	-,8	3,0	-,2	,6	,2	-,6	-,7
<i>PESO 322/3 EM 2000</i>	7,8	2,0	6,3	,3	8,9	1,3	3,9	6,5	11,8	3,1
<i>NET CHANGE 322/3</i>	-,2	-,4	-,1	-,1	-3,1	-,2	-,4	-,5	-1,0	,1
<i>SWAP 322/3</i>	,3	,1	,1	,0	,6	,0	,3	,1	,5	,0
<i>PESO 324 EM 2000</i>	10,8	11,1	16,2	2,6	22,3	10,0	4,0	5,9	16,7	5,5
<i>NET CHANGE 324</i>	3,7	1,7	3,0	1,1	,2	,2	1,0	,4	2,3	,5
<i>SWAP 324</i>	3,1	5,1	5,4	1,7	10,5	6,2	1,8	3,0	4,9	3,5
<i>NET CHANGE REGADIO</i>	,3	-,1	,0	4,1	,3	-,1	1,1	2,1	,0	1,2
<i>NET CHANGE VINHAS</i>	,6	,7	,6	,3	,0	,3	,7	,3	,3	,0
<i>PERC. ARBORIZAÇÃO / TOTAL CONCELHO</i>	,3	,2	,5	2,0	3,9	,1	2,8	2,0	1,5	,4
<i>PESO DA POP. AGRICOLA 99</i>	4,6	11,2	29,8	14,8	46,5	12,1	22,5	12,1	47,3	12,9
<i>NET CHANGE POP. AGRICOLA</i>	-3,9	-10,4	-15,1	-3,7	-6,1	-11,2	-6,3	-6,9	-13,8	-10,5
<i>PESO DOS PRODUTORES 99</i>	1,6	3,1	9,9	5,5	19,8	3,6	8,6	4,5	17,7	4,4
<i>NET CHANGE PRODUTORES</i>	-1,1	-2,3	-3,5	-1,0	-1,0	-3,0	-2,4	-2,3	-3,3	-3,2
<i>PESO PRODUTORES >55 1999</i>	70,6	62,1	64,2	62,6	79,2	55,7	68,7	71,9	69,4	66,8
<i>NET CHANGE PRODUTORES >55</i>	10,3	9,2	7,6	5,2	5,3	7,2	4,3	6,8	6,5	9,5
<i>PESO DAS EXPL. RENDIMENTO DO EXTERIOR</i>	62,2	63,2	69,3	44,4	84,3	50,6	67,0	71,2	71,3	63,9
<i>NET CHANGE EXPL. RENDIMENTO EXTERIOR</i>	6,5	7,3	10,2	-3,2	9,6	-,9	3,0	5,2	10,7	3,5
<i>VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO</i>	12,1	9,4	-1,0	-3,2	-15,0	10,1	-4,5	9,2	-9,6	12,3

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
FINAL CLUSTER CENTERS - CONTINUAÇÃO										
NET CHANGE POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ACTIVA	4,7	2,5	2,8	2,6	3,7	3,4	3,1	4,6	1,4	4,9
PESO DA POPULAÇÃO EMPREGADA NO SECTOR PRIMÁRIO NO TOTAL, 2001	1,5	2,0	4,9	5,9	5,9	3,9	6,2	2,4	6,4	3,2
NET CHANGE DA POPULAÇÃO EMPREGADA NO SECTOR PRIMÁRIO	-1,3	-2,8	-5,0	-4,6	-2,9	-2,8	-3,8	-2,3	-6,3	-2,8
PESO DA POPULAÇÃO EMPREGADA NO SECTOR SECUNDÁRIO NO TOTAL, 2001	15,2	23,3	13,8	10,9	9,2	21,2	10,7	12,3	10,1	14,3
NET CHANGE DA POPULAÇÃO EMPREGADA NO SECTOR SECUNDÁRIO	-1,9	,3	1,8	1,2	1,2	2,8	1,6	,3	2,3	,3
PESO DA POPULAÇÃO EMPREGADA NO SECTOR TERCIÁRIO NO TOTAL, 2001	30,4	20,4	19,6	23,3	16,6	21,4	22,1	30,1	17,2	28,2
NET CHANGE DA POPULAÇÃO EMPREGADA NO SECTOR TERCIÁRIO	2,9	4,8	5,2	6,4	5,0	7,7	5,9	6,0	4,6	6,9
PESO DA POPULAÇÃO DESEMPREGADO NA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ACTIVA, 2001	7,8	5,8	7,1	9,6	6,6	5,6	8,9	7,1	7,1	6,9
NET CHANGE POPULAÇÃO DESEMPREGADA	-,3	1,3	1,7	-1,7	,6	1,2	-1,9	,7	2,0	,2
PESO DA POPULAÇÃO ANALFABETA EM 2001	7,6	8,3	13,1	17,2	24,5	8,6	19,2	10,3	18,1	9,5
NET CHANGE POPULAÇÃO ANALFABETA	-1,5	-1,7	-2,6	-4,6	-4,8	-2,1	-5,0	-2,8	-3,1	-2,6

PPC PER CAPITA EM RELAÇÃO À MÉDIA, 2001	108,9	76,4	60,0	66,0	48,0	77,4	62,4	99,4	50,9	94,2
NET CHANGE PPC PER CÁPITA EM RELAÇÃO À MÉDIA	5,4	11,9	10,1	5,0	12,2	13,9	10,8	6,3	11,3	5,5
ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO (2002)	98,5	78,7	141,3	178,2	427,3	92,5	211,9	131,6	247,9	113,2
PESO MBT / SAU 99 EM RELAÇÃO A MÉDIA	99,2	182,0	87,4	50,2	33,6	312,8	18,8	78,7	54,9	194,6
NET CHANGE MBT / SAU	-125,1	38,7	-8,2	1,6	-8,7	107,7	-,5	2,7	-4,7	-35,1
PESO MBT / UTA 99 EM RELAÇÃO A MÉDIA	126,6	59,6	45,9	290,1	60,0	148,3	161,8	161,6	62,4	163,0
NET CHANGE MBT / UTA	-93,7	8,1	-11,8	63,8	-5,1	41,4	3,8	29,8	,5	-35,0

Tabela 9 - Valores médios dos indicadores relativos a cada cluster – Clustering Total

Resultado Clustering Total

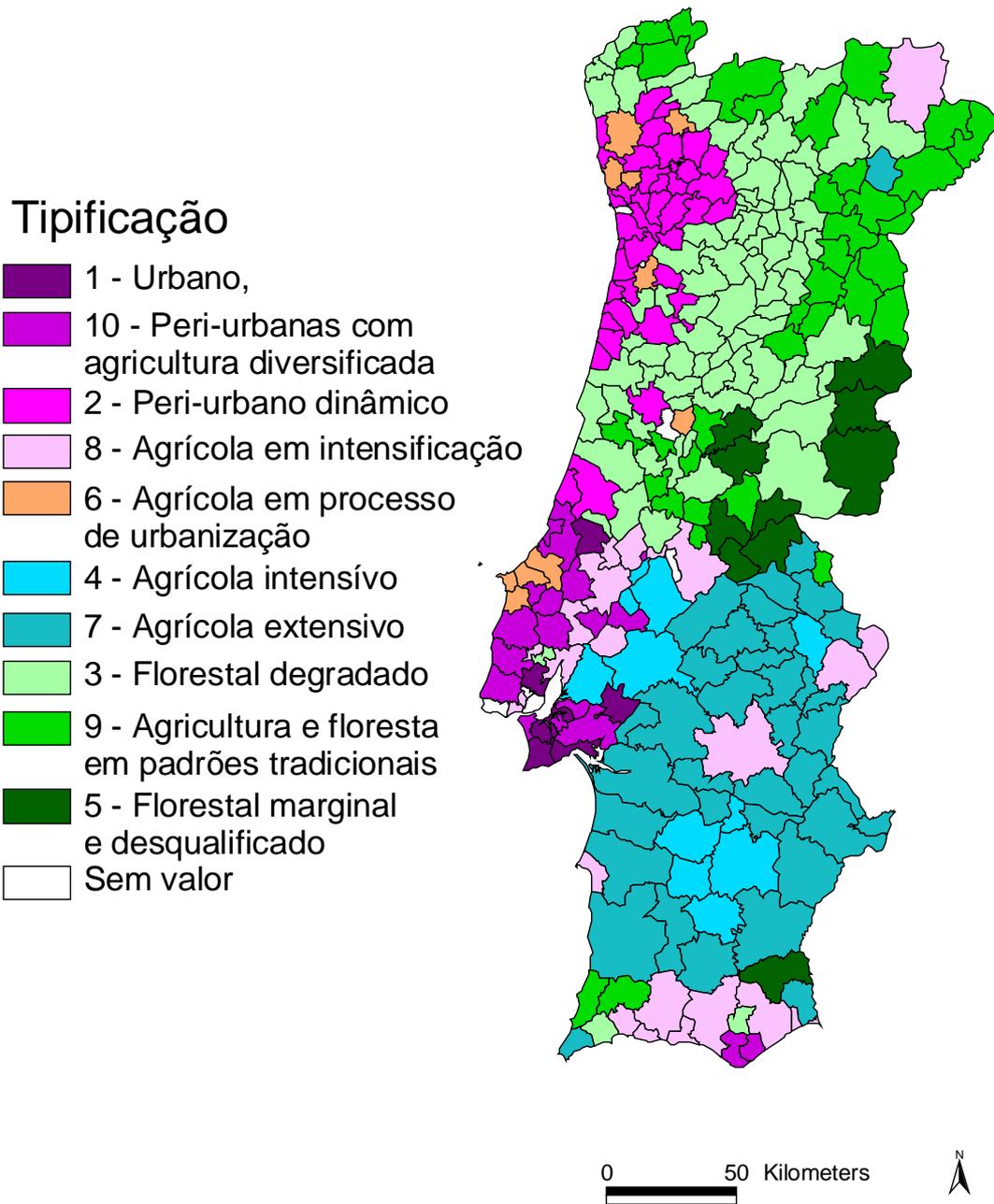


Figura. 59 - Distribuição dos concelhos por dez clusters, resultado clustering total

A partir da Tabela com os *final cluster centres* podem caracterizar-se os vários grupos.

Cluster 1 – Urbano

Os sete concelhos dentro deste grupo representam territórios urbanos e dinâmicos. O peso da área urbana neste grupo é o mais alto. Os pesos das áreas agrícolas e florestais são dos mais baixos e continuam em diminuição.

O peso da população agrícola é o mais baixo neste grupo enquanto o sector terciário tem grande importância. A população em geral é relativamente jovem e com tendência para aumentar. O poder de compra *per capita* é o mais elevado de todos os grupos tal como o peso da população economicamente activa. O peso da população analfabeta é o mais baixo.

Existem ainda pesos médios de matos e floresta degradada, o que podia eventualmente indicar um certo caos na ocupação do espaço e falta de ordenamento do mesmo, e/ou a transição de áreas agrícolas e florestas para uma ocupação do solo diferente.

A produtividade da agricultura que ainda aqui se encontra, é média ou um pouco acima da média, mas tem vindo a diminuir bastante durante os anos noventa.

Cluster 10 – Peri-urbano com agricultura diversificada

São 18 os concelhos dentro deste grupo, sobretudo localizados no Oeste e na Península de Setúbal. O peso da área agrícola ainda é significativo embora tenha vindo a diminuir bastante nos anos noventa. A área urbana aumentou muito, enquanto a floresta só diminuiu ligeiramente. São territórios agrícolas onde a pressão de urbanização é grande e a ligação às áreas e actividades urbanas está muito presente. A agricultura nestes territórios é muito rentável e diversificada, mas tem vindo a perder importância, quer em termos de espaço, quer em termos sociais. O índice do poder de compra *per capita* está um bocadinho abaixo da média, enquanto o índice de envelhecimento está um pouco acima da média. A população agrícola e empregada no sector primário diminuiu bastante, enquanto o *net change* da população empregada no sector terciário é bastante positivo.

Cluster 2 – Peri-urbano dinâmico e misto

Os 40 concelhos dentro deste grupo são caracterizados por uma dinâmica relativamente alta da ocupação do solo. São territórios peri-urbanos, onde a agricultura e a floresta ainda ocupam uma parte considerável do espaço, mas têm tendência para diminuição. A MBT por SAU é elevada, mas por UTA é baixa, o que indica uma

agricultura intensiva com pequena dimensão das explorações. O peso da população agrícola tem diminuído muito, o que se deve pelo menos em parte ao aumento da população no seu total. Esta população é a mais jovem do país e esta ainda muito ligada ao sector secundário. O poder de compra é bastante abaixo da média, mas subiu também significativamente em relação a esta média durante os anos noventa.

Cluster 8 – Agrícola em intensificação

Os 23 concelhos dentro deste grupo são territórios agrícolas embora com um peso marcado e crescente das manchas urbanas. É o grupo onde a ocupação do solo agrícola tem diminuído mais durante os anos noventa. Na floresta houve poucas alterações. Estes concelhos estão localizados sobretudo no Algarve e no Ribatejo, sendo alguns do interior do Alentejo, e uma excepção em Trás-os-Montes (Bragança).

A margem bruta por UTA é superior à média, mas por SAU é abaixo da média. Isto indica uma agricultura mais extensiva. O peso da população agrícola é baixo e tem vindo a diminuir bastante. A população total registou um crescimento bastante significativo. O peso da população economicamente activa é relativamente alto e tem aumentado bastante nos anos noventa. O poder de compra *per capita* é médio, tal como o peso da população empregada no sector terciário.

Cluster 6 – Agrícola em processo de urbanização

É um grupo relativamente pequeno, de 10 concelhos, com territórios agrícolas mas também com um claro aumento da área urbana. A população agrícola é baixa e em forte redução enquanto a população em geral está a crescer. São territórios agrícolas produtivos, com um rendimento da Margem Bruta por SAU muito elevado e por UTA também elevado.

É um grupo com uma certa dinâmica sócio-económica. O índice de envelhecimento fica abaixo da média enquanto o índice do poder de compra *per capita* está-se a aproximar da média. É o grupo onde o poder de compra tem aumentado mais nos anos noventa e onde o peso da população desempregada é o mais baixo.

Cluster 4 – Agrícola intensivo

Os 11 concelhos dentro deste grupo são caracterizados por uma persistência na ocupação do solo. São sistemas agrícolas extensivos mas com uma tendência para intensificação em áreas específicas (regadio, vinha). A rentabilidade por UTA é elevada e tem aumentado muito durante os anos noventa.

A população, tanto agrícola como geral, está a diminuir e a envelhecer. O peso da população desempregada é o mais alto de todos os grupos, mas tem vindo a diminuir. Regista-se alguma importância da população empregada no sector terciário.

Cluster 7 – Agrícola extensivo

Os 37 concelhos deste grupo são caracterizados como territórios agrícolas, com sistemas de uso extensivos estáveis, o que se reflecte no elevado nível de persistência na ocupação do solo. Têm ainda bastante floresta, mas também pontualmente áreas de produção intensiva, vinha e de regadio, com tendência para aumentar.

A margem bruta por SAU é a mais baixa de todos os grupos, mas é relativamente elevada por UTA. Há pouca alternativa à agricultura no sector secundário e só alguma importância do sector terciário. A população em geral é bastante envelhecida e pouco qualificada. Regista-se ainda bastante desemprego e analfabetismo.

Cluster 3 – Florestal degradado

São territórios onde domina a floresta, em grande parte degradada. Em número é o grupo maior, são 79 os concelhos dentro deste grupo. Ainda se encontra algum espaço agrícola que parece ser relativamente estável. No entanto a população agrícola e os produtores diminuíram fortemente. A produtividade da agricultura é muito baixa, tanto por SAU como por UTA, e tem vindo a diminuir em relação à média durante os anos noventa.

O poder de compra é baixo e o índice de envelhecimento alto. A população em geral tem diminuído e o emprego aumentado o que revela pouco dinamismo social.

Cluster 9 – Agricultura e floresta em padrões tradicionais

Territórios onde a agricultura e a floresta ocupam áreas totais semelhantes. São 36 os concelhos dentro deste grupo, quase todos situados no norte do país. É um grupo com importantes áreas de matos, que são bastante persistentes. Há uma certa estabilidade na ocupação do solo, onde se mantêm os padrões tradicionais. A rentabilidade da agricultura é muito baixa e não tem melhorado durante os anos noventa.

Embora em diminuição, o peso da população agrícola é ainda muito elevado. Há um baixo peso da população económica activa e em geral a população é pouco qualificada e envelhecida.

Cluster 5 - Florestal marginal e desqualificado

Os 10 concelhos dentro deste grupo estão todos situados no interior da Beira, com a excepção de Alcoutim. São territórios onde domina a floresta, em grande parte degradada. A agricultura ainda ocupa uma área considerável, mas tem rendimento muito baixo e tendência para perder importância.

São territórios com muita baixa persistência na ocupação do solo, o que na maioria dos casos se deve muito provavelmente às tendências de degradação, sobretudo na floresta (incêndios).

O peso da população agrícola é elevado ainda, mas com tendência clara para redução. A população em geral muito pouco qualificada e muitíssimo envelhecida, com baixo poder de compra, e em redução muito acentuada.

7.2. Discussão

Tendo em conta a perspectiva territorial que se pretendia neste Estudo, o que é que se verificou na análise?

O território rural português é composto de contrastes e está a mudar, tanto por força da agricultura como por força de vários outros factores, e afectando tanto a agricultura como esses outros factores, ou dimensões. No período considerado, e para o país em geral, verifica-se que se mantêm a importância da agricultura na ocupação do solo (aumentando dentro do sector agrícola abrangente, a importância da floresta), mas que se perde a sua importância económica e social.

Quanto às questões que originaram este Estudo, verificam-se processos de abandono, mas:

- a) o abandono da terra afecta sobretudo áreas que se tornaram de dominante florestal, onde a actividade agrícola também tem tendência a perder importância;
- b) o abandono da agricultura afecta sobretudo as áreas peri-urbanas, acentuando a fragmentação e desorganização do território; a terra pode ficar por um período aparentemente abandonada, mas na realidade está expectante duma ocupação urbana;
- c) em várias regiões do país verificam-se tendências de extensificação do uso do solo, mas essas não resultam, pelo menos por enquanto, em abandono, ao

- contrário do que muitas vezes se afirma; pontualmente há mesmo tendências de intensificação;
- d) as comunidades rurais de muitas regiões do interior estão em declínio e perto do limiar de sobrevivência, mas sem que isso afecte sempre directamente, nos últimos anos, os processos de uso agrícola do solo;
 - e) algumas áreas não têm usos directamente produtivos, e estão cobertas por matos de vários tipos, o que frequentemente se associa a abandono: mas estas são sobretudo áreas com condições bio-físicas extremas (pedregosas, inacessíveis, declivosas, etc.), o que limita claramente o uso.

Tal como já dito no início do Estudo, não parece no entanto que seja o mais adequado falar de questões de abandono, dadas as dificuldades na sua definição, e também a complexidade de todos os outros processo em curso e das suas interligações. Ultrapassando a questão do abandono e considerando as características e processos gerais em curso no território português, é possível identificar vários tipos de características e dinâmicas, onde as várias dimensões analisadas se combinam de forma diferenciada.

Quanto ao conteúdo dos resultados, as análises desenvolvidas no âmbito do estudo evidenciam uma realidade nacional, no território do continente português, feita de contrastes acentuados, tanto no carácter como nas tendências de mudança das áreas rurais.

Tanto os resultados por cada dimensão, como os que consideram o conjunto dos indicadores relativos às três dimensões, fornecem uma imagem clara da diferenciação do território rural português, onde se identificam as várias combinações referidas acima.

Foram utilizadas no conjunto das análises feitas, fontes de informação diversas, de base tanto cartográfica como estatística. Como todas as bases de informação de nível nacional, estas contêm algumas imprecisões, levantam questões de definição e também de qualidade na recolha e sistematização dos dados. Podem assim levantar-se algumas dúvidas quanto à exactidão dos resultados e a sua validade em análises de pormenor. No entanto, para uma compreensão e avaliação das grandes tendências e das principais questões que se levantam na organização do território, assim como das diferenciações regionais, a qualidade dos resultados obtidos parece ser adequada. Esta qualidade pôde ser validada, por um lado, por diferentes

outras análises já realizadas à escala nacional, e que se verificou em geral completarem ou confirmarem os resultados obtidos, e por outro por estudos de caso a uma escala de pormenor, onde embora os valores não sejam exactamente coincidentes, as mesmas tendências de mudança se verificam.

Podem assim tirar-se algumas conclusões dos resultados obtidos em cada eixo de análise, e sobretudo do seu cruzamento, embora seja necessário manter presente que podem haver imprecisões e que, para uma análise de mais pormenor, este Estudo deveria ser completado. Para isso seriam desejáveis:

1) A verificação da qualidade de alguns dados, que evidenciaram levantar algumas questões,

2) A realização de estudos complementares de pormenor, em vários tipos de áreas e seguindo uma metodologia integrada,

3) A implementação de um sistema de monitorização de base territorial, que poderia ser baseado numa amostra estratificada dos vários tipos de áreas, de modo a que fosse ao mesmo tempo de leve aplicação e eficiente nas várias dimensões da análise.

Estes vários passos poderão eventualmente ser desenvolvidos em fases posteriores.

A dimensão inovadora da análise foi composta sobretudo pela abordagem territorial às questões agrícolas na perspectiva do mundo rural, assim como pela combinação de três eixos - ocupação do solo, sector agrícola e comunidade - que em primeiro lugar foram analisados separadamente. A ligação entre a informação espacial sobre a ocupação do solo e os limites administrativos, de concelho, assim como os tipos de tratamento que esses dados cartográficos suportaram, constituíram sem dúvida, em termos metodológicos, a contribuição mais inovadora para o conjunto do estudo. No entanto, é a ligação desta informação àquela sobre o sector agrícola e sobre a comunidade e dinâmica socio-económica que permite avaliar o papel da agricultura na multifuncionalidade do território.

Com a análise até aqui apresentada, podem tirar-se conclusões sobre as vocações de cada tipo de território em Portugal Continental, no que respeita às funções que o espaço rural pode ou não pode assegurar, e à forma como a agricultura pode determinar ou pode integrar esse espaço, conforme as condições presentes.

Desenha-se uma tipologia de áreas rurais segundo as suas potencialidades e limitações, nas três dimensões tratadas. No entanto, os agrupamentos agora alcançados juntam toda a informação de uma forma complexa, sem que tenha sido colocada na análise automática por *clusters* a questão específica da vocação de cada área e do papel que a agricultura pode ter na mesma.

Assim, e porque um avanço na presente análise, no sentido de definir perspectivas e prioridades para a gestão futura do território rural interessava particularmente ao Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, surge a ideia de identificar, a partir dos dados agora considerados e tratados, uma tipologia de áreas rurais em Portugal Continental, segundo o papel que a agricultura pode ter para a sua multifuncionalidade. É essa nova análise que se fundamenta e apresenta no Capítulo 8.

8. Tipologias

8.1. Fundamentação

A definição de tipos de áreas em Portugal Continental, segundo o papel que a agricultura pode assegurar para a multifuncionalidade do espaço rural, corresponde a um desafio teórico e empírico que se impõe pelo desenvolvimento diferenciado do espaço rural na Europa nos dias de hoje (Marsden, 1998; Murdoch et al., 2004). Esta corresponde a uma nova forma de abordagem do sector agrícola, que se baseia numa perspectiva territorial do rural no seu conjunto, na qual a função de produção assegurada pela agricultura e tradicionalmente dominante, se combina agora com outras funções com maior ou menor valor económico, às quais se associam outros valores, nomeadamente sociais e ambientais.

A distinção entre tipos de áreas diferentes, onde a agricultura assume ou pode assumir diferentes papéis, surge assim naturalmente da verificação de que as características e dinâmicas de mudança do território no seu conjunto, e assim também as suas potencialidades para diversas funções, assumem claras especificidades regionais. Para o prosseguimento da análise, importa enumerar e esclarecer os pressupostos nos quais se baseia a construção da tipologia aqui proposta:

A - Multifuncionalidade do território

Passar do conceito de multifuncionalidade da agricultura para o conceito de multifuncionalidade do território é neste contexto inovador. Não se trata de avaliar até que ponto a agricultura é ou pode ser multifuncional, mas de como e onde a agricultura pode contribuir para as diversas funções que podem ser asseguradas pelo espaço. Esta abordagem responde às transformações e nova diferenciação a que tem estado sujeito o espaço rural em particular na Europa, tanto na sua estrutura como nas suas utilizações (Ilbery, 1998). Por outro lado, traz vantagens analíticas e conceptuais (Cairol, 2005), que permitem delinear novas perspectivas para o espaço rural e para a agricultura dentro dele – tal como já foi discutido no Capítulo 2 deste Estudo.

Na realidade os conceitos de multifuncionalidade da agricultura e de multifuncionalidade do território são próximos e partilham muitas características. Mas, para além da construção académica, os aspectos aplicados ligados à negociação (acordos internacionais; articulação entre vários interesses) formulação e integração

de políticas, não só agrícolas mas de conservação da natureza, sociais ou outras, exigem esta diferenciação (Vejre e tal, 2005).

O objectivo de multifuncionalidade do território foi assim considerado como central à análise, tanto para a compreensão da realidade actual, como para a avaliação das potencialidades futuras para a agricultura nos vários tipos de regiões em Portugal.

Tal como já foi dito no Capítulo 2, considerar a multifuncionalidade como atributo do espaço ou território rural, para além da agricultura, mas incluindo-a, pode trazer várias vantagens:

- a) Permite ultrapassar o impasse conceptual e estratégico a que facilmente se chega nesta mudança de paradigma: que papel tem a agricultura no conjunto do território rural? Que externalidades garante, ou pode garantir? O que deve ser assegurado, para que a agricultura possa manter-se, ou desenvolver-se?
- b) Pode ser explorada por outros actores que não os produtores agrícolas, novos agentes de diversificação, inovação, e de novas formas de desenvolvimento.
- c) Permite justificar a agricultura para além da sua capacidade e função económica, ou pelo menos para além da sua função de produção.
- d) Pode ser garante da flexibilização das expectativas e da definição de prioridades: nem todo o território rural tem que assegurar todas as funções, e várias combinações de funções são possíveis, o que resulta assumidamente numa especialização e diferenciação do espaço – que na realidade ocorre espontaneamente.

B - Do produtivismo ao pós-produtivismo

As funções não produtivas da agricultura têm sido vistas como externalidades da função de produção, mas podem nalgumas regiões tornar-se mais importantes do que esta (Brouwer 2004). A mudança tem vindo a ocorrer em certas regiões e explorações que deixam de ter capacidade para competir em termos de produção e portanto a reduzem, enquanto as outras funções que são oferecidas pelo espaço rural, como suporte de recreio, conservação da natureza, qualidade ambiental e preservação do património, etc., são progressivamente mais valorizadas. Outros modelos de exploração agrícola podem assim emergir, que combinam produção com as outras funções, ou mesmo cujo principal objectivo não é a produção mas sim contribuir para uma ou várias das outras funções do espaço. Nem todos os espaços

rurais serão de futuro espaços produtivos, mas outras funções que não a produção podem justificar a manutenção da agricultura. Tal não significa que a agricultura deixe de ser uma actividade económica, mas que o rendimento é gerado de outras formas, ligadas à procura pós-produtivista do espaço rural.

É no entanto fundamental ter presente que há claras diferenças entre regiões, que na Europa ou mesmo dentro de um mesmo país, se podem encontrar em diferentes fases, em termos temporais, espaciais e mesmo conceptuais, nesta transição do produtivismo para o pós-produtivismo. Não só pelas suas condições próprias e vocação, mas também pela acção de vários factores, culturais, sociais, económicos e políticos (Wilson, 2001). A não consideração dessas diferenças pode levar a inconsistências na análise ou, ainda mais grave, na formulação das políticas e instrumentos a adoptar.

C - Polarização do espaço rural

As funções produtivistas e pós-produtivistas podem ser oferecidas no mesmo espaço, numa integração que corresponderá a um certo grau de multifuncionalidade. Mas a nova visão da agricultura europeia e o reconhecimento das funções pós-produtivistas deverão contribuir progressivamente para uma segregação dos espaços segundo a sua função ou funções primordiais (Potter, 2004). Ou seja, os espaços com características para uma agricultura de produção economicamente rentável assegurarão essa função prioritariamente, e serão geridos em função disso - embora sujeitos a regulamentação que assegure mínimos de qualidade em relação a outras funções (por ex. qualidade ambiental e conservação da natureza).

Nos espaços com vocação para as chamadas funções pós-produtivistas, ou alguma delas, a produção tenderá a ser cada vez menos importante e serão essa ou essas outras funções que determinarão a gestão, no caso de ser definida uma estratégia para tal. A perda de importância da produção tanto se pode prender com processos espontâneos que decorrem da falta de capacidade de manter essa produção em contextos de competitividade alargada, como com processos dirigidos para o investimento noutras funções para o futuro. Em qualquer dos casos, o resultado é uma diferenciação de espaços rurais, assumindo uma tendência a que já se assiste e ao qual já se procura responder em termos de estratégias e políticas, em alguns países europeus (Murdoch et al., 2004).

A título de exemplo, no caso português assiste-se hoje em dia, em certas explorações do Alentejo, à substituição da produção agrícola, pecuária nomeadamente, pela exploração cinegética, que assegura o rendimento económico anteriormente assegurado pela produção cerealífera ou pecuária. Enquanto muitas explorações combinam os dois tipos de função, num conjunto mais pequeno de explorações esta substituição já teve lugar, podendo prever-se que venha a ser dominante ao nível local, em sub-regiões.

Nestes casos, haverá uma associação quase directa ao nível da paisagem local, a outras funções tais como a qualidade ambiental e o recreio. Simultaneamente, na mesma região do Alentejo, outras sub-regiões registam um processo de intensificação da produção, associado à vinha ou ao regadio, por exemplo, o que deixa prever a especialização futura na função produtiva.

Quanto a esta progressiva polarização, resta ainda determinar se ela corresponde à procura social do espaço rural. Sendo que este passa a ser cada vez mais um espaço de consumo e menos um espaço de produção, interessaria debater e compreender se as novas tendências vão ao encontro desse consumo, ou seja, se satisfazem a procura. Novos estudos deverão ser feitos, sobre a procura social do espaço rural e sobre a mais adequada distribuição e combinação de funções no espaço rural.

D - Critérios para a distribuição dos apoios disponíveis

A referida polarização do espaço rural significa que há uma diferenciação entre os vários tipos de espaços, o que possibilita e pede mesmo uma gestão mais dirigida dos fundos disponíveis para apoio à agricultura e ao mundo rural (Murdoch et al., 2004). Já em 1998, Marsden (1998) e Ilbery (1998) falavam da regionalização dos fundos, referindo-se à realidade do Reino Unido. Também Murdoch et al. (2004), reflectindo sobre as tendências de diferenciação do espaço rural na Europa, apontam para a necessidade de definir prioridades em termos de aplicação e combinação de fundos públicos e privados, de natureza variada.

Deverão ser identificadas as necessidades e potencialidades, e definidas prioridades segundo o tipo de área: em áreas diferentes são privilegiadas funções diferentes, e os apoios distribuídos em concordância com essa definição. Esta lógica deve ser clara quando se fala de multifuncionalidade, tal como já foi referido acima:

nem todas as funções poderão ser asseguradas em todos os espaços, embora a combinação de mais do que uma função seja desejável como garante da sustentabilidade destes espaços.

O tipo de apoio que estará disponível no futuro resta a definir - mas as funções pós-produtivistas, consideradas como funções de consumo, permitirão tipos de apoios e pagamentos que a função de produção não permite.

Subsistem no entanto dúvidas quanto ao grau de apoio possível ou desejável. Para alguns, um espaço rural multifuncional definido e animado como um espaço de consumo para a sociedade em geral, oferece uma alternativa intermédia entre o produtivismo neo-liberal e a continuação das pesadas políticas intervencionistas do passado. Mas também se levantam críticas à tendência de extrema comercialização do próprio espaço rural e dos seus atributos, que pode levar a uma redução dos seus valores intrínsecos e a uma extrema diferenciação nas condições de subsistência desses espaços (Potter, 2004; Wilson, 2001).

E - Estratégia definida para o programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013

Tendo já sido definidos os eixos fundamentais do Programa de Desenvolvimento Rural da União Europeia para o período 2007-2013, importa que a estratégia definida para o território rural em Portugal siga as orientações que estes contêm. Três eixos principais, além de mais um de certa forma transversal, estão definidos, que se podem interpretar à luz da contribuição que a agricultura pode ter para diferentes funções do espaço rural:

Eixo 1 - Competitividade da agricultura e floresta, que se prende sobretudo com a função produtiva e a qualidade da produção;

Eixo 2 - Ambiente e gestão sustentável dos recursos naturais, que se prende com a contribuição de práticas extensivas ou práticas específicas para a qualidade ambiental, o ordenamento do território e a diversidade paisagística e de espécies;

Eixo 3 – Melhoria da qualidade de vida e diversificação da economia, mais baseado em estratégias de desenvolvimento local e aproveitamento/revitalização das potencialidades para uma diversidade funções;

Para além destes três, define-se um quarto eixo transversal aos primeiros:

Eixo LEADER - dimensão "bottom-up" dos vários programas a implementar, ligado à valorização da iniciativa local.

Segundo o documento sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural 2007-2013 (GPPAA, 2005), pretende-se que o desenvolvimento rural se apoie nestes eixos e assente assim numa “actividade agrícola e florestal economicamente competitiva, ambientalmente equilibrada e socialmente atractiva”. Mas resta avaliar claramente se essas várias dimensões podem ser igualmente importantes em todo o mundo rural português.

Tal como já apontado e identificado para outros países da Europa, a análise efectuada no âmbito do presente Estudo mostra que de facto as condições e potencialidades são muito diversas de região para região, e que nem todos os eixos farão sentido da mesma forma para o desenvolvimento futuro em cada uma delas.

O próprio documento do Conselho Europeu (Reg.(CE) 1698/2005) refere que cada Estado membro deve definir um Plano Estratégico Nacional no qual se definem as prioridades temáticas e territoriais para o desenvolvimento rural no âmbito de cada eixo, abrindo a porta a estratégias distintas para territórios distintos. Considera explicitamente que pode ser apresentado um programa único para todo o território, ou um conjunto de programas regionais.

Assim, pode defender-se que a aplicação dos fundos referentes a cada um destes eixos deve prosseguir critérios claros e prioridades definidas a nível nacional, mas aceitando e assumindo uma diferenciação regional. No seguimento do que se apresenta acima, a diferenciação do espaço rural português justifica que sejam estabelecidas prioridades segundo o tipo de área, de forma a que privilegie em cada espaço a vocação e potencialidades que lhe são próprias, que se evitem investimentos que não poderão ser sustentáveis a médio ou longo prazo e que se valorizem o mais possível os investimentos a ser feitos.

8.2. Abordagem Metodológica

Tendo em conta o expresso acima, propõe-se que sejam definidos para Portugal Continental tipos de áreas, segundo o papel que a agricultura pode ter para a multifuncionalidade do território. Esta é uma abordagem que claramente assenta numa perspectiva territorial e não numa perspectiva sectorial, e que por isso se baseia no conceito de multifuncionalidade do espaço rural e não só da agricultura.

Embora seja construída com base no mesmo tipo de parâmetros e funções, diverge da tipologia recentemente definida por Avillez et al. (2004), por se aplicar ao território, no seu conjunto e ao papel que a agricultura pode ter no mesmo, e não à vocação das explorações, do ponto de vista do sector. A análise do presente Estudo não é baseada numa avaliação económica das explorações nem na sua viabilidade, ou na viabilidade de apoio aos tipos de agricultura definidos. Mas parece evidente que as duas tipologias de certa forma se sobrepõem.

Seria assim de todo o interesse, para uma análise mais pormenorizada da realidade local, assim como para a eventual definição de orientações de gestão numa lógica territorial, que pudessem ser cruzadas.

Para se construir a tipologia, duas dimensões foram consideradas:

- A análise dos resultados do presente Estudo na sua componente apresentada anteriormente, nos Capítulos 4, 5, 6 e 7, relativamente às características e dinâmicas do território português, por concelho, quanto a três perspectivas separadas, a ocupação do solo, o sector agrícola e a comunidade – para cada uma das dimensões, foram aqui tomadas em conta tanto a análise por cada indicador, em separado, como as respectivas análises de conjunto, baseada numa análise de “clusters”;
- A leitura e reflexão com base na bibliografia actual, de perspectivas diferenciadas, assim como as estratégias e orientações políticas quanto às relações entre a agricultura e o espaço rural na Europa, e a resultante diferenciação do espaço rural, actualmente e no futuro.

Os tipos não resultam assim duma nova análise de dados, mas correspondem a tipos “ideais” emergentes, tal como referenciados por Marsden (1998), baseado na definição do sociólogo alemão Max Weber, do início do século XX. Ou seja, são tipos que correspondem a uma construção mental derivada da observação da realidade, mas não a seguindo no pormenor, por serem deliberadamente simplificados ou exagerados (Encyclopedia Britannica, 1974). Não são ideais no sentido de serem

excelentes ou corresponderem a uma média, mas sim por serem uma construção lógica que serve para ordenar a realidade, através da selecção e do acentuar de determinados elementos. Os tipos assim definidos não se encontram na sua forma perfeita na realidade, embora a procurem retratar o mais aproximadamente possível (Collins e Makowsky, 1993).

Neste caso, estes tipos pré-definidos, ou construídos, resultam do conjunto de resultados esperados a partir da identificação dos processos chave a nível ambiental, económico, social e político, e duma leitura dos mesmos. Depois de definidos os tipos “ideais”, procura-se então com base numa análise descritiva dos indicadores disponíveis e seleccionados para o efeito, classificar cada concelho. Assim, cada concelho vai-se integrar num tipo, não por corresponder de uma forma exacta à descrição deste, mas por dela se aproximar tendencialmente. Pode ainda acontecer que as características do concelho o façam aproximar de mais do que um tipo, o que reflecte uma realidade mais complexa do que a simplificação expressa por um só tipo permite classificar. Tendo em conta a complexidade da análise, que integra várias dimensões, e também a diversidade do território português, não será de estranhar esta classificação em mais do que um tipo.

Algumas outras análises, ou cruzamento com outros dados, seriam ainda extremamente relevantes, sobretudo como indicadores das potencialidades do território. Não foram no entanto incluídos por indisponibilidade de informação adequada ou por falta de recursos no âmbito desta fase do Estudo. Seria por exemplo o caso dos dados baseados em estudos de macro-ecologia, quanto à distribuição da riqueza e sensibilidade do território em termos de conservação da natureza. Ou, duma forma mais simples, a classificação do território para efeitos de conservação da natureza – o que pode ser feito quase directamente. Ou ainda a identificação do carácter e especificidade da paisagem, e o seu valor identitário. Ou informação mais precisa quanto à robustez do sector agrícola, independentemente dos apoios ou subsídios de vários tipos. Ou quanto ao dinamismo da economia em geral a nível regional, que pode ser suporte da própria agricultura ou do desenvolvimento e exploração de novas funções. O cruzamento da presente tipologia com este outro tipo de informação deverá ser feito necessariamente no caso da sua utilização para fins aplicados – dependendo no entanto o tipo e escala da informação a cruzar, do fim em causa.

Tendo em conta a análise da situação presente e das dinâmicas 1990-2000 para as três dimensões referidas, numa perspectiva territorial e com base no concelho como unidade de análise, o que se pretende é uma tipologia que corresponde às potencialidades detectadas tendo em vista a ocupação do solo e as características e dinâmicas do sector e da comunidade. Essas potencialidades são avaliadas na perspectiva da multifuncionalidade do espaço rural e da valorização da dimensão pós-produtivista da agricultura. Esta tipologia corresponde assim a uma caracterização de base, que pretende sobretudo levar à compreensão do território numa perspectiva integrada do seu conjunto, e a uma compreensão renovada do papel da agricultura nesse conjunto.

Finalmente, com a abordagem desenvolvida, pretendeu-se nesta fase chegar ao tipo de agricultura dominante em cada concelho, segundo as potencialidades e constrangimentos detectados - e portanto, na maioria dos casos, cada concelho será classificado num tipo. É no entanto reconhecido, e deve ficar claro, que na maioria dos concelhos haverá vários tipos de agricultura em simultâneo, sendo que esta diversidade não é expressamente identificada neste Estudo. Poderá haver aspectos fortes ou fragilidades em determinados sectores ou em explorações, que fogem ao tipo dominante, mas que mereçam ser tomados em consideração.

Tendo em conta esta diversidade, enquanto que muitos concelhos se identificam claramente com um dos tipos definidos, muitos há também que juntam as características e preenchem as condições para mais do que um tipo, normalmente dois. Por outro lado, alguns concelhos poderão ter características mais complexas e contraditórias, o que leva a uma difícil classificação num tipo embora, através de uma análise cuidada dos dados, se possa identificar uma aproximação.

Depois de terem sido definidos os tipos “ideais”, a tarefa mais complexa é sem dúvida a de identificar a distribuição destes tipos no território de Portugal Continental, ou seja, definir em que tipo, ou tipos, se pode incluir cada concelho ou grupo de concelhos.

Da bibliografia consultada, nenhum autor propõe ou refere uma metodologia com este fim. No entanto, a própria definição de tipos “ideais” conduz a uma abordagem baseada na identificação de condições, a que a realidade tem que corresponder, para que seja integrada num ou noutro tipo. Assim, e com base na análise feita anteriormente e apresentada nos Capítulos 4, 5, 6 e 7, foram identificados

limiares relativos às características mais determinantes para cada um dos tipos definidos. Estes limiares representam, para cada tipo, as condições que devem ser cumpridas para que um concelho nele seja integrado. Os limiares foram definidos para indicadores específicos, escolhidos de entre o conjunto de indicadores utilizados na análise anterior, sobretudo com base na análise do comportamento dos indicadores na análise de *clusters*. Foram também utilizados outros indicadores, considerados relevantes e para os quais foi entretanto possível obter dados.

Tendo em conta que na abordagem a desenvolver foi considerada desde o início como fundamental a perspectiva territorial, e sendo esta a que vem acrescentar uma nova dimensão a outras análises já feitas para o sector agrícola, a base desta análise é tendencialmente a informação sobre a ocupação do solo ou sobre a distribuição espacial de um ou outro fenómeno. À informação sobre a ocupação do solo, considerada determinante, sobrepõe-se, para cada um dos tipos, informação seleccionada sobre o sector agrícola e sobre a comunidade rural.

8.3. Tipologia proposta

8.3.1. Tipos definidos

Com base em tudo o que foi exposto anteriormente, foram assim identificados os seguintes oito tipos:

1. Agricultura de produção especializada e elevado rendimento
2. Agricultura extensiva com vantagens ambientais
 - a) – em território homogéneo
 - b) – em território diversificado
3. Agricultura de ordenamento e qualidade ambiental:
 - a) - em meio florestal
 - b) - em meio de montanha
 - c) - em meio urbano
- 4 - Agricultura de serviços rurais
 - a) - em áreas periféricas
 - b) - em áreas dinâmicas e confusas

8.3.2. Caracterização dos tipos

Tipo 1 - Agricultura de produção especializada e elevado rendimento

Áreas onde domina uma agricultura especializada, associada a rendimentos muito elevados em relação á média do país. Vários dos sectores em causa são caracterizados por elevado rendimento, independentemente de qualquer tipo de apoios à produção, mas nem todos. Nestas áreas a ocupação do solo é determinada por este tipo de agricultura, que pode não ser dominante em termos de área, mas que em muitos concelhos condiciona a actividade e a economia locais, e ainda a própria identidade. Algumas dos concelhos caracterizados por este tipo de agricultura são também concelhos muito próximos de grandes aglomerações urbanas, onde portanto a identidade associada á agricultura tem tendência a diluir-se sob a pressão da expansão urbana e consequências associadas. São áreas em que é necessário controlar a qualidade ambiental e ordenar a paisagem, mas onde a actividade agrícola terá tendência a manter-se, mesmo sem interferência de apoios directos. Podem existir serviços rurais e estes mesmos virem a desenvolver-se, associados à actividade produtiva.

Tipo 2: Agricultura extensiva com vantagens ambientais

Áreas onde domina uma agricultura extensiva, sobretudo pecuária, associada a condições físicas sensíveis e limitativas de uma exploração mais intensiva dos recursos. Esta agricultura extensiva é praticada em média e grande propriedade. São também áreas de baixa densidade populacional, e baixo nível de qualificação dessa população, como pouca capacidade de inovação e rejuvenescimento. Estas condições favorecem uma qualidade ambiental elevada, com evidentes vantagens do ponto de vista da conservação da natureza e dos serviços ambientais, nomeadamente no que respeita à conservação de espécies e à gestão dos créditos de CO₂. Associada à produção extensiva pode desenvolver-se uma outra actividade económica que não necessite do envolvimento de uma população dinâmica, ou até seja favorecida pela pouca pressão sobre o uso e ocupação do solo. Está nestas condições nomeadamente a caça. Nestas áreas podem ser valorizadas as funções ambientais, preservando ao mesmo tempo uma agricultura de tipo extensivo nos moldes tradicionais. A capacidade para serviços rurais é reduzida, ou muito localizada, devido à reduzida densidade populacional e envelhecimento e falta de qualificação da população residente.

Distinguem-se dois tipos:

a) Em território homogéneo

Onde as alterações têm sido menos significativas e a ocupação do solo se tem mantido mais estável, mas também onde domina claramente a ocupação agrícola e outras manchas, nomeadamente a florestal, são pouco significativas.

b) Em território diversificado

As condições são muito semelhantes às do tipo anterior, mas a dinâmica de alteração no mosaico de ocupação do solo tem sido mais significativa, e há uma maior importância, na ocupação do solo, das manchas florestais. São por isso territórios menos homogéneos, uma vez que para além da floresta, há também uma maior dispersão do povoamento e das manchas urbanas.

Tipo 3 - Agricultura de ordenamento e qualidade ambiental

Áreas onde a agricultura de produção é residual, sendo a ocupação do solo dominada por outros usos que não a produção agrícola, por razões diversas e em condições diversas o que leva à distinção de três subtipos:

- a) Em meio florestal: Áreas onde predomina a ocupação florestal, ou manchas de matos que tenderão espontaneamente para floresta, ou floresta degradada; a agricultura encontra-se sobretudo em redor das povoações e em algumas manchas com condições naturais mais férteis, nomeadamente vales, mas tem vindo claramente a diminuir. A população em geral é muito reduzida, envelhecida, e cada vez menos ligada a uma agricultura de produção para o mercado. Nestas áreas no entanto a manutenção de espaços agrícolas é fundamental para o ordenamento do território, criando e mantendo a necessária fragmentação das manchas florestais, sobretudo de forma a minorar os riscos de incêndio, e preservando a qualidade paisagística necessária à manutenção e qualidade de vida das populações. Pela fraca densidade populacional, a pouca importância da agricultura de produção e também a relativa monotonia da paisagem, estas não são áreas com potencialidades em termos de serviços rurais, embora localmente estes possam ser considerados.

- b) Em meio de montanha: Nestas áreas as condicionantes à agricultura prendem-se sobretudo com as condições de altitude e declive acentuado; tal como nas áreas de floresta do tipo anterior, aqui a densidade populacional é muito reduzida e a actividade agrícola tem vindo constantemente a diminuir. No entanto, com o fim de preservar os recursos naturais e a diversidade paisagística destas áreas, pode fazer sentido apoiar a preservação de uma agricultura de “manutenção”. Algumas áreas de montanha têm vocação para serviços rurais, mas as mais despovoadas e mais periféricas poderão não ter condições para manter ou dinamizar esses serviços.

- c) Em meio urbano: Áreas onde predomina claramente a mancha urbana; mesmo que o urbano não ocupe a maioria do território dos concelhos, a organização do espaço é determinada por essa ocupação e infra-estruturas associadas; a agricultura é muito residual, e o espaço ocupado pela mesma tem diminuído rapidamente; a população ligada à agricultura é muito reduzida, e outros

sectores da actividade económica são dominantes. Isto não significa que a agricultura presente seja muito pouco produtiva ou rentável, ao contrário dos dois tipos anteriores. Esta pode ser uma agricultura especializada e de elevado rendimento, mas com muito pouco significado em termos do território, da sua dinâmica e da sua identidade. No entanto, a manutenção de espaços verdes, de lazer ou com funções ecológicas e pedagógicas, é cada vez mais considerada fundamental e pode ser esse o papel assumido da agricultura nestas condições. A manutenção de espaços dedicados à agricultura pode ainda ter um papel importante de algum controle sobre o caos urbanístico, quando este ainda for possível. O controle da qualidade ambiental é particularmente importante nestas áreas e tendo em vista estas funções.

Tipo 4 - Agricultura de serviços rurais

Áreas onde a agricultura é bastante diversificada, em termos de produtos e de sistema de uso do solo, o que possibilita uma diversificação nas oportunidades e frequentemente um elevado interesse paisagístico. Este por sua vez pode ser motor do desenvolvimento de outras funções e assim outras fontes de rendimento. No entanto, e apesar de se poderem nestas áreas combinar os três, ou quatro, eixos do desenvolvimento rural, as condições para a manutenção de uma agricultura dinâmica são muito diferentes segundo estas áreas sejam periféricas e longe de grandes centros urbanos, ou sejam próximo destes.

a) Em áreas periféricas - Nestas áreas o papel social da agricultura é ainda importante, mantêm-se percentagens elevadas de população ligada à agricultura e várias actividades associadas ao sector, de transformação ou valorização dos produtos. Estas as áreas ainda portadoras dos valores tradicionais da agricultura, com uma valorização positiva dos mesmos, associada a fortes valores identitários, não só regionais como nacionais. São também frequentemente áreas de elevada atracção em termos de paisagem, procuradas para várias formas de turismo e recreio, sendo a paisagem muito valorizada na promoção destas actividades. Por não ser uma agricultura competitiva, esta necessita de se apoiar em nichos de produção, produtos de elevada qualidade, e outros rendimentos associados na exploração, tais como turismo rural, actividades de recreio, actividades terapêuticas, e outros que possam ser desenvolvidos no futuro. Pela localização periférica, falta de

alternativas de emprego e deficiente qualificação da população em geral, esta dinamização e valorização de múltiplas funções do rural necessitará de ser apoiada.

b) Em áreas dinâmicas e confusas – Ao contrário do tipo anterior, aqui as percentagens de população ligada à agricultura são reduzidas, uma vez que a economia é diversificada e existem várias outras oportunidades de emprego. São áreas de certa forma confusas, em termos da organização e ocupação do espaço, por serem áreas atractivas em termos de população, concentrando actividades económicas, funções residenciais, infra-estruturas, etc. No entanto, por um conjunto de circunstâncias naturais e culturais, a agricultura tem-se mantido em partes consideráveis do território, e é ela própria bastante diversificada, em termos de produção e de mosaico de ocupação do solo. Suporta assim normalmente também uma série de serviços rurais, com cada vez mais procura por parte da população urbana próxima. Uma vez que há procura, e mais população dinâmica e qualificada disponível, a iniciativa individual tem mais importância que nas áreas com características do tipo anterior, para além do mercado estar mais acessível. Em relação ao tipo anterior, as necessidades de apoio são outras. É importante tomar em consideração as necessidades urgentes de ordenamento do território e de valorização da paisagem, de forma a que não se degradem as potencialidades ainda existentes para vários tipos de serviços rurais.

Os limiares considerados para a definição de cada um destes tipos encontram-se representados na Tabela 10. Tal como dito anteriormente, estes limiares foram definidos com base na caracterização dos tipos “ideais”, apresentada acima, e na análise das Tabelas correspondentes à definição de *clusters*, quanto à distribuição das características e dinâmica da ocupação do solo, do sector agrícola e da comunidade rural (Capítulos 4, 5 e 6). Foram ajustados no seguimento da reunião com o grupo de especialistas em Janeiro de 2006. Correspondem a opções da equipa do Estudo, e poderiam assim ser ainda modificados, no caso de tal ser conveniente, para um outro fim específico.

Limiares de indicadores seleccionados para os tipos definidos

Tipo 1	<ul style="list-style-type: none"> - Orientação Técnico Económico (OTE) 7,10,11,12,16,17 Ou - Peso da MBT / UTA > 200% da média nacional (100) - Margem Bruta sem ajudas (ligadas e desligadas) > 80% da MBT
Tipo 2a	<ul style="list-style-type: none"> - Persistência da ocupação do solo > 87,5% da superfície total do concelho - Peso da área agrícola > 60% da superfície total do concelho - Peso da população agrícola < 30% do total da população - Dimensão media das explorações > 30 ha. - Índice de envelhecimento > 130 - Densidade populacional < 50 (habitantes / km2) - Peso da MBT / SAU < 30 % da média nacional (100)
Tipo 2b	<ul style="list-style-type: none"> - Persistência da ocupação do solo > 80% da superfície total do concelho - Peso da área agrícola < 60% da superfície total do concelho - Peso do total dos matos e florestas > 40% da superfície total do concelho - Peso da população agrícola < 30% do total da população - Dimensão media das explorações > 30 ha. - Densidade populacional < 30 (habitantes / km2) - Peso da SAU mais produtiva na SAU < 50% - Peso da MBT / SAU < 25 % da média nacional (100) - Índice envelhecimento > 170
Tipo 3a	<ul style="list-style-type: none"> - Peso do total dos matos e florestas > 40% da superfície total do concelho - Peso da área agrícola < 60% da superfície total do concelho - Peso da floresta degradada (324) >10% da superfície total do concelho - Densidade Populacional < 80 (habitantes / km2) - Índice de envelhecimento > 115
Tipo 3b	<ul style="list-style-type: none"> - Altitude > 700m - Peso do total dos matos e da floresta degradada > 25% da superfície total do concelho - Densidade populacional < 70 (habitantes / km2) - Dimensão media < 20 ha.
Tipo 3c	<ul style="list-style-type: none"> - Peso da área urbana > 20% da superfície total do concelho Ou - Net change da área urbana > 5% da superfície total do concelho - Densidade populacional > 500 (habitantes / km2) - Peso da população agrícola < 5% do total da população
Tipo 4a	<ul style="list-style-type: none"> - Peso da área agrícola > 50% da superfície total do concelho - Peso da SAU na exploração > 60% - Peso do total dos matos e florestas < 40% da superfície total do concelho - Dimensão média das explorações < 20 ha. - Peso da população agrícola > 30% do total da população - Densidade populacional < 100 (habitantes / km2)
Tipo 4b	<ul style="list-style-type: none"> - Densidade populacional 80 – 1000 (habitantes / km2) - Dimensão média da exploração < 10 ha. - Margem Bruta sem ajudas (ligadas e desligadas) > 70% da MBT - Peso da SAU mais produtiva na SAU > 60% - Peso da área agrícola > 20% da superfície total do concelho - Índice de Envelhecimento < 170

Tabela 10 – Tabela dos limiares utilizados para a classificação dos concelhos nos tipos

8.3.3. Distribuição de cada tipo

Tipo 1: Agricultura de produção especializada e elevado rendimento

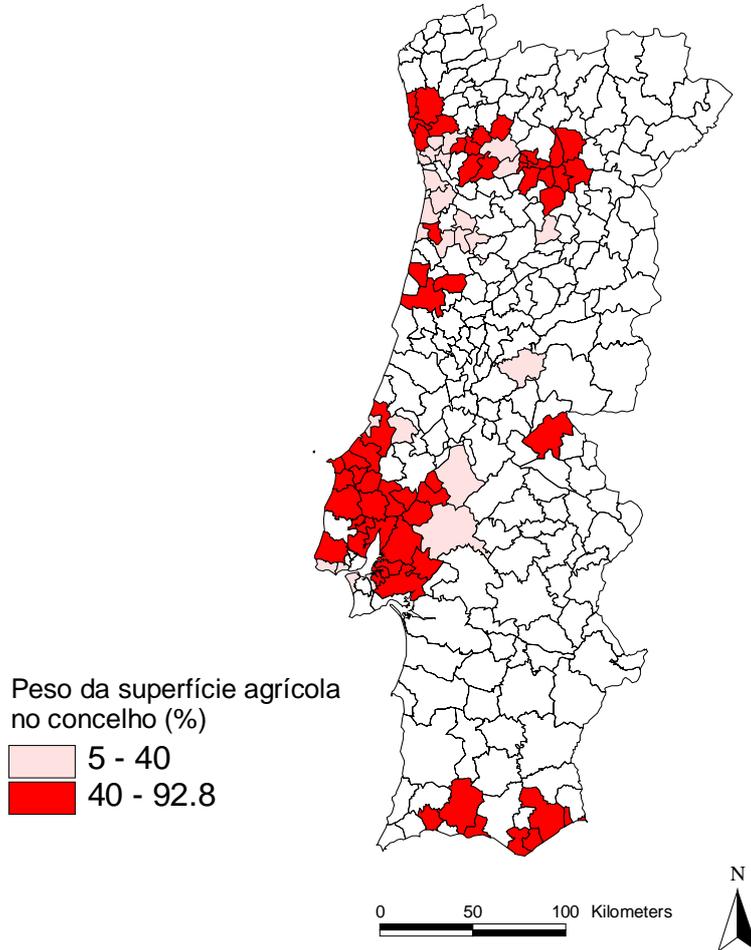


Figura. 60 – Tipo 1: Agricultura de produção especializada e elevado rendimento.

Limiares do tipo 1: Agricultura de produção especializada e elevado rendimento

- Orientação Técnico Económico (OTE) 7,10,11,12,16,17

Ou

- Peso da MBT / UTA > 200% da média nacional (100)

- Margem Bruta sem ajudas (ligadas e desligadas) > 80% da MBT

Tipo 2a: Agricultura extensiva com vantagens ambientais
- Em território homogéneo

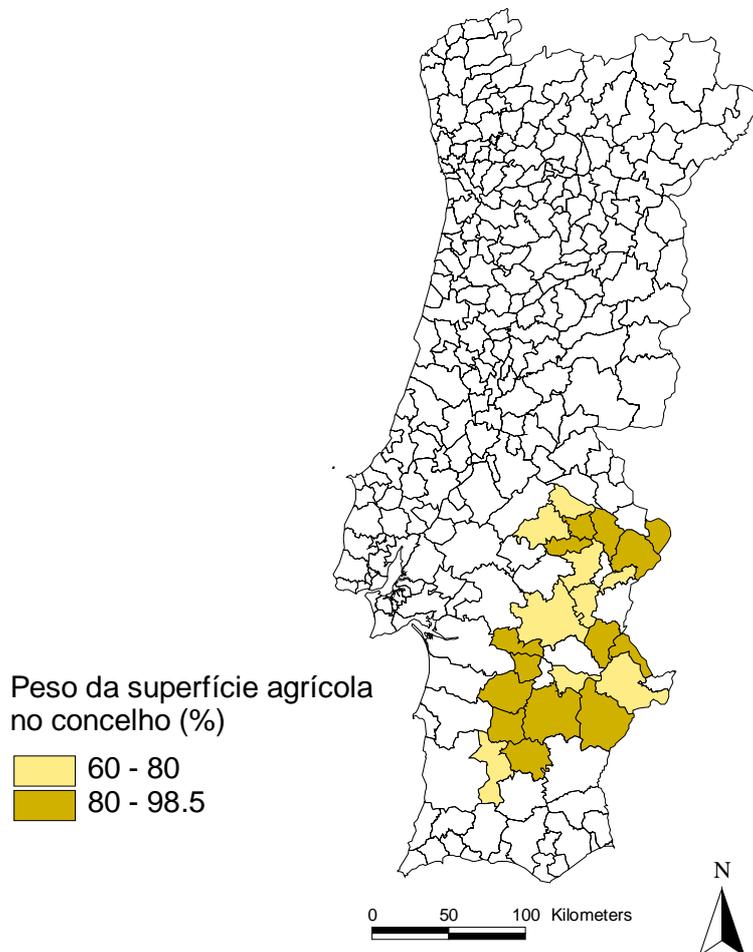


Figura. 61 – Tipo 2a: Agricultura extensiva com vantagens ambientais – em território homogéneo

Limites do tipo 2a: Agricultura extensiva com vantagens ambientais – em território homogéneo

- Persistência da ocupação do solo > 87,5% da superfície total do concelho
- Peso da área agrícola > 60% da superfície total do concelho
- Peso da população agrícola < 30% do total da população
- Dimensão média das explorações > 30 ha.
- Índice de envelhecimento > 130
- Densidade populacional < 50 (habitantes / km²)
- Peso da MBT / SAU < 30 % da média nacional (100)

Tipo 2b: Agricultura extensiva com vantagens ambientais
- Em território diversificado.

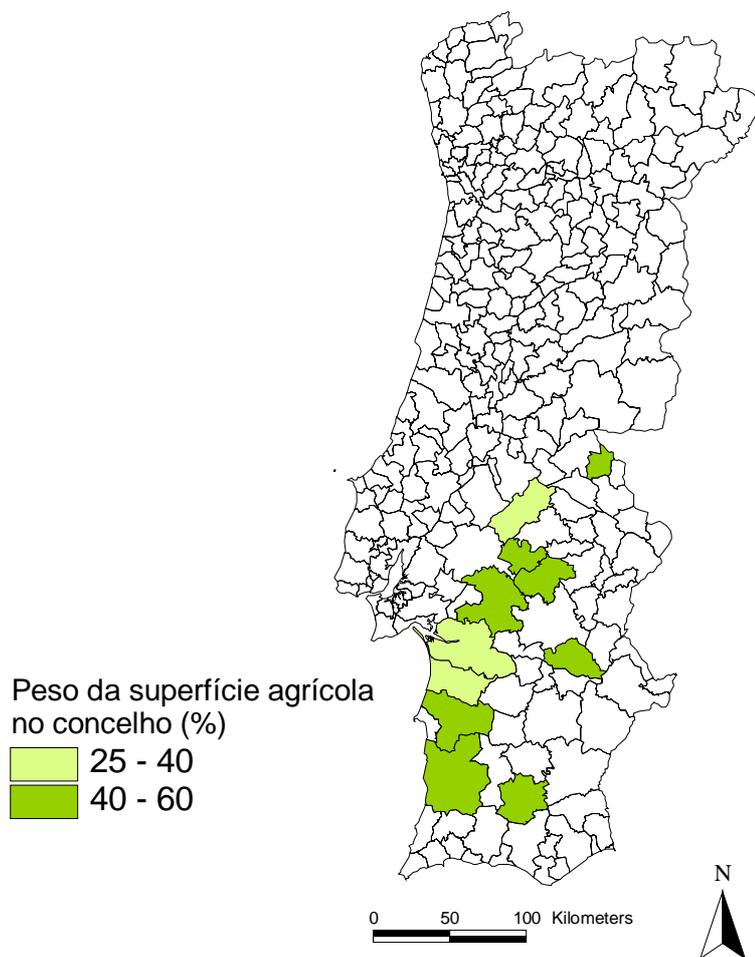


Figura. 62 – Tipo 2b: Agricultura extensiva com vantagens ambientais – em território diversificado

Limiares do tipo 2b: Agricultura extensiva com vantagens ambientais – em território diversificado

- Persistência da ocupação do solo > 80% da superfície total do concelho
- Peso da área agrícola < 60% da superfície total do concelho
- Peso do total dos matos e florestas > 40% da superfície total do concelho
- Peso da população agrícola < 30% do total da população
- Dimensão media das explorações > 30 ha.
- Densidade populacional < 30 (habitantes / km²)
- Peso da SAU mais produtiva na SAU < 50%
- Peso da MBT / SAU < 25 % da média nacional (100)
- Índice envelhecimento > 170

Tipo 3a: Agricultura de ordenamento e qualidade ambiental - Em meio florestal

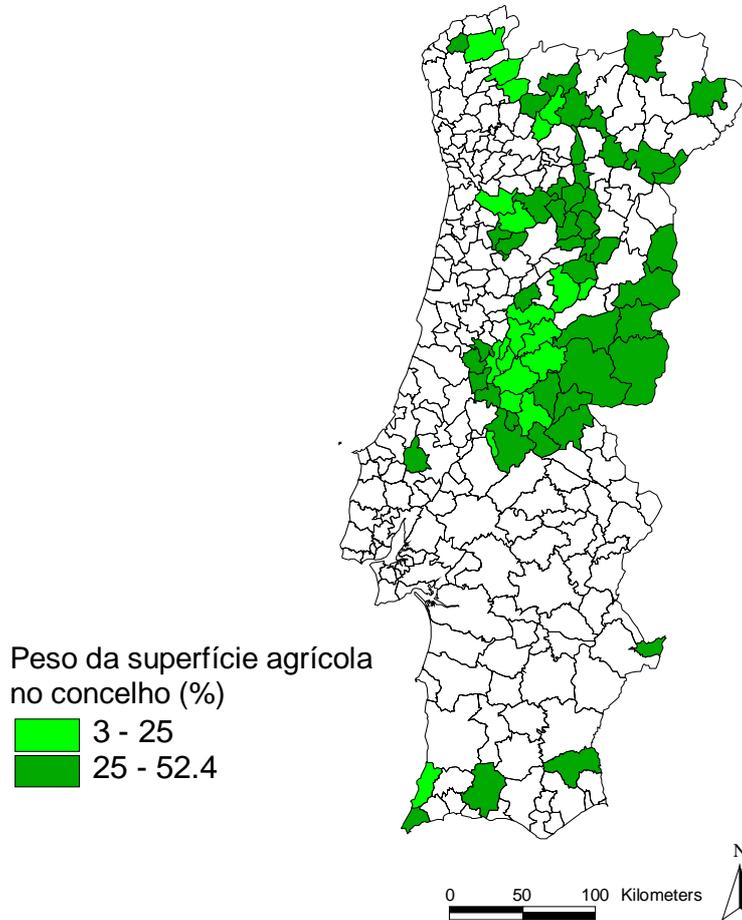


Figura. 63 – Tipo 3a: Agricultura de ordenamento e qualidade ambiental – em meio florestal

Limiaries do tipo 3a: Agricultura de ordenamento e qualidade ambiental – em meio florestal

- Peso do total dos matos e florestas > 40% da superfície total do concelho
- Peso da área agrícola < 60% da superfície total do concelho
- Peso da floresta degradada (324) > 10% da superfície total do concelho
- Densidade Populacional < 80 (habitantes / km²)
- Índice de envelhecimento > 115

Tipo 3b: Agricultura de ordenamento e qualidade ambiental - em meio de montanha

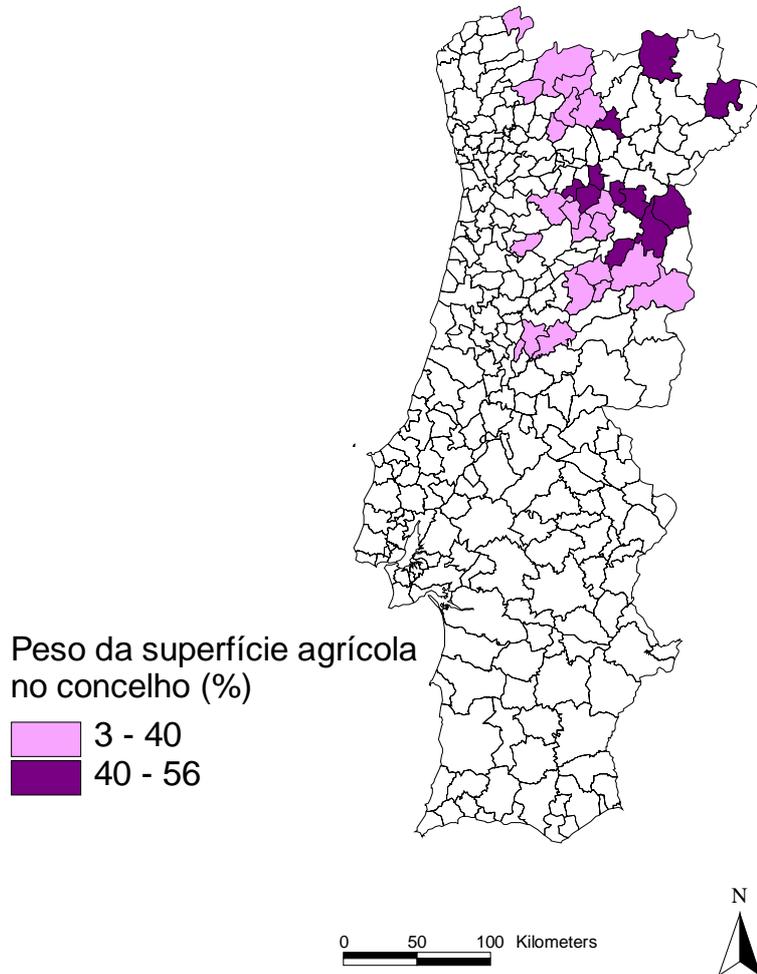


Figura. 64 – Tipo 3b: Agricultura de ordenamento e qualidade ambiental – em meio de montanha

Limiaries do tipo 3b: Agricultura de ordenamento e qualidade ambiental – em meio de montanha

- Altitude > 700m
- Peso do total dos matos e da floresta degradada > 25% da superfície total do concelho
- Densidade populacional < 70 (habitantes / km²)
- Dimensão media < 20 ha.

Tipo 3c: Agricultura de ordenamento e qualidade ambiental - em meio urbano

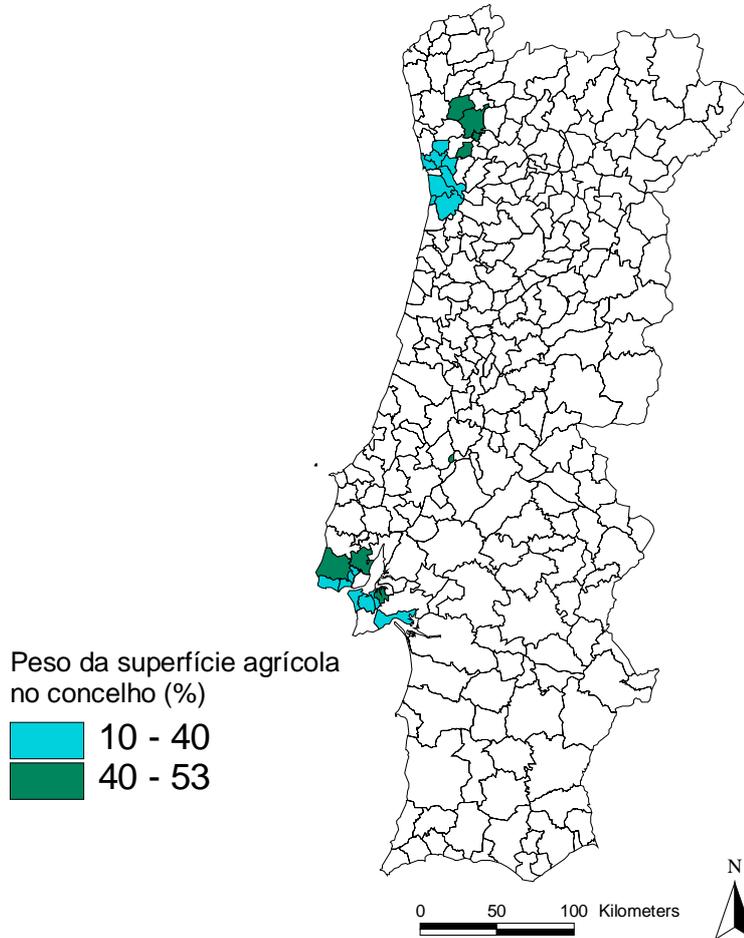


Figura. 65 – Tipo 3c: Agricultura de ordenamento e qualidade ambiental – em meio urbano

Limiares do tipo 3c: Agricultura de ordenamento e qualidade ambiental – em meio urbano

- Peso da área urbana > 20% da superfície total do concelho

Ou

- Net change da área urbana > 5% da superfície total do concelho

- Densidade populacional > 500 (habitantes / km²)

- Peso da população agrícola < 5% do total da população

Tipo 4a: Agricultura de serviços rurais - em áreas periféricas

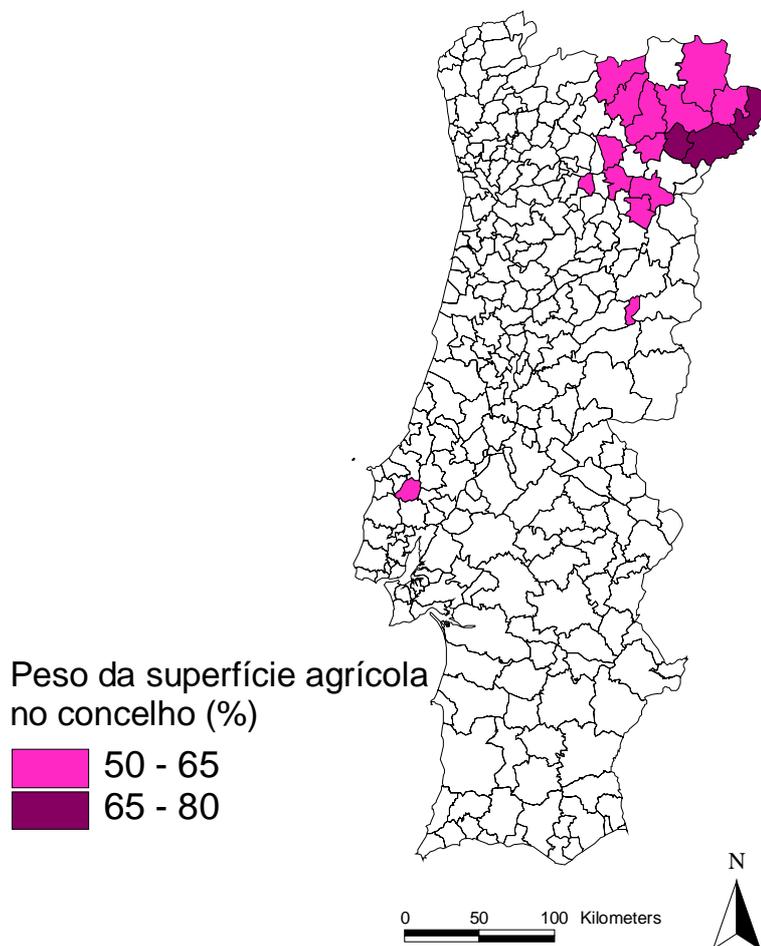


Figura. 66 – Tipo 4a: Agricultura de serviços rurais – em áreas periféricas

Limiares do tipo 4a: Agricultura de serviços rurais em áreas periféricas

- Peso da área agrícola > 50% da superfície total do concelho
- Peso da SAU na exploração > 60%
- Peso do total dos matos e florestas < 40% da superfície total do concelho
- Dimensão média das explorações < 20 ha.
- Peso da população agrícola > 30% do total da população
- Densidade populacional < 100 (habitantes / km²)

Tipo 4b: Agricultura de serviços rurais - em áreas dinâmicas e confusas

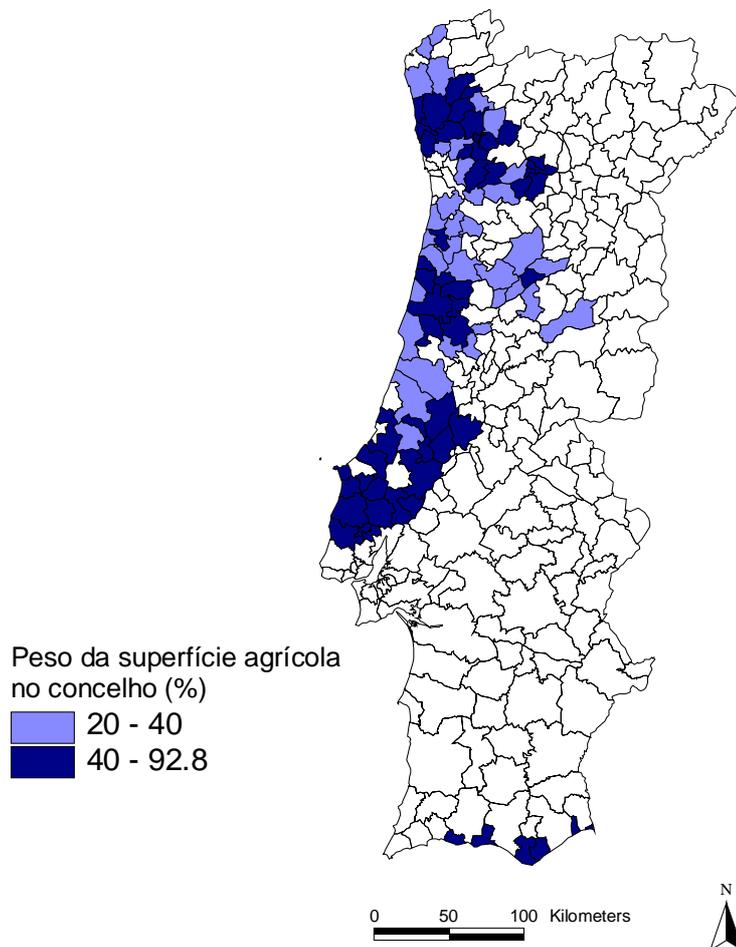


Figura. 67 – Tipo 4b: Agricultura de serviços rurais – em áreas dinâmicas e confusas

Limiaries do tipo 4b: Agricultura de serviços rurais – áreas dinâmicas e confusas

- Densidade populacional 80 – 1000 (habitantes / km²)
- Dimensão média da exploração < 10 ha.
- Margem Bruta sem ajudas (ligadas e desligadas) > 70% da MBT
- Peso da SAU mais prod. na SAU > 60%
- Peso da área agrícola > 20% da superfície total do concelho
- Índice de Envelhecimento < 170

8.3.4. Excepções: concelhos que não se incluem directamente num tipo

Alguns concelhos não preenchem as condições necessárias para que se integrem num dos tipos definidos. Excluindo os concelhos de Lisboa, Porto e São João da Madeira, para os quais falta uma grande parte da informação mas que podem ser considerados não relevantes para esta análise, só vinte e seis concelhos estão na situação de não se incluírem num dos tipos – ou seja, menos de 10% do total.

Estes concelhos constam da Tabela 11, onde se indica também de que tipo se aproximam mais, e quais os valores do indicador, ou indicadores, que os caracteriza e que fez com que não pudessem ser integrados nesse tipo, ou tipos, mais próximos.

Tal como afirmado antes, não é de estranhar que esta falta de classificação aconteça, uma vez que os tipos foram definidos como tipos “ideais”, aos quais portanto a realidade tendencialmente se aproxima, mas que não a pode contemplar na sua totalidade e pormenor. As situações mais mistas e contraditoras ficam assim excluídas.

É este o caso normalmente de concelhos que preenche quase todas as condições para estarem num tipo, mas que não estão porque divergem quanto a um dos parâmetros, por uma situação particular. Um exemplo deste comportamento é o concelho de Mértola, que preenche todas as condições para se incluir no tipo 2a., mas onde o ritmo, e também a extensão, de novas florestações na década de noventa, ao abrigo das medidas de apoio à florestação de terras agrícolas, foi muito elevado, resultando numa taxa de persistência de ocupação do solo mais baixa que o limiar definido para este tipo.

Outra explicação para a não inclusão de alguns concelhos num tipo reside no facto de apresentarem um perfil misto, diversificado, sem que domine um dos tipos considerados. Um exemplo desta situação é o concelho de Borba, um pequeno concelho com uma ocupação do solo diversificada, uma agricultura em parte dinâmica, associada sobretudo à produção de vinho, mais pequena propriedade do que na área envolvente, mais população, etc. Neste concelho as condições aproximam-se do tipo 2a, mas também do 4a. No caso de se pretender, as características a impulsionar dependem de opções a serem tomadas, que devem ter em conta as particularidades deste caso. Outros concelhos próximos, como Estremoz e Vila Viçosa, têm também

em parte as características que diferenciam Borba, mas uma vez que o seu território é mais extenso, as características dominantes integram-nos num outro tipo.

A inclusão destes concelhos em situação de excepção, num dos tipos pré-definidos, deve ser assim uma decisão tomada caso a caso, em função do objectivo dessa integração.

Concelhos que não se integram em nenhum dos tipos definidos

Concelhos	Tipo	Exceção
ALANDROAL	2a	Peso da população agrícola = 30,8% do total da população
ARRONCHES	2a	Peso da população agrícola = 34,05% do total da população
BORBA	2a / 4a	Persistência = 87,3% da superfície total do concelho Dimensão média das explorações = 17,5 ha. Densidade população = 53,6 (habitantes / km ²) Peso da população agrícola = 17,3% do total da população
CAMINHA	4b	Peso da SAU mais produtiva na SAU = 36,45%
CASTRO MARIM	1	Peso da MBT / UTA em relação à média nacional = 156%
CRATO	2b	Peso da SAU mais produtiva na SAU = 76,6 %
CUBA	2a	Peso da MBT / SAU em relação à média nacional = 40%
GOLEGA	1?	MB sem ajudas (ligadas e desligadas) = 67% da MBT
LAGOS	4b	Dimensão média das explorações = 10,7 ha.
LISBOA	-	-
LOULE	4b	Densidade populacional = 77 (habitantes / km ²)
LOUSA	4b / 3a	Peso da área agrícola = 19,1% da superfície total do concelho Densidade populacional = 114 (habitantes / km ²)
MARINHA GRANDE	3a / 4b	Densidade populacional = 192 (habitantes / km ²) Peso da área agrícola = 8,5% da superfície total do concelho
MARVAO	2b	Dimensão média das explorações = 21 ha.
MERTOLA	2a	Persistência = 82,6% da superfície total do concelho
MONCAO	3a / 4b	Densidade populacional = 94,4 (habitantes / km ²) Índice de envelhecimento = 229 Peso da SAU mais produtiva na SAU = 43,8%
MONCHIQUE	3a	Peso da floresta degradada = 9% da superfície total do concelho
MORTAGUA	3a	Peso da floresta degradada = 7% da superfície total do concelho
PENACOVA	4b / 3a	Peso da área agrícola = 19,3% da superfície total do concelho Densidade populacional = 77 (habitantes / km ²) Peso da floresta degradada = 4% da superfície total do concelho
PONTE DA BARCA	3a	Peso do total dos matos e florestas = 36,2% da superfície total do concelho
PORTALEGRE	2b	Dimensão média das explorações = 22 ha. Densidade populacional = 58 (habitantes / km ²) Índice de envelhecimento = 167
PORTO	-	-
SAO BRAS DE ALPORTEL	4b	Densidade populacional = 66,8 (habitantes / km ²)
SAO JOAO DA MADEIRA	-	-
SESIMBRA	3a / 4b	Densidade populacional = 84 (habitantes / km ²) Dimensão média das explorações = 24 ha.
SINES	2b	Densidade populacional = 67 (habitantes / km ²) Índice de envelhecimento = 103
SOURE	3a / 4b	Peso da floresta degradada = 6,2% da superfície total do concelho Densidade populacional = 79 (habitantes / km ²) Índice de envelhecimento = 215
TRANCOSO	3b	Peso do total matos e da floresta degradada = 22% da superfície total do concelho
VILA REAL	4b	Peso da SAU mais produtiva na SAU = 59,3%

Tabela 11 – Concelhos que não se integram em nenhum dos tipos, com os valores para os

8.3.5. Distribuição do conjunto de tipos em Portugal Continental

A Figura 68 mostra o conjunto da distribuição dos concelhos de Portugal Continental segundo os tipos definidos. Foram consideradas tanto a primeira como a segunda vocação, tal como indicam os mapas apresentados. Ou seja, os concelhos que respeitam as condições para mais do que um dos tipos, surgem identificados tanto num mapa como no outro. Foi considerado como primeira vocação aquele tipo que se aplicava mais claramente ao concelho, pelo comportamento dos indicadores – mas o concelho também respeita as condições para ser inserido num outro tipo.

Tal acontece, por exemplo, frequentemente em concelhos onde domina a agricultura de ordenamento e qualidade ambiental em meio florestal, mas que ao mesmo tempo se podem considerar também em meio de montanha. Ou seja, a ocupação do solo é maioritariamente florestal, mas as condições físicas são de montanha. Neste caso foi considerado como primeira vocação o tipo 3a, meio florestal, por ser o que melhor reflecte opções e tendências de gestão da ocupação do solo, portanto susceptíveis de gestão pelo Homem.

Noutros casos são os concelhos com agricultura especializada e de elevado rendimento que também preenchem condições para serviços rurais, em áreas dinâmicas e confusas. A sobreposição parece bastante óbvia, nos casos onde estes concelhos ainda mantêm um carácter maioritariamente rural.

Alguns casos mais isolados correspondem a concelhos que chegam a preencher as condições para três tipos, mas por serem muito poucos e por se identificar sempre os dois que são dominantes, não se representam estes casos.

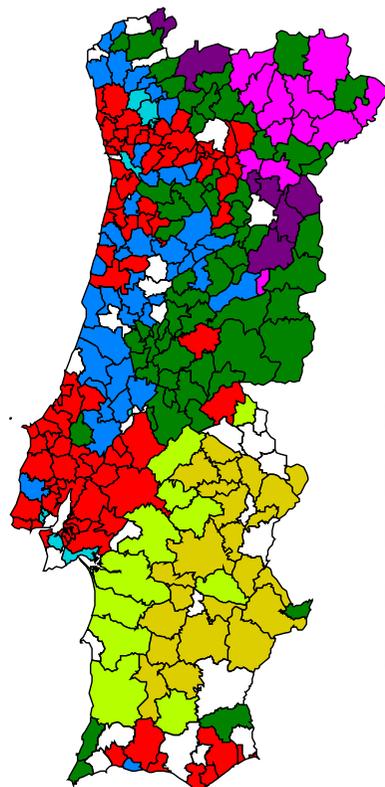
O mapa relativo à primeira vocação, demonstra claramente uma distribuição regional dos tipos pré-definidos. Ou seja, cada tipo corresponde ao comportamento de um grupo de concelhos geograficamente próximos, com características regionais de conjunto e que provavelmente se influenciam mutuamente. Tal como seria de esperar pelo processo como foi sendo construída a análise, esta distribuição aproxima-se de alguns dos *clusters* identificados nas análises anteriores, segundo as três dimensões consideradas.

Desta forma, a agricultura especializada e de elevado rendimento concentra-se nas regiões próximas das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, nomeadamente no Oeste, Vale do Tejo, alguns concelhos da Península de Setúbal e também Douro Litoral e Vale do Douro Vinhateiro, assim como ainda alguns concelhos do litoral algarvio. A agricultura extensiva com vantagens ambientais corresponde de uma forma geral ao Alentejo, sendo os territórios mais dinâmicos e diversificados os do litoral e os mais homogêneos do interior. A agricultura de ordenamento de qualidade ambiental em meio de montanha e de floresta distribui-se pelo interior Centro e Norte, à excepção de quase todo o Trás-os-Montes, com características de periferia, mas onde a agricultura tem mais condições e vocação para serviços ambientais. Finalmente, esta agricultura de serviços rurais, mas num território dinâmico e mais confuso encontra-se em alguns concelhos ao longo da faixa mais oeste do país, desde o Minho, à Beira litoral, e ainda partes do Oeste.

A distribuição expressa no mapa reflecte assim uma diferenciação do espaço rural português, numa perspectiva integradora em que se combinam tendências e potencialidades, segundo as características dominantes no território, incluindo potencialidades que poderá valer a pena desenvolver, e condicionantes que seriam difíceis de alterar sem um esforço muito dirigido.

Tipologia

Primeira vocação



-  Tipo 1: Agricultura de produção especializada e elevado rendimento, independência de subsídios
-  Tipo 2a: Agricultura extensiva com vantagens ambientais - em território homogêneo
-  Tipo 2b: Agricultura extensiva com vantagens ambientais - em território diversificado
-  Tipo 3a: Agricultura de ordenamento e qualidade ambiental - em meio florestal
-  Tipo 3b: Agricultura de ordenamento e qualidade ambiental - em meio de montanha
-  Tipo 3c: Agricultura de ordenamento e qualidade ambiental - em meio urbano
-  Tipo 4a: Agricultura de serviços rurais - em áreas periféricas
-  Tipo 4b: Agricultura de serviços rurais - em áreas dinâmicas e confusas
-  No Data

0 50 100 Kilometers



Segunda vocação

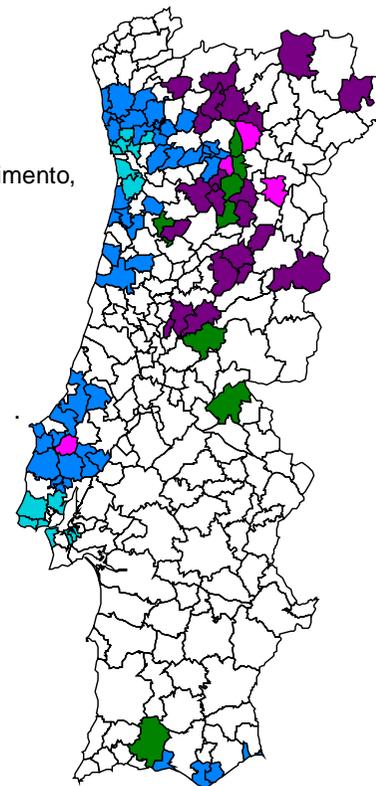


Figura. 68 – Tipologias em conjunto – 1ª e 2ª vocação

8.4. Conclusão

Espera-se ter contribuído com esta tipologia para uma outra leitura do território de Portugal Continental, das características do seu espaço rural, e da sua agricultura face aos desafios que se lhe colocam hoje em dia. Seguindo a definição da OCDE, baseada na densidade populacional como indicador que define o espaço rural, uma vez que inclui todos os diferentes tipos de espaço rural que hoje se vão distinguindo e que já não podem ser definidos através da agricultura, ainda em Portugal Continental a grande maioria do território é rural. Em todos eles a agricultura deve manter um lugar, mas que não é sempre o mesmo. A agricultura de produção tem condições para se manter e se desenvolver em algumas regiões, noutras terá que assumir uma outra, ou outras funções, se se pretender que sobreviva. Estas dependem não só do sector agrícola e da sua vocação, mas do que o território onde esta se insere pode oferecer a, ou beneficiar com a agricultura. E isto porque essas outras funções correspondem na maioria a novas procuras da sociedade em relação ao território, e não em relação ao sector agrícola isoladamente.

Tal como foi dito já mais atrás neste Estudo, pensar a multifuncionalidade do território, em vez de pensar só a agricultura e as suas várias funções, permite ultrapassar um certo impasse que se gerou pela necessidade de redefinir o sector agrícola e de nem todo este sector estar interessado nesta redefinição. Permite equacionar as novas procuras e as potencialidades do conjunto do território, e analisar, segundo as características de conjunto do território, a sua vocação, que tipo de agricultura faz sentido e tem condições para se manter, ou desenvolver. Permite também assumir a diferenciação do território e com esta a diferenciação do sector agrícola e da actuação pública quanto ao mesmo. Aponta pistas para tipos de agricultura que se encontravam ameaçados e regiões que eram consideradas marginais, mas também para a manutenção da agricultura em regiões dinâmicas mas onde o próprio sector se encontra marginalizado ou em vias de o ser.

Este é um discurso que se tem vindo a afirmar na Europa, mas que falta ainda concretizar, pelo menos em termos de visões específicas para as várias agriculturas, e também em termos da respectiva intervenção pública. Com a análise que aqui se apresenta, espera-se contribuir para uma nova abordagem, que possa levar à aplicação destas orientações e novas perspectivas para a agricultura, no território de Portugal Continental. Ou pelo menos para uma outra forma de olhar o espaço rural nacional e a agricultura dentro dele, e de equacionar vocações diferenciadas.

A tipologia agora apresentada não deve assim ser interpretada de uma forma absoluta e rígida, mas sim como uma aproximação a uma possível classificação da diferenciação que de facto existe e é inevitável no território rural português.

Em termos de metodologia, a falta de referências anteriores levou à construção de uma abordagem específica, procurando responder a um desafio de aplicação que levantava tanto questões conceptuais como metodológicas. Pela forma como a tipologia foi construída, ela pode a qualquer momento ser sujeita a uma adaptação, ou a um outro pormenor com uma análise a outra escala. Foram definidos oito tipos, porque estes, em número e definição, derivavam quase directamente do conjunto das análises de *clusters* já elaboradas, com informação ao nível de concelho para as três dimensões do rural consideradas mais relevantes (ocupação do solo, sector agrícola e comunidade). Mas também porque se pretendiam explicitamente grandes grupos, assumindo um elevado grau de simplificação. Se os objectivos incluíssem um maior detalhe, poderiam ter sido definidos mais tipos, ou subdivisões dos agora apresentados. O retrato do país seria assim mais pormenorizado – mas os grandes agrupamentos manter-se-iam muito semelhantes. Da mesma forma, os indicadores escolhidos e os limiares definidos para identificar os concelhos que correspondem a cada tipo poderiam ser ligeiramente diferentes, dependendo dos critérios assumidos pelos responsáveis pela classificação. O ajustamento destes limiares poderiam também levar a um ajustamento da distribuição dos concelhos pelos tipos – mas mais uma vez, não mudariam em muito a visão de conjunto.

Deverá assim equacionar-se atentamente em cada situação a utilização desta tipologia, ou se outras análises a devem complementar. Dentro de cada concelho, a realidade não se esgota toda no tipo definido e em que o concelho se inclui, mas será sempre mais complexa. O que o tipo identifica são limitações e potencialidades de conjunto, e que são dominantes, podendo portanto apoiar a definição de estratégias e prioridades. Alguns concelhos aproximam-se mais da caracterização do tipo em que se incluem, e levantam neste caso menos questões; outros estarão mais distantes, e requerem uma abordagem mais atenta. Para de facto se avaliar ao pormenor a realidade em cada caso, o cruzamento desta tipologia com outro tipo de abordagens, por exemplo ao nível da caracterização das explorações, deveria ser feito.

Por outro lado, e tal como dito acima, outro tipo de informação, como por exemplo a distribuição de fragilidades ou potencialidades em termos de biodiversidade e conservação da natureza, de recursos aquíferos e qualidade da água, recursos

energéticos, sobretudo quanto a novas energias, carácter e valor identitário da paisagem, ou outros, não foram considerados. Não por estes aspectos não serem considerados relevantes, mas por não haver possibilidade no âmbito deste Estudo para recolher e tratar este tipo de informação. Mas qualquer uma destas dimensões, ou todas elas, viria certamente enriquecer esta análise e esclarecer com mais critério as vocações do território. Este cruzamento pode no entanto ainda ser feito, posteriormente.

Espera-se portanto que o presente Estudo, não só a tipologia mas todas as análises preliminares que são apresentadas nos Capítulos anteriores, possa trazer uma contribuição inovadora às questões que se põem para a compreensão e gestão do espaço rural português e da sua agricultura, e que lance novas perspectivas, a serem aprofundadas e desenvolvidas.

Lista das Referências

Alves,L, et al., 2003

O Abandono da actividade agrícola. 2003. Lisboa, Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar.

Avillez F., 2004

Rendimento e competitividade agrícolas em Portugal /evolução recente, situação actual e perspectivas futuras/, Almedina, Coimbra.

Baptista, FO, 2001

Agriculturas e Territórios., Oeiras, Celta Editora.

Brouwer F., 2004

Introduction. In: Brouwer F. (Ed.). Sustaining Agriculture and the Rural Environment. Governance, Policy and Multifunctionality. Advances in Ecological Economics. Edward Elgar. Pp. 1-14

Brouwer,F, 2005

Sustaining Agriculture and the Rural Environment, Cheltenham, Edward Elger.

Cairol D. (Coord.), 2005

Multifunctionality of Agriculture and Rural Areas: from trade negotiations to contributing to sustainable development. New Challenges for research. Summary of main results of the European project Multagri, Sixth Framework Research Programme.

Collins, R., Makowsky, M., 1993

The Discovery of Society – 5th Edition. Mc Graw – Hill Inc. (eds). New York.

Commission of the European Communities, 2005

Proposal for a Council Decision on Community strategic guidelines for Rural Development (Programming period 2007 – 2013). (SEC(2005)914) Brussels.

Commission of the European Communities, 2004

Proposal for a Council Regulation on support for rural development by the European Agricultural Fund for Rural Development (EAFRD). (SEC(2004)931) Brussels.

Encyclopaedia Britannica, 1974

The New Encyclopaedia Britannica. Micropaedia. 15th vol. William Benton Press, Chigaco.

Ferrão,J., 2004

Dinâmicas Territoriais e Trajectórias de Desenvolvimento: Portugal 1991-2001". Revista de Estudos Demográficos, 34, 17-25. Lisboa, INE.

Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, 2003

Portugal Rural: territórios e dinâmicas.

Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, 2004

Desenvolvimento e Ruralidade em Portugal – uma análise empírica. 2004. Lisboa, Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, 2005

Plano Nacional de Desenvolvimento Rural 2007-2013. Objectivos Estratégicos e Princípios Orientadores de Programação.

Ilbery B., 1998

Dimensions of Rural Change. In: Ilbery B. (Ed.), The Geography of Rural Change. Longman, Essex, pp. 1-10.

Instituto de Segurança Social, 2005

Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental. Área de Investigação e Conhecimento e da Rede Social, ISS

Instituto do Ambiente, 2005

CORINE Land Cover 2000 em Portugal - CLC2000 Portugal, Relatório Técnico.

Instituto Nacional de Estatística, 1993

Estudo sobre o poder de compra Concelhio. I. 1993. Coimbra.

Instituto Nacional de Estatística, 2000^a

Dinâmicas e Padrões Territoriais do Continente Português., Porto, Instituto Nacional de Estatística.

Instituto Nacional de Estatística, 2000b

Estudo sobre o poder de compra concelho. Coimbra, INE.

Instituto Nacional de Estatística, 2000c

Recenseamentos Gerais da Agricultura. Dados comparativos 1989 – 1999.

Instituto Nacional de Estatística, 2002^a

Censos 2001, XIV Recenseamento Geral da População., Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística.

Estudo sobre o poder de compra Concelhio 2002. V. 2002b. Coimbra, INE.

Marsden T., 1998

Economic Perspectives. In: Ilbery B.(Ed.), The Geography of Rural Change. Longman, Essex, pp. 13-30.

Marques,TS, 2004

Portugal na transição do século - Retratos e dinâmicas territoriais, Edições Afrontamento.

Murdoch J., Lowe P., Ward N. and Marsden T., 2004

The Differentiated Countryside.
Studies in Human Geography. Routledge, London.

Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas

Panorama Agricultura 2000. 2004. Lisboa, Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

Ministério de Economia. PRASD

Programa de recuperação de áreas e sectores deprimidos. 2004. Ministério de Economia.

Pontius, J. & Shusas, McEachern, M., 2004

Detecting important categorical land changes while accounting for persistence: Agriculture, Ecosystems & Environment, v. 101, p. 251-268.

Potter C., 2004

Multifunctionality as an agricultural and rural policy concept. In: Brouwer F. (Ed.). Sustaining Agriculture and the Rural Environment. Governance, Policy and Multifunctionality. Advances in Ecological Economics. Edward Elgar. Pp. 15-35.

Vejre H., Abildtrup J., Andersen E., Andersen P., Brandt J., Busk A., Dalgaard T., Hasler B., Huusom H., Kristensen L., Kristensen S. and Praestholm S., 2005

Multifunctional agriculture and multifunctional landscapes – land use as interface. In: Mander U. (Ed.), Multifunctional Landscapes (in press).

Wilson G., 2001

From Productivism to post-productivism...and back again: Exploring the (un)changed natural and mental landscapes of European agriculture. Transactions of the Insitute of British Geographers, 26: 77-102.

Anexo 1: Nomenclatura CORINE Land cover

Nível 1	Nível 2	Nível 3
1.Territórios artificializados	1.1 Tecido urbano	1.1.1 Tecido urbano contínuo 1.1.2 Tecido urbano descontínuo
	1.2 Indústria, comércio e transportes	1.2.1 Indústria, comércio e equipamentos gerais 1.2.2 Redes viárias e ferroviárias e espaços associados 1.2.3 Zonas portuárias 1.2.4 Aeroportos
	1.3 Áreas em construção, de extracção, e de deposição de resíduos	1.3.1 Áreas de extracção mineira 1.3.2 Áreas de deposição de resíduos 1.3.3 Áreas em construção
	1.4 Zonas verdes ordenadas	1.4.1 Espaços verdes urbanos 1.4.2 Equipamentos desportivos e de lazer
2.Áreas agrícolas	2.1 Culturas anuais	2.1.1 Culturas anuais de sequeiro 2.1.2 Culturas anuais de regadio 2.1.3 Arrozaís
	2.2 Culturas permanentes	2.2.1 Vinhas 2.2.2 Pomares 2.2.3 Olivais
	2.3 Pastagens	2.3.1 Pastagens
	2.4 Áreas agrícolas heterogéneas	2.4.1 Culturas anuais associadas às culturas permanentes 2.4.2 Sistemas culturais e parcelares complexos 2.4.3 Agricultura com espaços naturais 2.4.4 Sistemas agro-florestais
3.Florestas e meios semi-naturais	3.1 Florestas	3.1.1 Florestas de folhosas 3.1.2 Florestas de resinosas 3.1.3 Florestas mistas
	3.2 Vegetação arbustiva e herbácea	3.2.1 Pastagens naturais 3.2.2 Matos 3.2.3 Vegetação esclerofítica 3.2.4 Espaços florestais degradados, cortes e novas plantações
	3.3 Zonas descobertas e com pouca vegetação	3.3.1 Praias, dunas e areais 3.3.2 Rocha nua 3.3.3 Vegetação esparsa 3.3.4 Áreas ardidas 3.3.5 Neves eternas e glaciares
4.Zonas húmidas	4.1 Zonas húmidas interiores	4.1.1 Pauis 4.1.2 Turfeiras
	4.2 Zonas húmidas costeiras	4.2.1 Sapais 4.2.2 Salinas 4.2.3 Zonas intertidais
5.Massas de água	5.1 Águas interiores	5.1.1 Linhas de água 5.1.2 Planos de água
	5.2 Águas marinhas	5.2.1 Lagunas litorais 5.2.2 Estuários 5.2.3 Mar e oceano

Anexo 2

Tabela A: Mértola – Alterações na ocupação do solo por classe em hectares, 1990 – 2000

CLC 2000																			
	112,0	131,0	211,0	221,0	222,0	223,0	241,0	242,0	243,0	244,0	311,0	312,0	321,0	323,0	324,0	511,0	512,0	Total 90	Perdas
112,0	163,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	163,400	0,000
131,0	0,0	384,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	384,718	0,000
211,0	0,0	0,0	37802,7	0,0	498,8	0,0	0,0	0,0	120,7	0,0	230,9	0,0	73,4	49,8	1963,3	0,0	19,8	40759,315	2956,607
221,0	0,0	0,0	25,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,790	25,790
222,0	0,0	0,0	0,0	0,0	78,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	78,118	0,000
223,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	48,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	48,310	0,000
241,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	820,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	820,938	0,000
242,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	504,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	504,893	0,000
243,0	0,0	0,0	1980,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	29483,8	0,0	8,1	0,0	0,0	1692,8	3876,9	0,0	0,0	37042,453	7558,635
244,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	13176,4	87,7	0,0	0,0	0,0	152,6	0,0	6,8	13423,500	247,055
311,0	0,0	0,0	21,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	190,0	2954,7	0,0	0,0	0,0	44,0	0,0	4,1	3213,798	259,068
312,0	5,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	586,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	591,908	5,380
321,0	18,3	0,0	30,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,3	3,8	24,0	0,0	3,3	0,0	0,0	105,045	81,075
323,0	0,0	0,0	457,0	0,0	0,0	0,0	20,9	0,0	1798,5	22,0	134,0	0,0	47,5	23266,3	3157,1	0,0	20,4	28923,683	5657,380
324,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	357,8	57,8	0,0	0,0	0,0	709,8	0,0	0,0	1125,428	415,615
511,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	574,6	0,0	574,593	0,000
512,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	277,0	276,980	0,000
Total 2000	187,1	384,7	40317,7	0,0	576,9	48,3	841,8	504,9	31403,1	13746,3	3498,5	590,3	144,8	25009,0	9906,9	574,6	328,0	128062,9	17206,6
Ganhos	23,7	0,0	2514,9	0,0	498,8	0,0	20,9	0,0	1919,2	569,9	543,8	3,8	120,8	1742,7	9197,1	0,0	51,0	17206,6	110856,3

Anexo 2

Tabela B: Mértola – Alterações na ocupação do solo por classe em percentagem da superfície total do Concelho, 1990 – 2000

	112	131	211	221	222	223	241	242	243	244	311	312	321	323	324	511	512	Total 90	Perdas
112	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,128	0,000
131	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,300	0,000
211	0,0	0,0	29,5	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	1,5	0,0	0,0	31,828	2,309
221	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,020	0,020
222	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,061	0,000
223	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,038	0,000
241	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,641	0,000
242	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,394	0,000
243	0,0	0,0	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	23,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	3,0	0,0	0,0	28,925	5,902
244	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,3	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	10,482	0,193
311	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	2,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,510	0,202
312	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,462	0,004
321	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,082	0,063
323	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,4	0,0	0,1	0,0	0,0	18,2	2,5	0,0	0,0	22,586	4,418
324	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	0,879	0,325
511	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,449	0,000
512	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,216	0,000
Total 2000	0,146	0,300	31,483	0,000	0,450	0,038	0,657	0,394	24,522	10,734	2,732	0,461	0,113	19,529	7,736	0,449	0,256	100,000	13,436
Ganhos	0,019	0,000	1,964	0,000	0,389	0,000	0,016	0,000	1,499	0,445	0,425	0,003	0,094	1,361	7,182	0,000	0,040	13,436	86,564
Varição Classe(%)	14,5	0,00000	-1,08	-100,0	638,5	0,0	2,56	0,0	-15,2	2,4	8,86	-0,27	37,8	-13,6	780,3	0,0	18,4	0,00	0,0

Anexo 2

Tabela C: Mértola – Alterações na ocupação do solo, 1990 - 2000

	Ganhos	Perdas	Total change	Swap	Absolute value of net change			Net change classe 1
112	0,00	0,02	0,02	0,00	0,02			0,00
131	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,02
211	2,31	1,96	4,27	3,93	0,34			0,00
221	0,02	0,00	0,02	0,00	0,02			0,00
222	0,00	0,39	0,39	0,00	0,39			0,00
223	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
241	0,00	0,02	0,02	0,00	0,02			0,00
242	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
243	5,90	1,50	7,40	3,00	4,40			0,00
244	0,19	0,44	0,64	0,39	0,25	4,31	8,42	-4,11
311	0,20	0,42	0,63	0,40	0,22			0,00
312	0,00	0,00	0,01	0,01	0,00	0,43	0,21	0,22
321	0,06	0,09	0,16	0,13	0,03			0,00
323	4,42	1,36	5,78	2,72	3,06			0,00
324	0,32	7,18	7,51	0,65	6,86			0,00
511	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
512	0,00	0,04	0,04	0,00	0,04			0,00
Total	13,44	13,44	26,87	26,87	0,00			0,00

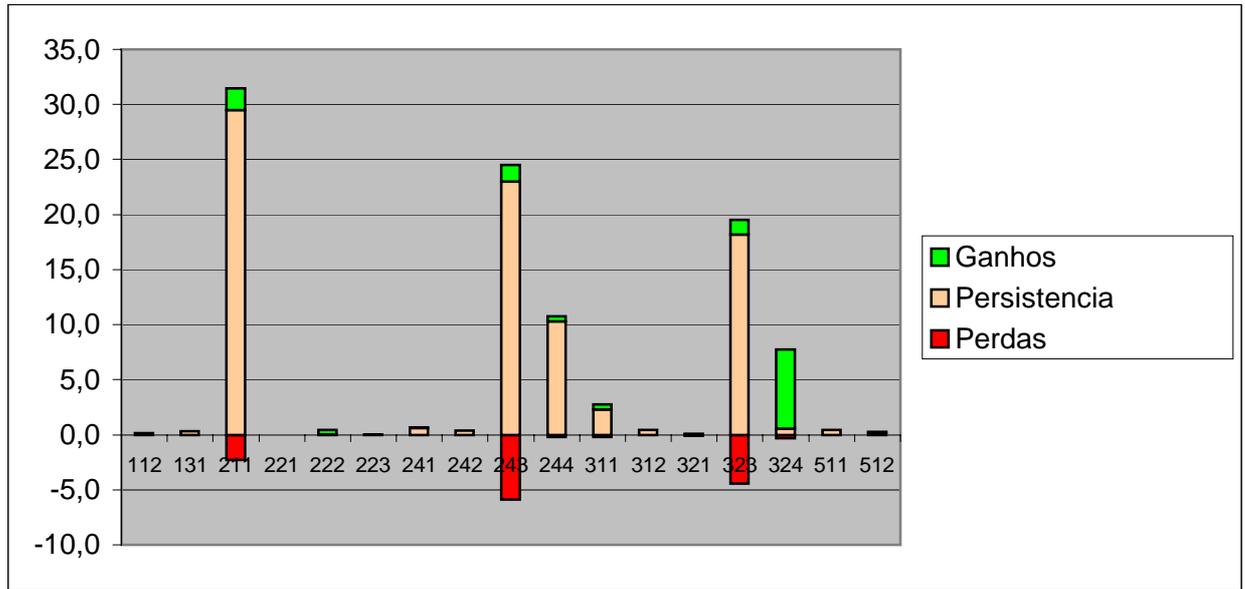
Anexo 2

Tabela D: Mértola – Ganhos, Perdas, Persistência

	Ganhos	Perdas	Persistência
112	0,0	0,0	0,1
131	0,0	0,0	0,3
211	-2,3	2,0	29,5
221	0,0	0,0	0,0
222	0,0	0,4	0,1
223	0,0	0,0	0,0
241	0,0	0,0	0,6
242	0,0	0,0	0,4
243	-5,9	1,5	23,0
244	-0,2	0,4	10,3
311	-0,2	0,4	2,3
312	0,0	0,0	0,5
321	-0,1	0,1	0,0
323	-4,4	1,4	18,2
324	-0,3	7,2	0,6
511	0,0	0,0	0,4
512	0,0	0,0	0,2
Total	-13,4	13,4	86,6

Anexo 2

Figura E: Mértola – Ganhos, Perdas, Persistência



Anexo 3

Tabela A: Felgueiras – Alterações na ocupação do solo por classe em hectares, 1990 – 2000

	112	121	212	221	241	242	243	311	312	313	322	324	334	Total 90	Perdas
112	725	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	725,218	0,000
121	0	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
212	0	0,000	5,923	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	5,923	0,000
221	0	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
241	272	0,000	0,000	261,648	3598,945	1952,098	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	6084,915	2485,970
242	7	0,000	0,000	0,000	0,000	209,618	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	216,325	6,708
243	92	0,000	0,000	17,830	24,265	20,463	846,980	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1001,645	154,665
311	0	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	130,643	0,000	0,000	0,000	39,425	0,000	170,068	39,425
312	0	0,000	0,000	5,743	0,000	0,000	0,000	0,000	336,833	5,318	0,000	226,705	0,000	574,598	237,765
313	44	35,288	0,000	0,000	5,105	0,000	0,000	0,000	0,000	1539,540	0,000	429,440	0,000	2053,860	514,320
322	0	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	23,300	0,000	0,000	23,300	0,000
324	32	0,000	0,000	48,575	0,000	0,000	0,000	237,388	1,253	75,980	0,000	406,568	0,000	801,575	395,008
334	0	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	30,393	0,000	30,393	30,393
Total 2000	1172,56	35,29	5,92	333,80	3628,32	2182,18	846,98	368,03	338,09	1620,84	23,30	1132,53	0,00	11687,82	3864,25
Ganhos	447,34	35,29	0,00	333,80	29,37	1972,56	0,00	237,39	1,25	81,30	0,00	725,96	0,00	3864,25	7823,57

Anexo 3

Tabela B: Felgueiras – Alterações na ocupação do solo por classe em percentagem da superfície total do Concelho, 1990 – 2000

	112	121	212	221	241	242	243	311	312	313	322	324	334	Total 90	Perdas
112	6,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,205	0,000
121	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,000	0,000
212	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,051	0,000
221	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,000	0,000
241	2,3	0,0	0,0	2,2	30,8	16,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	52,062	21,270
242	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	1,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,851	0,057
243	0,8	0,0	0,0	0,2	0,2	0,2	7,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	8,570	1,323
311	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	1,455	0,337
312	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,9	0,0	0,0	1,9	0,0	4,916	2,034
313	0,4	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	13,2	0,0	3,7	0,0	17,573	4,400
322	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,199	0,000
324	0,3	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	2,0	0,0	0,7	0,0	3,5	0,0	6,858	3,380
334	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,260	0,260
Total 2000	10,03	0,30	0,05	2,86	31,04	18,67	7,25	3,15	2,89	13,87	0,20	9,69	0,00	100,00	33,062
Ganhos	3,83	0,30	0,00	2,86	0,25	16,88	0,00	2,03	0,01	0,70	0,00	6,21	0,00	33,06	66,938
Variação Classe (%)	61,68	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	-40,37	908,75	-15,44	116,40	-41,16	-21,08	0,00	41,29	-100,00	0,00	0

Anexo 3

Tabela C: Felgueiras – Alterações na ocupação do solo, 1990 - 2000

	Perdas	Ganhos	Total change	Swap	Absolute value of net change			Net change classe 1
112	0,00	3,83	3,83	0,00	3,83			0,00
121	0,00	0,30	0,30	0,00	0,30	4,13	0,00	4,13
212	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
221	0,00	2,86	2,86	0,00	2,86			0,00
241	21,27	0,25	21,52	0,50	21,02			0,00
242	0,06	16,88	16,93	0,11	16,82			0,00
243	1,32	0,00	1,32	0,00	1,32	19,98	22,65	-2,67
311	0,34	2,03	2,37	0,67	1,69			0,00
312	2,03	0,01	2,05	0,02	2,02			0,00
313	4,40	0,70	5,10	1,39	3,70	2,74	6,77	-4,03
322	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
324	3,38	6,21	9,59	6,76	2,83			0,00
334	0,26	0,00	0,26	0,00	0,26	6,21	3,64	2,57
Total	33,06	33,06	66,12	66,12	0,00			

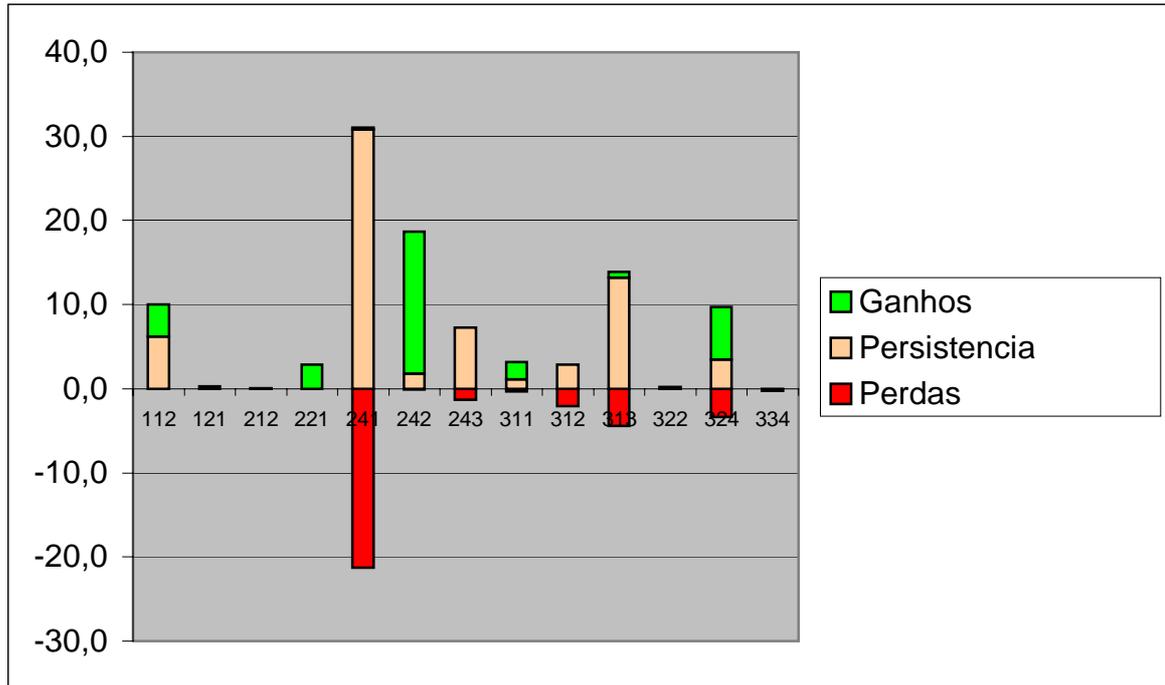
Anexo 3

Tabela D: Felgueiras – Ganhos, Perdas, Persistência

	Perdas	Ganhos	Persistência
112	0,0	3,8	6,2
121	0,0	0,3	0,0
212	0,0	0,0	0,1
221	0,0	2,9	0,0
241	-21,3	0,3	30,8
242	-0,1	16,9	1,8
243	-1,3	0,0	7,2
311	-0,3	2,0	1,1
312	-2,0	0,0	2,9
313	-4,4	0,7	13,2
322	0,0	0,0	0,2
324	-3,4	6,2	3,5
334	-0,3	0,0	0,0
Total	-33,1	33,1	66,9

Anexo 3

Figura E: Felgueiras – Ganhos, Perdas, Persistência



Anexo 4

Tabela A: Alfândega da Fé – Alterações na ocupação do solo por classe em hectares, 1990 – 2000

	112	211	221	222	223	241	242	243	311	312	313	321	322	324	512	Total 90	Perdas
112	86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86,25	0,00
211	0	886,56	0,00	48,80	0,00	26,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7,98	0,00	0,00	0,00	970,04	83,48
221	0	0,00	181,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	181,72	0,00
222	0	0,00	0,00	1029,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1029,53	0,00
223	0	0,00	0,00	0,00	2499,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2499,76	0,00
241	0	0,00	0,00	0,00	0,00	4207,88	0,00	44,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4252,24	44,37
242	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2682,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2682,29	0,00
243	0	0,00	0,00	22,42	0,00	12,42	0,00	7877,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7912,26	34,84
311	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	897,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	897,28	0,00
312	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21,93	0,00	49,08	0,00	0,00	0,00	35,26	0,00	106,26	57,18
313	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	239,79	0,00	0,00	0,00	0,00	239,79	0,00
321	0	0,00	0,00	307,89	193,42	17,88	0,00	128,59	0,00	0,00	0,00	3837,37	0,00	42,15	0,00	4527,29	689,92
322	0	0,00	0,00	0,00	0,00	23,77	0,00	178,59	81,52	0,00	0,00	0,00	2934,75	46,25	0,00	3264,86	330,12
324	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30,19	19,19	611,03	0,01	0,00	0,00	0,00	1956,36	0,00	2616,79	660,42
512	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82,99	82,99	0,00
Total 2000	86,25	886,56	181,72	1408,63	2693,18	4288,65	2712,48	8270,09	1589,83	49,09	239,79	3845,35	2934,75	2080,01	82,99	31349,34	1900,33
Ganhos	0,00	0,00	0,00	379,10	193,42	80,77	30,19	392,66	692,55	0,01	0,00	7,98	0,00	123,65	0,00	1900,33	29449,01

Anexo 4

Tabela B: Alfândega da Fé – Alterações na ocupação do solo por classe em percentagem da superfície total do Concelho, 1990 – 2000

	112	211	221	222	223	241	242	243	311	312	313	321	322	324	512	Total 90	Perdas
112	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,275	0,000
211	0,0	2,8	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,094	0,266
221	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,580	0,000
222	0,0	0,0	0,0	3,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,284	0,000
223	0,0	0,0	0,0	0,0	8,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,974	0,000
241	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	13,4	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	13,564	0,142
242	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	8,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	8,556	0,000
243	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	25,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,239	0,111
311	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,862	0,000
312	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,339	0,182
313	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,765	0,000
321	0,0	0,0	0,0	1,0	0,6	0,1	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	12,2	0,0	0,1	0,0	14,441	2,201
322	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,6	0,3	0,0	0,0	0,0	9,4	0,1	0,0	10,414	1,053
324	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0	6,2	0,0	8,347	2,107
512	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,265	0,000
Total 2000	0,275	2,828	0,580	4,493	8,591	13,680	8,652	26,380	5,071	0,157	0,765	12,266	9,361	6,635	0,265	100,000	6,062
Ganhos	0,000	0,000	0,000	1,209	0,617	0,258	0,096	1,253	2,209	0,000	0,000	0,025	0,000	0,394	0,000	6,062	93,938
Varição Classe (%)	0	-8,60607	0	36,82296	0,856136	5	1,12563	4,522379	77,18299	1	0	15,0629378	-10,1112221	4	20,51286	216	0

Anexo 4

Tabela C: Alfândega da Fé – Alterações na ocupação do solo, 1990 - 2000

	Perdas	Ganhos	Total change	Swap	Absolute value of net change			Net change classe 1
112	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
211	0,27	0,00	0,27	0,00	0,27			0
221	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0
222	0,00	1,21	1,21	0,00	1,21			0
223	0,00	0,62	0,62	0,00	0,62			0
241	0,14	0,26	0,40	0,28	0,12			0
242	0,00	0,10	0,10	0,00	0,10			0
243	0,11	1,25	1,36	0,22	1,14	3,43	0,52	2,913809
311	0,00	2,21	2,21	0,00	2,21			0
312	0,18	0,00	0,18	0,00	0,18			0
313	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,21	0,18	2,026765
321	2,20	0,03	2,23	0,05	2,18			0
322	1,05	0,00	1,05	0,00	1,05			0
324	2,11	0,39	2,50	0,79	1,71			0
512	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0
Total	6,06	6,06	12,12	12,12	0,00			0

Anexo 4

Tabela D: Alfândega da Fé – Ganhos, Perdas, Persistência

	Perdas	Ganhos	Persistência
112	0,0	0,0	0,3
211	-0,3	0,0	2,8
221	0,0	0,0	0,6
222	0,0	1,2	3,3
223	0,0	0,6	8,0
241	-0,1	0,3	13,4
242	0,0	0,1	8,6
243	-0,1	1,3	25,1
311	0,0	2,2	2,9
312	-0,2	0,0	0,2
313	0,0	0,0	0,8
321	-2,2	0,0	12,2
322	-1,1	0,0	9,4
324	-2,1	0,4	6,2
512	0,0	0,0	0,3
Total	-6,1	6,1	93,9

Anexo 4

Figura E: Alfândega da Fé – Ganhos, Perdas, Persistência

